UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LUCIANA MEIRE GOMES REGES

“SE EU MORRER E CONTINUAREM A MINHA LUTA, MORRO FELIZ”:

a construção do mártir Zé Maria do Tomé (2010-2023)

FORTALEZA
2023

LUCIANA MEIRE GOMES REGES

“SE EU MORRER E CONTINUAREM A MINHA LUTA, MORRO FELIZ”:
a construção do mártir Zé Maria do Tomé (2010-2023)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Dra. Kênia de Sousa Rios

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R258s Reges, Luciana Meire Gomes.
Se eu morrer e continuarem a minha luta, morro feliz : a construção do mártir Zé Maria do Tomé (2010-2023) / Luciana Meire Gomes Reges. – 2023.
227 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2023.
Orientação: Profa. Dra. Kênia de Sousa Rios.

1. Mártir. 2. Morte. 3. Movimentos sociais. 4. Meio ambiente. I. Título.

CDD 900

LUCIANA MEIRE GOMES REGES

“SE EU MORRER E CONTINUAREM A MINHA LUTA, MORRO FELIZ”:
a construção do mártir Zé Maria do Tomé (2010-2023)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: 08/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Kênia de Sousa Rios (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos (Examinador I)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dr. Frederico de Castro Neves (Examinador II)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Cícero Joaquim dos Santos (Examinador Externo)
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Prof. Dra. Sarah Campelo Góis (Examinador Externo)
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

Dedico a todos os trabalhadores e trabalhadoras que sonham por um mundo melhor e dedicam suas vidas nesta realização.

Dedico a todas as mães que desafiam as barreiras e cursam o doutoramento.

A Zé Maria do Tomé e a todos os trabalhadores mortos no Campo (*In memoriam*).

“Os sonhos são projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica, pelo contrário, avanços, recuos, marchas às vezes demoradas. Implica luta.” (PAULO FREIRE).

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos os interlocutores dessa pesquisa que, de forma profícua e gentil, receberam-me em suas casas ou em espaços da administração pública em meio a agendas fartas, com muito carinho e disponibilidade.

Agradeço com especial afeto à família de Zé Maria do Tomé, em especial à Márcia Xavier, sempre em prontidão a corroborar com este estudo, bem como a todos os moradores e moradoras da Chapada do Apodi que têm sua existência cotidianamente ameaçada pelo projeto de morte denominado Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro por meio da concessão da Bolsa de Demanda Social, a qual possibilitou a realização desta pesquisa.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC) por acreditar nesta pesquisa ainda em processo embrionário e pelos aprendizados, trocas, acolhimentos durante esses quatro anos.

À Profa. Dra. Kênia de Sousa Rios pela orientação cuidadosa, efetiva e empática durante todo o processo de escrita, pela indicação de livros e estudos e, mais ainda, pela confiança e pelo carinho que atravessaram a feitura dessa tese. Hoje, mais que uma orientadora, um exemplo de docente e intelectual que, em tempos de adoecimento no qual vivemos, trouxe-me calma, tempo e segurança em uma das experiências mais difíceis que vivenciei.

Ao Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos e à Profa. Dra. Ana Rita Fonteles pela primorosa leitura na qualificação e pela participação na banca de defesa.

Aos professores Dr. Francisco Régis Lopes Ramos, Dr. Frederico de Castro Neves, Dr. Cícero Joaquim dos Santos e Dra. Sarah Campelo Góis, meu muito obrigada, pela leitura cuidadosa e por uma defesa de doutoramento adjetivada pelo afeto.

Aos companheiros que compõem a turma de doutoramento do PPGH de História 2019, Alberto Rafael, Cintya Chaves, Hildebrando Maciel, Juliana Linhares, Monise, Renata, Tasso Brito, Thiago Sales e Diego, com certeza vocês tornaram o processo mais leve e feliz.

À amiga Cintya Chaves, sou extremamente feliz por nossa troca e companheirismo desde os idos da graduação e com tantas parcerias. As madrugadas foram curtas para as conversas sem fim, no trajeto de Limoeiro do Norte à Fortaleza durante o ano de 2019. Nosso elo e carinho extrapola os muros da universidade.

Às amigas Rafaela, Gisele, Yasmin, Nayane por estarem comigo sempre, para tudo. Obrigada, por vezes, salvarem-me da solitude e das angústias da escrita.

À minha mãe, que me ensinou desde cedo que enfrentar sempre será a melhor escolha. Pelos incentivos que não me permitiram esmorecer na caminhada. Pelo exemplo e pela coragem. Por me ensinar e me instruir que era possível realizar os sonhos com dedicação, disciplina e trabalho. Hoje sei que os passos traçados na docência vêm da senhora, "Tia Maria", que dedicou quase quarenta anos ao professorado. Mãe, eu sou você.

A meu pai, *in memoriam,* que desde muito pequena me mostrava a importância dos estudos e do trabalho, ricos ensinamentos que forjaram quem eu sou e como me vejo no mundo. Pai, são 14 anos de saudade e de ausência.

Ao meu companheiro, João Bosco, pelo amor, amizade, companheirismo, paciência, dedicação e por não ter medido esforços em me apoiar em todos os momentos, mesmo na ausência. Éramos dois, viramos um e nosso amor se multiplicou e criou nosso propósito, nosso Loirinho, nosso João.

Ao meu filho João, meu grande amor, que me ensinou e ensina a cada dia. Minha companhia na escrita, eu no notebook e ele fazendo artes, colorindo as paredes e alegrando meu olhar para com a vida. Perdão pela ausência, agora vamos brincar!

Por fim, agradeço à Consciência cósmica/Deus por me guiar e cuidar, sou grata por tanto! E continuo aprendendo a viver, a ser, a sentir, a refletir e a me autoconhecer.

“Não fará Deus justiça aos seus escolhidos, que a ele clamam dia e noite, embora pareça demorado em defendê-los?”

Lucas 18:7

RESUMO

Esta tese analisa a construção social e política de Zé Maria do Tomé como mártir da luta socioambiental no/do Ceará. José Maria Filho foi assassinato nas proximidades de sua residência, localizada na Chapada do Apodi, espaço de intenso conflito fundiário, com vinte e cinco tiros, no dia 21 de abril de 2010. A morte, marcada pela violência, do camponês e líder comunitário colocou em risco a existência e a continuidade da atuação de Movimentos Sociais que tinham suas agendas alinhadas às bandeiras de lutas de Zé Maria do Tomé: a expropriação de terras e a contaminação das águas e do solo por uso indiscriminado por agrotóxicos. A morte é um fenômeno constituído de valores e sentidos, circunscritos na conjuntura social, cultural e histórica do sujeito. O assassinato de Zé Maria do Tomé significa a morte do corpo. Esse acontecimento gera um outro corpo, marcado pelo sangue, pela violência, pela potência de suas lutas. A partir de 2010, após o crime, há um alinhamento de propostas e demandas de lutas em torno dos agenciamentos e disputas das memórias sobre Zé Maria do Tomé: movimentos como MST (Movimentos do Sem Terra), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), Cáritas Diocesana e a CPT (Comissão da Pastoral pela Terra – Igreja Católica), docentes e discentes ligados à UECE (Universidade Estadual do Ceará) e à UFC (Universidade Federal do Ceará), coletivos da sociedade civil, entre outros, reuniram-se e criaram um coletivo denominado como M21 (Movimento 21 de Abril). Esse movimento tornou-se um dispositivo coletivo que corroborou a construção de Zé Maria do Tomé como um mártir da luta social do campo, construindo narrativas sobre a exemplaridade e a doação da sua vida em prol de um bem maior: a luta contra o Agronegócio. A construção da presença de Zé Maria do Tomé é um elemento simbólico significativo que se afirma na criação de uma agenda de debates, seja na Semana Zé Maria do Tomé (10 edições), na Romaria, na Lei 16820 (de autoria do Deputado Estadual Renato Rosseno, que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará), seja em espaços e repartições públicas que receberam seus nomes. Zé Maria do Tomé foi um importante interlocutor dos conflitos vivenciados no campo, mas, em morte, na construção como mártir, tornou-se um símbolo de luta pela justiça social e ambiental no enfrentamento cotidiano por direitos à terra, à água, à vida. A morte não é o fim, Zé Maria ganha outro tipo de corpo, ele se torna uma imagem, um mártir da/pela luta social. A morte de José Maria Filho fez nascer Zé Maria do Tomé.

Palavras-chave: mártir; morte; movimentos sociais; meio ambiente.

ABSTRACT

This thesis analyzes the social and political construction of Zé Maria do Tomé as a martyr of the socio-environmental struggle in/in Ceará. José Maria Filho was murdered near his residence, located in Chapada do Apodi, an area of intense land conflict, with twenty-five shots, on April 21, 2010. The death marked by violence of the peasant and community leader put at risk the existence and continuity of the activities of Social Movements that had their agendas aligned with the struggle flags of Zé Maria do Tomé: the expropriation of land, the contamination of water and soil due to indiscriminate use of pesticides. Death is a phenomenon made up of values and meanings, circumscribed in the social, cultural and historical situation of the subject. The murder of Zé Maria do Tomé means the death of the body. This event generates another body, marked by blood, violence, and the power of its struggles. From 2010 onwards, after the crime, there is an alignment of proposals and demands for struggles around the agencies and disputes over memories about Zé Maria do Tomé, movements such as MST (Movimentos do Sem Terra), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) , Cáritas Diocesana and the CPT (Pastoral Commission for the Land – Catholic Church), teachers and students linked to UECE (State University of Ceará) and UFC (Federal University of Ceará), civil society collectives, among others, met and created a collective called M21 (Movimento 21 de Abril). This movement became a collective device that corroborated the creation of Zé Maria do Tomé as a martyr of the rural social struggle, building narratives about exemplarity and the donation of his life in favor of a greater good, thus, the fight against Agribusiness. The construction of the presence of Zé Maria do Tomé is a significant symbolic element that is affirmed in the creation of a debate agenda, in the Zé Maria do Tomé Week (10 editions), in the Pilgrimage, in Law 16820 (authored by State Deputy Renato Rosseno, which prohibits the aerial spraying of pesticides in Ceará), public spaces and offices that received their names. Zé Maria do Tomé was an important interlocutor of the conflicts experienced in the countryside, but, in death, in the making of a martyr, he became a symbol of the fight for social and environmental justice in the daily struggle for rights to land, water and life. However, death is not the end, Zé Maria gains another type of body, he becomes an image, a martyr of/for the social struggle. The death of José Maria Filho gave birth to Zé Maria do Tomé.

Keywords: martyr; death; social movements; environment.

RESUMÉ

Cette thèse analyse la construction sociale et politique de Zé Maria do Tomé en tant que martyr de la lutte socio-environnementale au/au Ceará. José Maria Filho a été assassiné près de sa résidence, située à Chapada do Apodi, une zone d'intense conflit foncier, par vingt-cinq coups de feu, le 21 avril 2010. La mort marquée par la violence du paysan et leader communautaire a mis en péril l'existence et la continuité des activités des mouvements sociaux dont les agendas étaient alignés sur les drapeaux de lutte de Zé Maria do Tomé : l'expropriation des terres, la contamination de l'eau et du sol. en raison de l'utilisation aveugle de pesticides. La mort est un phénomène composé de valeurs et de significations, circonscrites dans la situation sociale, culturelle et historique du sujet. Le meurtre de Zé Maria do Tomé signifie la mort du corps. Cet événement génère un autre corps, marqué par le sang, la violence et la puissance de ses luttes. À partir de 2010, après le crime, il y a un alignement de propositions et de revendications de luttes autour des agences et de disputes sur les souvenirs de Zé Maria do Tomé, de mouvements tels que le MST (Movimentos do Sem Terra), le MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem). , la Caritas Diocesana et la CPT (Commission pastorale du territoire – Église catholique), des enseignants et des étudiants liés à l'UECE (Université d'État du Ceará) et à l'UFC (Université fédérale du Ceará), des collectifs de la société civile, entre autres, se sont réunis et ont créé un collectif appelé M21 (Movimento 21 de Abril). Ce mouvement est devenu un dispositif collectif qui a corroboré la création de Zé Maria do Tomé comme martyr de la lutte sociale rurale, construisant des récits sur l'exemplarité et le don de sa vie en faveur d'un bien supérieur, donc la lutte contre l'agro-industrie. La construction de la présence de Zé Maria do Tomé est un élément symbolique significatif qui s'affirme dans la création d'un agenda de débat, dans la Semaine Zé Maria do Tomé (10 éditions), dans le Pèlerinage, dans la Loi 16820 (rédigée par le Député d'État Renato Rosseno , qui interdit l'épandage aérien de pesticides au Ceará), les espaces publics et les bureaux qui portent leur nom. Zé Maria do Tomé a été un interlocuteur important des conflits vécus dans les campagnes, mais, dans la mort, en devenir un martyr, il est devenu un symbole de la lutte pour la justice sociale et environnementale dans la lutte quotidienne pour les droits à la terre, à l'eau. et la vie. Mais la mort n'est pas la fin, Zé Maria acquiert un autre type de corps, il devient une image, un martyr de/pour la lutte sociale. La mort de José Maria Filho a donné naissance à Zé Maria do Tomé.

Mots Clés: martyr; la mort; mouvements sociaux; environnement.

LISTA DE ABREVIATURAS

ALECE	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
CERESTA	Centro de Referência à Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental
CPT	Comissão da Pastoral pela Terra
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
ERBs	Estações de Rádio Base
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
IJF	Instituto José Frota
IML	Instituto Médico Legal
LEV	Laboratório de Estudos da Violência
M21	Movimento 21 de Abril
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MP/CE	Ministério Público do Ceará
MST	Movimento dos Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PIJA	Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi
RENAP	Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares
RENAST	Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
TJCE	Tribunal de Justiça do Ceará
TRAMAS	Núcleo de Trabalho, Meio Ambiente e Saúde
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Muro da residência da família de Zé Maria do Tomé na comunidade do Tomé-CE. 20
Figura 2 - Print com a fotografia de Zé Maria do Tomé no IML de Quixeramobim. 51
Figura 3 - Zé Maria do Tomé no local em que foi morto no Tomé. Programa Conexão Repórter do SBT, denominado *O doce veneno dos campos do senhor*. 52
Figura 4 - Velório de Zé Maria na Capela de Nossa Senhora, 22 de abril de 2010, comunidade Tomé-Quixeré. 54
Figura 5 - Velório de Zé Maria do Tomé, 22 de abril de 2010, comunidade do Tomé-Quixeré. 57
Figura 6 - Os familiares de Zé Maria do Tomé no cortejo do sepultamento. 58
Figura 7 - Fotografia de Zé Maria do Tomé. 60
Figura 8 - Registros fotográficos de Zé Maria do Tomé na Câmara Municipal de Limoeiro do Norte-CE. 66
Figura 9 - Zé Maria do Tomé ao lado do Canal da Integração, na Chapada do Apodi. 72
Figura 10 - Reportagem sobre aceite da denúncia pelo Ministério Público - Jornal Diário do Nordeste. 76
Figura 11 - 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) 82
Figura 12 - Muro da casa da família de Zé Maria do Tomé. 86
Figura 13 - Manuscrito produzido por Zé Maria do Tomé. 97
Figura 14 - Zé Maria do Tomé na piscina do PIJA (Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi). 102
Figura 15 - Mortandade de Peixes no Reservatório do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA). 103
Figura 16 - Lucinda Xavier participa de caminhada pela paz nos dois anos de morte de Zé Maria do Tomé. 106
Figura 17 - O filho mais novo de José Maria Filho, Lucas Gabriel, de 6 anos, plantou uma árvore no local onde o pai foi assassinado 107
Figura 18 - Fotografia capa do jornal Diário do Nordeste, de dois anos de morte de Zé Maria do Tomé. 110
Figura 19 - Márcia Xavier em entrevista ao repórter Roberto Cabrini, para o Programa Conexão Repórter do SBT, denominado *O doce veneno dos campos do senhor*. 112

Figura 20 - Deputado Renato Roseno e vereador João Alfredo entregam a Antônia Márcia Xavier, filha do ambientalista José Maria do Tomé, placa alusiva à Semana Mundial do Meio Ambiente. 113
Figura 21 - Antônia Márcia Xavier na audiência pública em Brasília. 116
Figura 22 - Marcia Xavier, filha do líder assassinado José Maria do Tomé, acompanha com preocupação os problemas de saúde da filha, em 2018, com 5 anos, Waleska Santiago. 116
Figura 23 - Marcia Xavier, filha de Zé Maria do Tomé no CERESTA em Limoeiro do Norte-CE. 120
Figura 24 - Reportagem do Diário do Nordeste que retrata a morte do agricultor Vanderlei 128
Figura 25 - A viúva Gerlene acompanhada do filho do casal. 129
Figura 26 - Zé Maria do Tomé em entrevista à Flávio Costa, repórter e diretor da TV JAGUAR. 132
Figura 27 - Ocupação, pelas Mulheres, da Estrada do Agronegócio, em 8 de março de 2007. 135
Figura 28 - Greve na empresa Del Monte (agosto de 2008). 135
Figura 29 - Fac-Símile de reportagem exclusiva sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos na Chapada do Apodi. (Diário do Nordeste, Caderno Regional / Publicação: Terça-feira, 29 de abril de 2008). 137
Figura 30 - Zé Maria do Tomé no auditório do NIT (Núcleo de Inovação Tecnológica) em Limoeiro do Norte-CE, em 2008. 146
Figura 31 - Capa do Almanaque do Baixo Jaguaribe (2012). 147
Figura 32 - Mandala do "Diagnóstico Socioeconômico das Comunidades do Entorno das Empresas de Agronegócio no Perímetro-Irrigado Jaguaribe-Apodi" 148
Figura 33 - Programação da X Semana Zé Maria do Tomé (Fafidam/UECE). 155
Figura 34 - VIII Romaria 21 de abril (2018). 162
Figura 35 - Romaria da Chapada do Apodi – estandartes das lutas e dos mártires. 165
Figura 36 - A mística na Romaria da Chapada do Apodi. 166
Figura 37 - Grito dos Excluídos na Chapada do Apodi, 2009 167
Figura 38 - Zé Maria do Tomé (de camisa amarela, segurando um avião) durante protesto em 2008, em Limoeiro do Norte (CE), contra pulverização aérea de agrotóxicos e o Padre Júnior Aquino com camisa verde. 168
Figura 39 - Zé Maria do Tomé no Grito dos Excluídos na Chapada do Apodi, 2009. 168

Figura 40 - Muro das Lamentações, no muro da residência da família de Zé Maria do Tomé. 169
Figura 41 - Árvore dos Sonhos, no muro da residência da família de Zé Maria do Tomé. .. 170
Figura 42 - Muro da residência de Zé Maria do Tomé, na comunidade do Tomé-Limoeiro do Norte/Ce..... 171
Figura 43 - Grito dos Excluídos na Chapada do Apodi, 2009..... 172
Figura 44 - Grito dos Excluídos na Chapada do Apodi, 2009 (Topo da Chapada do Apodi). 173
Figura 45 - Romaria da Chapada do Apodi, 21 de abril de 2022. 174
Figura 46 - Wagner Moura em defesa da Lei Zé Maria do Tomé. 180
Figura 47 - Memorial Zé Maria do Tomé no lugar em que foi assassinato. 183
Figura 48 - CERESTA Zé Maria do Tomé. 184
Figura 49 - Logomarca da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé..... 185
Figura 50 - Faixa sobre a ocupação do Acampamento Zé Maria do Tomé. 189
Figura 51 - O Acampamento Zé Maria do Tomé é fruto de uma grande ocupação realizada em maio de 2014, onde resistem mais de 100 famílias. 189
Figura 52 - Acampamento Zé Maria do Tomé realiza ação de solidariedade em Limoeiro do Norte/CE (30 de setembro de 2021). 190
Figura 53 - Quadrilha Junina Festeja Siara homenageia o Acampamento Zé Maria do Tomé. 191
Figura 54 - Quadrilha Junina Festeja Siara homenageia o Acampamento Zé Maria do Tomé. 193
Figura 55 - Cartaz do documentário Doce Veneno ou Sweet Poisin. 195
Figura 56 - Melquíades Júnior e Waleska Santiago durante a captação de imagens de Sweet Poison. 196
Figura 57 - Print da página inicial do Facebook do Centro Acadêmico (CA) de História Zé Maria do Tomé. 197

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Trechos das rodovias da Fruta e do Melão. 24
Mapa 2 - Cartografia dos Perímetros Irrigados no Estado do Ceará, organizados pelo Departamento Nacional de Obra de Saneamento (DNOCS). 26
Mapa 3 - Distribuição dos conflitos por terra no Ceará. 48
Mapa 4 - Mapa de localização das firmas hegemônicas do agronegócio da fruticultura no Baixo Jaguaribe. 99
Mapa 5 - Intoxicação por uso de agrotóxico no Brasil, (2007-2014). 131
Mapa 6 - Percurso realizado pela Romaria da Chapada. 164
Mapa 7 - Mapeamento dos estados que estão em processo de leis que proíbam a pulverização aérea. 179

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Síntese das empresas do agronegócio da fruticultura em atuação no Baixo Jaguaribe (CE). 23
Quadro 2 - Quadro dos Mitos do Agronegócio. 150
Quadro 3 - Pesquisas orientadas pela Profa. Dra. Raquel Rigotto sobre às questões da Chapada do Apodi/CE. 153

Gráfico 1 - Pesquisa de campo sobre a importância da Romaria Zé Maria do Tomé. 158

Tabela 1 - Expropriação de Irrigantes do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (área-piloto e 1ª etapa). 25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 19

CAPÍTULO 1: POR UMA HISTÓRIA SOCIAL DE RESISTÊNCIAS E OUTRAS FORMAS DE VIVER 19

CAPÍTULO 2: "SE EU MORRER E A LUTA CONTINUAR, MORRO FELIZ" 43

2.1 12 de abril de 2010: um caminho sem volta 44

2.2 Uma morte profética 62

2.3 "O sangue dos mártires é semente para novos cristãos": a reelaboração da luta 74

CAPÍTULO 3: MORRE UM HOMEM, NASCE UM MÁRTIR: A CONSTRUÇÃO E OS USOS DA MEMÓRIA 89

3.1 A família 96

3.2 Movimentos Sociais 121

3.3 Universidade(s) 143

3.4 Igreja Católica 157

CAPÍTULO 4: O QUE OS VIVOS FAZEM DOS MORTOS: ZÉ MARIA, PRESENTE! UM AGORA PERMANENTE 176

4.1 Lei Zé Maria do Tomé (Lei 16.820/19) 176

4.2 Corporização dos espaços, a produção da presença 181

MUITO A REFLETIR, POUCO A CONCLUIR 198

FONTES DE PESQUISA 201

REFERÊNCIAS 205

APÊNDICE 215

ANEXOS 216

1 INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1: POR UMA HISTÓRIA SOCIAL DE RESISTÊNCIAS E OUTRAS FORMAS DE VIVER

O morto é a figura objetiva de uma troca entre vivos.
Ele é o enunciado do discurso que o transporta como um objeto,
mas em função de uma interlocução remetida
para fora do discurso, no não-dito.

Michel D'Certeau, em A Escrita da História.

21 de abril de 2018 começava com uma manhã chuvosa. O gotejar da biqueira rivalizava com o rádio ligado. Era uma forma de não me sentir tão só em um puerpério, onde o tempo não era do relógio, mas comandado pelo dormir-chorar-mamar do pequeno João, um bebê com onze dias de vida.

Distante, ouvia uma voz masculina convidando a população de Limoeiro do Norte e de cidades vizinhas a comparecerem ao evento alusivo à Semana Zé Maria do Tomé, em especial, à Romaria que sairia às 16h.

Embalando meu pequeno João, lembrei-me de quando ainda cursava a graduação em História na Fafidam/UECE, idos de 2008 ou 2009. Ao passar próximo ao auditório, fui capturada por uma voz altiva e forte, que chamava a todos ali presentes a lutar contra o agrotóxico. Até então, não sabia quem era aquele homem de linguagem simples, que se afirmava como camponês, que se fazia ser ouvido.

Cada vez mais, era comum a presença daquele homem e de outros camponeses na Fafidam/UECE, participando efetivamente de eventos, realizando falas, protestando. E não só na Universidade, aquele homem estava nos programas de rádio ao meio-dia, estava em protestos nas ruas, estava na Tribuna da Câmara de Limoeiro do Norte. Seu nome era Zé Maria do Tomé.

As lembranças de Zé Maria do Tomé proferindo suas lutas e descobertas no auditório da Fafidam/UECE foram atravessadas pelas notícias de sua morte e seguidas pela crueldade e pelo ódio materializados em tantos tiros que, no primeiro momento, não dava para contar.

A maternidade era atravessada pela historiadora que estava provocada desde o Golpe de 2016 quando a presidenta Dilma Roussef foi destituída de sua função por meio de um golpe de Estado, arquitetado e efetivado pelos parlamentares (deputados e senadores)[1], e sentia cada vez

[1] Ver Löwy, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In*: I. Jinkins, D. K, & M. Cletto. **Por que gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil (pp. 63-70). São Paulo: Boitempo, 2016.

mais a necessidade de entender e refletir sobre o modelo de Estado que produz desigualdade, fome e morte.

A somatória de inquietudes me levou a contactar a família de Zé Maria do Tomé, e ali seria o ponto de partida. Desde o primeiro contato, foram atenciosos e acolhedores. Ao chegar à residência, deparei-me com o muro da casa, cuja pintura me situou que aquele era um lugar de memória, e mais ainda de resistência.

Figura 1 - Muro da residência da família de Zé Maria do Tomé na comunidade do Tomé-CE.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Na casa de Dona Branquinha[2], parece que o tempo não passou. Na intimidade do seu lar, não há luta, não há protesto. Há a foto de Zé, ainda moço na parede, de um tempo que antecede seu engajamento social. As lembranças que Dona Branquinha e seus filhos escolheram guardar antecedem o dia 21 de abril de 2010, pois, para eles, até esse momento, Zé era somente mais um zé.

Existe o tempo de fora, do Zé Maria do Tomé militante, presidente do sindicato dos agricultores, forte, destemido no enfretamento à estrutura do Agronegócio, que difere do tempo de dentro (da casa), onde o Zé de Dona Branquinha não se faz mais presente, mas a lembrança do esposo e pai amoroso e dedicado é ressignificada, cotidianamente.

[2] Dona Branquinha atende pelo nome de Lucinda Xavier e é comerciante até os dias atuais na região do Tomé-Quixeré, localizada na Chapada do Apodi – Vale do Jaguaribe/CE.

Conforme relata Dona Branquinha, é com o assassinato de Zé que a família toma consciência de que, além de esposo, pai, filho e agricultor, ele era também Zé Maria do Tomé, líder comunitário e militante socioambiental na região do Vale do Jaguaribe.[3]

Partimos da morte para entender o enredo de construção de um mártir da justiça social no campo, num processo de disputas e agenciamentos da memória, pois os movimentos sociais e parte da sociedade civil tornam Zé Maria do Tomé presente enquanto bandeira de luta.

José Maria Filho, Zé Maria do Tomé, como era popularmente conhecido, foi assassinado no dia 21 de abril de 2010, com vinte e cinco tiros de pistola (ponto 40), na mesma comunidade que carrega seu nome, o Tomé, em Limoeiro do Norte-CE. A morte de Zé Maria do Tomé foi bastante noticiada e, no decorrer de uma década, adquiriu visibilidade nacional e internacional[4].

As lutas lideradas por Zé Maria do Tomé versavam contra a pulverização aérea, a contaminação da água para consumo humano e animal, a expulsão dos pequenos agricultores da Chapada do Apodi e a grilagem de terras públicas no Perímetro Irrigado Jaguaribe/Apodi.

A história que narro até aqui entrelaça a trajetória de vida do líder comunitário e ambientalista Zé Maria do Tomé, que lutava por uma região que vem sofrendo, nas últimas três décadas, um intenso e desordenado processo de reorganização do espaço social produtivo, o qual foi apropriado pelo agronegócio de forma indiscriminada e arbitrária (Silva, 2016).

A trajetória de Zé Maria defronta-se com o alicerçamento do agronegócio na região da Chapada do Apodi, que atravessa os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. O estranhamento sentido por Zé Maria do Tomé é a emergência de uma nova realidade que produz uma rede de significados na qual o agricultor passa a ser visto como trabalhador rural; a pluralidade de culturas dá lugar ao grande latifúndio; o tempo que era da natureza, coordenado pelo nascer e pôr do sol, passa a ser o tempo do relógio, da produção, do capital.

A partir dos anos de 1980, o Estado, com um sedutor discurso de modernização do campo, criou uma estrutura, com recursos públicos, que possibilitou a instalação de diversas

---

[3] A região do Vale Jaguaribe é uma das regiões de planejamento do estado do Ceará formada por 15 municípios: Jaguaribe, Jaguaribara e Jaguaretama, localizados na microrregião do Médio Jaguaribe; Pereiro, Ererê, Iracema e Potiretama, na microrregião da Serra do Pereiro; e Alto Santo, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Quixeré, Russas e Palhano, localizados no Baixo Jaguaribe. Disponível em < http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2007/territorial/caracterizacao_territorial_red.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

[4] José Maria Filho, comumente conhecido por Zé Maria do Tomé, carrega a terminologia "Tomé", região situada na Chapada do Apodi, uma fronteira agrícola situada entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. A toponímia é um indicativo da conexão do sujeito ao espaço, de nascer, viver, trabalhar e, também, da identidade que constitui. Assim, a toponímia "Tomé" adjetiva Zé Maria com elementos da história, das lutas, das memórias e das relações de poder desse espaço. Ver: FAGGION, Carmen Maria; MISTURINI, Bruno; DAL PIZZOL, Elis Viviana. **Ideologias no ato de nomear:** a toponímia revelando mudanças nas relações de poder de uma comunidade. ENTRELETRAS, Araguaína/TO, v. 4, n. 2, p. 10-30, ago./dez. 2013.

empresas agrícolas (criação do Perímetro Irrigado, construção de estradas e caminhos, reservatórios de água - o Castanhão, o Canal da Integração).

Para entender melhor a tensão entre classe camponesa e agronegócio, é importante voltarmos ao início dos anos de 1990 na região do Vale do Jaguaribe, com a instalação das grandes empresas agrícolas que faziam parte de um conjunto de Políticas Públicas do estado do Ceará, o qual tinha como signo a modernização, sendo figura central Tasso Jereissate, liderança do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) (Arruda; Parente, 1999).

Na conjuntura do fim da década de 1980, havia uma efervescência em torno do debate a favor da reforma agrária, sensibilizada pela retomada do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e, na esfera regional, pela elaboração do I Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA). O Ceará passava por um processo de transição política. Dava-se início à "Era do Galeguinho dos Olhos Azuis".

A emergência de Tasso Ribeiro Jereissati ao poder no campo político data da conjuntura política do pós-1986 e tem como questão central a derrota do grupo político denominado por "coronéis". Assim, é eleito um jovem político de 38 anos, administrador pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), empresário, representante do Centro Industrial do Ceará (CIC), filho do senador Carlos Jereissati e genro de Edson de Queiroz. Seu slogan de campanha anunciava "O Governo das Mudanças".

Tasso Jereissati inicia o processo de reestruturação do capitalismo, a princípio, com interesse de erradicar a fome no estado do Ceará, fazendo uso de um novo modelo de gestão orientado pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial de Saúde (OMS), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e *Food and Agriculture Organization* (FAO).

Conforme Monte (2008), o Governo das Mudanças era estruturado em três pilares: a promoção do turismo em massa, a interiorização da indústria e a instalação da infraestrutura do agronegócio. Se, por um lado, era realizada uma significativa reestruturação socioeconômica e territorial, pelo outro, esse modelo de gestão foi responsável por alargar as desigualdades socioespaciais do estado do Ceará, fato que ampliou a concentração de terra, renda e capital.

Para a realização do processo de reestruturação do capitalismo, Tasso Jereissati recorreu a empréstimos de recursos com o Banco Mundial. Essa aproximação destaca o projeto estruturado em ditames neoliberais, circunscrito em enunciados como "novo", "projeto moderno", na territorialização do grande capital e expansão da agricultura nos moldes capitalistas.

O modelo do agronegócio que passa a ser incentivado e apoiado pelo Estado Brasileiro desde os anos de 1960 chega aos anos de 1990 com forte frete do capital estrangeiro interessado em inserir-se em meios que tivessem acesso técnico e científico, com estrutura de recursos hídricos, a fim de explorar a agricultura irrigada (Elias, 2002).

O processo de ampliação do capitalismo em direção ao campo foi denominado por *Revolução Verde*, a qual, nos anos de 1960, adjetivava o agronegócio pelo modelo do padrão tecnológico, marcado pela mecanização e pela alta produtividade, o que implica em uma especialização da economia no Brasil. Por sua vez, esta demarca um novo modelo agroexportador de bens primários sob o signo da modernização que ampliou as desigualdades e os impactos socioambientais (Octaviano, 2010).

A Chapada do Apodi, localizada entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, é o que se denomina como fronteira agrícola, ou seja, usufrui de potencial de agricultura, através de solos férteis, estrutura hídrica e clima favorável. Em virtude de abundância da força de trabalho na região, torna-se "a menina dos olhos" dos investidores capitalistas.

Vale salientar que, com a instalação das empresas na região da Chapada, houve uma mudança drástica nas relações sociais e no mundo do trabalho. O agricultor familiar, que até então realizava seu fazer-se existir no mundo numa profunda relação de reciprocidade com a natureza, foi substituído pelos trabalhadores rurais, caracterizados pela ausência de vínculo com a terra, com a cultura ali plantada, relação adjetivada pelo binômio patrão-empregado.

Quadro 1 - Síntese das empresas do agronegócio da fruticultura em atuação no Baixo Jaguaribe (CE).

Nome da empresa	Ano de instalação no Baixo Jaguaribe	Localização das fazendas no Baixo Jaguaribe	Principais frutas cultivadas
Agrícola Famosa	1995	Icapuí, Aracati, Limoeiro do Norte, Quixeré, Russas, Tabuleiro do Norte e Alto Santo	Melão, melancia, mamão e banana
Frutacor	1997	Quixeré, Limoeiro do Norte e Russas	Banana e mamão
Del Monte	1999	Quixeré e Limoeiro do Norte	Banana, coco, abacaxi e melão
Itaueira	1999	Aracati, Palhano, Itaiçaba, Russas e Morada Nova	Melão e melancia
Banesa	2004	Limoeiro do Norte	Banana
Meri Pobo	2013	Russas, Limoeiro do Norte e Jaguaruana	Acerola, goiaba, melão, coco, uva e melancia

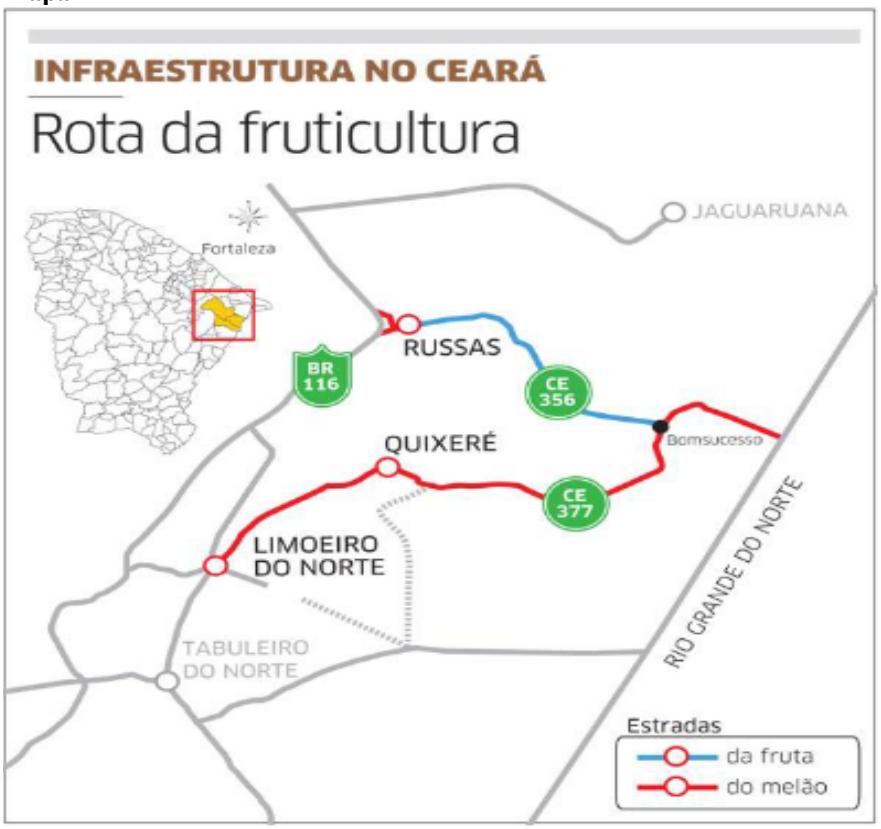
Fonte: Cavalcante, 2019; Cavalcante, 2023, p. 229.

Conforme o quadro elaborado pelo geógrafo Leandro Cavalcante (2019; 2023), podemos perceber a ramificação das empresas pela região do Baixo Jaguaribe fragmentando a

Chapada do Apodi pelas empresas agroexportadoras da fruticultura que, desde meados da década de 1990, instalam-se neste espaço.

A estrutura criada pelo Estado do Ceará nomeada “caminhos das águas” deve ser vista como um complexo que compreende estradas, reservatórios de água (Açude Castanhão), canais abertos (Canal da integração e Canal do trabalhador), porto para escoar produtos (Porto do Pecém), que atrai a instalação de empresas nacionais e multinacionais do agronegócio, em especial para o Projeto Público de Irrigação (ELIAS, 2002).

Mapa 1 - Trechos das rodovias da Fruta e do Melão.



Fonte: Disponível em https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/produtores-alertam-para-obras-na-estrada-da-fruta-1.82148. Acesso em: 12 de julho de 2023, às 19:42h.

O Projeto Público de Irrigação Jaguaribe-Apodi, localizado na região da Chapada do Apodi (Limoeiro do Norte e Quixeré – CE), teve como proposta inicial o loteamento de terras que seriam destinadas à agricultura camponesa para o desenvolvimento da agricultura familiar, priorizando culturas de subsistência. O projeto de reestruturação socioespacial se dilui com a ausência de políticas públicas que possibilitassem ao homem do campo viver de sua produção. Logo, as grandes empresas passam a negociar arrendamentos e compras de lotes de terras, intensificando o processo de desterritorialização e alterando o modo de vida, as relações de produção e de trabalho (Freitas, 2010).

A expansão da modernizadora agricultura teve no Projeto Público de Irrigação Jaguaribe-Apodi uma possibilidade de fixação das empresas no campo, as quais, por meio da agricultura irrigada, passaram a explorar a fruticultura para exportação. Porém, percebemos as redes colaborativas pelas quais o Estado - nas instâncias federal, estadual e municipal - a partir de políticas públicas e programas governamentais, esboça a centralidade dentro de um projeto que prioriza as demandas de consumo globalizado e de acumulação capitalista.

Tabela 1 - Expropriação de Irrigantes do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (área-piloto e 1ª etapa).

Nº de irrigantes da área piloto + 1ª etapa (1992)	Nº de irrigantes expropriados em 2009 (área piloto + 1ª etapa)	Nº de irrigantes que permaneceram em 2009 (área piloto + 1ª etapa)	% da expropriação (área piloto + 1ª etapa)
316	255	61	81

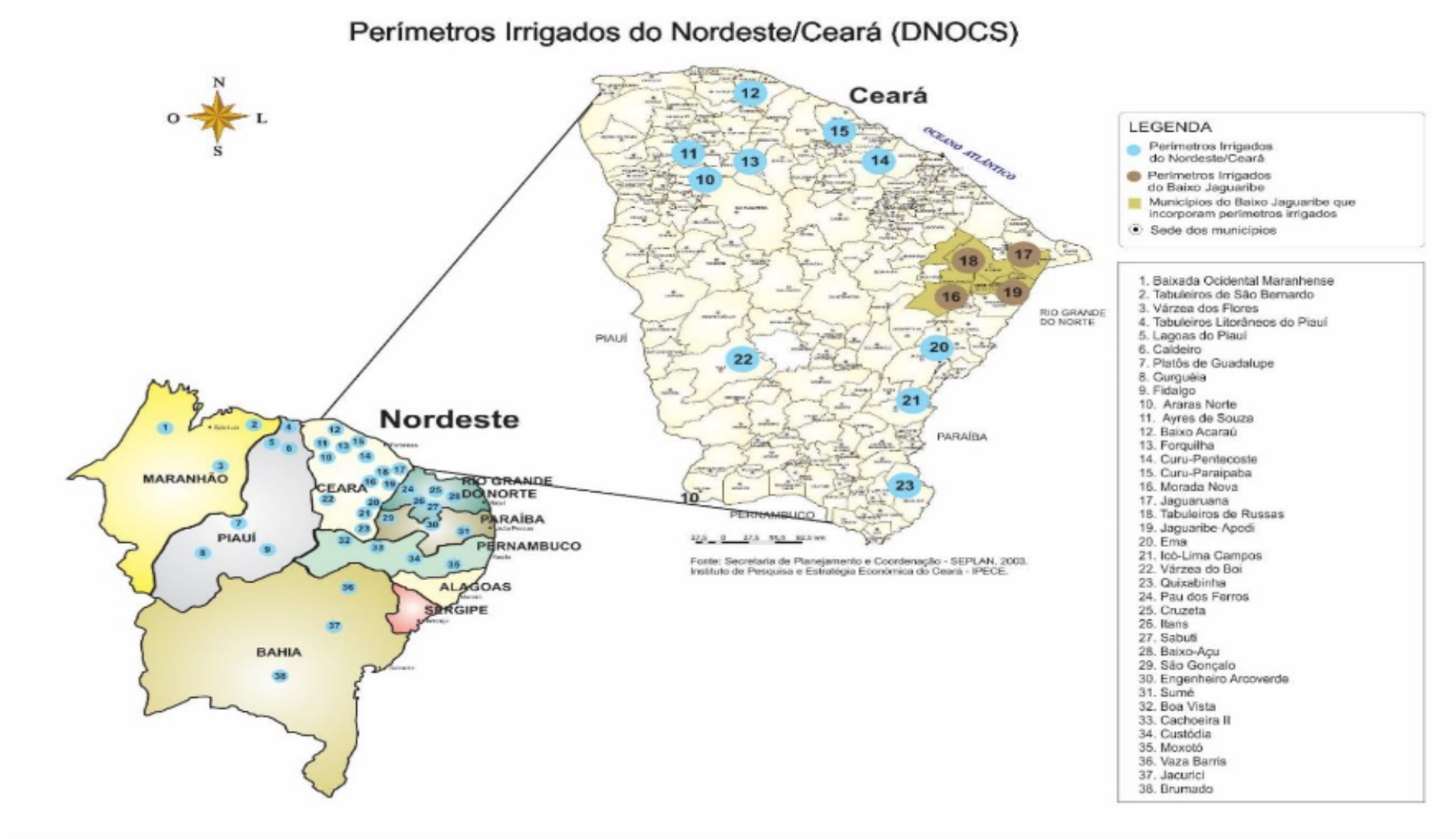
Fonte: DNOCS (2009) e Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (1992), organizado por Freitas (2010).

Nos idos de 1990, as expansões das políticas neoliberais levaram ao crescente número de exportações de produtos agrícolas, sedimentando o modelo agroexportador. Em alinhamento com a lógica desenvolvimentista, no ano de 1995, inaugura-se a Política Nacional de Irrigação e Drenagem, o que resultou no ano seguinte, 1996, na quarta fase do projeto denominado Projeto Novo Modelo de Irrigação, o qual implica de forma direta no avanço do capital sobre o campo.

O projeto de expansão neoliberal teve sua porta de entrada no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, caracterizado sobretudo pela concentração fundiária por empresas e invasão de terras públicas. A implantação do projeto Jaguaribe-Apodi data de 1987, com a desapropriação de 10.284,26 hectares. Conforme os dados de Freitas (2010), havia 268 posseiros e/ou proprietários que detinham 15.106,68 hectares, divididos em 201 minifúndios, 52 pequenos, 14 médios e 1 grande proprietário. Vale salientar a concentração de terras de apenas 15 proprietários (14 médios e 1 grande), cerca de 43% da área total.

No processo de desapropriação das terras, o órgão instituído foi o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOCS), que elencou critérios com base na Lei de Irrigação n° 6.662, datada de 25 de junho de 1979, cujas diretrizes orientavam o pagamento de indenizações somente aos proprietários da terra que detivessem o registro da propriedade. Essa compreensão legal prejudicou desmedidamente os camponeses, já que a maioria não possuía documentos, pois a forma de ascensão à propriedade se dava pela hereditariedade das terras.

Mapa 2 - Cartografia dos Perímetros Irrigados no Estado do Ceará, organizados pelo Departamento Nacional de Obra de Saneamento (DNOCS).



Fonte: **(**DNOCS, 2010); (Freitas, 2018).

Dessa forma, podemos perceber que o valor pago aos proprietários que não possuíam documentação era bem inferior em relação àqueles com terras tidas como “regulares”. Logo, grande parcela dos camponeses sofreu com a desapropriação, restando apenas uma pequena parcela que ficou em suas áreas inseridas no polígono do projeto.

É imprescindível tomar nota que o projeto de expansão neoliberal realizado na Chapada do Apodi, pensado nesse estudo como Agronegócio, é uma das faces de um modelo de sociedade que reproduz as relações de exploração e exclusão, substantivado como pós colonialismo.

Não obstante, quando problematizamos a instalação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA), esta denota um processo de contrarreforma agrária, tendo em vista que segue na contramão ao não revisar e nem redistribuir as terras no Brasil, que historicamente foram concentradas, mas legitima as terras que configuram espacialmente o PIJA, centralizadas na posse de empresas.

O Estado do Ceará promoveu e financiou a estrutura do Agronegócio e, assim, negou as populações camponesas o direito à terra, o direito à vida, o direito sobre seus corpos, reforçando a estrutura de modo à condicionalidade de subalternidade dos camponeses e das comunidades, deslegitimando sua(s) identidade(s), seus saberes, suas vivências, seus modos de viver e ser.[5]

Os camponeses da Chapada do Apodi tiveram suas terras tomadas, a água contaminada e o acesso negado. Seu modo de vida profundamente modificado, abandonado pelo Estado e pelas políticas públicas. Além do ar, que também passou a ter efeito adoecedor com as pulverizações aéreas.

Zé Maria do Tomé se foi em 21 de abril de 2010, e até os dias atuais seu assassinato não teve solução. As lutas lideradas por Zé Maria do Tomé versavam as políticas de morte vivenciadas pelos camponeses e deflagradas pelo Agronegócio. Ele é um dos invisíveis, um dos invisibilizados pelas políticas de morte.

Zé Maria do Tomé foi morto com 44 anos e teve sua experiência de vida transformada em legado de luta contra a desigualdade, que virou bandeira de diversos segmentos sociais,

[5] Ao pensarmos as relações da colonialidade do poder, um mote fundamental na reflexão é o de raça, que constitui um elemento básico na experiência da dominação que advém do processo colonizador nos séculos XV e XVI, onde a racionalidade do eurocentrismo alargou-se enquanto estruturas mentais e socioeconômicas. A racialização foi um projeto naturalizado, tendo em vista sua legitimação pelos vieses religiosos, econômicos, sociais e culturais, que, estruturados, elegeram uma tipologia de sujeito que é legitimo ser e viver a exploração, a violência, o estupro e a invasão de seus corpos e, por fim, a morte, menosprezada e invisibilizada (QUIJANO, 2005, p. 117 e 118).

abraçada por diversos Movimentos Sociais, Universidade, lideranças políticas, sociedade civil e setores da Igreja Católica, os quais se posicionavam sobre diferentes frentes, mas com objetivos similares: a luta em defesa de água, terra, moradia, saúde e educação de qualidade para todos. O assassinato matou o corpo, numa ação violenta de 25 tiros, em uma emboscada, a poucos quilômetros de sua casa. Contudo, Zé Maria ganha outro tipo de corpo, ele se torna uma ideia, um estandarte da luta contra o agrotóxico.

Em consonância com a linha de pesquisa **Memória e temporalidade**, este trabalho objetiva analisar como os diferentes segmentos sociais, educacionais, políticos e religiosos construíram memórias e linguagens que enquadram a história de vida de Zé Maria do Tomé enquanto mártir.

É nesse contexto que emergem as disputas pela(s) memória(s) do legado de sua luta, na legitimação de seu passado historicamente assentado nos embates contra o agronegócio. A trajetória de Zé Maria do Tomé é uma trama tecida pela composição de esquecimento e lembranças.

Michel de Certeau (2007), em "Uma Variante: A Edificação Hagiográfica" - sétimo capítulo, "A Escrita da História" - elucida que a "operação historiográfica" é realizada em meio a tensões e misturas, surgida e constituída de saberes modernos; compreende-se como parte integrante, pois há afastamento do fato e da fábula. Por meio dos estudos hagiográficos, é possível perceber como essas operações fabricam "outros", colocando em fronteira a legitimação dos saberes, deixando de ser verdadeiros, como a religião e a ficção.

Dessa forma, De Certeau (2007) propõe que qualquer apropriação do passado implica na negação de outras possibilidades. Em tese, o historiador propõe a reflexão acerca das apropriações do passado, como em "edificação hagiográfica" emerge como "traição e tentação" da escrita da história moderna. No final do século XX, esse modelo de escrita fabricada sob signos da veracidade da chamada "Teologia da Libertação", na experiência dos diversos martirológicos em torno de presos políticos torturados.

A História Magistra Vitae constitui a base da escrita das hagiografias, uma base em movimento, em transformação no transcorrer do tempo. A vida dos santos e das coisas sagradas constituem uma história exemplar, de orientação, assim como os mártires cristãos.

Assim, quais os processos de construção de um mártir? Como os trabalhos da memória(s) agem nesse processo? Como a experiência de vida de Zé Maria do Tomé foi

ressignificada por diferentes segmentos sociais? Sob quais bandeiras de luta a vida do líder ambientalista sofreu enquadramentos, disputas e agenciamentos?

Como sua morte se torna um marco nas agendas dos Movimentos Sociais, qual a intencionalidade? O que lembrar, e por quê? O que esquecer, e por quê? Quais episódios foram positivados? Como os diferentes segmentos se apropriaram da agenda de lutas elencadas por Zé Maria do Tomé? A História de Zé Maria do Tomé é mais um capítulo de dor e sangue na História Social dos Movimentos Sociais.

Aqui serão analisados não só os espaços de atuação social de Zé Maria do Tomé e a emergência de uma luta solidificada e organizada, mas também a a ressonância dos debates das comunidades rurais que passam a compor as agendas da sociedade civil, de políticos da região, da Universidade e dos grupos da Igreja Católica. A construção da liderança comunitária de Zé Maria do Tomé é concomitante aos primeiros debates em torno da organização dos movimentos socioambientalistas na região do Vale do Jaguaribe.

Para esse momento da pesquisa, compartilhamos o conceito de Movimentos Sociais de Eric Hobsbawn, que o compreende sinônimo de uma organização que tem como finalidade a transformação social (Hobsbawn, 1978).

O campo da História Social da Memória compreende a memória como um processo de qualificação, a qual é analisada em interação com o coletivo, bem como os diálogos que são estabelecidos com as diversas experiências vivenciadas, e é esse o palco de atuação e inventividade no qual se realizam as novas práticas sociais. A memória possui uma lógica de recorrente invenção, a possibilidade de o historiador compreender os mecanismos de atribuição de sentido que o presente concede ao passado.

Para François Hartog, é o presente quem fala ao passado, o regime de historicidade possibilita ao historiador dialogar com as múltiplas temporalidades que circunscrevem a memória, sendo ela escrita ou oral. O presente é ponto de partida para a observação, e esse distanciamento cria condições e possibilidades para uma “experiência de leitura” do passado (Hartog, 2006).

Segundo Koselleck, o conceito de Memória está articulado às categorias de “experiência” e “expectativa”. Para o autor, as categorias conferem condições positivas ao trabalho do historiador, não como uma matriz humana generalizada e imóvel, mas um dado prévio que, sem ele, seria impossível pensar historicamente. Para Koselleck:

> As condições da possibilidade da história real são, ao mesmo tempo, as condições de seu conhecimento. Esperança e recordação ou, mais genericamente, expectativa e experiência – pois a expectativa abarca mais que a esperança e a experiência é mais profunda que a recordação – são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã (Koselleck, 2006, p. 308).

Michael Pollak, com base no conceito de Henry Rousso, *memória enquadrada*, desenvolve reflexões sobre as disputas pela memória e os processos de enquadramento da memória. O *trabalho de enquadramento,* como denomina Pollak, produz discursos que se relacionam com os acontecimentos e os sujeitos, numa relação de disputa entre passado e futuro, e tem como vestígios monumentos, museus, ruas, bustos, entre outros (Pollak, 1989).

A memória passa a ser uma linguagem da existência e da continuidade do indivíduo enquanto ideia e escrituração (Certeau, 2008). E, por sua vez, estabelece relações de intriga e reciprocidade em relação aos usos sociais da memória, nas quais o passado e o presente se confundem na experimentação dos indivíduos, que produz diversas formas de arquivar suas experiências, sejam elas representadas nas lembranças ou no escrito, formas distintas de memória, mas que ao mesmo tempo se perpassam.

Do mesmo modo, a memória é constituída pela relação presente-passado, ela é um registro, um documento. A construção da memória(s) compreende um processo que abrange imagens, símbolos, discursos. Assim, ela abrange, seleciona, sendo a mutabilidade característica fulcral na sua invenção.

A memória possui uma lógica de recorrente invenção, a possibilidade de o historiador compreender os mecanismos de atribuição de sentido que o presente concede ao passado. A compreensão de memória tecidas pelo francês Paul Ricoeur soma a esse debate categorias analíticas, como imaginação e esquecimento. Dessa forma, coloca em relevo a rememoração como um processo contrário ao esquecimento. Assim, ora antagônicos, ora completando-se, a memória e o esquecimento se relacionam de forma intrínseca e não linear. A memória é o esforço de lembrar para não cair no esquecimento.

> É de fato o esforço de recordação que oferece a melhor ocasião de fazer “memória do esquecimento”, para falar por antecipação como Santo Agostinho. A busca da lembrança comprova uma das finalidades principais do ato de memória, a saber, lutar contra o esquecimento, arrancar alguns fragmentos de lembrança à “rapacidade” do tempo (Ricoeur, 2007, p. 48).

O assassinato de Zé Maria institui a finitude da vida, mas em especial da luta e da tensão gerada por ela. Contrário a isso, a memória presentifica[6] Zé Maria do Tomé não enquanto corpo, mas enquanto luta, na restituição de sua vida e do que esta produz na vida dos vivos.

A morte configura um momento de transição da visibilidade corpórea para outra(s) forma(s) de visibilidade, sendo essas através das memórias familiares, memórias dos movimentos sociais do campo, da cidade, da universidade, da Igreja Católica e a produção de linguagem por tais segmentos. Logo, a morte é a ação que a concretiza, o assassinato é um acontecimento em aberto, campo possível de (re)criação de presente e passado.

A morte do corpo biológico possibilita a emergência de outros corpos. O corpo simbólico e afetivo garante a existência de Zé Maria do Tomé. José Maria Filho, conhecido por poucos em vida, após sua morte, passa a ser conhecido por muitos como Zé Maria do Tomé; sua face, seu corpo passa a ser reificado, selecionado, recortado pelo olhar dos vivos.

A memória imprime nesse corpo(s) as disputas, contradições e distorções na sua construção. Com efeito, a memória e seus usos são formas de os vivos tornarem presentes seus mortos, demarcando, através deles, uma forma de, também, fazerem- se presentes.

A morte de Zé Maria do Tomé é um acontecimento fundante na sua história, como um mártir da terra, um camponês, que foi perseguido em vida, sofreu ameaças e teve sua vida findada como expressão do embate entre campesinato *versus* Agronegócio.

O Tomé é uma comunidade situado no município de Limoeiro do Norte, interior do Ceará, marcada pela presença da Chapada do Apodi que atravessa as fronteiras entre o Rio Grande do Norte e o Ceará. Sendo assim, quando José Maria Filho é denominado como Zé Maria do Tomé, foi imbricado um sentimento de pertencimento versado sobre a legitimação toponímica do homem-espaço, espaço-homem.

Na década de 1980, assim como outros tantos nordestinos, Zé Maria vai para o Sudeste com o objetivo de uma vida melhor, já que o sertão não oferecia condições de existência; até então, não havia preocupação do Estado em garantir e assegurar a fixação do camponês. Em São Paulo, Zé Maria passou a trabalhar em uma cervejaria, o que lhe possibilitou viajar não só pela maior parte do país, mas também por vários países da América Latina como Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile.

---

[6] Sobre presentificação do morto ver: THOMAS, Louis-Vincent. **La mort en question**: traces de mort, mort des traces. Paris: L'Harmattan, 1991, p. 507.

No início da década de 1990, Zé Maria retorna para a comunidade do Tomé para casar-se com Dona Branquinha e trabalhar como agricultor na terra de seu pai. Nesse período, as famílias de camponeses que estavam situados na região da Chapada do Apodi passavam diversas tensões com empresas nacionais e estrangeiras, sendo elas: Fruta Cor, Bananas do Nordeste S/A (Banesa) e Del Monte Fresh Produce. Conforme os dados emitidos pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), o Agronegócio invadiu mais de 1.800 hectares. O Projeto Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi atrai a visibilidade do agronegócio para a fronteira agrícola, que é considerada a Chapada do Apodi.

As problematizações propostas neste estudo colocam em cena as relações de trabalho e os conflitos pela terra; a construção da tipologia do trabalhador rural, suas formas de organização e as lutas coletivas; além das reciprocidades e as construções de identidades nos Movimentos Sociais do Campo, enquanto categoria de análise histórica e política, com uma multiplicidade de significados.

Dessa forma, sob um prisma teórico, quais ideias estavam em destaque nos seus discursos e atuações sociais e políticas? Em quais correntes de pensamento elas se enquadram? Quais suas inspirações?

Nessa senda, é possível interpelar sobre quais foram os mecanismos, as estratégias e os espaços de atuação política de Zé Maria, bem como os atores sociais envolvidos nos processos de luta do movimento sócio ambientalista nas últimas três décadas? Em que momento há a adesão da Universidade e da Igreja Católica (Cáritas Diocesana e a Pastoral) ao movimento camponês?

O dia 21 de abril de 2010 é um marco histórico nesse estudo, pois a morte, que deveria ser um ponto final na luta, representa um deslocamento, uma continuidade. Zé Maria do Tomé torna-se, em morte, um símbolo de resistência, uma bandeira de luta. A morte é um fenômeno social. Os atores envolvidos apropriam-se desse evento e constroem, reconstroem, ressignificam, selecionam, produzem memória e as enquadram.

Nessa lógica, quais os processos de construção da memória? Como a experiência de vida de Zé Maria do Tomé foi ressignificada por diferentes segmentos sociais? Sob quais bandeiras de luta a vida do líder ambientalista sofreu enquadramentos?

A emergência do sujeito, das minorias, das possibilidades interdisciplinares/transdisciplinares, a pluralização das fontes, a atribuição de relevância às experiências sociais, culturais, econômicas e políticas do indivíduo na sua cotidianidade

incidem na operação historiográfica, de modo que redirecionam suas perspectivas, configurando velhas compreensões sob a tutela de novas concepções, uma Nova História Política (Loriga, 2011).

Conforme Giovanni Levi, a micro-história não é meramente a história dos excluídos.

> Pretende ser a reconstrução de momentos, de situações, de pessoas que, investigadas com olho analítico em âmbito circunscrito, recuperam um peso e uma cor; não como exemplos, na falta de explicações melhores, mas como referências dos fatos às complexidades dos contextos nos quais os homens se movem (Levi, 2009, p. 13).

Com efeito, no que tange aos interesses da História Social, Edoardo Grendi entende que essa vertente ampla da historiografia tem em seu princípio a compreensão de que *a história social é a história das relações entre pessoas e grupos* (Grendi, 2009, p. 36). Nessa esteira, o historiador social busca analisar as experiências e comportamentos humanos na tentativa de se compreender enquanto sujeito inserido em processos históricos. Trata-se de uma leitura do social que problematiza a tessitura da realidade, em perspectiva histórica, a partir do *locus* do historiador.[7]

A trajetória da construção de Zé Maria do Tomé possui muitas camadas, entre elas, o crime que se subscreve no campo da História Social do Crime, que congrega o debate e a reflexão sobre o lugar onde o crime e a violência ocupam na sociedade, bem como a relação estabelecida com instituições públicas e com os dispositivos legais, judiciário, policiais e criminais na relação entre crime-criminosos e justiça criminal.

Nesse cenário, compreender os sentidos atribuídos ao assassinato de Zé Maria do Tomé adquire forma na elaboração da memória que produz imagens e narrativas que o aproximam em vida e morte ao modelo de mártir cristão.

Sob tal viés, dialogamos com o campo da Nova História Política que emerge nos anos de 1980, pois opera nas compreensões, reflexões e problematizações das relações de poder e dos dominantes e dominados. Ademais, deslocar o olhar histórico em direção ao microcosmo

[7] A redução da escala torna o olhar do historiador mais minucioso, como o de um lince, e é nesse processo de aproximação que é possível compreender os sujeitos em constante movimento e reaver a complexidade das análises. *A escolha de escala da microanálise é exatamente em função dos objetos analíticos propostos, isto é, as relações interpessoais: isso vale para grupos sociais e para as comunidades. A opção pela segunda, que constitui o nexo de correspondência entre o agregado social e o espaço, é feita em função de uma mais complexa reconstrução das estruturas de dependência internas, ainda que reconheça que se mantém em pé para este fim também a relevância crucial dos papéis de mediação com a sociedade externa* (Grendi, 2009, p. 45).

social, às trajetórias de vida, ao vivido, através do método biográfico, é uma forma de aproximar a dimensão humana da dimensão histórica.[8]

Dessa maneira, o presente estudo encontra-se inserido no campo da História Social da Memória e objetiva compreender a construção do agricultor e do militante socioambiental Zé Maria do Tomé em mártir da luta social por meio da análise de sua trajetória de vida e de pós morte e, assim, construir analiticamente problematizações sobre os processos de construção e enquadramentos da(s) memória(s) dos sujeitos coletivos, familiares, institucionais, dos movimentos e da sociedade civil, além dos sujeitos individuais.

As *memórias da família* de Zé Maria do Tomé, principalmente Dona Branquinha, esposa, e Márcia Xavier, filha de Zé Maria do Tomé, apresentam o Zé, o homem brincalhão e risonho que divertia a família. No dia 19 de abril de 2021, de forma remota, tendo em vista a Pandemia COVID 19, aconteceu a X Semana Zé Maria do Tomé, e, na abertura do evento, sua filha, Márcia Xavier, apresenta sua biografia.

Em meio às lágrimas, Márcia lê a biografia de seu pai construída por ela e sua família de forma conjunta. Nela, é apresentado um Zé jovem, no álbum de fotografia do casamento, com 21 anos, transitando lembranças da adolescência, período em que conheceu Dona Branquinha, até a ida para São Paulo, onde fora trabalhar em uma cervejaria. Entre fotos, a narrativa da família nos leva por tantos lugares conhecidos por Zé Maria, diversos estados e capitais do Brasil e da América Latina (Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, e talvez mais), nos anos de 1980, o que constitui uma importante chave-de-leitura na sua trajetória como militante da causa ambiental, tendo em vista os debates políticos na agenda desse período.

Há também o *material jornalístico*, publicado no *Diário do Nordeste,* em *O Povo* e em blogs, os quais discorrem matérias sobre a vida de Zé Maria do Tomé enquanto militante ambientalista, bem como sobre sua morte e seus desdobramentos no âmbito judicial e nas tensões promovidas pelos Movimentos, a fim de ter uma solução punitiva para o(s) culpado(s). Desse modo, por meio do marcador Zé Maria do Tomé, foram mapeadas as matérias em jornais e blogs que antecedem e sucedem sua morte.[9]

O *processo crime* que investiga o assassinato de Zé Maria do Tomé, tem como Nº 7659-18.2010.8.06.0115. Está aberto para consulta pública com acesso no site www.jusbrasil.com.br,

[8] Como destaca François Dosse, o acontecimento só existe por causa dos vestígios, sem eles *o acontecimento não é nada*. Conforme Dosse, a história corresponde ao processo de metamorfose da memória, construído pelo acontecimento efetivo em limites temporais e pelos jogos de memória e esquecimento (DOSSE, 2003).

[9] Sobre a metodologia de análise de jornais ver: LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.

no qual basta realizar o cadastro e, assim, realizar download do documento. O documento compreende quatro mil seiscentas e setenta e duas (4.672) laudas de investigação, depoimentos, fotografias, mapas, descrições de telefonemas, entre outras, apresentadas pelo promotor de justiça Dr. Felipe Diogo Siqueira.

Entre as *Instituições de Ensino Superior*, a Universidade Estadual do Ceará destaca-se pela atuação social da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/Uece), com o Grupo de Pesquisa Movimento $_{21}$ (GPM_{21}), o qual reúne professores universitários atuantes na causa, o Laboratório de Estudos da Educação do Campo (LECAMPO) e o Programa de Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO). Ademais, a Universidade Federal do Ceará tem atuação do grupo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (TRAMAS), que tem como expoente a professora Dra. Raquel Rigotto, assim como o grupo coordenado pelo professor Dr. Mário Martins Viana Júnior (Departamento de História – UFC): Memórias das Comunidades impactadas pelos Perímetros Irrigados no Ceará (COMTER). Assim, além de realizar entrevistas, analisar-se-á a produção acadêmica construída por esses grupos.[10]

Além disso, será observada a relação de Zé Maria do Tomé com a atuação sociopolítica dos *Movimentos Sociais*: Movimentos dos Sem Terra (MST), Movimento dos Agricultores MPA, Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), sindicatos (CSP-Conlutas) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Apodi/RN (STTR).

A *Igreja Católica,* vinculada à Teologia da Libertação, tem também presença efetiva nesse processo na atuação nos Movimentos Sociais do Campo, através do grupo Caritas Diocesana, concomitante ao trabalho realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que se afirma como uma igreja militante pela causa dos pobres e desvalidos. Com o objetivo de analisar a construção da memória por esses segmentos, serão analisadas as entrevistas com os militantes, bem como o banco de dados e vídeos criado pela Caritas.

Existem ainda os *monumentos* e *patrimônios* com o objetivo de construir uma memória viva presente de Zé Maria do Tomé: Centro de Referência da Saúde do Trabalhador (CERES), Centro Acadêmico de História da FAFIDAM/Uece (C.A. de História Zé Maria do Tomé) e o

[10] É importante tomar nota que o uso da Fonte Oral requer uma leitura técnica e teórica. Dessa forma, necessita de um trato metodológico diferenciado, denominada como História Oral. Ver: *FERREIRA*, Marieta M.; AMADO, Janaina; (org.) Apresentação. *In*: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Acampamento Zé Maria do Tomé. Pierre Nora, em seu texto “Os Lugares de Memória”, assegura que:

> A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história é uma representação do passado. (...) A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (Nora, 1993, p.17).

Nessa diferenciação entre memória e história, realizada por Pierre Nora, a memória está no âmbito do vivido que se relaciona diretamente com o presente e está em constante reconstrução. Já a história seria uma forma de representar esse passado, mas em constante reconstrução também e estabelecendo diálogos com o presente. O Lugar de Memória porta uma constituição material, simbólica e utilitária. Dessa forma, o historiador Régis Lopes Ramos compreende que o processo de monumentalização é uma política da memória, que humaniza e naturaliza a presença do sujeito enunciado na esfera do cotidiano.

Assim, a metodologia da História Oral corrobora técnicas e métodos na transformação de entrevistas em Fonte Oral [11]. O surto mundial da pandemia COVID-19 e a experiência de isolamento social transpuseram a realidade vivida à pesquisa. Nesse sentido, entrevistas presenciais cederam espaço para entrevistas virtuais, mediadas por plataformas e programas.

Contudo, vale colocar em relevo que os entrevistados compõem uma amostra dos diversos, múltiplos e muitos sujeitos que atravessam a trajetória de vida e morte de Zé Maria do Tomé e a construção do mártir. Os entrevistados eram contactados via e-mail ou whatssap e informados sobre os objetivos do estudo, o formato gravado das entrevistas e o retorno do material transcrito para análise dele.

No primeiro momento, como forma de constituir uma rede de interlocutores que atravessavam a trajetória de Zé Maria do Tomé, contatei e marquei uma entrevista com o professor João Rameres Regis na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (Fafidam/UECE), onde era diretor na época, 2018. Regis figura com notoriedade pelos movimentos sociais na região do Baixo Jaguaribe.

Na entrevista com Regis (2018), ficou evidente uma relação entre Universidade - Igreja Católica - Movimentos Sociais elaborada por arranjos com evidente plasticidade. A segunda

[11] Ver: ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral: a ação da memória. *In*: **Ouvir Contar:** Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

entrevista foi realizada com Reginaldo Ferreira Araújo, militante e sindicalista com trajetória marcada pelas lutas, também em 2018. Araújo (2018) colocou em relevo os efeitos da morte de Zé Maria do Tomé sobre os movimentos na Chapada do Apodi.

João Rameres Regis também constituiu a mediação para aproximação com a família de Zé Maria do Tomé, em especial com Márcia Xavier, psicóloga e filha de Zé, entrevistada substancial para a construção dessa tese.

Após as entrevistas com Regis (2018) e Araújo (2018), contatamos os entrevistados que seguiram, como Maria Lucenir Jerônimo, geógrafa e estudiosa da questão agrária no Baixo Jaguaribe. Quando realizada a entrevista, ela estava como diretora da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (Fafidam/UECE), por isso, mais uma vez, a entrevista teve como espaço a direção da faculdade.

Em 2023, foi possível realizar entrevistas com basilares interlocutores, como Francisco de Aquino Paulino, o conhecido Padre Júnior. Reconhecido pesquisador, professor doutor em teologia na Universidade Católica de Pernambuco e liderança na Cáritas Diocesana no Ceará. Padre Júnior me recebeu em sua residência em Limoeiro do Norte, no Seminário, para uma tarde de memórias de lutas com Zé Maria do Tomé e conversas regadas de reflexões filosóficas e de práxis. Por vezes, fui fisgada por fotografias, entre elas, um Jesus com fisionomia indígena, e quadros na parede da sala de Padre Júnior.

No mesmo ano, entrevistei a médica, pesquisadora, professora aposentada da UFC, Raquel Rigotto (médica, pesquisadora, professora da UFC), quando veio de Minas Gerais ao Ceará para participar da Semana Zé Maria do Tomé. Nos entremeios do evento, fui até o Hotel Mundi em Limoeiro do Norte, onde a professora estava hospedada, e lá tecemos horas de conversa sobre a aproximação e a interação de Rigotto com a Chapada do Apodi e Zé Maria do Tomé.

Ainda em 2023, entrevistei o Deputado Estadual do Ceará Renato Rosseno (PSOL), que possui seu mandato alinhado às questões relativas ao Meio Ambiente e ao combate do agronegócio, endossando a criminalização da pulverização aérea, bandeira de luta levantada por Zé Maria do Tomé em vida. Rosseno, de forma acessível, assegurou a entrevista ao meio de uma agenda lotada pela demanda de sua função.

O processo de construção da pesquisa é atravessado pela pandemia da COVID 19, quando o isolamento era lei e a interação era mediada por telas, o que constituiu novos modos de ser e estar no mundo, como a naturalização do contato remoto. Dessa forma, as entrevistas

realizadas nesse período tiveram outro modelo: a entrevista com Francisco Cláudio Oliveira Silva Filho, advogado da RENAP (Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares) e a entrevista com o jornalista Melquiades Júnior foram mediadas pelo Google Meet[12].

As entrevistas via Google Meet possuem outras configurações, tendo em vista a celeridade e a facilidade de contatar pessoas onde a distância não mais limita o diálogo, porém as sensações, os cheiros e os cafés não são possíveis. O contato frio das telas contradiz a segurança das pessoas estarem em suas residências resguardando sua intimidade e privacidade.[13]

As fontes digitais compõem um pujante arcabouço empírico deste estudo, haja vista o esforço que os movimentos sociais fizeram em publicitar os conflitos vivenciados na Chapada do Apodi. A partir dos anos 2000, com o advento da Internet, [14] há uma expansão das possibilidades de experiências, em especial com o fenômeno sociocultural promovido pela web 2.0, tecnologia que desde 2004 promoveu mudanças profundas na comunicação social com o surgimento das redes sociais (Orkut, Twiter, Facebook, entre outras) e, assim, o avolumamento de fontes históricas em caráter digital. (Castells, 2003; Briggs e Burke, 2004; Lucchesi, 2012).

> O advento da web 2.0 possibilitou a curva ascendente quase exponencial no número de hostnames na Internet a partir da segunda metade dos anos 2000, como é visível na Imagem 1. Em função dessa significativa ampliação do espectro de usuários que colaboram com a construção da Internet, fica evidente que os historiadores do tempo presente não podem negligenciar o potencial da rede como fonte de pesquisa. O caráter efêmero da Internet torna ainda mais importante a tomada de consciência dos historiadores perante esta nova categoria de fontes. Muitos sites são retirados do ar sem aviso prévio e seu conteúdo pode ser perdido, visto à sua inexistência em outro suporte. Dessa forma, o pesquisador do Tempo Presente tem acesso exclusivo a esse material, pois ele só é acessível em uma restrita janela temporal. Como se estivesse em um trabalho de "arqueologia de salvamento", o historiador torna-se responsável

[12] Google Meet é uma plataforma de videoconferências do Google, pertencente ao Workspace, que oferece planos gratuitos e pagos para criação de reuniões com até 250 pessoas, com duração de até 24 horas, criptografia e uma série de recursos disponíveis.

[13] *Embora a tela nos transmita imagem e voz e ao entrevistado relativa tranquilidade, o historiador que tem seu olhar treinado a ler gestos, inquietudes com as mãos ou com pés, emoções, encontra um corpo frio, mais robótico, com respostas mais objetivas. O corpo e a performance possuem outro ritmo, outra dinâmica, abrindo um campo de debate teórico metodológico sobre ele* (BAUMAN, 2014).

[14] *A Internet é uma rede de computadores de alcance global que interconecta milhões de equipamentos através do mundo. Inicialmente estes equipamentos eram essencialmente computadores de mesa, estações de trabalho baseadas em UNIX e servidores que armazenavam e transmitiam informações como sites e mensagens de e-mail. Todavia, cada vez mais equipamentos vêm sendo conectados à rede, como PDAs (Personal digital assistant, ou palmtop), televisores, notebooks, telefones celulares, automóveis, câmeras de vídeo, etc. Em função disso, o termo "rede de computadores" parece estar defasado em sua aplicação à Internet. Todos esses equipamentos conectados à rede podem ser considerados hosts. Todos os hosts se comunicam através de links de comunicação, que podem ser de vários tipos: cabos coaxiais, cabos de cobre, fibras óticas, ondas de rádio, etc. Por sua vez, os hosts acessam a Internet através dos provedores de serviço de Internet (ISPs)* (KUROSE; ROSS, 2005, pp. 2-6), (ALMEIDA, 2011, p. 27).

> pela análise e também pela preservação da informação. Não fosse a sua intervenção, o documento poderia ser perdido em caráter definitivo (Almeida, 2011, p. 16).

Dessa forma, as fontes digitais apresentam uma série de desafios metodológicos aos historiadores, em especial, a obsolescência dos suportes físicos das fontes, haja vista o desenvolvimento da tecnologia. Nessa perspectiva, o que é considerado um documento digital?

A pergunta valida o que compreendemos por documento, um registro da experiência do indivíduo que independe da natureza do suporte (Paes, 2004, p. 26). Dessa forma, essa compreensão de documento excede a noção do papel (física), sendo demarcado como registro da experiência. A natureza 'digital' das fontes não desconfigura a noção de documento delas, a questão é metodológica.[15]

Hartog (2006) percebe como o século XX aprofundou as relações do indivíduo com o presente, adjetivando-o como *um presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem necessidade*. (Hartog, 2006, p. 270).

Para Malgrado Beatriz Sarlo (2007), as narrativas elaboradas sobre o passado são elaboradas pelo olhar lançado do presente, no processo de escolher o que e como narrar. As narrativas pensadas por Sarlo incidem diretamente na compreensão da escolha das narrativas, então, o que escolher para compor um estudo?

> Nas narrações históricas de grande circulação, um fechado círculo hermenêutico une a reconstituição dos fatos à interpretação de seus sentidos e garante visões globais, aquelas que, na ambição dos grandes historiadores do século XIX, foram as sínteses hoje consideradas ora impossíveis, ora indesejáveis e, em geral, conceitualmente errôneas (Sarlo, 2007, p. 12-13).

Isso posto, para elaboração deste estudo, foi realizado, ainda no ano de 2018, o cadastro no recurso Google Alerts, uma ferramenta gratuita, e nele cadastrado o termo "Zé Maria do Tomé". Com isso, todas as informações geradas no Google são enviadas ao e-mail do usuário

---

[15] (...) *Tentando construir um conceito o mais simples possível, podemos considerar que "documento digital" é aquele documento – de conteúdo tão variável quanto os registros da atividade humana possam permitir – codificado em sistema de dígitos binários, implicando na necessidade de uma máquina para intermediar o acesso às informações. Tal máquina é, na maioria das vezes, um computador. Partindo desse conceito fundamental e através da experiência empírica, percebe-se a existência de dois tipos básicos de fontes digitais utilizáveis em uma pesquisa histórica: as fontes primárias e as "não-primárias". Dentro destas duas categorias fundamentais é possível encontrar dois tipos de documentos: "não-primários" digitais, e primários digitais. Dentro deste último, outras duas subcategorias ainda podem ser identificadas: os "documentos primários digitais exclusivos" e os documentos primários digitalizados* (Almeida, 2011, p. 17 e 18).

cadastrado e, assim, uma infinidade de informações são catalogadas sobre as notícias que circularam sobre o ambientalista assassinado.

À vista disso, houve a busca por palavras chaves e a varredura em jornais digitais, dentre os quais podemos destacar o *Diário do Nordeste*, com cobertura especial do jornalista Melquíades Júnior, natural de Limoeiro do Norte - CE, com forte interesse sobre as problemáticas do campo; e o *Brasil de Fato*, constituído por um site de notícias e uma agência de rádio, com uma rede nacional e internacional de jornalistas, colaboradores e intelectuais denominados *de esquerda,* que objetivam e defendem a democratização dos meios de comunicação. [16]

Não obstante, quesitos da História Serial, ou seja, a serialização dos dados e a elaboração de tabelas com os dados não só possibilitam a compreensão da organização das narrativas em um prisma quantitativo, mas também formam uma teia discursiva que permite a constituição da memória.

A metodologia das fontes digitais emerge com novos problemas e debates nos estudos históricos, tendo em vista o caráter passageiro e repentino da existência delas no *site*, este compreendido como espaço que reúne páginas de forma interligada. Desse modo, a dimensão efêmera lança uma problemática para o historiador na elaboração metodológica de seus estudos.

Acerca disso, a veracidade das fontes digitais, como sublinhada por Julia Tomasi (2013), é atravessada por questões como a ausência de autorias e datas, algo que lança aos historiadores desafios.

A ausência de um modelo de arquivamento que rompa com a instantaneidade das fontes digitais coloca o historiador diante do desenvolvimento de novos aportes para a guarda dos documentos digitais. O que coloca em relevo a nova relação do historiador com a memória.[17]

A data da morte de Zé Maria do Tomé torna-se um acontecimento e, desde 2011, é realizado um evento, com uma programação abraçada pelos Movimentos que culmina na Semana Zé Maria do Tomé, a qual acontece na Fafidam/UECE, onde são realizadas palestras,

[16] Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/quem-somos. Acesso em 21 de maio de 2023, às 15:16h.
[17] Conforme LUCCHESI (2014), a autoria é uma questão sensível da relação do historiador com as fontes digitais, tendo em vista dois fatores: o plágio das produções e a ausência da autoria, que difere da referência. Assim, a não identificação da autoria coloca a problemática da contextualização da relação entre tempo-espaço. Desse modo, Manuel CASTELLS (2005) denomina *sociedade em rede* o modelo de sociedade onde as relações são mediadas pelas novas formas de comunicação, como a internet. Para Castells, não é a tecnologia que molda a sociedade, mas, sim, os valores e padrões de uma sociedade que atribuem sentido e uso à tecnologia.

audiências públicas, feiras orgânicas e de lá segue a romaria até o local onde aconteceu o assassinato.

Como sua morte se torna um marco nas agendas dos Movimentos Sociais, qual a intencionalidade? O que lembrar e por quê? O que esquecer e por quê? Quais episódios foram positivados? Como os diferentes segmentos se apropriaram da agenda de lutas elencadas por Zé Maria do Tomé?

Consoante aos trabalhos e agenciamentos da memória, esta tese objetiva compreender como Zé Maria do Tomé, após sua morte, tornou-se símbolo da luta pela justiça social e ambiental e, com isso, um mártir da luta social no/do campo, por meio da construção de narrativas sobre exemplaridade e entrega de vida e história em benefício de uma causa coletiva na luta contra o Agronegócio e seus desdobramentos socioambientais.

No capítulo 2, **SE EU MORRER E A LUTA CONTINUAR, MORRO FELIZ**, serão narrados e analisados os fatos que tornaram o 12 de abril de 2010 um caminho sem volta a partir do assassinato de Zé Maria do Tomé, além da reflexão sobre a dimensão profética de sua morte e os significados imbuídos nela, assim como o processo de reelaboração dos símbolos da luta pelos Movimentos Sociais.

No capítulo 3, **MORRE UM HOMEM, NASCE UM MÁRTIR: A CONSTRUÇÃO E OS USOS DA MEMÓRIA**, analisar-se-á a construção de Zé Maria do Tomé como um mártir da luta social, construindo narrativas sobre sua história de vida, do sacrifício em relação à sua missão e a coragem de enfrentar seu destino, a morte. Buscar-se-á entender o deslocamento entre o Zé Maria do Tomé em vida e morte, assim como problematizar os elementos simbólicos que reafirmam a presença. O mártir Zé Maria do Tomé figura simbolicamente numa construção que articula elementos do imaginário cristão, da mística dos movimentos sociais e da urgência de modificação social pela universidade. A família, os Movimentos Sociais, as Universidades, a Igreja Católica e a elaboração do M21 (Movimento 21 de abril), os sujeitos articuladores e interlocutores, ou seja, a construção de um coletivo positiva suas ações e agendas em torno dos elementos simbólicos que figuram sob a construção de Zé Maria do Tomé, enquanto um mártir da luta social e, assim, possibilitam a análise dos processos de construção de narrativas e produções de memórias e pós memórias em torno da história de vida e morte do líder comunitário.

Por último, no capítulo 4, **O QUE OS VIVOS FAZEM DOS MORTOS: ZÉ MARIA, PRESENTE! UM AGORA PERMANENTE**, analisaremos tanto a monumentalização do

mártir Zé Maria do Tomé e as estratégias de elaboração de sentidos na efetivação do "não-esquecimento" através da Lei Zé Maria do Tomé (Lei 16.820/19) e dos suportes de memória e sentidos, quanto a corporização dos espaços com a presença de Zé Maria do Tomé, como mártir da luta ambiental, na tensão de não ser esquecido.

CAPÍTULO 2: "SE EU MORRER E A LUTA CONTINUAR, MORRO FELIZ"

A morte de Zé Maria do Tomé tinha tudo para ser apenas mais um número, mas não foi. A quarta-feira do dia 21 de abril de 2010 rompeu com o cotidiano do Vale do Jaguaribe. Os programas de rádio e o "boca a boca" trataram de espalhar o episódio trágico que ocorrera naquela manhã: o assassinato de Zé Maria do Tomé.

Costumeiramente chamado Zé Maria ou mesmo Zé, o líder comunitário morreu na mesma comunidade que o adjetivava, o Sítio Tomé, localizado na Chapada do Apodi na cidade de Limoeiro do Norte, no Ceará. Zé Maria era presidente da Associação Comunitária São João do Tomé, presidente da Associação dos Desapropriados Trabalhadores Rurais Sem Terra - Chapada do Apodi, liderança do movimento social e voz ativa nas lutas pelo direito à terra e à água. O agricultor e ativista social deixou uma família de três filhos e esposa, além daqueles que eram defendidos e tinham sua existência reivindicada por ele.

O assassinato de Zé Maria do Tomé poderia apenas ilustrar o cotidiano violento do campo do/no Brasil, mas virou bandeira de luta, fincada no bojo do conflito entre camponeses e Agronegócio. A partir da segunda metade do século XX, o campo brasileiro é palco do derramamento do sangue de agricultores e agricultoras que enfrentam verdadeiras guerras contra o Agronegócio[18].

Este capítulo é um esforço de narrar as últimas horas de vida de Zé Maria do Tomé, o enredo de sua morte, as investigações de seu assassinato e os julgamentos. O *processo crime* é a fonte central na construção da narrativa deste capítulo, elaborado pelo Ministério Público do Ceará (Nº 7659-18.2010.8.06.0115)[19], que compreende quatro mil seiscentos e setenta e duas (4.672) laudas constituídas de investigação, depoimentos, fotografias, mapas, descrições de telefonemas, entre outras, apresentadas pelo promotor de justiça Dr. Felipe Diogo Siqueira.

O enredo da morte de Zé Maria do Tomé, apresentado no processo crime pelo prisma do poder do judiciário, fabrica e possibilita outras fabricações do sujeito Zé Maria do Tomé, um sujeito polifônico, dinâmico, em travessias, histórico, filho do seu tempo, agente na sua realidade, o qual, no uso das táticas, da arte dos fracos na sobrevivência em seu cotidiano, burlou as relações de forças sociais. Nas suas invenções próprias, Zé Maria do Tomé

[18] Conforme Delgado (2005), o agronegócio é um sistema que associa o grande capital agroindustrial e a grande propriedade fundiária na busca por lucro e renda da terra.

[19] O processo criminal (ou processo crime) de José Maria Filho, que tem como Nº 7659-18.2010.8.06.0115, está aberto para consulta pública. Basta acessar o site www.jusbrasil.com.br e realizar o cadastro para, assim, realizar download do documento.

desenvolveu tecnologias de sua ação frente ao Agronegócio e ao Estado, operando e exercendo tensões, aprofundando fragilidades e criando incômodos que causaram seu tombo (Certeau, 2008).

O tópico a seguir é um esforço teórico metodológico de imaginação histórica que, centrada na descrição do processo criminal, reconstitui o último dia de vida de Zé Maria do Tomé [20].

2.1 12 de abril de 2010: um caminho sem volta

A graça maior que Deus pode conceder a alguém
que segue os passos de Jesus é o martírio.
Pedro Casaldáliga

O dia 21 de abril de 2010 poderia ser um dia comum para Zé Maria e os seus, mas não foi. Aquele dia começou como tantos outros: tomou café em companhia de Dona Branquinha, sua esposa e companheira, e saiu sem se despedir para não acordar seus filhos, Márcia, Juliani e o pequeno Gabriel de quatro anos, o "xodó" que sempre o acompanhava.

Por volta das 9h da manhã, pegou sua motocicleta de cor vermelha e sua bolsa preta cheia de papéis que carregava de um lado para o outro. Saiu da sua comunidade, o Tomé, e percorreu a Chapada do Apodi até chegar a Limoeiro do Norte.

Ao chegar na cidade, resolveu o que era de costume e dirigiu-se até a casa de seu amigo de infância e confidente, Antônio Edilson Guimarães. Entre uma prosa e outra, um bom café, Zé Maria desabafava suas agruras e lutas com o amigo Edilson. Contudo, aquela quarta era um dia diferente, já que Zé Maria havia pleiteado um projeto de cinquenta (50) casas para a comunidade do Tomé pelo programa Minha Casa, Minha Vida[21]. Numa animação só, Zé

[20] O historiador Carlo Ginzburg, em "Olhos de madeira", reflete sobre o exercício de imaginação e o ofício do historiador. Por muito tempo, a Clio teve a incumbência de perseguir uma verdade, mesmo que parcial. Assim, a imaginação e a ação de imaginar, bem como criação e invenção eram avessas ao fazer historiográfico. Nessa obra, Ginzburg retorna a palavra latina *fictio* que, do ponto de vista etimológico, é adjacente de *figulos*, que tem por definição *oleiro*, aquele que atribui forma à uma matéria-prima. Assim, o saber histórico é um processo constituído por vestígios e testemunhos, sendo que a narrativa do historiador em grande medida se aproxima da narrativa literária. Ver em GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira:** nove reflexões sobre a distância. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 55-57.

[21] O Programa Minha Casa, Minha Vida foi uma iniciativa realizada no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que operava no sentido de democratização e acesso a habitações no Brasil. Teve início no ano de 2009, onde o subsídio financeiro era concedido pelo governo federal. Ver: MARTINS, Técio. **Os fins, os meios e a sugestão de um novo início.** Uma abordagem fenomenológica na historiografia da Habitação de Interesse Social no Brasil. ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: U6XYfemISn7P verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais.

deixava seus pensamentos escaparem pela boca, fazia planos sobre sua ida a Fortaleza assinar o projeto.

Entre um balanço e outro da rede, não era apenas as conquistas que Zé relatava para Edilson, a contínua preocupação com a pulverização aérea continuava. Quando o avião levantava voo e derramava veneno nas plantações da Chapada, derramava-o também na piscina de água que abastecia as pessoas da comunidade do Tomé. Os telhados das casas ficavam esbranquiçados.

Essa situação deflagrava tensões entre Zé Maria do Tomé, o coordenador do projeto FRUTACOR, João Teixeira Filho, e o superintendente do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) do município de Limoeiro do Norte, na figura de Antônio Mauro Costa, as quais serão discutidas de forma mais profunda no capítulo seguinte.

Além da pulverização aérea realizada na Chapada do Apodi, havia um desacordo sobre posse de terra que, para Zé Maria, era de sua família, mas João Teixeira insistia que havia comprado as terras, constituídas por vinte (20) hectares no Sítio Jucá, localizado na Chapada do Apodi.

Para o amigo Edilson, Zé Maria relatou que, no outro dia, na quinta-feira de 22 de abril de 2010, teria uma reunião com João Teixeira e, assim, iria reaver as terras. O amigo preocupou-se com a promessa do latifundiário que, em outro momento, havia dito a Zé Maria "você quer terra, você vai ter terra" (PROCESSO Nº 7659-18.2010.8.06.0115, p. 101). Zé compreendeu a expressão como a finalização da querela e a entrega das terras.

Por volta das 14h30min, Zé Maria liga para Dona Branquinha (Maria Lucinda Xavier), como chamava carinhosamente sua esposa. Falou que estava na casa do amigo Edilson e lhe perguntou se precisava de alguma coisa do centro da cidade. Dona Branquinha lhe respondeu que não, e Zé finalizou a ligação dizendo que estava indo para casa.

Despediu-se de seu amigo Edilson, subiu na sua motocicleta portando sua bolsa lateral e saiu em direção a sua casa na comunidade do Tomé. Saiu da cidade, cruzou a ponte do Cabeça Preta em direção à Chapada do Apodi.

Às quinze horas, foi visto ainda na comunidade do Cabeça Preta, sozinho em sua moto e com os seus pensamentos. Zé Maria do Tomé estava sendo seguido por uma caminhoneta Hilux de cor preta.

Por volta das 15h15min, populares contactaram a Polícia Militar de Limoeiro do Norte e relataram que, nas proximidades no aeroporto da Chapada do Apodi, havia um corpo caído

no chão, uma motocicleta na lateral e várias perfurações de arma de fogo. Era o corpo de Zé Maria do Tomé ali estendido, sem vida.

Com a chegada da Polícia ao local, a área foi isolada e, no primeiro momento, verificaram dezoito perfurações de pistola .40 e calibre 12, que estavam localizadas entre o tórax e a cabeça.

Numa estrada próxima à sua residência, Zé Maria do Tomé foi surpreendido com uma emboscada, em um caminho com nenhum movimento e com vasta vegetação de arbustos de um lado e bananais do outro.

Sem chance de reação ou defesa, a autopsia concluiu que Zé Maria foi atingido por vinte e cinco disparos provenientes de uma arma de fogo, uma pistola .40. Um tiro seria suficiente, mas foram disparados vinte e cinco disparos...

UM!

DOIS!

TRÊS!

QUATRO!

CINCO!

SEIS!

SETE!

OITO!

NOVE!

DEZ!

ONZE!

DOZE!

TREZE!

QUATORZE!

QUINZE!

DEZESSEIS!

DEZESSETE!

DEZOITO!

DEZENOVE!

VINTE!

VINTE E UM!

VINTE E DOIS!

VINTE E TRÊS!

VINTE E QUATRO!

VINTE E CINCO!

Até que ponto a escrita e o historiador dão conta de narrar a dor? Dos sentimentos sentidos por Zé Maria do Tomé antes de morrer, vendo seus algozes de frente? A escolha por destacar um a um os tiros tomados por Zé Maria do Tomé é uma forma de significar, por meio da palavra, toda a violência contra a vida e a luta que representava esse camponês.

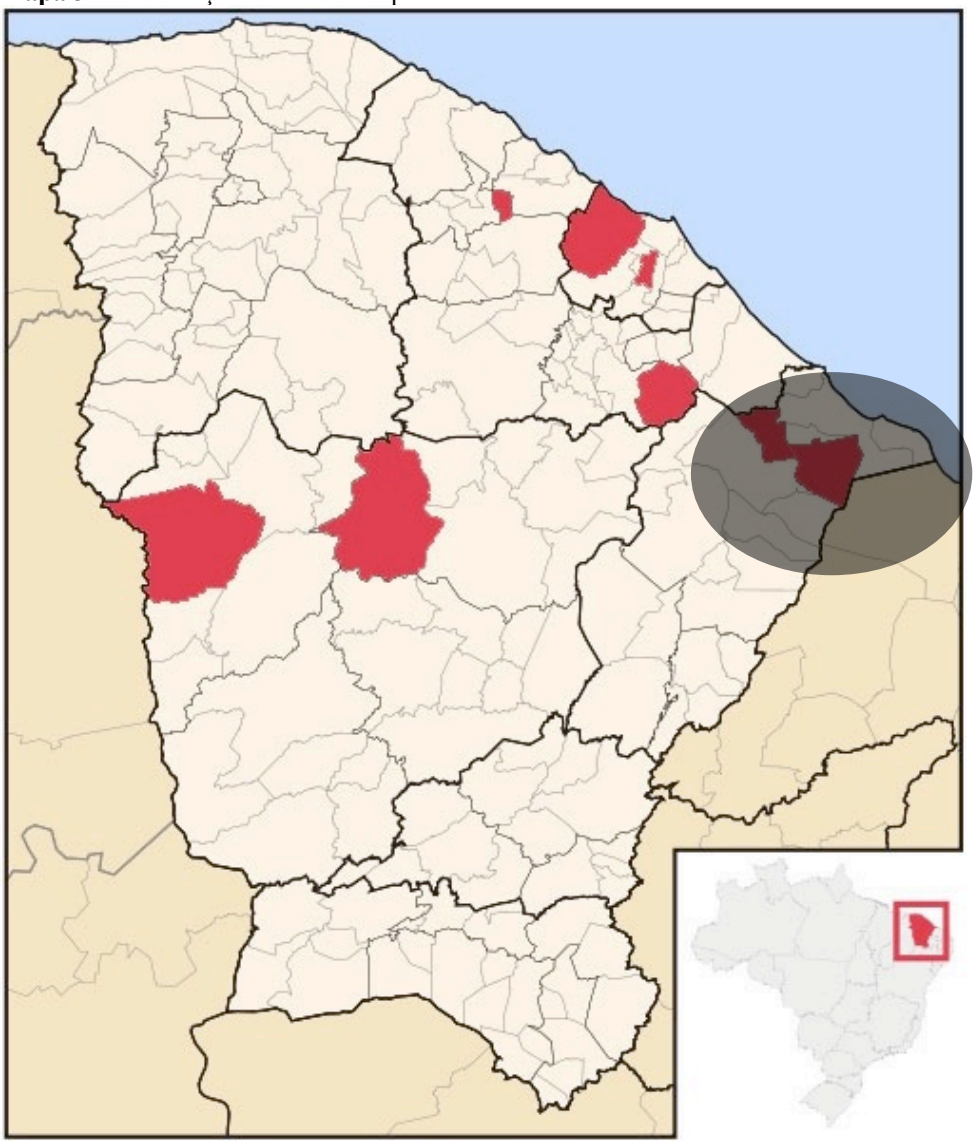
O corpo é a forma com que o sujeito experimenta e se projeta no mundo, ser e estar conectados com os mecanismos de corporeidade. O corpo material é o objeto da existência, substantivado pela voz, pelas ações, por gestos.

Os vinte e cinco tiros tomados por Zé Maria do Tomé, ceifando sua vida, são simbólicos no sentido de que, ao atingir o corpo, buscavam atravessar e matar as ideias, as lutas e o projeto de sociedade que esse sujeito representava, onde o agronegócio não tinha espaço. Também é material, pois a morte do corpo e a violência de tantos tiros colocam em relevo as relações sociais no campo e uma situação que há muitos anos tem se repetido no embate entre camponeses e o Agronegócio.

A Chapada do Apodi, região por qual Zé Maria lutava e onde foi morto, está no cerne dos conflitos agrários no Ceará. A região onde está situada a Chapada do Apodi localiza-se entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, podendo ser definida como uma Fronteira Agrícola, definida como a produção de um território reorganizado pela implantação de políticas públicas e capital privado, portanto, consistente na inserção de intensas mudanças do meio rural em um modelo tecnológico, encabeçado pelo desenvolvimentismo do capitalismo no campo (Gasques et al., 2012; Fornazier e Vieira Filho, 2013; Vieira Filho, Gasques e Sousa, 2012). Esse é um enunciado do debate que será retomado no capítulo quatro.

O mapa abaixo, produzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2008, localiza, na região da Chapada do Apodi, conflitos fundiários entre camponeses e as grandes empresas agrícolas, ou seja, não é de desconhecimento da Justiça os embates e as tensões naquele espaço.

Mapa 3 - Distribuição dos conflitos por terra no Ceará.



Fonte: Relatório sobre a situação dos conflitos fundiários rurais no Brasil em 2008, Conselho Nacional de Justiça, 2010. Disponível em http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_conflitos_fundiarios_2008.pdf Acesso em: 15/04/2021, às 00h29min. [Marcação da autora].

Nos campos do Brasil, dia após dia, muitos Zés são mortos em crimes que têm a violência como elemento que se repete. No ano de 2010, não apenas Zé Maria do Tomé perdeu a vida, mas também trinte e três (33) agricultores morreram, assassinados nos campos brasileiros, vítimas do Agronegócio e seus projetos de mortes. Um aumento de 30% do número de mortos do ano anterior (2009). [22]

[22] Ver: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflito no campo** - Brasil 2010. Secretaria Nacional da CPT. Goiânia: 2010.

Todavia, os trinta e três agricultores acima não tiveram tanta visibilidade em seus assassinatos como Zé Maria do Tomé. A morte do militante ambiental é tomada como ataque e aviso aos movimentos sociais que compartilhavam agendas socioambientais e realizavam ações na Chapada do Apodi. Para Reginaldo Silva,

> (...) os vinte e cinco tiros pro Zé Maria tinham endereço, porque você não precisa da vinte e cinco tiros de pistola ponto quarenta numa pessoa, porque só um tiro estraga a pessoa, quando você dá vinte e cinco tiros você percebe que ou vai ser pra vinte e cinco instituições ou pra vinte e cinco pessoas (Entrevista Reginaldo Silva, 2019).[23]

A morte material do corpo de Zé Maria do Tomé era um aviso. Os vinte e cinco tiros representavam a morte simbólica da luta. O luto foi ressignificado enquanto espaço de militância e continuidade da luta, em prol de justiça que solucionasse o caso e condenasse os mandantes e os executores.

Os conflitos vivenciados no campo estão no bojo do embate de diversos projetos de Estado em tensão. É preciso localizar ainda nos anos de 1960 o esforço do Estado brasileiro ditatorial - em incentivo, implantação e efetivação do Agronegócio - inserido em um processo de reestruturação capitalista, financiado pelo Banco Mundial em países da América Latina.

Conforme Alberto Rafael Ribeiro Mendes,

> (...) nos tempos da ditadura, a violência no campo continuava a ser o resultado de uma política de Estado concentradora de terras e controlada pelo latifúndio. Em conjunto, o dossiê Assassinatos no campo, do MST, e o caderno Conflitos de terra no Brasil–1986, da CPT, evidenciavam esta linha de continuidade, a aliança entre o passado da ditadura e o presente da "Nova República". O elo entre os dois tempos era explicitado pela ótica dos horrores cometidos contra os trabalhadores rurais. O levantamento dos mortos, a compilação dos crimes, o somatório dos corpos e a narração da violência tornava-se a estratégia encontrada pelo MST e pela CPT para expor em caráter nacional os limites daquele governo de transição apresentado como nova ordem política (2020, p. 15).

O agronegócio chega aos campos brasileiros enunciados como *novo*, *moderno*, mas assentado em ditames neoliberais, nos quais figura um modelo de expansão capitalista sobre os campos, constituindo um forte impacto na vida e nas formas de viver das comunidades camponesas (Silva, 2016).

A agricultura familiar passa a concorrer com a forte frente do capital estrangeiro interessado em se inserir em meios que tivessem acesso técnico e científico, com estrutura de recursos hídricos, a fim de explorar a agricultura irrigada e a natureza com grandes latifúndios,

[23] Entrevista com Reginaldo Silva (militante ambiental) realizada em 29 de agosto de 2019.

monoculturas e uso de agrotóxicos. Esta é uma realidade vivenciada pela Chapada do Apodi, fronteira agrícola cenário dessa história. No capítulo seguinte, será debatido o processo de implantação da estrutura agroexportadora no sertão do Ceará, financiado pelo capital privado e pelo Estado do Ceará.

Os conflitos no campo são experiências atravessadas pela violência e pela morte que configuram mecanismos que regulam e disciplinam as relações cotidianas no campo, de modo que o agronegócio e as oligarquias rurais atuam de forma destoante nas relações de poder. As práticas de violência e as mortes são realizadas em caráter de exemplaridades, uma pedagogia do medo e do terror.

O sangue de agricultores, camponeses, indígenas, nativos e quilombolas lavam diariamente os solos brasileiros dentro de uma cronologia acrônica que, após séculos, adjetiva as relações nos campos no Brasil. Onde está o Estado que negligencia essas relações?

O corpo de Zé Maria do Tomé foi levado para a realização da autopsia no IML (Instituto Médico Legal) em Quixeramobim-CE, mas precisou ser encaminhado para o município de Canindé-CE para a necrópsia. No Blog Limoeiro do Norte, há uma imagem do corpo de Zé Maria do Tomé estendido sobre a "pedra" do IML.

Com pano no rosto, o corpo de Zé Maria do Tomé é exposto não somente ao registro visual dos sujeitos que se dirigiam até o hospital para vê-lo morto, mas também pelo registro fotográfico, pois, em 2010, é grande o número de aparelhos de tecnologia móvel, os *smartphones*[24], com câmeras acopladas, o que possibilitou uma revolução do registro, que passou a circular dentro de outra lógica com o uso das redes sociais.

Nesse panorama, o advento das tecnologias móveis e das mídias digitais corrobora as novas formas de atuação prática como mediação nas relações sociais. Os sujeitos não precisam se deslocar até o ambiente para ter acesso a informações e a imagens trágicas, neste caso, do corpo morto com 25 tiros.

[24] Um celular com sistema operacional e programas (aplicativos) com funcionalidades avançadas, assemelhando-se a um computador.

Figura 2 - Print com a fotografia de Zé Maria do Tomé no IML de Quixeramobim.

Fonte: http://limoeirodonorte.blogspot.com/2010/04/movimentos-sociais-divulgaram-uma-nota.html. Acesso em 06 de out de 2021, às 01h09min.

O blog é site na Internet, muito popular, que funciona como diário on-line e possui diferentes vertentes. O blog *Limoeiro do Norte* atuava como página que retrava o cotidiano político, social, cultural e econômico do município de Limoeiro do Norte-CE. Em 2010, com a forte difusão de imagens capturadas por smartfones, o blog citado apresenta diversas imagens de corpos que sofreram mortes violentas.

O blog, assim como outras plataformas no cyberespaço, gera diferentes alcances e possibilidades. Conforme Roger Chatier, a textualidade eletrônica recorre a outros modos e mecanismos de organização, argumentação e sensibilidades, inseridas em uma nova ótica (Chatier, 2010).

Figura 3 - Zé Maria do Tomé no local em que foi morto no Tomé. Programa Conexão Repórter do SBT, denominado *O doce veneno dos campos do senhor*.

Conexão Repórter (18/06/14) - O doce veneno nos campos do senhor - Parte 1

Fonte: https://youtu.be/uwGCkmWRXLs

É importante colocar em relevo a naturalização da violência com imagens cotidianas de corpos expostos nas conhecidas "pedras" de institutos médicos ou hospitais. Os blogs e espaços criados pela internet deram continuidade à prática bastante conhecida no Ceará, nos anos de 1990: os telejornais que abordavam a violência, denominados como programas policiais, a exemplo do programa Barra Pesada, transmitido na TV Jangadeiro, filiada da TV Bandeirantes[25].

Conforme Morales e Aquino,

> Logo, a mídia, nesse contexto, cria valores, (hiper) representações e, até mesmo, estereótipos dos sujeitos envolvidos na prática de atos violentos que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou em conflito com a lei. Nesse sentido, a mídia

[25] Além do Barra Pesada, há outros programas de mesmo gênero, como o Mão Branca, transmitido pela TV Cidade (canal 08, filiada à Rede Record), atualmente cancelado; o Cidade 190, veiculado pela TV Cidade; o Comando 22, o Rota 22 e Os Malas e a Lei, todos exibidos pela TV Diário (canal 22, filiada à Rede Globo de Televisão); constituindo um total de aproximadamente catorze horas diárias de jornalismo policial somente no Estado do Ceará. Ver em MORALES, Luciana Pinho; AQUINO, Jânia Perla Diógenes de. Mídia, estética e violência: o caso do Programa Barra Pesada. *In*: SAMPAIO, Airton; CARDOSO, Ilza (org.). **ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE** e PRÉ-ALAS BRASIL, 15., 4-7 set. 2012, Teresina (PI). Anais... Teresina: UFPI, 2012.

> muitas vezes propõe que nos distanciemos de tais “elementos perigosos”, já que em alguns discursos midiáticos, tais indivíduos são legitimados como inimigos da sociedade ou retratados como o “outro”, muito distante da “nossa realidade”, alimentando assim a indiferença, o preconceito, a sujeição criminal, além de aumentar a sensação e a (re)produção social do medo (Morales e Aquino, 2012, p. 4).

Nesse ínterim, podemos perceber um adestramento do olhar que naturaliza a violência, denominada pelo blog *Limoeiro do Norte* como ‘mais uma morte por encomenda’ e adjetivada como uma morte de extermínio, ocasionada, até aquele momento, por 19 tiros. Na narrativa, não há incômodo; na imagem, não há incômodo.

A rapidez do acesso à notícia ou à imagem configura a velocidade do esquecimento, o apagamento ou a perda por problemas técnicos dessas imagens. As imagens de Zé Maria do Tomé, morto com vários tiros cravejados em seu corpo estendido no IML de Quixeramobim, tiveram uma grande circulação, o que corroborou a lotação do seu velório.

Às dezesseis horas do dia vinte e dois de abril de dois mil e dez. Data de feriado em que é comemorada a chegada dos portugueses à América e o início de um longo e incansável processo de violência material e simbólica, que marcou e marca a relação dos campos no Brasil. Nesse mesmo dia, o corpo de Zé Maria do Tomé retornava para a comunidade do Tomé, na Chapada do Apodi, para a missa de corpo presente e, em seguida, às dezessete horas, para o enterro no cemitério de Quixeré-CE.

A chegada do corpo de Zé Maria do Tomé é carregada de emoção e comoção. Vários ônibus de Fortaleza e de outros municípios do interior com lideranças de movimentos populares se dirigiram ao município de Limoeiro do Norte-CE e subiram a Chapada do Apodi, em direção à comunidade do Tomé para a despedida de Zé.

A capelinha de Nossa Senhora de Fátima na comunidade do Tomé recebeu o corpo de Zé Maria do Tomé, morto e marcado pela violência física e moral de tantos projéteis. Era preciso matá-lo, silenciar suas lutas e as dos seus.

Zé Maria do Tomé, que aos dias treze (13) vinha sempre à capelinha pedir a interseção de Nossa Senhora de Fátima, à qual era devoto, voltava àquele lugar na condição de corpo a ser velado e alma a ser acolhida, dentro da cosmologia cristã católica, a qual compartilhava esses signos.

Figura 4 - Velório de Zé Maria na Capela de Nossa Senhora, 22 de abril de 2010, comunidade Tomé-Quixeré.

Fonte: Arquivo pessoal do fotógrafo Deivyson Teixeira.

O caixão de Zé sobre quatro tamboretes. Ao fundo, um crucifixo e um oratório que guarda a imagem de Nossa Senhora de Fátima. Logo abaixo, hóstias consagradas e os instrumentos para a realização da comunhão, que, no universo católico, tem como significado a transubstanciação do pão em corpo de Jesus Cristo. Esse é o cenário comum, em muitos velórios, nos sertões do Ceará e do Nordeste. Até aqui, Zé Maria era mais um zé.

As imagens capturadas por diferentes olhos e lentes nos colocam, por meio de flashs e recortes, no velório de Zé Maria. As paredes cor de céu e o mobiliário rústico com poucos ornamentos religiosos pincelam o espaço humilde que é a Capela de Nossa Senhora de Fátima, que naquele dia foi surpreendida com autoridades, políticos, personalidades do Estado do Ceará e pelo povo, principalmente os moradores da Chapada do Apodi e aqueles que foram tocados pelas lutas que Zé Maria do Tomé coadunava.

Chama-nos a atenção os muitos registros fotográficos do velório de Zé Maria do Tomé, tendo em vista que, nos idos 2010, a prática de fotografar mortos não era mais comum, como nas décadas de 1970 e 1980. Porém, a morte do sujeito vulgar precisa se deslocar do lugar comum. A violência dá visibilidade e campo de interesse no sentido de mobilizar os indivíduos, causando fascínio e interesse, bem como traz à tona a desumanização e a espetacularização do morrer (Baudrillard, 1997, p. 17).

A imagem acima foi produzida pelo fotógrafo Deivyson Teixeira[26], o qual, nos anos de 2009 a 2015, integrou o Núcleo de Imagens do Jornal O Povo. Hoje ele compõe a assessoria de comunicação no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, localizado em Fortaleza-CE. No blog Painel Fotografia Cearense, Deivyson Teixeira destaca sua preocupação em retratar elementos humanizados a partir do cotidiano. O fotógrafo direciona seu olhar para os entornos no caixão, os aspectos da simplicidade arquitetônica, homens e mulheres e, no centro da foto, o caixão mais distante e uma criança mais próxima ao fotografando, metaforizando a linearidade da vida e o encontro do início e do fim. [27]

A fotografia é uma forma de escamotear a morte e o esquecimento. A fotografia é uma forma de se fazer viver na lembrança. A captura do instante é uma forma de enganar a morte. O passado não passa, ela presentifica o passado (Koury, 2004). Entretanto, Zé Maria do Tomé foi assassinato no ano de 2010, nesse período a popularização dos smartphones já acontecia de forma muito potente, o que caracterizava a emergência de um novo modelo de comunicação, agora baseado em aparelhos móveis com acesso integrado à internet.

Tendo em vista a conjuntura do acontecimento, a produção de imagens fotográficas e vídeos realizados desde Zé Maria do Tomé encontrado morto no chão até seu sepultamento foi gigantesca. Não obstante, a circulação dessas produções nas redes sociais apresenta seu caráter perecível, o que representa uma nova postura e relação do historiador com as fontes históricas.[28]

Ainda é caro ao historiador, do ponto de vista teórico-metodológico, o trato a fontes extraídas da Internet. As imagens utilizadas nesse estudo estão em blogs, em grande medida de autoria dos movimentos sociais, e em arquivos pessoais de fotógrafos ou militantes. Entre os principais problemas, destaca-se a autoria, espaços de circulação (redes sociais e de

---

[26] Deivyson Teixeira tem formação em Comunicação Social – Jornalismo pela instituição Faculdades Nordeste (FaNor), integrou o Núcleo de Imagem do Jornal O Povo (CE) de 2009 a 2015. Atua no mercado desde 2009 e sempre busca retratar elementos humanizados a partir do cotidiano. Seu trabalho foi comentado no site Galeria de Rua e já participou de diversas exposições no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, local onde integrou a equipe de Assessoria de Comunicação como fotógrafo oficial. Entre alguns eventos locais, destacou-se pela participação em: Retrovisor (2007); Fotojornalismo: A Notícia como Arte (2011); Somos Todos Fotógrafos (2012); no Festival Encontros de Agosto – Tudo é Fotografia (2011); Pontos de Vista (2012); Histórias de Ver – Coletiva de Fotógrafos Cearenses e Contra o Esquecimento – Coletiva de Fotografia Portuguesa (2013); XVII Unifor Plástica (2015); Imagens não reveladas (2017); QXAS (2018).

[27] Ver em: https://painelfotoceara.com.br/fotografos/deivyson-teixeira/ Acesso em 26 de set de 2021, às 22h07min.

[28] Dessa forma, à medida que o maior acesso as tecnologias da informação por meio de dispositivos móveis (celulares/smartphones), instituiu o que Pierre Lévy denominou como "cibercultura" que representa um *conjunto de técnicas, de práticas, de atitudes, de modos de pensamentos e valores que se desenvolvem com o crescimento do ciberespaço* (LÉVY, 1999, p. 17), impactou na produção e circulação de imagens e vídeos instantâneos, que dentro de uma lógica imediatista, que a evidencia histórica está numa condição de fragilidade na Era Digital, pelo apagamento de arquivos e sites. (SÁ, 2008, sem paginação).

relacionamento), a finitude desses espaços. As fontes produzidas pela "cibercultura" estão circunscritas numa realidade(s) específica(s) de tempo e espaço. Dessa forma, *o presente, ameaçado pelo desgaste da aceleração, converte-se, enquanto transcorre, em matéria da memória* (Sarlo, 2005, p. 95-96).

A concelebração eucarística antes do sepultamento, ritual católico de encomendação da alma, realizada pelo padre Júnior Aquino, traduz o sentimento de dor no momento de perda do amigo e companheiro de luta.

> Hoje é um dia muito triste para a família do Zé Maria, mas também para as comunidades da Chapada do Apodi porque morreu aquele que estava todos os dias denunciando a concentração de terras, as injustiças, o uso indiscriminado de agrotóxicos na região. Mas se pensavam que matando o Zé Maria iam acabar com a luta, estão enganados. A luta continua. A comunidade do Tomé não está sozinha. A igreja está junto. Vamos todos dizer agora: José Maria, a luta continua (Aquino Júnior; 2010)[29].

Após a fala emocionada do padre Júnior Aquino, ecoou a frase "José Maria, a luta continua" pela capela que já não tinha capacidade física para comportar aqueles que desejavam dar o adeus a Zé Maria do Tomé e prestar sua homenagem e indignação.

Em entrevista, o Padre Aquino Júnior expõe os sentimentos que o atravessavam naquele momento.

> (...) na celebração ficou muito claro que o assassinato de Zé Maria não é um assassinato como os vários assassinatos que tem na região. Não é simplesmente um crime passional, não é um crime de conflito, de briga de pessoas simplesmente. O que está por trás assassinato do Zé Maria é um conflito por terra, é um conflito, embora, na cabeça dele não tão claramente elaborada como modelo de agricultura que tem sérios impactos na saúde da população, no modo de vida da população. Mas o elemento que pegava muito era o veneno. Terra, veneno. Terra-Veneno era o ponto do conflito. Então Zé Maria não foi assassinado porque brigou com uma pessoa. Zé Maria foi assassinado porque mexeu com os interesses dos grandes. E a morte dele e já desde o início essa celebração em torno, deu visibilidade, deu projeção. Tem aqui uma vítima do agronegócio. E na tradição de igreja da América Latina, dada a ligação de igrejas com os movimentos também, isso muito forte dos movimentos populares, claro que o assassinato de uma liderança social, política, religiosa, na luta por terra, por água, por liberdade, por democracia. É um grito de denúncia contra essa situação. É uma forma de dar visibilidade a uma causa e esse é o grande mistério desse tipo de assassinato. É um elemento mobilizador, é um elemento aglutinador (Entrevista com Padre Aquino Júnior, 2023).

O Padre Júnior Aquino colocou em relevo as lutas realizadas por Zé Maria do Tomé e que a finitude de sua vida não significava que a luta chegava ao fim. Positiva, assim, em sua

[29] Disponível em https://acervo.racismoambiental.net.br/2010/04/24/voz-silenciada-noticia-e-editorial-do-jornal-o-povo-sobre-o-assassinato-do-lider-comunitario-ze-maria/ Acesso em 16 de abril de 2021, às 02h38min.

fala, a continuidade da luta e a legitimação do papel social da Igreja Católica no esforço de continuidade. Finaliza puxando o coro: *a luta continua!*.

Figura 5 - Velório de Zé Maria do Tomé, 22 de abril de 2010, comunidade do Tomé-Quixeré.

Fonte: Arquivo pessoal do fotógrafo Deivyson Teixeira.

Ao lado do caixão de Zé Maria do Tomé, uma senhora enxuga suas lágrimas de um rosto que expressa uma vida de lutas na tentativa de garantir a sobrevivência no campo. Ao fundo, a dor, a indignação e a curiosidade aparecem nas faces dos presentes no velório do ativista.

A morte de Zé Maria do Tomé foi contada pelas imagens que, como medidoras e linguagem, produzem sentido. No ano de 2010, não existia de forma regular a prática da cultura visual contemporânea, a ação de fotografar os entes falecidos. A produção imagética da morte possui alguns motes: assassinatos com rigor de violência e crueldade, assim como o de Zé Maria do Tomé, constituem grande circulação, desde os registros do velório e cortejo até a produção de memórias imagéticas pelos movimentos sociais.

Seguindo o velório, a indignação é colocada em relevo na fala do padre Alessandro de Souza, o qual compara a vida e a morte de Zé as de Jesus Cristo: “o que aconteceu com o Zé

Maria aconteceu com Jesus Cristo que foi crucificado porque defendia os pobres e injustiçados" (Souza, 2010). [30]

A figuração de Jesus Cristo em comparação a Zé Maria do Tomé evidencia o arquétipo de mártir que será um importante enunciado com o qual os movimentos sociais e, em especial, os movimentos da Igreja Católica o referenciarão. Após o martírio original de Jesus Cristo, os sujeitos perseguidos que vivenciaram diversas formas de sofrimento, torturas e mortes violentas em nome de um bem maior, do coletivo, tinham sua vida como exemplo para o povo cristão, principalmente para a comunidade católica.

O corpo de Zé Maria do Tomé exposto na Capela de Nossa Senhora de Fátima recebeu a concelebração eucarística realizada por Dom José Haring, o bispo da Diocese de Limoeiro do Norte-CE. Após a celebração, seguiu o cortejo do corpo de Zé Maria em direção ao cemitério de Quixeré-CE.

Figura 6 - Os familiares de Zé Maria do Tomé no cortejo do sepultamento.

Fonte: https://russasnews.com.br/destaque/ze-maria-do-tome-um-crime-a-espera-do-castigo/. Acesso em 16 de abril de 2021, às 00h31min.

[30] Disponível em https://acervo.racismoambiental.net.br/2010/04/24/voz-silenciada-noticia-e-editorial-do-jornal-o-povo-sobre-o-assassinato-do-lider-comunitario-ze-maria/ Acesso em 16 de abril de 2021, às 02h40min.

O caixão de Zé Maria foi levado por seus irmãos e seguido por uma multidão de pessoas que vieram dar o adeus ao ativista. À frente, familiares levavam arranjos e coroas que simbolizavam homenagens. O que é inquietante nessa imagem é a faixa no arranjo de flores levada por uma mulher não identificada, à esquerda, na qual é possível ler *ETERNAS SAUDADES FRUTACOR*. A empresa agroexportadora, situada na Chapada do Apodi, terá um papel marcante nas investigações sobre o assassinato de Zé Maria do Tomé.

Logo após o sepultamento do corpo de Zé Maria do Tomé, os movimentos sociais e pastorais realizaram um ato público na praça da comunidade do Tomé, onde as lideranças exigiram punição dos culpados. Ali fizeram um acordo e reafirmaram o compromisso de dar continuidade às lutas e à justiça para o caso Zé Maria do Tomé.

> (...) é que normalmente assassinato de liderança se dá pra tentar calar a voz, mas no fundo o assassinato acaba fazendo o grito ecoar e termina tendo um efeito mobilizador. Isso muito forte do imaginário religioso, começando pelo próprio jesus cristo. Mataram Jesus pensando que com a morte tudo estava acabado, no final das contas a morte acabou sendo a possibilidade de um novo encontro com ele ou de uma nova forma de presença que convocava, que reunia, que mobilizava, que desencadeou todo um movimento interior do judaísmo que deu no cristianismo. Você tem aqui todo um imaginário, que na igreja da América Latina estava muito bonita nas últimas décadas. Uma quantidade de lideranças assassinadas e grande parte delas lideranças religiosas. Mesmo no Brasil, se você pensar Santo Dias da Silva lá em São Paulo era ministro da eucaristia. Margarida Alves, era ligada à comunidade. Padre Josino, Padre Ezequiel, na luta pela terra. A nível continental (não audível) que você tem aqui todo um imaginário, claro, a morte do Zé Maria no contexto como esse, suscita muito a memória de tanta gente que foi assassinado na luta pela justiça (Entrevista Padre Aquino Júnior, 2023).

Vinte e cinco (25) tiros puseram fim à vida de Zé Maria do Tomé enquanto sujeito, mas não como militante, não como bandeira de luta. O que deveria ser um ponto final pode ser lido como reticências, um deslocamento, uma continuidade. Zé Maria do Tomé torna-se, em morte, um símbolo de resistência, uma bandeira de luta.

A morte é um fenômeno constituído de valores e sentidos, circunscritos na conjuntura social, cultural e histórica do sujeito. O assassinato de Zé Maria do Tomé significa a morte do corpo. Esse acontecimento gera um outro corpo. Se antes, o corpo era andarilho, incomodado, inconformado, luta, solitário, aquele que denunciava. Agora, surge outro corpo, marcado pelo sangue, pela violência, pela potência de suas lutas. A morte não é o fim, Zé Maria ganha outro tipo de corpo, ele se torna uma imagem.

Partimos da morte para compreender a vida, já que esta constitui um marco nas experiências dos movimentos de luta por igualdade e democracia da terra. A morte de Zé Maria do Tomé ganha visibilidade nacional e internacional.

No dia 22 de abril de 2010, a face solitária e cabisbaixa de Zé Maria do Tomé repercute em mídias impressas e digitais do estado do Ceará, em páginas policiais.

Figura 7 - Fotografia de Zé Maria do Tomé.

Fonte: Melquiades Júnior.[31]

O olhar desolado capturado pelas sensíveis lentes do fotografo Melquíades Júnior é atravessado pela infinitude do Canal da Integração e seu cercamento que cortam o horizonte. Uma imagem paradoxal, de uma beleza triste que exprime imageticamente o cotidiano de Zé Maria do Tomé, que tinha suas perspectivas de futuro amarradas às lutas do presente, onde a terra, a água, a saúde e a sobrevivência eram negadas repentinamente a ele e aos seus, por cercas, por muros, por armas. Tão perto e ao mesmo tempo tão distante.

31 Antônio Melquiades Júnior é natural de Limoeiro do Norte (CE). Formou-se em Jornalismo pela Faculdade Integrada do Ceará (FIC) e estudou Ciências Sociais na Universidade Estadual do Ceará. É repórter especial do jornal Diário do Nordeste (CE) – do Grupo Verdes Mares – correspondente de Limoeiro do Norte. É jornalista e documentarista, com mais de 20 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo, autor da série de reportagem "Viúvas do Veneno", editada por Maristela Crispim, publicada em 2013. O trabalho obteve reconhecimento nacional por diferentes instituições, incluindo a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA)**,** além de ser importante fonte de pesquisa por pessoas interessadas em conhecer a problemática dos agrotóxicos no Brasil e no Ceará. Disponível em https://agenciaeconordeste.com.br/doce-veneno-elucida-a-verdade-por-tras-dos-riscos-do-uso-de-agrotoxicos/. Acesso em 12 de maio de 2023, às 16:33h.

A morte e vida do líder ambientalista Zé Maria do Tomé ressoou para além da Chapada, ganhou status de mártir e repercutiu pelo mundo através de várias reportagens realizadas por espaços midiáticos de grande destaque no país, entre eles: o programa Conexão Repórter, intitulado *Doce Veneno nos campos do Senhor*, do canal SBT[32], Profissão Repórter, do canal Globo[33], reportagens no Jornal Brasil de Fato[34], Carta Capital[35], Jornal O Povo[36], entre outros.[37]

Zé Maria do Tomé morreu aos 44 anos e teve sua trajetória como militante da luta socioambiental revertida e reinventada enquanto bandeira de diversos segmentos sociais, abraçada por diversos Movimentos Sociais, Universidade, lideranças políticas, sociedade civil e setores da Igreja Católica, os quais se posicionavam sobre diferentes frentes, mas com objetivos similares: a luta por água, terra, moradia, saúde e educação de qualidade para todos.

A narrativa passa a ser uma linguagem da existência e da continuidade do indivíduo enquanto ideia e escrituração. E, por sua vez, estabelece relações de intriga e reciprocidade em relação aos usos sociais da memória.

A morte é um acontecimento em aberto, campo possível de (re)criação de presente e passado. O assassinato de Zé Maria tinha como propósito aniquilar seu corpo, mas esqueceu de pôr fim a suas palavras, que tiveram ecos... Intrigante paradoxo da vida, a imobilidade no corpo não refletiu no pensamento, que constrói a ideia de uma memória fluida, em movimento. Zé Maria do Tomé é de quem o quiser.

---

[32] *Doce veneno nos campos do senhor*. Conexão Repórter, São Paulo, 18 jun. 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uwGCkmWRXLs>. Acesso em: 10 ago. 2018. É importante destacar que o programa Conexão Repórter ganhou o Prêmio Ministério Público do Trabalho de Jornalismo com a reportagem.

[33] Profissão Repórter, Rio de Janeiro, 3 nov. 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QlOEkDhXG6Q>. Acesso em: 10 ago. 2018.

[34] O Jornal Brasil de Fato publicou diversas matérias sobre o tema. Ver COLETIVO NIGÉRIA. Tem água pra ver, mas não pra beber. ***In Brasil de Fato***, São Paulo, 31 jul. 2013. Disponível em: <http://antigo.brasildefato.com.br/node/14873>. Acesso em: 17 maio 2016; SILVA, Claudio. Morte por agrotóxicos no Ceará. ***BRASIL DE FATO,*** São Paulo, 31 mar. 2014. Disponível em: <http://antigo.brasildefato.com.br/node/27947>. Acesso em: 31 mai. 2016. BENVENUTI, Patrícia. Assassinato bárbaro de liderança expõe conflitos em área de Transposição do Rio São Francisco. ***Brasil de Fato***, São Paulo, 26 abr.2010. MARTINS, Helena. Assassinato de líder comunitário mobiliza movimentos no Ceará. ***Brasil de Fato***, São Paulo, 29 abr. 2010; GARCIA, Camila. José Maria do Tomé vive na luta da Chapada do Apodi, no Ceará. ***Brasil de Fato***, São Paulo, 26 abr. 2013; SILVA, Cláudio. Quatro anos do assassinato de Zé Maria, uma luta contra os agrotóxicos e por justiça! ***Brasil de Fato***, São Paulo, 22 abr. 2014; KITANISHI, Hugo; CARRANO, Pedro. Entrevista com Raquel Rigotto – Eles destroem o trabalho, a lavoura e a natureza. ***Brasil de Fato***, São Paulo, 11 jun. 2011.

[35] CINTRA, Luiz Antonio. O Sal da Terra. ***Carta Capital***, São Paulo, 25 ago. 2010.

[36] TÚLIO, Dimitri. Julgamento do caso Zé Maria de Tomé é adiado pela quarta vez. ***O POVO ONLINE***, Fortaleza, 22 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://mobile.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/02/julgamento-do-caso-ze-maria-de-tome-e-adiado-pela-quarta-vez.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

[37] A visibilidade sobre a morte e sobre Zé Maria ocorre morosamente com o passar do tempo, realizado pelos movimentos sociais que de forma unificada perfuram e adentram mídias hegemônicas, que têm sua atuação comprometidas com o poder. Assim, esse debate, será evocado no capítulo 4.

A morte de Zé Maria do Tomé é um acontecimento fundante na sua história como um mártir da terra, um camponês, que foi perseguido em vida, sofreu, sofreu muito, e teve sua vida arrancada de forma violenta e covarde, na tentativa de colocar fim à sua luta contra o Agronegócio.

2.2 Uma morte profética

Para muitos, a morte de Zé Maria do Tomé não foi surpresa. No cenário do campo, aqueles que se atrevem a lutar contra o agronegócio, contra os grandes latifundiários, contra os capitalistas da terra e a denunciar irregularidades e violações de direitos e deveres, na poluição das águas, na grilagem de terra e no uso excessivo de agrotóxicos, são homens marcados para morrer.

No processo que investiga o assassinato do líder comunitário e ativista ambiental Zé Maria do Tomé, a compreensão tecida pelo promotor do caso, Felipe Diogo Siqueira, pontua-se como a agenda do militante interferia diretamente no motivo de seu assassinato.

Zé Maria do Tomé, o agricultor José Maria Filho, é apresentado como um líder comunitário que se envolvia em diversos conflitos de sua comunidade, o Tomé, na busca da melhoria de vida dos habitantes da Chapada do Apodi no enfrentamento das autoridades locais e das empresas agrícolas.

A ação penal adjetiva Zé Maria do Tomé pelo seu destemor e pelo esforço de se fazer ser ouvido pela sociedade, de se fazer interlocutor daqueles que viviam na Chapada do Apodi e sofriam diariamente a realidade que era denunciada. Essa série de ações desencadeou a ascensão de Zé Maria do Tomé e sua relevância social na Chapada do Apodi, sendo visto como líder nato, formador de opinião e o detentor da articulação das ações de luta, conquistando respeito no espaço político da região.

A partir das investigações, o promotor Felipe Diogo Siqueira elencou dois grandes motes que direcionam as ações de Zé Maria do Tomé. O primeiro é o combate à *pulverização aérea*, cuja prática consiste no uso de um helicóptero para dispersar agrotóxicos pela plantação, ocasionando a dispersão do produto químico nas pessoas e nos reservatórios de água da Chapada do Apodi.

O outro mote que caracteriza a luta de Zé Maria do Tomé foi a reinvindicação dos *assentamentos de pequenos produtores agrícolas nas terras da União, inseridas no Projeto do*

Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, os quais, na compreensão do agricultor, estavam em situação irregular, pois se encontravam na posse das grandes empresas latifundiárias.

O promotor do caso coloca em relevo o esforço de Zé Maria do Tomé na mobilização dos órgãos públicos, sociedade civil e entidades envolvidas nas bandeiras de luta, na socialização de suas reinvindicações. O líder comunitário fazia uso recorrente dos meios de comunicação (em especial, as rádios da cidade de Limoeiro do Norte-CE), audiências públicas e reuniões nas comunidades afetadas.

O magistrado Felipe Diogo Siqueira enuncia no processo que as lutas contra a pulverização aérea e a favor da regulamentação da divisão de terras constituem temas delicados que mexem com interesses econômicos das grandes empresas que estão assentadas na Chapada do Apodi. Zé Maria do Tomé passou a incomodar cada vez mais.

A apreciação do promotor destaca como a ação de luta pela Chapada do Apodi realizada por Zé Maria do Tomé coloca-o na linha de frente nos embates com o agronegócio e suas ameaças.

Nos depoimentos colhidos na construção do processo, são recorrentes falas que sublinham as ameaças que Zé Maria do Tomé sofria por conta de sua atuação social e política em defesa dos habitantes da Chapada do Apodi, intimidações que o fizeram portar uma arma como forma de proteção.

Um dado que nos chama a atenção foi o boletim de ocorrência (B.O.) que data do dia 22 de março de 2010, exatamente trinta dias que antecediam seu assassinato. Zé Maria do Tomé formaliza uma queixa que denota estar recebendo ameaças pelo telefone e retrata o dia em que foi até o aeroporto da Chapada do Apodi fotografar o helicóptero realizando a pulverização aérea, uma prática criminalizada pela Lei Municipal 1.278/2009, promulgada no dia 20 de novembro de 2009 pela Câmara de Limoeiro do Norte-CE, resultado da somatória das lutas das comunidades em parceria com os órgãos, entidades, pesquisadores, movimentos sociais e populares e incentivadores. Fora surpreendido pelo vigilante do local, funcionário de João Teixeira Júnior, com a afirmativa: “Você está mexendo com gente grande, isso é perigoso”.

Alguns depoimentos importantes enunciam as práticas de amedrontamento que faziam parte do cotidiano de Zé Maria do Tomé. A amiga da vítima e moradora da comunidade do Tomé, Raimunda Nilrene da Silva, depõe que:

> “... JOSÉ MARIA comentava que que estava sendo ameaçado de morte, mas não dizia de que modo e nem por quem, mas dizia que o motivo das ameaças era o fato de estar lutando para defender o povo das grandes empresas que se apossaram das terras da

> Chapada do Apodi, enquanto milhares de habitante 'LÁ EM CIMA NÃO TINHAM UM PEDAÇO DE TERRA, AS EMPRESAS CHEGAVAM E MANDAVAM, MAS QUE SÓ IA PARAR QUANDO MORRESSE', palavras de JOSÉ MARIA em reuniões com os associados..." (PROCESSO Nº 7659-18.2010.8.06.0115, p. 6, grifo e destaque do processo).

Zé Maria do Tomé vivia a experiência das agruras, dores e medos que a luta social contra o Agronegócio produzia sobre sua vida. E as perseguições e ameaças não colocariam fim às suas lutas. Somente a morte o faria parar, enquanto militante e liderança na sua comunidade.

Outro relato de ameaças é denotado no depoimento de Antônia Márcia Xavier, filha de Zé Maria do Tomé.

> "... QUE no segundo semestre de 2009, a depoente estava próximo ao seu pai, ocasião em que o mesmo atendeu um telefonema e logo percebeu que o mesmo agiu de maneira estranha, motivo pelo qual se aproximou, tendo ouvido a voz no telefonema dizer "EU SEI COM QUEM VOCÊ ANDA E AONDE VOCÊ ANDA", QUE quando seu pai desligou o telefone, a depoente indagou do mesmo de ele havia recebido uma ameaça, tendo este ficado calado e algum tempo depois dito "NÃO COMENTE NADA COM SUA MÃE"..." (PROCESSO Nº 7659-18.2010.8.06.0115, p. 6, grifo e destaque do processo).

Sendo assim, havia pelo menos seis meses que Zé Maria do Tomé vinha sofrendo perseguições e ameaças, principalmente por telefonemas. E, assim como sua trajetória de luta e liderança, em muitos momentos solitária, guardava para si as intimidações ali ouvidas, dividia com poucos suas preocupações e, quando realizava, era em relances, com poucos detalhes, guardava-as na sua intimidade e no espaço do privado.

O amigo e membro da Associação do ex-Irrigantes do Projeto Jaguaribe-Apodi e da Associação São João Sítio Tomé, Sebastião Guimarães de Oliveira, depõe que:

> "... QUE na segunda-feira, à noite, na semana da morte de JOSÉ MARIA, o mesmo foi até a casa do depoente e durante uma conversa falou que minutos antes, quando voltava do KM 60, juntamente com seu filho, recebeu uma ligação onde a pessoa que falou para ele "VOCÊ É MUITO COVARDE, PORQUE VOCÊ NÃO ANDA SÓ, SÓ ANDA COM UMA CRIANCINHA NA GARUPA": QUE perguntou a JOSÉ MARIA se ele sabia quem estava lhe ameaçando, tendo esse lhe dito que não sabia que lhe estava lhe ameaçando; QUE o depoente falou para JOSÉ MARIA deixar de se meter com essas lutas, pois estava mexendo com muita gente grande; QUE sabia que JOSÉ MARIA lutava contra a pulverização aérea das lavouras e contra a contaminação da água..." (PROCESSO Nº 7659-18.2010.8.06.0115, p. 6-7, grifo e destaque do processo).

A criancinha relatada no processo é o filho caçula de Zé Maria do Tomé. Zé, temendo pela vida do pequeno Gabriel, parou de levá-lo consigo em suas andanças de motocicleta pela Chapada do Apodi. O perigo cada vez era mais próximo e iminente.

Por meio dos depoimentos supracitados, o auto alinha a compreensão de que a vítima era perseguida e ameaçada pela sua atuação social e política em combater a pulverização aérea e a regulamentação das terras do Perímetro Irrigado da Chapada do Apodi.

Vale salientar que existia regulação legislativa pela União com a Instrução Normativa Nº 2, no MAPA 68 (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), vigente a partir da data de 3 de janeiro de 2008, no Art. 10, a qual estabelece que, para o efeito de segurança operacional, a aplicação aeroagrícola fica restrita à área a ser tratada.

I - não é permitida a aplicação aérea de agrotóxicos em áreas situadas a uma distância mínima de:

a) quinhentos metros de povoações, cidades, vilas, bairros, de mananciais de captação de água para abastecimento de população;

b) duzentos e cinquenta metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos de animais;

II - nas aplicações realizadas próximas às culturas susceptíveis, os danos serão de inteira responsabilidade da empresa aplicadora;

III - no caso da aplicação aérea de fertilizantes e sementes, em áreas situadas à distância inferior a quinhentos metros de moradias, o aplicador fica obrigado a comunicar previamente aos moradores da área;

IV - não é permitida a aplicação aérea de fertilizantes e sementes, em mistura com agrotóxicos, em áreas situadas nas distâncias previstas no inciso I, deste artigo;

V - as aeronaves agrícolas, que contenham produtos químicos, ficam proibidas de sobrevoar as áreas povoadas, moradias e os agrupamentos humanos, ressalvados os casos de controle de vetores, observadas as normas legais pertinentes;

VI - no local da operação aeroagrícola será mantido, de forma legível, o endereço e os números de telefones de hospitais e centros de informações toxicológicas;

VII - no local da operação aeroagrícola, onde é feita a manipulação de produtos químicos, deverá ser mantido fácil acesso a extintor de incêndio, sabão, água para higiene pessoal e caixa contendo material de primeiros socorros;

VIII - é obrigatório ao piloto o uso de capacete, cinto de segurança e vestuário de proteção; e

XI - a equipe de campo que trabalha em contato direto com agrotóxicos deverá obrigatoriamente usar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, fornecidos pelo empregador.

Contudo, há um déficit na fiscalização da Instrução Normativa Nº 2, no MAPA 68 e na lei, pois a fiscalização de forma micro poderia ter maior efeito. Dessa forma, o marco da luta de Zé Maria do Tomé data de 20 de novembro de 2009, quando foi promulgada a Lei Municipal 1.278/2009 (que proibiu a pulverização aérea), como o acontecimento impulsionador no agravamento das tensões entre o militante *versus* o agronegócio.

A Lei Municipal 1.278/2009 é um marco desde a sua concepção que adveio das demandas sociais da população da Chapada do Apodi em relação a diversos interlocutores sociais, como os movimentos, os sujeitos das universidades (UECE e UFC) e os agentes da Igreja Católicas (em especial as pastorais).

Figura 8 - Registros fotográficos de Zé Maria do Tomé na Câmara Municipal de Limoeiro do Norte-CE.

Foto: Jangadeiro Online.

Conforme apresenta Diego Gadelha, amigo pessoal de Zé Maria do Tomé, em seu depoimento.

> "... era JOSÉ MARIA que sempre replicava os argumentos apresentados pelos ditos empresários (...) sendo que o representante da FRUTACOR discorreu sobre o tema por uma hora (...) demonstrando a viabilidade da pulverização aérea. Complementou, ainda, o depoente que '... após a morte de JOSÉ MARIA houve muitas audiências que culminaram na revogação da referida lei...'" (PROCESSO Nº 7659-18.2010.8.06.0115, p. 16 e 17).

O líder comunitário utilizava o espaço de fala na tribuna da Câmara de Limoeiro do Norte pela sociedade civil, como espaço para contra-argumentar as ações do agronegócio e, assim, dos grandes empresários, fato que o tornou conhecido antes de sua morte. Apesar de

tornar-se um incômodo à elite agrária, não tinha acesso aos grandes veículos de comunicação, o que mudou após sua morte.

Após as lutas que findaram na promulgação da Lei Municipal 1.278/2009, Zé Maria fiscalizava e, por diversas vezes, denunciou a negligência em relação à eficácia da lei. Até que, pouco tempo depois, o líder comunitário e ativista tomou conhecimento de várias movimentações que as empresas agrícolas na busca da revogação da lei, requerendo, assim, retornar ao usufruto da pulverização aérea de forma recorrente.

Com o intuito de conter a revogação da Lei, Zé Maria do Tomé passou a reunir provas que dessem conta dos problemas gerados pelos malefícios da pulverização aérea e a denunciar que tais ações não haviam sofrido paralisação, mesmo no período vigente da lei.

Para tanto, o líder comunitário começou a fotografar e a filmar o helicóptero espalhando o veneno pelas plantações, consequentemente pela comunidade. Além dos registros imagéticos, os laudos elaborados pela Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo a professora Raquel Rigotto como exponente, comprovavam a inviabilidade da chuva de agrotóxicos que embranqueciam os telhados das casas das comunidades do Tomé.

As provas foram reunidas em um pen-drive para serem expostas na sessão da Câmara de Limoeiro do Norte-CE, na quinta-feira do dia 22 de abril de 2010. Não deu tempo, na quarta, dia 21 de abril de 2010, com vinte e cinco tiros, a vida de Zé Maria foi tirada. E o pen-drive que continha as provas sumiu do local de seu assassinato.

Além de reverberar sobre sua estratégia de reunir elementos que comprovassem a inviabilidade da pulverização aérea para contra-argumentar a revogada da Lei Municipal 1.278/2009, Zé Maria do Tomé asseverou que "havia uma bomba para ser estourada na reunião" (PROCESSO Nº 7659-18.2010.8.06.0115, p. 6-7).

Com o sumiço de sua bolsa e seu pen drive, não é possível ter certeza o que Zé Maria do Tomé adjetivava como "bomba", já que, no dia anterior a sua exposição, o problema que essa bomba geraria foi ceifado, com sua vida.

Além da sessão da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte-CE, no dia 22 de abril de 2010, Zé Maria do Tomé tinha outro compromisso marcado. Dessa vez, uma reunião com José Aldair Gomes Costa, gerente da FRUTACOR, que havia sido encarregado por João Teixeira Júnior de resolver uma querela de terras com o líder comunitário.

Havia um impasse que tensionava ainda mais a relação entre Zé Maria do Tomé e João Teixeira Júnior. Seria a questão da terra, mais precisamente 15ha de terra que pertenciam à

família de Zé Maria, que afirmava ter vendido a posse pelo valor de sete mil reais ao latifundiário. Contrariamente à versão defendida por Zé Maria, João Teixeira afirmava que havia comprado as terras e que Zé Maria teria vendido sem acordar com seus irmãos, também donos dos hectares de terra.

Conforme o depoimento de Antônio Diogo, cunhado de Zé Maria do Tomé:

> "COMPRADE, VOCÊ VAI VER COMO ELE VAI ME DAR OS 15 HECTARES, DESMATADO E IRRIGADO!" (...) na quarta-feira seguinte ao fato, data combinada para a outra reunião, JOSÉ MARIA falou para o depoente que havia procurado JOÃO TEIXEIRA em seu escritório, ocasião em que ALDAIR, gerente da FRUTACOR, havia lhe dito que JOÃO TEIXEIRA estava ocupado, motivo pelo qual deixasse a reunião para a próxima quarta-feira; QUE, uma semana depois, na quarta-feira seguinte, repetiu-se o mesmo fato (...) na mesma semana da morte de JOSÉ MARIA, este contou para o depoente que ligou para JOÃO TEIXEIRA, naquele dia, bem cedo, tendo dito ao depoente "DEMO UMA BRIGADA DANADA POR TELEFONE COM JOÃO TEIXEIRA, ELE VAI DAR A TERRA MESMO!", haja vista o mesmo ter encerrado a ligação dizendo: "JOSÉ MARIA SE VOCÊ QUER TERRA, VOCÊ VAI TER TERRA!" (PROCESSO Nº 7659-18.2010.8.06.0115, p. 9).

Na reinquirição do processo, Antônia Márcia Xavier, a filha de Zé Maria do Tomé afirma que o acirramento na relação de seu pai com João Teixeira Júnior ocorreu após o líder comunitário ter iniciado as lutas contra a pulverização aérea na Chapada do Apodi e, com bastante esforço, ter aprovado a Lei Municipal 1.278/2009 que proibia a pulverização aérea.

Mais uma vez Zé Maria do Tomé fica na linha de frente, agora na fiscalização da efetividade da lei que, mesmo constituindo em letra uma prática proibitiva, em nenhum momento, cessou de fato a dispersão de agrotóxico pela pulverização aérea.

Na ligação, quando João Teixeira proferiu para Zé Maria "SE VOCÊ QUER TERRA, VOCÊ VAI TER TERRA!", elucidada pelos depoentes no processo, o líder comunitário interpretou que teria suas terras novamente. Contudo, sua filha Antônia Márcia, o alerta sobre o tom de ameaça do enunciado da conversa: "O senhor não entendeu o que João Teixeira quis dizer? Ele quis dizer que o senhor vai ter terra nos peitos", ou seja, que sua vida corria risco (PROCESSO Nº 7659-18.2010.8.06.0115, p. 12).

Nos autos do processo, consta que a reunião de Zé Maria do Tomé com João Teixeira foi remarcada algumas vezes. Poucos dias antes do assassinato, foi precedida e adiada por duas vezes por escolha do empresário, ficando marcada para o dia 22 de abril de 2010. O que coloca em contradição o depoimento do latifundiário que argumentou não haver nenhuma querela por terra que inflamasse a relação entre ele e o líder comunitário e ambientalista.

Na reinquirição de Geraldo Magela de Oliveira, amigo pessoal de Zé Maria do Tomé, aquele relata um importante episódio que ocorrera no dia 19 de abril de 2010 e que o militante lhe havia confidenciado.

> "... na segunda-feira, anterior a morte de JOSÉ MARIA, o mesmo relatou ao depoente que ALDAIR, gerente da FRUTACOR, tinha ligado para ele marcando uma reunião no dia seguinte, terça-feira, e dito, inclusive, o seguinte: 'JOSÉ MARIA VOCÊ VAI TER QUE ESQUECER O AVIÃO DE UM JEITO OU DE OUTRO: motivo pelo qual o depoente advertiu JOSÉ MARIA dizendo 'JOSÉ MARIA ESSE DE UM JEITO OU DE OUTRO É PORQUE ELE ESTÁ DIZENDO QUE VAI LHE MATAR', ocasião em que JOSÉ MARIA lhe confidenciou que realmente estava sofrendo várias ameaças (...) JOSÉ MARIA contou para o depoente que segunda-feira(anterior a sua morte) por volta das 5 horas da manhã, conseguiu tirar uma foto de avião no momento em que ele estava expurgando agrotóxico por sobre a lavoura e que tirou a foto para levá-la para entregar a juíza, pois a mesma havia solicitado a referida foto como prova, tendo em vista que JOÃO TEIXEIRA negava que estivesse fazendo a pulverização (...) JOÃO TEIXEIRA tinha muito interesse na pulverização aérea, tendo em vista que ele contratava o avião e expurgava para os demais produtores cobrando por hectare (...) sabe disso porque duas vezes se utilizou do avião e quem fornecia o veneno era JOÃO TEIXEIRA (...) quando não há expurgação dos bananais a banana não cresce fica bem pequenininha; destaca que a pulverização com os tratores, o efeito não é o mesmo..." (PROCESSO Nº 7659-18.2010.8.06.0115, p. 12-13).

Tomando como reflexão o depoimento, Zé Maria do Tomé era alvo de perseguições e ameaças dadas as lutas que vinha travando na Chapada do Apodi. Uma questão considerável é o pedido da juíza para que o camponês coadunasse provas que comprovassem o crime ambiental realizado por João Teixeira.

A Lei Municipal 1.278/2009, que proibia a pulverização aérea em Limoeiro do Norte, existia. O papel do Estado não seria de fiscalizar o cumprimento da lei? Por que incumbir a tarefa de catalogação de provas a um civil, e não fazer uso das instâncias institucionais?

No depoimento do amigo de Zé Maria do Tomé, Sebastião Guimarães de Oliveira, o seguinte trecho é bastante complexo:

> "JOSÉ MARIA relatou ao depoente que iria conseguir essas terras, pois, segundo a vítima 'JOÃO TEIXEIRA ESTÁ EM MINHAS MÃOS', já que ele sabia de tudo que estava acontecendo nas terras da Chapada, inclusive sabia das compras irregulares de terra por parte de JOÃO TEIXEIRA, tendo em vista que o mesmo o havia ajudado a conseguir algumas terras, QUE JOSÉ MARIA relatou duas brigas com JOÃO TEIXEIRA uma corrida na FAPIJA e outra ocorrida no escritório de JOÃO TEIXEIRA; QUE durante as brigas, JOSÉ MARIA discutia com JOÃO TEIXEIRA, acerca das terras e da pulverização aérea da lavoura, bem como, sobre a contaminação da água (...) dois meses antes da morte de JOSÉ MARIA, soube através do mesmo que este havia participado de uma reunião em Fortaleza, no DNOCS, onde também estava presente JOÃO TEIXEIRA, o qual alegou que 'NÃO DAVA CERTO DISTRIBUIR TERRAS ENTRE OS PEQUENOS PRODUTORES, POIS ESTES NÃO SABIAM TRABALHAR NA TERRA', motivo pelo qual JOSÉ MARIA, quebrou o 'maior pau' durante a reunião, exigindo do DNOCS uma solução acerca do assunto; QUE JOSÉ MARIA contou que JOÃO TEIXEIRA fosse feita uma licitação,

> mas o finado JOSÉ MARIA disse que não aceitava pois sabia que só iria beneficiar JOÃO TEIXEIRA, já que ele tinha UM BOCADO DE GENTE PARA BOTAR PARA COMPRAR TERRA PARA ELE, JÁ QUE AS TERRAS DO JOÃO TEIXEIRA NÃO ERAM NO NOME DELE MESMO...” (PROCESSO Nº 7659-18.2010.8.06.0115, p. 13-14).

No depoimento acima, é denunciado mais um triste episódio vivenciado nos campos brasileiros: a acumulação do capital pela concentração de terras pelos latifundiários e o processo de expropriação territorial. Para José de Souza Martins, “a expansão do capitalismo, no campo ou na cidade, depende, em princípio, da separação fundamental entre o trabalhador e os meios de produção” (1980, p. 35). Assim, avançam o capitalismo e o agronegócio se apropriando da terra, das riquezas naturais, dos meios de (sobre)vivência e da vida dos camponeses.

O depoente Diego Gadelha de Almeida esclarece em seu relato que a questão dos 15ha de terra mal resolvida entre Zé Maria do Tomé e João Teixeira debilitou mais ainda essa relação.

> “... JOSÉ MARIA comentou com o depoente que sua família possuía uma terra na Chapada antes da desapropriação, a qual foi desapropriada como os demais, tendo seu pai recebido um lote no perímetro irrigado; QUE JOSÉ MARIA comentou com o depoente que estava ocupando o referido lote de seu pai, afirmando que o havia vendido anteriormente para um produtor maior, porém, como o seu irmão teria perdido sua produção em outro lote por causa das ventanias, deliberou em reaver a terra vendida, uma vez que havia sido adquirida ilegalmente, e por esse motivo, ele poderia pegá-la de volta; QUE indagado se JOSÉ MARIA comentou para quem teria vendido este lote que estaria tentando reavê-lo, o depoente respondeu que seria para a empresa FRUTACOR; que indagado se esta empresa devolveu o lote vendido anteriormente por JOSÉ MARIA, o depoente disse que, segundo este informou, a referida empresa tentou negociar oferecendo um lote localizado em outro ponto, porém JOSÉ MARIA não concordou, visto que o lote pleiteado ficava próximo a um ponto d’água, o que facilitaria a irrigação, diferentemente do outro oferecido...” (PROCESSO Nº 7659-18.2010.8.06.0115, p. 15-16).

A documentação não descreve com precisão a localização das terras em disputa por Zé Maria e João Teixeira, mas o depoente destaca o que provavelmente seja o motivador da valorização dela: a água, recurso fundamental nas atividades produtivas. Assim, *a água é agregada ao novo cenário de disputas de domínio por novos territórios, de modo que o agronegócio vai à busca de assegurar o acesso tanto a terra quanto aos recursos hídricos, consolidando o conceito de Agro-hidronegócio* (Scantimburgo, 2016, p. 44).

Outra disputa coloca em relevo a tensão que vinha acontecendo sobre as invasões de terras pelas grandes empresas no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, quando, após muitas denúncias nas rádios e mídias locais, o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a

Seca)[38], que tinha como diretor-geral Eudoro Santana[39], o qual teve centralidade na elaboração da pesquisa, por meio de um Ação Pública Civil da Procuradoria Geral da República, instrumentalizou um grupo de trabalho para que fosse analisado e, assim, deliberado um diagnóstico da situação fundiária do Perímetro Irrigado.

O diretor-geral do DNOCS assegurou que, caso as apropriações fossem comprovadas de forma efetiva no diagnóstico que estava em processo de feitura (2008-2009), as empresas que houvessem invadido as terras da União seriam expulsas por ele mesmo. Sobre esse episódio, Zé Maria do Tomé falou em reportagem do Diário do Nordeste,

> Conforme o presidente da Associação dos Ex-Irrigantes do Jaguaribe Apodi (Aija), José Maria Filho, alguns empresários não cumpriram a promessa de quitar as antigas dívidas bancárias de empréstimos contraídos pelos antecessores. "Quando a gente vai ao banco tentar um financiamento, está inadimplente". A situação fica de um lado antigos produtores alegando terem sido expulsos da terra (mesmo tendo feito a venda informal da propriedade); de outro, novos e grandes produtores alegando a posse de fato e de direito, mesmo tendo comprado informalmente as propriedades. Para resolver o imbróglio, a Justiça Federal determinou que o Dnocs realizasse a demarcação de terras e o levantamento sobre as escrituras. Desde o ano passado, um grupo de trabalho do departamento pesquisa os dados em Limoeiro. (Disponível em https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/produtores-sem-titulo-de-terra-1.714723. Acesso em 04 de agosto de 2023, às 23:33h).

Zé Maria do Tomé denunciava, além da apropriação irregular da terra, a impossibilidade de conseguir condições que viabilizassem o plantio dos pequenos agricultores, que tem como modelo produtivo a agricultura familiar, desprestigiado pelas Políticas Públicas do Estado.

Na reportagem citada acima, que tem Melquiades Júnior como colaborador, em mais um momento, Zé Maria do Tomé é retratado de forma solitária em sua luta, ao lado do Canal

---

[38] 18O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) foi criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), através do Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909. É a mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste, tendo como primeiro inspetor Miguel Arrojado Lisboa. Recebeu em 1919 (Decreto 13.687), o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) antes de assumir sua denominação atual, que lhe foi conferida em 1945 (Decreto-Lei 8.846, de 28/12/1945), vindo a ser transformado em autarquia federal, pela Lei n° 4229, de 01/06/1963. Fonte: DNOCS. Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br>. Dispónivel em 03 de agosto de 2023, às 23:55h.

[39] Eudoro Walter de Santana é cearense, natural de Quixeramobim. Engenheiro Civil formado pela Universidade Federal do Ceará, especialista em Equipamentos de Petróleo pela Universidade Federal da Bahia, concursado da Petrobras, foi deputado estadual por 4 mandatos, destacou-se no parlamento como estudioso do Orçamento Público e dos Recursos Hídricos assumindo presidência da Comissão de Agropecuária e Recursos Hídricos, atuando também em mais oito comissões técnicas da Assembleia Legislativa. Santana exerceu vários cargos na Administração Pública, entre eles destacam-se: Diretor Regional do INCRA, Secretário de Agricultura e Reforma Agrária do Estado do Ceará, Presidente do Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará – INESP, Diretor Geral do DNOCS por 8 anos, Secretário Executivo do Conselho de Altos Estudos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, oportunidade em que articulou diálogo com sociedade promovendo encontros, seminários, reuniões que resultaram em três importantes Pactos: Pacto Pela Vida, Pacto das Águas e Pacto Pelo Pecém. Disponível em https://especial.opovo.com.br/forumeconomiadomar/palestrantes/eudoro-walter-de-santana/. Acesso em 12 de maio de 2023, às 13h

da Integração, situado em um lugar com abundância de água e terra, mas é negado em nome de um modelo de desenvolvimento capitalista: o Agronegócio.

Figura 9 - Zé Maria do Tomé ao lado do Canal da Integração, na Chapada do Apodi.

Fonte: (Disponível em https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/produtores-sem-titulo-de-terra-1.714723. Acesso em 04 de agosto de 2023, às 23:33h).

As denúncias de Zé Maria do Tomé sobre apropriação de terras pelas grandes empresas foram comprovadas no diagnóstico elaborado pelo DNOCS.

> Os dados divulgados pelo Dnocs (2012b) indicam que dos 9.605,71 hectares totais do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, 3.817,66 ha estavam em situação irregular, ou seja, grilados – o que representa 40% de toda a área do perímetro. Do total grilado, há tanto grandes empresas quanto pequenos e médios produtores, como já colocado. Os pequenos produtores que ainda ocupam o perímetro são colonos que perderam seus lotes, antigos proprietários que não foram indenizados, camponeses que já residiam na área que foi construída o perímetro, camponeses posseiros que ali se instalaram ou camponeses sem-terra que se fixaram nessas terras. Alguns desses ocupam uma área menor que um hectare, se limitando à casa e ao quintal.
> Dos 3.817,66 hectares grilados, 1.821,76 ha estão sob controle de apenas três empresas: Del Monte, Banesa e Frutacor, representando 48% da área total invadida. Dessa área grilada pelas empresas, apenas 484,64 hectares encontravam-se com produção, o que significa que as firmas invadem as terras com o intuito de especular e não necessariamente de produzir. Dessas três, o destaque maior vai para a Del Monte, responsável por invadir 1.195,53 hectares, seguida por Banesa (356,74 ha) e Frutacor (269,49 ha) – isso significa que 31% de toda a área grilada do Jaguaribe-

> Apodi está sob o controle apenas da Del Monte, empresa multinacional responsável por invadir terras públicas em território brasileiro, denotando que sua estratégia de territorialização não conheceu limites (Cavalcante, 2019, p. 210).

O diagnóstico elaborado pelo DNOCS colocou em relevo institucional a efetividade das denúncias, o que desembocou em outro evento, agora com o judiciário, quando o DNOCS e o MPF (Ministério Público Federal) produzem um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que objetivava regulamentar o uso e a posse das terras **invadidas**, termo esse que aparece no documento produzido pelo DNOCS e destaca pontos que deveriam ser seguidos (AÇÃO CIVIL PÚBLICA, Classe 11, Processo n. 99.0005095-9, AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, RÉU: UNIÃO FEDERAL E OUTROS):

a) Destinação de área aos pequenos irrigantes, que embargada no Processo 2006.81.01.00152-7;
b) Interpor ações de desapropriação da área ainda não expropriada e objeto de novo decreto expropriatório;
c) Medida de retomada e regularização da área pública em poder de terceiros que não detenham título formal de posse outorgada pela Autarquia e que resulte de regular processo administrativo de atribuição de posse, por exemplo, licitação e termo de concessão de uso;
d) Ajuizamento de ações visando a nulidade dos registros de imóveis-públicos, em decorrência de ações de usucapião e demais irregularidade encontradas no levantamento feito nos autos da Ação Ajuizada em 2007.

Desde 2007, passando pelo assassinato de Zé Maria do Tomé, e ainda em 2023, finalizado este estudo, é notória a falta de celeridade com o processo de regulamentação fundiária do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi na Justiça, mesmo sendo pressionado pelas denúncias e reinvindicações pela posse das terras griladas pelas empresas, elaboradas pelos Movimentos, sujeitos da universidade, Cáritas Diocesana e MST.

Frente a tal cenário, a articulação e a mobilização têm como desdobramento o episódio ocorrido em 2014, com a ocupação de terras no Perímetro, cuja finalidade foi a formação do Acampamento Zé Maria do Tomé, que adjetiva pela sua existência as lutas e tensões dos conflitos por terra e água na Chapada do Apodi. Sobre o Acampamento, este será mais bem debatido no capítulo 4.

Dessa forma, as perseguições e tensões que envolvia o cotidiano de Zé Maria do Tomé passam a compor os repertórios de lutas e as agendas dos movimentos sociais na elaboração de

narrativas e em modelos de organização que a morte de Zé desencadeia e os ecos que provoca nos atores e interlocutores sociais.

2.3 “O sangue dos mártires é semente para novos cristãos”: a reelaboração da luta

Os enunciativos sobre a iminente morte de Zé Maria do Tomé são recorrentes nos depoimentos elencados no processo. No processo crime, os sujeitos Zé Maria do Tomé e João Teixeira personificam a luta do campesinato *versus* o agronegócio, mas não somente, constituem-se enquanto símbolos de diferentes projetos de sociedade. Enquanto Zé Maria do Tomé representa a proposta de uma sociedade mais igualitária, que seja comum a todos, João Teixeira tensiona com um projeto que tem a alta produção e a lucratividade no cerne da sua compreensão.

Na narrativa jurídica, o que mais impressiona é como Zé Maria do Tomé, dia após dia, caminhou ao encontro de sua morte. Em muitos episódios, Zé Maria do Tomé não usava as associações e as instituições como forma de se resguardar, era o indivíduo *versus* a estrutura que mobiliza o campo. A coragem de peitar de forma solitária o Agronegócio o tornou mais frágil diante das ameaças.

O sacrifício e a abnegação de si na busca pela justiça social e pelo acesso aos direitos humanos coloca em relevo elementos da cultura católica na trama, aqui refletida na narrativa de vida do militante, que personifica, mitifica e elabora sua existência de forma dialógica a doutrina cristã-católica.

Zé Maria do Tomé sabia que era um homem marcado para morrer, porque o campo brasileiro é um espaço de produção de violências (ambientais, sociais, culturais, econômicas e humanas), que ceifa vidas daqueles que questionam o modelo de desenvolvimento capitalista, com apropriações ilegais, grilagem de terra, invasão dos territórios tradicionalmente ocupados.

Em 1962, João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas na Paraíba no pré-64, que lutava por reforma agrária e melhores condições de sobrevivência no campo brasileiro, foi morto em uma emboscada com vários tiros e teve sua morte encomendada por latifundiários da região.

A narrativa da vida de João Pedro Teixeira foi dirigida por Eduardo Coutinho, no documentário *Cabra Marcado pra Morrer*, iniciada em 1964 e finalizada somente em 1984

pela interferência da Ditadura Civil Militar, contada em dois tempos e tinha a viúva Elizabeth Teixeira como principal interlocutora.[40]

Quarenta e oito anos separam as mortes de João Pedro Teixeira (1962) e Zé Maria do Tomé (2010), quase meio século de permanência dos conflitos agrários, mortes "anunciadas" e descaso por parte do Estado. À vista disso, compreendemos que a Ditadura Militar aprofundou as tensões no campo no Brasil, mas que a problemática advém do modelo de latifúndio implantado desde o período colonial, no final do século dezesseis.

Nos autos do processo, é destacado na apresentação um boletim de ocorrência realizado no dia 22 de março de 2010, menos de um mês antes do crime, onde Zé Maria do Tomé relatou para as autoridades policiais as ameaças que recebia via telefonemas. Ele destaca o dia que entrou no aeroporto da Chapada do Apodi e fotografou o avião decolando para realizar a pulverização aérea, período em que, pela Lei Municipal, seria proibida tal prática. Neste mesmo dia, teria ouvido do vigilante "você está mexendo com gente grande, isso é perigoso" (PROCESSO Nº 7659-18.2010.8.06.0115, p. 4).

Em meio ao abandono das autoridades competentes, Zé Maria do Tomé resolve fazer sua segurança por si só. Conforme o depoimento de sua filha Antônia Márcia Xavier, o pai havia comprado uma arma de fogo, um revólver de calibre "38", sendo ela registrada, por vezes andava armado porquanto recebia ameaças via ligações com intuito de viabilizar sua segurança, "tivesse cuidado pelo local que andava e o horário e que seu pai nunca gravou esses telefones, pois o número era confidencial" (PROCESSO Nº 7659-18.2010.8.06.0115, p. 82). No entanto, em 21 de abril de 2010, no dia do assassinato de Zé Maria do Tomé, a arma havia ficado guardada em sua residência.

A história de vida de Zé Maria do Tomé aproximava-se de experiências como a de Chico Mendes no Acre, um seringueiro, ambientalista, sindicalista e ativista político, que bateu de frente com os pecuaristas e acabou sendo morto em 1988; da Irmã Dorothy Stang na Amazônia, uma missionária estado-unidense, mas naturalizada brasileira, a qual lutou com a exploração dos pobres no espaço rural da Amazônia, morta em 2005; de Margarida Maria Alves na Paraíba, sindicalista e defensora dos direitos humanos, morta em 1983; entre tantos outros, homens e mulheres, assassinados nos campos brasileiros pelo Agronegócio.

Mais uma vez, a história se repetiu, mais um camponês que lutava pelo direito à terra, o direito à água, o direito de respirar, o direito de viver, tombou na mesma comunidade que nasceu

[40] COUTINHO, Eduardo. **Cabra marcado para morrer**. (119 min) Rio de Janeiro: Mapa Filme, 1984.

e por qual lutou em vida. O solo vermelho da Chapada do Apodi confundiu-se com o sangue que manou de Zé.

Na coleta de provas e depoimentos, o destemor de Zé Maria é reiterado em diferentes momentos do processo, bem como o seu esforço de mobilizar e se fazer ouvido pelos órgãos e instituições públicas, pela sociedade civil e pelas entidades. Zé fazia uso dos meios de comunicação, como as rádios e a TV Jaguar, audiências públicas no DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), na Câmara Municipal de Limoeiro do Norte e Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/Campus da UECE em Limoeiro do Norte), além de reuniões comunitárias.

Figura 10 - Reportagem sobre aceite da denúncia pelo Ministério Público - Jornal Diário do Nordeste.

2 | Regional

DIÁRIO DO NORDESTE
FORTALEZA, CEARÁ · SEXTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2012

"CASO ZÉ MARIA"

MPE apresenta denúncia contra acusados em Limoeiro

Ministério Público remete pedido de prisão cautelar ao Tribunal de Justiça, apontando mandantes do crime

Limoeiro do Norte. Mais de dois anos após o crime e alguns meses desde que o inquérito policial foi despachado, o Ministério Público Estadual entregou denúncia à 1ªVara de Justiça acusando mandantes do crime de pistolagem contra José Maria Filho, o Zé Maria do Tomé: o empresário João Teixeira Júnior, dono da empresa agrícola Frutacor e o atual presidente da Câmara Setorial de Fruticultura do Estado do Ceará, e seu funcionário José Aldair Gomes Costa. Ambos negam qualquer envolvimento no crime e já estão acionando os meios legais para contrapor à denúncia do MP. Mais de 20 pessoas foram ouvidas no inquérito policial, que precisou de dois anos para ser entregue sem a prisão dos executores.

Por ter sido negada na Justiça prisão cautelar, o Ministério Público agora remete o pedido ao Tribunal de Justiça. José Maria Filho foi morto no dia 21 de abril de 2010, um crime com características de pistolagem e execução sumária - 25 perfurações do tórax à cabeça provocadas por ao menos 19 tiros de pistola de uso exclusivo das forças armadas e da Polícia. José Maria estava a caminho de casa quando foi surpreendido por homens em uma moto e um carro que teria dado apoio. Mesmo caído no chão, ele sofreu vários tiros à queima-roupa.

O dono da arma, Westilly Hitler Raulino Maria, 20, o "Boião", de Morada Nova, foi morto em julho de 2010 numa tentativa de homicídio de um policial militar. A pistola 40 milímetros foi recolhida pela Polícia, que até então não sabia que se tratava da mesma arma que vitimou o líder comunitário de Limoeiro. Passados mais de oito meses, o exame de balística comprovou a relação arma e munição usada no crime. Mas o possível assassino de Zé Maria estava morto. "Um atraso inadmissível e que com certeza prejudicou as investigações", afirmou o advogado, professor e vereador João Alfredo Telles, após ter ouvido do primeiro delegado do caso, Jocel Dantas, que o equipamento para o exame estava quebrado. Além de João Teixeira e Aldair Gomes, foram acusados Antônio Wellington Ferreira Lima e Francisco Lima Barros, que teriam apoiado a execução do crime conta o ambientalista.

Prioridade

O governador Cid Gomes chegou a dizer que elucidar o caso Zé Maria é uma das prioridades da polícia do Ceará. Sindicatos, ONGs, estudantes e pesquisadores reuniram-se, após a morte de Zé Maria, no Movimento 21, na tentativa de pressionar para que fosse elucidado o crime que vitimou o ambientalista. A pedido do Ministério da Justiça, a Polícia Federal no Ceará chegou a preparar um relatório sobre o caso. E a Ouvidoria Agrária Nacional acompanha os andamentos da investigação desde o ano passado, por meio do desembargador Gercino José, que ouviu pessoalmente depoimento de populares. O caso ganhou repercussão internacional. Na Europa, ONGs de seis países divulgaram moção de repúdio à impunidade no crime de pistolagem e contra a pulverização aérea e o abuso de agrotóxicos no Ceará. Para os movimentos sociais, e pessoas ouvidas na investigação policial, a pulverização aérea é um dos principais pontos que colocavam em lados opostos José Maria e João Teixeira.

Um mês após a morte do comerciante e líder comunitário, a Câmara Municipal de Limoeiro revogou uma lei proposta pela própria casa legislativa, que proibia a pulverização aérea. De acordo com depoimentos relatados nas investigações, existiria um movimento de pressão de produtores agrícolas para encerrar os discursos contrários à pulverização aérea na Chapada do Apodi.

João Teixeira Júnior é empresário do ramo agrícola. Dono da Frutacor, tendo a banana como um dos principais produtos de exportação. Sua empresa atua nos dois perímetros irrigados mais importantes do Ceará, o Jaguaribe-Apodi e o Tabuleiros de Russas, ambos na região jaguaribana. Além disso, tem boa relação com o meio político no Estado, tanto em Fortaleza como lideranças em Limoeiro. A denúncia de seu nome intrigou populares, de um lado, e foi comemorada por pessoas que aguardavam algum apontamento concreto resultante da investigação policial.

Na manhã desta sexta-feira, representantes da Rede Nacional de Advogados Populares, que representam a família de José Maria no processo judicial, estarão em Limoeiro para acompanhar o andamento da denúncia do Ministério Público na 1ªVara de Justiça.

A reportagem tentou, por cinco números telefônicos, contato com o empresário João Teixeira Júnior desde o início da manhã de ontem. Foram feitas ligações para escritórios em Russas, Limoeiro do Norte, e para o próprio celular do empresário, em que foi deixada uma mensagem em caixa postal. O retorno do empresário não ocorreu até o fechamento desta edição.

DEPOIMENTOS

20

pessoas, aproximadamente, já foram ouvidas pela Justiça como forma de depoimento no inquérito que busca identificar os mandantes do crime

No local da morte de José Maria Filho, há uma cruz que é visitada a cada ano por integrantes do Movimento 21, em alusão à data do assassinato FOTO: MELQUÍADES JR.

Mais informações:
Mistério Público Estadual em Limoeiro do Norte
(88) 3423.6245
1ª Vara de Justiça em Limoeiro do Norte: (88)3423.1281

Fonte: Disponível em http://blogs.diariodonordeste.com.br/valedojaguaribe/policia/caso-ze-maria-ministerio-publico-pede-prisao-de-acusados-ao-tribunal-de-justica/ Acesso em 11/05/2021, às 00:57h.

No processo criminal de Zé Maria do Tomé (José Maria Filho) elaborado pelo Ministério Público de Limoeiro do Norte-CE, entregue à 1ª Vara da Comarca de Limoeiro do Norte-CE para ser sentenciado, mais de dois anos depois, em vinte e seis (26) de junho de dois

mil e doze (2012), imputa-se o crime de homicídio qualificado aos seguinte réus: João Teixeira Jr. (Proprietário da empresa FRUTACOR), José Aldair Gomes Costa (Gerente da FRUTACOR), Antônio Wellington Ferreira Lima e Francisco Marcos Lima Barros.

A notícia sobre o aceite da denúncia pelo Ministério Público circulou em muitos veículos de comunicação nacionais, a exemplo da matéria que saiu no Diário do Nordeste, jornal impresso e midiático de grande circulação no Estado do Ceará. Nota-se um esforço de publicizar a luta e impedir que o assassinato de Zé Maria do Tomé não venha a cair no ostracismo, como tantos outros camponeses, tendo em vista o forte apelo e a tensão promovidos pelos movimentos sociais, como forma de dar sentido à existência e às lutas destes. [41].

Outra adjetivação que o assassino de Zé Maria do Tomé carrega é o de crime de pistolagem que tem o sertão nordestino como palco de atuação. Os pistoleiros são indivíduos centrais nesse debate, já que é por eles a ação de executar o alvo em troca de dinheiro ou favores. Os crimes de pistolagem são qualificados por crueldade e violência na realização das ações de matança.

Conforme Alberto Rafael Mendes (2023, p. 140):

> O flagelo dos corpos é parte integrante dos contratos de morte no campo brasileiro está distribuído na maior parte dos assassinatos de trabalhadores rurais, seja nas carnes das vítimas fatais, ou daquelas que, permanecendo vivas, carregarão a memória da dor sofrida nos instantes de violência. Em jogo está um poder que precisa deixar marcas físicas ou psíquicas, que necessita afirmar-se por meio da distribuição do sofrimento no corpo alheio.

Nos idos de 1980, os assassinatos de Chico Mendes (líder camponês no Estado do Acre), Margarida Alves (líder camponesa e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Paraíba) e Padre Josimo (ativista junto aos camponeses do Estado do Maranhão), o que têm em comum com o assassinato de Zé Maria do Tomé, em 2010?

Essas mortes têm em comum a prática da pistolagem e as suspeitas centrarem-se em mandantes ligados ao Agronegócio. Ainda que o assassinato de Zé Maria ainda tenha o mando inconclusivo, até o presente momento da escrita, é comum a todos que o acompanharam que suas lutas e reinvindicações sociais o fizeram ter sua vida arrancada.

A pistolagem funciona como mediadora no processo de resolução dos conflitos no campo, que os neutraliza pela retirada da vida daqueles que atravessam ou ameaçam o projeto

[41] O capítulo 4 será dedicado a refletir sobre o papel dos movimentos sociais.

de expansão fundiária. A estrutura agrária que patrocina e legitima o grande projeto hegemônico que podemos denominar como Agronegócio reproduz ecos coloniais.

O pistoleiro é o executor, o autor material, ou seja, o sujeito da ação, é ele que está na linha de frente na realização das coordenadas alinhadas pelo(s) autor(es) intelectual(is), conhecidos também como mandantes.

A pistolagem é uma importante estratégia de poder e reprodução de práticas arbitrárias e violentas de uma aristocracia rural que, desde o século XIX, inventa e delibera mecanismos de manutenção da ordem. Assim, os sujeitos que estruturaram a ação, e/ou financiaram e atribuíram valor, ou seja, monetizando a existência do outro, em muitos casos, passam desapercebidos ou invisibilizados, sendo impunes na maioria das vezes.

Conforme o artigo 121 do Código Penal brasileiro, há singularidades que qualificam o denominado crime de pistolagem, evidenciados no 2º parágrafo deste artigo:

I- mediante paga ou promessa de recompensa, ou por motivo torpe;

II- por motivo fútil;

III- à traição, em emboscada, ou mediante dissimulação ou torne impossível a defesa do ofendido.

Dessa forma, mesmo sendo considerado um homicídio ou latrocínio, a adjetivação como crime de pistolagem evoca uma cultura da violência na qual as relações sociais são mediadas pelo uso da força e do poder.

Do mesmo modo, a socióloga Peregrina Cavalcante compreende que pistolagem advém de práticas homicidas mais arcaicas da História do Brasil, que estão em atualização e reprodução. As pesquisas que desenvolveu em *Matadores de gente* tem como recorte espacial de análise a região do Vale do Jaguaribe e destacam o processo de colonização capilarizado pelo que a autora denominou de *violência fundante*, que deflagrou a Guerra dos Bárbaros (século XVII) e atravessa a identidade da região do Vale.

Conforme Cavalcante, a experiência histórica que nos dá visibilidade da *máquina de guerra* que foi sendo construída e versada, de modo que corroborasse a manutenção e a proteção das elites agrárias, possuía o bacamarte como símbolo (Cavalcante, 2002).

O sociólogo e pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará (UFC), César Barreira, coloca em relevo como as relações no campo são mediadas pela violência e pela presença de pistoleiros, como uma tecnologia do

poder, que silencia conflitos por meio da morte de indivíduos, subordinada a um Estado autoritário (Barreira, 1993).

No início da investigação, a Polícia Judiciária apurou que a vítima, Zé Maria do Tomé, era envolvido nas causas sociais de sua comunidade e, assim, constantemente, reivindicava melhorias de vida para os habitantes da Chapada do Apodi perante as autoridades, o que, para os agentes do poder judiciário, poderia ser adjetivado pela expressão de um *autêntico líder comunitário*.

No dia dezessete (17) de julho de 2010, três (3) meses após a morte de Zé Maria do Tomé, ocorre um acontecimento que atravessa seu assassinato. Em uma operação policial no município de Banabuiú-CE[42], um pistoleiro conhecido por "Boião" (Westilly Hitler Raulino Maria, de 20 anos, natural de Morada Nova – CE) acabou sendo baleado e levado ao Hospital IJF (Instituto José Frota, Fortaleza – CE), mas acabou não resistindo no caminho. Com "Boião", foram encontrados uma pistola ponto 40 e trinta cartuchos.[43]

O fato chamou a atenção da polícia, já que o uso da pistola ponto 40 é restrito, ou seja, incomum e ilegal, cabendo seu uso para a prática ostensiva, militar e policial, caracterizada pelo poder de fogo e precisão. Além de ser o mesmo modelo de arma que foi utilizada para assinar Zé Maria do Tomé.

Logo, foi solicitada a realização da perícia, o exame de microcomparação balística, que analisa de forma microscópica os projeteis quando passam pelo cano. Após oito meses, a perícia concluiu que os disparos que tiraram a vida de Zé Maria do Tomé eram da arma de "Boião".

Paralelamente à investigação da arma apreendida, outra linha de averiguação seguiu através da quebra de sigilo telefônico das Estações de Rádio Base (ERBs) na Chapada do Apodi, pois uma linha de raciocínio seguia no sentido de mapear um suspeito do assassinato de Zé Maria do Tomé, que foi visto no local próximo à morte do militante ambientalista.

Dessa maneira, "Boião" foi relacionado ao crime, tendo em vista que o aparelho celular e o chip, encontrados no lugar onde foi baleado, haviam realizado chamadas telefônicas para dois números distintos na tarde da morte de Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi.

Um dos números discados naquela tarde foi salvo com a nomenclatura de "Filho Tião", mas se trata de Francisco Marcos Lima Barreto, filho de Sebastião Dantas de Barros, que

[42] Banabuiú é um município brasileiro, localizado no Estado do Ceará. Situa-se ao sul da capital do estado, Fortaleza, distando desta cerca de 210 km.
[43] Ação Penal Nº 2010.168.00254-6.

também tinha seu número salvo na agenda de "Boião". Ambos, pai e filho, moradores da comunidade do Tomé, na Chapada do Apodi.

O segundo número contactado naquela tarde foi o de Antônio Wellington Ferreira Lima, salvo na agenda como "Weliton", também morador da comunidade do Tomé, na Chapada do Apodi. A quebra de sigilo e as análises da Estação de Rádio de Base, conforme os autos, mostram que os delatados, "Filho Tião" e "Weliton", tiveram contato na tarde da morte de Zé Maria do Tomé por volta das 12h21min. Nos autos, a relação telefônica estabelecida entre "Boião" e "Weliton" deu-se início do dia vinte e oito (28) de março de 2010, sendo finalizada no dia vinte e um (21) de abril de 2010. E com "Filho Tião" e seu pai Sebastião, "Boião" estabeleceu contato de oito (8) de abril de 2021 até vinte e três (23) de junho de 2010.

Após dois meses de sua morte, a investigação é finalizada e, em vinte e cinco (25) de junho de 2012, a juíza da 1ª Vara de Limoeiro do Norte-CE aceitou a denúncia oferecida pelo Ministério Público do Ceará (MP/CE) contra João Teixeira Júnior (proprietário da empresa FRUTACOR), José Aldair Gomes Costa (gerente da FRUTACOR), Westilly Hitler Raulino Maria (executor), Antônio Wellington Ferreira Lima e Francisco Marcos Lima Barros (os quais teriam dado suporte ao executor).

Nesse cenário, Westilly Hitler Raulino Maria, vulgo "Boião", chama a atenção pelo seu nome homônimo, Hitler, e pela coincidência de também demarcar quem morre, pois "Boião" foi indiciado como executor de Zé Maria do Tomé, mas o pistoleiro também já estava morto, incapaz de defesa ou qualquer explicação sobre o caso. Sua morte levou consigo importantes esclarecimentos para a compreensão do caso de Zé Maria do Tomé.

Em meados de fevereiro de 2013, Sebastião Dantas de Barros, conhecido por "Tião, morador da comunidade do Tomé e pai de Francisco Marcos Lima Barros, destacado no processo como "Filho Tião", foi encontrado morto, tendo como causa suicídio.

No ano de 2015, mais precisamente em quatorze de agosto, outra morte perpassa o assassinado de Zé Maria do Tomé. É a de "Weliton" (Antônio Wellington Ferreira Lima), em tiroteio contra a polícia militar da Força Tática de Apoio (FTA), na tentativa de interceptar uma barreira policial, no município de Milagres-CE [44]. Foi baleado e morto juntamente com outros

[44] Milagres é um município do Estado do Ceará, sendo cortado pela BR-116 e pelas CE's 393 e 293, sendo principal rota de acesso entre o município de Juazeiro do Norte aos estados do Pernambuco e Paraíba, além da capital Fortaleza.

dois, também fugitivos da justiça, mas esses não eram envolvidos no assassinato de Zé Maria do Tomé.[45]

Poucos dias depois, em 19 de agosto de 2015, os réus do caso Zé Maria do Tomé são pronunciados, agora os três: João Teixeira Júnior (proprietário da FRUTACOR), José Aldair Gomes Costa (gerente da FRUTACOR) e Francisco Marcos Lima Barros (suporte ao executor), pela juíza Flávia Setubal da 1ª Vara de Limoeiro do Norte a realização do júri popular. [46]

A morte e a vida do líder ambientalista Zé Maria do Tomé ressoou para além da Chapada, ganhou status de mártir e repercutiu pelo mundo através de várias reportagens realizadas por espaços midiáticos de grande destaque no país, entre eles: o programa Conexão Repórter, intitulado *Doce Veneno nos campos do Senhor*, do canal SBT[47], Profissão Repórter, do canal Globo[48], reportagens no Jornal Brasil de Fato[49], Carta Capital[50], Jornal O Povo[51], entre outros.

No ano seguinte, em janeiro de 2016, os réus adentram com recurso no Tribunal de Justiça do Ceará (TJ/CE), onde o processo ficou estagnado, tendo como justificativa a apreciação dos recursos. Além disso, as manobras realizadas pelos advogados Paulo Quezado e João Marcelo Pedrosa, defensores dos réus, entram com um recurso contra a decisão da Justiça de Limoeiro do Norte, o que caracteriza a morosidade do processo.

---

[45] Ver: http://acopiaranoticias.blogspot.com/2015/08/ Acesso em 09 de abril de 2021, às 18:21h.

[46] O júri popular é uma pratica na operação do direito penal brasileiro que leva à avaliação da sociedade, os crimes de interesse social. Dessa forma, levar os réus ao júri popular é uma importante estratégia para o Ministério Público do Ceará (MP/CE), tendo em vista o clamor social da morte de Zé Maria do Tomé e a visibilidade nacional do caso.

[47] *Doce veneno nos campos do senhor*. Conexão Repórter, São Paulo, 18 jun. 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uwGCkmWRXLs>. Acesso em: 10 ago. 2018. É importante destacar que o programa Conexão Repórter ganhou o Prêmio Ministério Público do Trabalho de Jornalismo com a reportagem.

[48] Profissão Repórter, Rio de Janeiro, 3 nov. 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QlOEkDhXG6Q>. Acesso em: 10 ago. 2018.

[49] O Jornal Brasil de Fato publicou diversas matérias sobre o tema. Ver COLETIVO NIGÉRIA. Tem água pra ver, mas não pra beber. ***In Brasil de Fato***, São Paulo, 31 jul. 2013. Disponível em: <http://antigo.brasildefato.com.br/node/14873>. Acesso em: 17 maio 2016; SILVA, Claudio. Morte por agrotóxicos no Ceará. ***BRASIL DE FATO,*** São Paulo, 31 mar. 2014. Disponível em: <http://antigo.brasildefato.com.br/node/27947>. Acesso em: 31 mai. 2016. BENVENUTI, Patrícia. Assassinato bárbaro de liderança expõe conflitos em área de Transposição do Rio São Francisco. ***Brasil de Fato***, São Paulo, 26 abr.2010. MARTINS, Helena. Assassinato de líder comunitário mobiliza movimentos no Ceará. ***Brasil de Fato***, São Paulo, 29 abr. 2010; GARCIA, Camila. José Maria do Tomé vive na luta da Chapada do Apodi, no Ceará. ***Brasil de Fato***, São Paulo, 26 abr. 2013; SILVA, Cláudio. Quatro anos do assassinato de Zé Maria, uma luta contra os agrotóxicos e por justiça! ***Brasil de Fato***, São Paulo, 22 abr. 2014; KITANISHI, Hugo; CARRANO, Pedro. Entrevista com Raquel Rigotto – Eles destroem o trabalho, a lavoura e a natureza. ***Brasil de Fato***, São Paulo, 11 jun. 2011.

[50] CINTRA, Luiz Antonio. O Sal da Terra. ***Carta Capital***, São Paulo, 25 ago. 2010.

[51] TÚLIO, Dimitri. Julgamento do caso Zé Maria de Tomé é adiado pela quarta vez. ***O POVO ONLINE***, Fortaleza, 22 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://mobile.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/02/julgamento-do-caso-ze-maria-de-tome-e-adiado-pela-quarta-vez.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

Em março de 2017, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ/CE) despronunciou da condição de mandantes do assassinato de Zé Maria do Tomé, João Teixeira Júnior (proprietário da FRUTACOR) e José Aldair Gomes Costa (Gerente da FRUTACOR), o que caracterizou a absorção na prática e a contestação de sete anos de investigação e do próprio processo criminal.

Nesse ínterim, o que nos chama a atenção é a manutenção do júri popular apenas para o agricultor Francisco Marcos Lima Barros, acusado por dar suporte ao executor de Zé Maria do Tomé.

Contrariado com a sentença da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ/CE), o Ministério Público do Ceará (MPC) ingressou com recurso frente ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Em reação a tantos adiamentos, o advogado Cláudio Silva, que representa a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP) juntamente ao M21 (Movimento 21 de abril) e a Cáritas Diocesana do Ceará, denuncia a morosidade e os recorrentes adiamentos da Justiça do Estado do Ceará.

Figura 11 - 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE)

Fonte: https://www.tjce.jus.br/noticias/justica-conclui-julgamento-da-morte-de-ambientalista-de-limoeiro-do-norte/ Acesso em 26 de abril de 2011, às 21h23min.

No dia 22 de março de 2017, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal da Justiça tinha em suas mãos o destino do caso do assassinato de Zé Maria do Tomé. Na mesa central, temos os três desembargadores responsáveis: Martônio Pontes de Vasconcelos (relator), Haroldo Correia de Oliveira Máximo e Francisca Adelineide Viana.

Naquela tarde, seria julgado o recurso em relação à responsabilização dos mandantes, enunciados pela investigação do Ministério Público do Ceará (MP/CE), da morte do líder comunitário e ativista ambientalista Zé Maria do Tomé. No primeiro momento, o colegiado decidiu, por maioria, a manutenção da submissão de Francisco Marcos Lima Barros, o "Filho Tião" ao julgamento do júri popular.

No entanto, a situação dos mandantes João Teixeira Júnior (proprietário da FRUTACOR) e José Aldair Gomes Costa (Gerente da FRUTACOR) foi marcada pela divergência de compreensões dos três desembargadores. A princípio, o relator do caso, o desembargador Martônio Pontes de Vasconcelos acolheu a proposição destacada pelo desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo que, desde a sessão anterior do dia quinze, havia sido desfavorável ao recurso de Francisco Marcos Lima Barros e favorável à despronúncia de João Teixeira Júnior (proprietário da FRUTACOR) e José Aldair Gomes Costa (Gerente da FRUTACOR).

O magistrado e relator Martônio Pontes de Vasconcelos não era favorável à pronúncia dos réus. Contudo, era inviável a absolvição sumária de João Teixeira Júnior (proprietário da FRUTACOR) e José Aldair Gomes Costa (Gerente da FRUTACOR).

A desembargadora Francisca Adelineide Viana, que havia pedido vista do processo na sessão anterior do dia quinze, apresenta sua compreensão que, contrária ao colegiado, vota pelo total improvimento dos recursos dos réus, ou seja, a magistrada compreende haver indícios e provas suficientes nos autos para a pronúncia dos acusados.

Os três desembargadores possuem compreensões muito distintas e divergentes sobre o mesmo processo. Dessa maneira, a pedido do desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, a magistrada Francisca Adelineide Viana, apesar de sentir-se contrariada, é levada a pedir vista novamente do seu voto, mesmo retrucando ter estudado o processo. Assim, mais uma vez, o recurso não é julgado. Essa ação é decisiva no freiamento das lutas.

Contudo, em novembro de 2018, igualmente, o Tribunal de Justiça (TJ/CE) mantém sua compreensão acerca da manutenção da impunidade dos réus João Teixeira Júnior (proprietário da FRUTACOR) e José Aldair Gomes Costa (Gerente da FRUTACOR), que até então eram tidos como mandantes, ou seja, autores intelectuais do assassinato de Zé Maria do Tomé.

Em consequência, o Ministério Público do Ceará (MP/CE) ingressou com um novo recurso ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ), intuindo que fosse revisado o caso e, assim, revista a absolvição dos mandantes.

O que toma relevo na narrativa da ação penal a fim de compreender o assassinato de Zé Maria do Tomé é que o repertório de provas que quantificam mais de quatro mil e seiscentas páginas não dão conta de incriminar os mandantes, mas esse mesmo conjunto documental culpabiliza o agricultor Francisco Marcos Lima Barros, por mediar as condições para que o executor Boião (Westilly Hitler Raulino Maria) assassinasse Zé Maria do Tomé.

No mesmo evento, o advogado Cláudio Silva, que responde pelos interesses da família de Zé Maria do Tomé, membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), relata à reportagem que as chances de um recurso contra a decisão são remotas e que o caso agora será levado para instâncias internacionais.[52]

A impunidade do assassinato de Zé Maria do Tomé coloca em relevo os mecanismos pelos quais o Estado opera, através das suas instituições: o silenciamento dos sujeitos subalternos e de suas lutas, como vimos pelas vias do poder judiciário. Dessa forma, percebemos a intrínseca presença do pensamento colonial no sistema jurídico (Spivak, 2010).

A colonialidade do poder no direito e nas relações sociais no Brasil advém da manutenção e da reprodução de estruturas coloniais que, forjadas pelo olhar do colonizador, sobre o qual o capitalismo atua como mola mestra no processo de dominação colonial, agem sobre a economia, a cultura e a sociedade em legitimidade pelo Estado (Quijano, 2005).[53]

Uma vida marcada pela ausência da justiça oficial tem, em sua pós-morte, a continuidade do fazer-se silenciar. O corpo que foi violentado em vida, pela ausência do Estado e de políticas públicas que possibilitassem condições de vida, continua a ser violentado de forma epistêmica pela letra da lei, na tentativa de invisibilizá-lo. A justiça se faz cega, surda e insensível às políticas coloniais que têm em seu cerne projetos de morte (Sousa Santos, 1990).

A reflexão sobre a narrativa do processo crime coloca em relevo a capacidade de reinvenção e criação de funcionalidades que hierarquizam vidas em graduações de importância, sob critérios imbricados na raça, na classe, no gênero e na sexualidade.

---

[52] Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2019/07/e-briga-de-cachorro-grande-com-vira-lata-diz-filha-de-ambientalista-assassinado-por-lutar-contra-agrotoxicos/ Acesso em 28/07/2020, às 00:10h.

[53] Sobre esse debate, destaca-se duas frentes: os estudos pós-coloniais, centrados nos estudos de Edward W. Said (ver: SAID, Edward W. Cultura e imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1995) e Gayatri C. Spivak (ver: SPIVAK, Gayatri Chakravorty.Pode o subalterno falar?Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010) e os estudos decoloniais, representados por Walter D. Mignolo (MIGNOLO, Walter D. História locais / Projetos globais:colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizontes: Ed. da UFMG, 2003) e Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul.Coimbra, PT: Ed. Almendina; CES, 2009), entre outros.

A análise do processo crime sobre o assassinato de Zé Maria do Tomé evidencia e propõe refletir sobre o sistema jurídico-penal no Brasil como espaço de conservação de um processo violento de colonização e, assim, de reprodução da manutenção de privilégios.

> Por trás das palavras expostas nos autos, pode-se ler a maneira como cada um procura se posicionar diante do poder coercivo, como cada um articula sua própria vida, com êxito ou não, em confronto com a do grupo social e em relação às autoridades. Para isso, apropria-se, de forma bem-sucedida ou não do vocabulário dominante, e tenta ser ao mesmo tempo o eco inteligível daquilo que pode permitir que o considerem inocente ou o menos culpado possível (Farge, 2009, p. 35).

O auto criminal é uma produção da justiça que busca prestar esclarecimento público a uma ação penal. O acontecimento que subverteu a ordem social foi o assassinato de Zé Maria do Tomé ocorrido no dia 21 de abril de 2010. A partir disso, iniciaram-se as investigações e os depoimentos para serem colhidos com indivíduos que, de alguma forma, estavam relacionados ao cotidiano do líder comunitário.

Nos depoimentos colhidos pelo Ministério Público de Limoeiro do Norte, os depoentes qualificam Zé Maria do Tomé como:

I. Escolhido;

II. Herói: corajoso/destemido, a luta;

III. Sacrifício/Sofrimento;

IV. Mortes exemplares: com rigor de crueldade;

V. Cordeiro: que entrega sua vida em prol de um bem maior;

VI. Representa o bem numa luta contra o mal.

A construção do mártir imbrica elementos do imaginário cristão. Assim, a trajetória do mártir se aproxima da experiência de Jesus Cristo rememorada pelo cristianismo. O indivíduo que morre em decorrência de um conflito para o bem maior, que de forma corajosa e heroica enfrenta seu destino, o qual culmina em sua morte com rigor de violência e crueldade, pois, tal como Jesus, ele também é um escolhido e deve enfrentar seu fardo de cabeça erguida. Zé Maria do Tomé teve seu corpo imolado e, assim, será lembrado. “Isto é o meu corpo, que por vós é dado; fazei isto em memória de mim” (Evangelho de Lucas 22:19).

Segundo o apóstolo Mateus, as próprias palavras de Jesus Cristo colocam em relevo que,

> (...) bem aventurados serão vocês quando, por minha causa, os insultarem, os perseguirem e levantarem todo tipo de calúnia. Alegrem-se e regozijem-se porque grande será a recompensa nos céus, pois da mesma forma perseguiram os profetas que viveram antes de vocês (Evangelho Segundo Mateus, V.11-12).

O mártir na cosmologia cristã é compreendido como o bom cristão que enfrenta a morte na defesa de sua fé. Para Zé Maria do Tomé, sua fé estava condicionada à manutenção e salvaguarda da vida dos que, assim como ele, habitavam na Chapada do Apodi e eram atingidos pelo adoecimento e morte causados pelo Agronegócio. A continuidade e a lembrança eram uma preocupação que Zé Maria do Tomé evidenciava.

Figura 12 - Muro da casa da família de Zé Maria do Tomé.

Fonte: Arquivo da autora.

Nos relatos da família e em muitos momentos citado no processo, a frase se repete: *Se me matarem, vocês continuarem a minha luta, morro feliz*. A continuidade da luta é forma de superar o esquecimento também de si, pois, como denomina o próprio Zé Maria do Tomé, a minha luta, o sujeito e a causa se embaralham em uma coisa só.

A frase acima foi proferida por Zé Maria do Tomé ao vigia do aeroporto da Chapada do Apodi, no desentendimento quando o ambientalista buscava fotografar o avião utilizado para a pulverização aérea.

Em entrevista, o Padre Aquino Júnior, importante liderança religiosa, compreende Zé Maria do Tomé imbuído em suas contradições e na ausência de rótulos paralisantes.

> Zé Maria não se enquadra naquilo que podemos chamar hoje de militante social, com ideologia de esquerda, com discurso de esquerda muito claro. Não. Zé Maria era um camponês expropriado, que tinha um poder de liderança muito grande, que tinha uma capacidade de fala muito intensa, que tinha muita iniciativa. Passou a juntar gente para

> discutir isso, seja através da associação de moradores, seja através dessa articulação de ex irrigantes. Vivia nas rádios dando visibilidade a isso, não perdia espaço, então toda brecha que ele encontrava e todo mundo que ele podia agregar, ele juntava e queria dar visibilidade a isso. Vivia no Ministério Público, a partir do contato com postura que estava diariamente lá no Palácio Episcopal (Entrevista com Padre Aquino Júnior, 2023).

Nas vivências em que Zé Maria do Tomé estava inserido não havia espaço para a teoria, a produção de sentidos é prática, de assegurar os direitos e condições básicas de sobrevivência, para si e para os seus, no caso, os moradores da Chapada do Apodi.

No depoimento do irmão de Zé Maria do Tomé, Francisco Adauto Neto, este afirma:

> Apesar de lutar por todas as comunidades José Maria, estava sozinho a frentes das disputas. Ele dizia para ela (Branquinha), que *queria se tornar um Martim* (mártir) como fora Chico Mendes; QUE ele sabia que seria morto por seus adversários a qualquer momento numa tocaia naquela estrada. QUE o maior inimigo do seu esposo era JOÃO TEIXEIRA, pois eles discutiam muito por causa de terras e da pulverização aérea. QUE ela pedia para o mesmo deixar aquelas desavenças para lá, pois ele tinha família e possuíam uns quinhãozinhos de terra que dava para tocar a vida. QUE segundo sua esposa algumas entidades lhe apoiavam em segundo plano como: PASTORAL DA TERRA, CÁRITAS, e um grupo de profissionais da educação e até advogados (PROCESSO Nº 7659-18.2010.8.06.0115, p. 992, grifo da autora).

Dessa forma, podemos perceber que Zé Maria do Tomé já via a si como um sujeito que vivia um modelo de existência que se equiparava a de um mártir. Tendo em vista a afirmação de seu irmão, é possível pensarmos que houve um uma intenção de construir um *eu*, com camadas subjetivas que se assemelhassem a exemplos por ele compartilhados, como o de Chico Mendes.

Maria Cecília D'Araújo, na análise sobre cartas-testamento de Getúlio Vargas, compreende como os dramas históricos que atravessam mortes trágicas corroboram diretamente na construção de si das vítimas (Araújo, 2004, p. 306). Mesmo compreendendo a distinção das mortes, há uma elucidação pública do sacrifício com a vida em ambas as mortes, nos comissos que antecedem o suicídio de Getúlio Vargas e as frases proferidas aos próximos proferidas por Zé Maria do Tomé, que antecedem seu assassinato.

Zé Maria do Tomé, em vida, compreende que a sua morte poderia acontecer, mas era defensor e interlocutor dos habitantes da Chapada do Apodi. Sua morte poderia significar a intensificação das lutas que simbolizava, como o fim da Pulverização Aérea e a regulamentação das terras do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi.

Assim, quando o ambientalista profere *Se me matarem, vocês continuarem a minha luta, morro feliz*, coloca em relevo que a luta antecede sua existência, e a luta continuando sua memória também existiria.

Dessa forma, através da linguagem, Zé Maria do Tomé compreende-se e constrói a si como uma mártir dialogando com os imaginários sociais e católicos, estabelecendo-se como uma figura mítica, que sabia das reais possibilidades do seu assassinato, mesmo assim, enfrentou-as. E tornou-se maior que sua morte.

Segundo John Dominic Crossan, em *O nascimento do cristianismo* (2004), o mártir tem a morte como uma prática de testemunho público de sua fé. A exemplaridade da boa conduta que vem desde os heróis na antiguidade passa a ser substituída pelos mártires, no sentido de dialogar com o imaginário cristão. Diferentemente dos heróis que detinham poderes extra-humanos ou dons excepcionais, os mártires detinham o poder da crença.

Conforme Hughes-Hallett (2007), o herói clássico teria a condição de herói em sua natureza, é um ser meio divino, meio humano. Enquanto isso, o mártir encontraria sua luta durante sua vida, no estranhamento com o modelo de sociedade estabelecida.

A trajetória de Zé Maria defronta-se com o alicerçamento do agronegócio na região da Chapada do Apodi, que atravessa os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. O estranhamento sentido por Zé Maria do Tomé é a emergência de uma nova realidade que produz uma rede de significados na qual o agricultor passa a ser visto como trabalhador rural e a pluralidade de culturas dá lugar ao grande latifúndio.

Zé Maria do Tomé foi morto com 44 anos. Até os dias atuais, seu assassinato não teve solução. As lutas lideradas por Zé Maria do Tomé contestavam as políticas de morte vivenciadas pelos camponeses e deflagradas pelo Agronegócio.

O processo de investigação e produção do auto criminal constitui experiências de mobilização e denúncia dos Movimentos Sociais sobre a impunidade do assassinato de Zé Maria do Tomé.

Mais que isso, a morte do líder comunitário e ambientalista provoca uma reunião de uma rede colaborativa de sujeitos, sendo eles intelectuais, professores, padres, líderes pastorais, militantes sociais, agricultores, habitantes da Chapada do Apodi, sob a denominação M21 (Movimento 21), que ressignifica o 21 de abril, não mais por um mártir forjado pela República, como Tiradentes (Carvalho, 2005), mas por uma representação local da luta social, que nasceu, lutou e morreu na Chapada, e emerge sob o signo do mártir.

CAPÍTULO 3: MORRE UM HOMEM, NASCE UM MÁRTIR: A CONSTRUÇÃO E OS USOS DA MEMÓRIA

Mártires do Reino, essa "nuvem de testemunhas" nos obriga e
nos convoca para a vivência e a promoção das causas humanas maiores,
que são também causas do Reino de Deus.
Pedro Casaldáliga

A morte marcada pela violência do camponês e líder comunitário colocou em risco a existência e a continuidade da atuação dos Movimentos Sociais que tinham suas agendas alinhadas às bandeiras de lutas de Zé Maria do Tomé: a expropriação de terras e a contaminação das águas e do solo por uso indiscriminado de agrotóxicos. A morte é um fenômeno constituído de valores e sentidos, circunscritos na conjuntura social, cultural e histórica do sujeito.

Mesmo sendo a morte uma questão de natureza existencial humana, a ela é somada uma ordem simbólica, compreendida pelo antropólogo Arnold van Gennep por *ritos de passagem,* que figuram como sentidos e significados intrínsecos à vida social em coletividade (Gennep, 1981).

No fim dos anos de 1970, Jean-Pierre Vernant, em seus estudos sobre os poemas homéricos, adjetivou o que seria uma *bela morte,* no sentindo de compreender as camadas que caracterizam uma economia da glória gerida pelo sentido de ser épico e, assim, assegurar a memória de vida e luta do sujeito que rompe com seu status de finitude, e a ele é conferido à imortalidade (Vernant, 1989).

Contudo, a *bela morte* não é atribuída a qualquer indivíduo, pois o sentido épico da existência atravessa a dimensão heroica do guerreiro, em especial, na experiência final, que antecede sua morte. Dessa forma, há uma disputa de narrativas que se apresentam em detrimento ao esquecimento provocado pela morte. Vernante (1989) propõe uma economia do louvor que a memória do herói em seu ato derradeiro provoque e sensibilize no cortejo com a eternidade. Não obstante, o autor ratifica que a ação que antecede a morte, somada aos sentidos elaborados pelo corpo e suas ações e virtudes heroicas, aos elementos e pessoas que compuseram cerimônia fúnebre, constitui o que denominou como *rito de glorificação*.

À vista disso, a morte e o pós morte do militante e ambientalista Zé Maria do Tomé seriam uma produção narrativa, enquadrada como uma *bela morte*, de um herói que encara a morte de frente com virilidade e coragem?

A morte de Zé Maria do Tomé não lhe conferiu glória, visto que o apogeu da sua luta, a Lei 1478/2009, que proibia a pulverização aérea no município de Limoeiro do Norte, foi revogada em maio de 2010, menos de um mês após sua morte. Por conseguinte, Zé Maria do Tomé não era um herói no século XXI em suas lutas contra o agronegócio.

Destarte, os movimentos sociais e os companheiros de Zé Maria do Tomé ressignificam o luto e a sua morte e subscrevem o ambientalista como mártir da luta social. O que é um mártir no século XXI?

Nesse viés, segue um exercício de historicização da ideia de mártir, que corresponde a uma produção narrativa que permeia o imaginário cristão desde o século I, quando o martírio de Jesus se torna um exemplo a ser tomado, inferindo a elaboração de uma identidade no Cristianismo.

Pois, tendo ele mesmo sofrido pela tentação, é capaz de socorrer os que são tentados (Hebreus 2, 18). O trecho adjetiva a exemplaridade e o caráter pedagógico da experiência humana de Jesus compreendida como o martírio original vivenciado pelo filho de Deus, narrada através da vivência de Jesus e, posteriormente, experienciada pelos apóstolos e discípulos.[54]

A paixão de Cristo é uma narrativa da morte santa antecedida por uma sucessão de perseguições, humilhações, violências, sendo a crucificação o ápice, seguida pela morte verificada com uma punhalada na costela. Porém, as mortes violentas com narrativas semelhantes eram comuns no espaço do Império Romano, na Europa, Ásia Menor e parte norte da África. Assim, os mártires sequentes a Cristo corroboraram o processo de consolidação das comunidades cristãs.

Em muitos casos, o martírio é também um ato político. O próprio Jesus foi perseguido por atacar as autoridades do Templo (Woodward, 1992, p. 125). O mártir e o significado que o perpassa transcendem as noções de vida marcante ou figura exemplar e tornam-se modelo e extrapolação dos limites da cristianização nas relações de tempo e espaço do Império Romano (Brown, 1981).

---

[54] Em *A fábrica dos santos*, Kenneth L. Woodward busca compreender como a vida de Jesus segue enquanto forma de ser do mártir. *Por sua vez, o processo de Jesus é paradigmático por estabelecer as condições clássicas do martírio cristão: idealmente o mártir é julgado perante juízes e, por sua fidelidade ao Cristão, 'provoca o tirano' com uma profissão de fé. Assim, a preocupação romana com o processo legal, tal como o incluído nos relatórios dos procônsules sobre o interrogatório feito por eles dos primeiros mártires cristãos, foi de fundamental importância para o desenvolvimento da abordagem jurídica da criação de santos mártires da Igreja. Sem essa documentação – ou o depoimento de testemunha –, como se poderia provar o martírio?* (WOODWARD, 1992, p. 125).

Conforme Andrade,

> Na cristandade, os primeiros cultuados como santos foram os mártires, e os cultos a eles dirigidos tiveram origem espontânea. O mártir era aquele que deu a vida como testemunho de sua adesão à fé cristã. Antes do final do primeiro século da cristandade, o termo santo era reservado somente ao mártir. Com o passar do tempo a concepção de martírio, na religiosidade católica, foi sendo ampliada a ponto de caracterizar uma morte violenta resultante tanto de uma doença grave como de um homicídio, mesmo não existindo o critério adotado de que a morte seria em função da adesão à fé cristã (Andrade, 2010, p. 134).

Nessa lógica, o Mártir foi o primeiro santo, o que aproximou os dois modelos no que diz respeito ao projeto de cristianização em curso e flexibilizou os critérios de compreensão do conceito de Mártir. O lugar onde ocorreu a morte marca o fim do martírio e o início do martírio. Os termos "mártir" e "santo" podem estar relacionados, mas têm significados diferentes. [55]

Um mártir, portanto, é um indivíduo que sacrifica sua vida ou sofre extrema perseguição por suas crenças ou princípios. Eles são considerados heróis religiosos ou políticos, dispostos a enfrentar a morte ou a tortura em nome de sua fé. O martírio é mais frequentemente associado a eventos de perseguição, como mártires religiosos sendo executados por sua fé.

A morte de um mártir costuma ser vista como prova de sua devoção e pode inspirar outros a seguirem seus passos. O santo é, no entanto, uma pessoa reconhecida pela Igreja Católica e por algumas outras comunidades religiosas como uma pessoa virtuosa e um exemplo de piedade. Eles são considerados santos por suas vidas sagradas, milagres comprovados e papel na promoção da fé e da devoção. A canonização é o processo formal pelo qual a Igreja Católica proclama alguém como santo e envolve um conjunto específico de etapas e requisitos. Alguns mártires são reconhecidos como santos, mas nem todos os mártires são canonizados como santos.[56]

---

[55] *Havia pelo menos três boas razões pelas quais os bispos desejavam Edith Stein declarada mártir. Primeiro, isso eliminaria a necessidade de um milagre: como mártir, ela podia ser beatificada (mas não canonizada) sem a exigência. Segundo, na mente do povo (se não na dos peritos), a fama de santidade de Edith Stein repousava na história do seu martírio; declará-la a confessora e não mártir deixaria a Igreja na posição de questionar o significado não só da morte dela, mas também das mortes de dezenas de milhares de outros padres, freiras e leigos católicos vítimas dos nazistas. Terceiro, proclamá-la santa e não mártir faria supor o que a Igreja Católica, como instituição, não zelava pelas testemunhas de sangue dos crimes e horrores dos nazistas. Para os bispos da Alemanha e da Polônia, isso era uma distorção da história que a Igreja precisava corrigir* (WOODWARD, 1992, p. 134).

[56] *Para enfrentar as previsíveis objeções dos examinadores da causa na congregação, Eszer propôs uma justificação inédita: "A provocação do 'tirano' foi feita pela ação dos bispos holandeses à qual a santa Teresa Benedita certamente aderiu, dado o fato de que ela sempre criticava de maneira radical qualquer atitude que pudesse ser considerada por demais condescendentes para o nacional-socialismo". Com efeito, o ato de provocação dos bispos holandeses era uma espécie de ação de classe em nome de todos os judeus convertidos que morreram em consequência dela. O fato de que sua morte não tenha tido testemunhas não era o motivo para supor que ela não tivesse perseverado na fé até o fim. Em seu testemunho espiritual, ela se ofereceu a Deus como vítima*

A santidade é um conceito mais amplo, abrangendo vários critérios além do martírio, como a virtude heroica, a filantropia, os milagres e o culto popular. Em síntese, enquanto os mártires são aqueles que sacrificam suas vidas ou sofrem por suas crenças, os santos são indivíduos virtuosos reconhecidos e venerados pela Igreja Católica e outras denominações religiosas.

Quanto ao mártir da caridade,

> O Evangelho de são João diz que não há maior amor que um homem dar a vida pelos amigos. O próprio Jesus, segundo a doutrina cristã, sacrificou a sua pelos pecados da humanidade. E todavia, segundo os critérios que norteiam a criação de santos, dar a vida por outro não constitui, em si, prova de martírio. Para ser declarado mártir, como já vimos, é preciso ficar provado que o Servo de Deus foi morto, sob uma rubrica ou outra, pela fé. Em um dos casos mais controvertidos da história da congregação, a causa do padre Maximilian Kolbe, um franciscano conventual polonês (franciscano negro) que deu a vida por outro prisioneiro em Auschwitz, desafiou essa exigência não só uma vez, mas duas (Woodward, 1992, p. 139).

O sentido sobre quem pode ser considerado mártir é polissêmico.

> A ideia de martírio não é a mesma para os gregos (como Sócrates, que é considerado um mártir em defesa de suas ideias), para os cristãos primitivos perseguidos pelos romanos, para os cristãos das Reformas, para outras populações com as quais os europeus iniciaram os contatos durante a Modernidade (como os chineses), nem para os movimentos sociais contemporâneos. O termo martírio é extremamente polissêmico, variando temporal e geograficamente, com cada período histórico e sociedade trazendo acepções e relações diferentes com os indivíduos considerados mártires e com sua memória (Nunes, 2022, p. 3).

Sob tal perspectiva, a compreensão de mártir atravessa uma pluralidade de sentidos e camadas de tempo, tendo em vista as compreensões que decorrem de sua própria historicidade. Assim, a ideia de mártir que mais se aproxima do nosso tempo enquanto forma é a narrativa de vida de Jesus Cristo (ou de Nazaré)[57].

---

expiatória 'pela paz' e pela 'incredulidade do povo judeu'. Em outras palavras, Eszer dizia que a vida toda de Edith Stein como católica, tal como manifesta sua virtude heróica, era prova da sua disposição de aceitar o martírio se e quando ele viesse (WOODWARD, 1992, p.135 e 136).

[57] Destarte, Renato Cymbalista em Os mártires e a cristianização do território na América portuguesa, séculos XVI e XVII, compreende com base em Robert Markus (The end of ancient christianity), a geografia sagrada constituída no processo do martírio e morte. *O território da cristandade não se constituiu simplesmente da justaposição de focos locais de fé. Cada comunidade cristã, reunida em torno de seus locais sagrados de culto na periferia das cidades, era ao mesmo tempo constituinte e reflexo de uma esfera maior: a grande comunidade que era o conjunto da cristandade, com suas próprias centralidades, projeção espacial da sua história sagrada. Os pequenos percursos espirituais que ligavam as cidades e os túmulos sagrados de seus mártires, no exterior dos muros, rebatiam-se em rotas maiores de peregrinações que conectavam todas as partes da cristandade, tendo Roma e Jerusalém como seus centros principais. Essa nova geografia sagrada era composta pela projeção terrestre dos eventos bíblicos, agregada dos pontos consagrados pelo sangue dos mártires* (CYMBALISTA, 2010, p. 45).

Não obstante, análoga à experiência de mártir de Jesus, e por esse modelo ser o mais referendado em tempos atuais, a ideia de santo que atravessa a narrativa de vida de Jesus, que atesta sua divindade, por vezes, também é atribuída aos mártires contemporâneos.

> A Congregação para as causas dos Santos é muito precisa na sua conceituação de santidade. Santidade é a graça de Deus operando em seres humanos e através deles. Os testes de santidade de congregação também são precisos – a rigor, são quase esquemáticos. A santidade se manifesta por uma estrutura de virtudes em dois patamares: o das três virtudes sobrenaturais (assim chamadas por serem inspiradas pela graça) da fé, esperança e caridade (amor a Deus e ao próximo), e o das quatro virtudes morais cardeais (derivadas originalmente da ética de Aristóteles) da prudência, da justiça, coragem e temperança. Como se espera de todos os cristãos que pratiquem essas virtudes, um santo é alguém que pratica em grau 'heroico', ou excepcional. (...) A fase decisiva e mais difícil de qualquer processo em favor de um não-mártir é a prova da virtude em grau heroico (WOODWARD, 1992, p. 215-216).

Os lugares passam a ser demarcados por fronteiras do sagrado, elaborado pela via crucis do martírio. O local da morte e o lugar do sepultamento constituem lugares de conexão com o sagrado, já que o corpo sepultado naquele espaço representava um artefato milagroso (Andrade, 2010).[58]

A respeito disso, na América Latina, no decorrer do século XX, estava acontecendo diversas tensões com governos ditatoriais e militares, onde o movimento da Teologia da Libertação toma forma no enfretamento contra o sistema capitalista, com a tutela e o cuidado dos pobres. [59]

A ideia de mártir se ampliou para além do mundo da religiosidade e adentrou o imaginário social, como um modelo de ler um acontecimento. Com isso, percebemos a reprodução de uma tradição milenar do culto, no recorte deste estudo, um mártir da luta social, construindo narrativas sobre sua história de vida, do sacrifício em relação à sua missão e a coragem de enfrentar seu destino, a morte. Cabe, então, entender o deslocamento entre o Zé Maria do Tomé em vida e morte, assim como problematizar os elementos simbólicos que reafirmam sua presença.

---

[58] O modelo instituído pelo cristianismo sobre o mártir atravessou o período denominado como Medievo, passou por diversas modificações e reelaborações, chegando ao século XXI com importante função no desenvolvimento, em especial, do catolicismo. *Portanto, mortes às quais se atribui a noção de martírio se fazem presentes em tempos e lugares diferentes (e mais diretamente ao fenômeno cristão) há milênios, mas passaram por alterações em sua definição. Isso leva inclusive à consideração de mortes da contemporaneidade dessa forma por determinados movimentos sociais, algo que é mais perceptível durante conflitos com governos ditatoriais e de exceção, onde indivíduos política e socialmente engajados são mortos em defesa da justiça social e do meio ambiente* (NUNES, 2022, p. 2).

[59] Sobre a Teologia da Libertação iremos aprofundar a reflexão no item 3.2 sobre os Movimentos Sociais.

O assassinato de Zé Maria do Tomé significa a morte do corpo. Esse acontecimento gera um outro corpo, marcado pelo sangue, pela violência, pela potência de suas lutas. A partir de 2010, após o crime, há um alinhamento de propostas e demandas de lutas em torno dos agenciamentos e disputas das memórias sobre Zé Maria do Tomé. Movimentos como MST (Movimentos do Sem-Terra), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), Cáritas Diocesana e a CPT (Comissão da Pastoral pela Terra – Igreja Católica), docentes e discentes ligados à UECE (Universidade Estadual do Ceará) e à UFC (Universidade Federal do Ceará), coletivos da sociedade civil, entre outros, reuniram-se e criaram um coletivo denominado como M21 (Movimento 21 de Abril).

> Começou a se encontrar estratégias de dar visibilidade, de pressionar para apuração de fatos e denunciar o que acontecia na chapada e tentar fortalecer e animar pessoas. Então foi nascendo assim as coisas um pouco meio espontânea que depois terminou levando o nome de movimento 21, que é um passo muito peculiar de movimento. Porque não é um movimento orgânico, mas foi uma rede que se constituiu com mais forças com mais frequência, naquele imediato pós assassinato para denunciar, para exigir, para dar visibilidade aos problemas (Entrevista do Padre Aquino Júnior, 2023).

Esse movimento tornou-se um dispositivo coletivo que corroborou a construção de Zé Maria do Tomé como um mártir da luta social do campo, construindo narrativas sobre a exemplaridade e a doação da sua vida em prol de um bem maior ao lutar contra o Agronegócio.

O luto pela morte de um ativista social tem muitas camadas: trabalhar por uma causa e lutar por justiça social, igualdade e mudanças sociais significativas. A morte de um ativista social provoca não só sentimentos de pesar e ressentimento, mas também a construção de novos horizontes.

O luto ressignificou as experiências de famílias, movimentos sociais e estudiosos. O ressentimento acabou sendo uma responsabilidade de continuar a operar e honrar o legado de extremistas falecidos. A morte de um líder leva outros sujeitos a refletir sobre os desenvolvimentos sociais, redefinindo suas lutas, avaliando suas estratégias e se apegando aos valores aos quais os extremistas mortos eram devotados.

O ressentimento, assim como outros sentimentos, conjuga diferentes experiências. *O ódio recalcado e depois manifestado cria uma solidariedade afetiva que, extrapolando as rivalidades internas, permite a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com seu grupo* (Ansart, 2004, p. 21-22).

Não obstante, o ressentimento é *um conjunto de 'sentimentos' em que predominam o ódio, o desejo de vingança e, por outro lado, o sentimento, a experiência continuada da*

impotência, 'a experiência continuamente renovada' da impotência rancorosa (Ansart, 2004, p. 18-20).

Dessa forma, podemos compreender o ressentimento como uma potência que mobiliza afetos e ações, ou seja, é uma importante ferramenta de uso político na mobilização de coletivos e multidões, no sentido de aderirem causas. Nesse sentido, Ansart (2004) coloca em relevo como o ressentimento suscita a aderência social através de uma solidariedade afetiva e, desse modo, gera um efeito mobilizador sobre grupos sociais, que se percebem enquanto portadores de uma consciência elevada de seu lugar no mundo.

O processo de luto provoca uma retomada do engajamento, aumentando assim o desafio e o engajamento dos ativistas sociais. As histórias e os significados de diferentes grupos sociais são trabalhados, e o luto é reformulado na forma de apoio mútuo na comunidade. É neste processo de preparação e consolidação do legado dos extremistas e da memória que se promove a sua luta, com o objetivo de reposicionar social e politicamente a memória de Zé Maria do Tomé.

> Conforme demonstrado no estudo de Leitão (2020), Zé Maria articulou um conjunto de instituições durante sua luta, como a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, as Pastorais Sociais, a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM) – campus da Universidade Estadual de Ceará (UECE), o Núcleo de Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (TRAMAS) –da Universidade Federal do Ceará (UFC), como também movimentos sindicais e sociais. As várias denúncias protagonizadas por Zé Maria do Tomé e confirmadas, principalmente, por esses movimentos e instituições públicas, atraíram seguidores, mas também inimigos. A voz altiva e visível do líder comunitário e a sua postura de resistência ativa na região, voltando-se diretamente contra as ingerências dos poderosos do agronegócio, culminou na sua execução em 21 de abril de 2010 (Nascimento et al., 2020, p. 112).

O mártir Zé Maria do Tomé figura simbolicamente numa construção que articula elementos do imaginário cristão, da mística dos movimentos sociais e da urgência de modificação social pela universidade. A família, os Movimentos Sociais, as Universidades, entidades da Igreja Católica, a elaboração do M21 (Movimento 21 de abril) e os sujeitos articuladores e interlocutores protagonizam um coletivo que positiva suas ações e agendas em torno dos elementos simbólicos que figuram sob a construção de Zé Maria do Tomé, enquanto um mártir da luta social e, assim, os processos de construção narrativas e produções de memórias e pós memórias em torno da história de vida e morte do líder comunitário.

3.1 A família

Nas paredes da memória essa lembrança é o quadro que dói mais (...)
Como nossos pais - Belchior

O sujeito social é um construto de experiências. A família é o primeiro grupo social no qual são elaboradas as primeiras experiências, afetos, trocas e transmitidos ensinamentos, valores e visões de mundo. Dessa forma, no exercício de compreender a trajetória e as motivações que levaram Zé Maria do Tomé à militância ambiental, a família é compreendida com esfera social de autoridade sobre seu percurso.

Em 2018, quando iniciei os estudos sobre a vida de Zé Maria do Tomé, os primeiros a serem ouvidos foram os membros de sua família, formada pela esposa dona Branquinha e os filhos Márcia, Juliana e Gabriel Xavier. Ao contactá-los, sempre muito disponíveis e atenciosos, visitei-os e pudemos conversar sobre o militante, e mais que isso: o indivíduo.

Na primeira visita à casa de Dona Branquinha, a mesma residência em que viveu com Zé Maria, localizada no Tomé, adentrei o mercadinho da família e nos sentamos na sala, composta de uma estante com muitas fotos de Zé Maria com a família. Ao meu lado, sentou dona Branquinha; Márcia se sentou na lateral e Juliana também estava presente.

No exercício de compreender como a família compreendia a militância de Zé maria do Tomé, fui surpreendida. Na casa, o tempo não passou, a memória que se faz viva no privado da família é a de José Maria Filho, o esposo de dona Branquinha e pai de Márcia, Juliana e Gabriel.

Na intimidade do seu lar, não há luta, não há protesto, há a foto de Zé ainda moço, na parede. As lembranças que Dona Branquinha e seus filhos querem rememorar antecedem o dia 21 de abril de 2010, pois, para eles, até esse momento, Zé era somente mais um zé.

As lembranças de dona Branquinha nos levam para os idos de 1980, quando José Maria Filho, muito moço, deixou a Chapada do Apodi em direção à capital do Ceará, Fortaleza. A jornada iniciada era motivada pela procura de melhorares condições de existência, já que o campo, naquele momento, não garantia a sobrevivência dos camponeses, justificado em especial pela ausência de políticas públicas que intervissem sobre a realidade rural no Nordeste (Albuquerque, 2009).

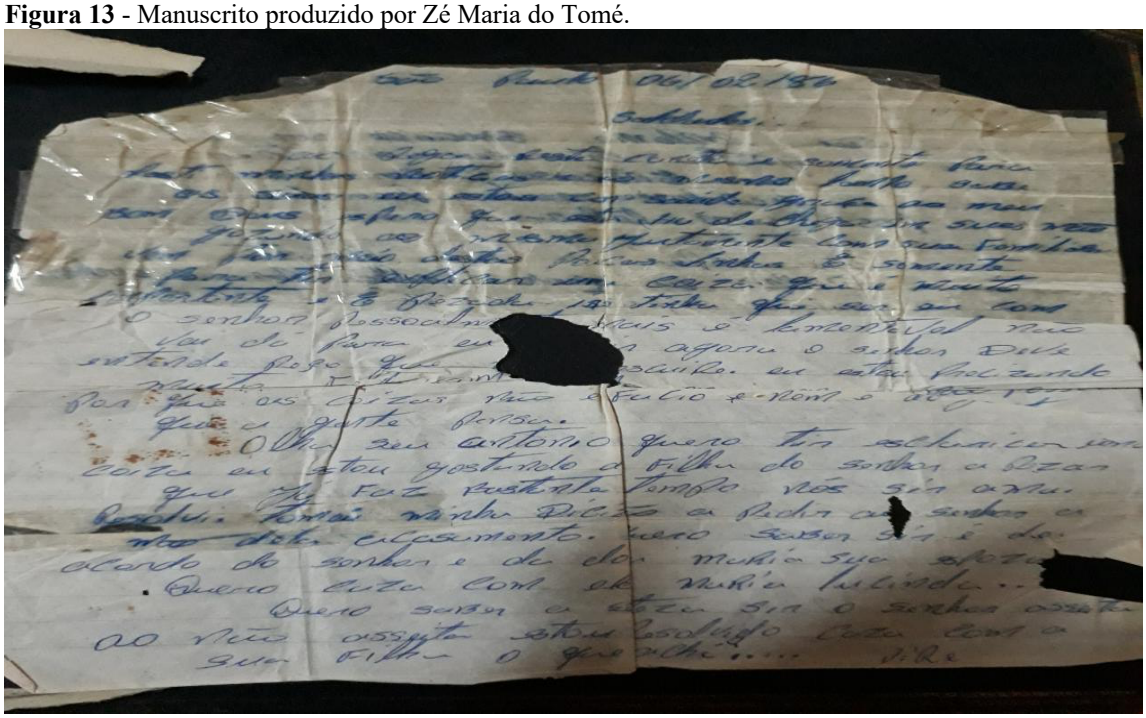
Nos relatos de Dona Branquinha, Zé Maria deixa Fortaleza e segue para São Paulo, visto como o grande centro das oportunidades no país nesse período. E de lá um trabalho em uma

cervejaria teria lhe possibilitado conhecer alguns países da América Latina (Argentina, Paraguai, Uruguai).

Dona Branquinha até então era uma namorada da adolescência de Zé Maria que havia ficado na Chapada do Apodi. A distância era atenuada com cartas. Aquele era outro tempo, da escrita à mão, da espera.

Dona Branquinha me apresentou a carta que, com muito zelo, guardava até hoje e continha o pedido de casamento feito por Zé Maria, quando ainda estava em São Paulo. Na luta contra o tempo, a carta foi plastificada na tentativa de enganar a efemeridade do papel.

Figura 13 - Manuscrito produzido por Zé Maria do Tomé.



Fonte: Arquivo pessoal da família de Zé Maria do Tomé.

Parte da correspondência era direcionada ao pai de dona Branquinha, para quem Zé Maria afirmava o compromisso e pedia a sua mão. A volta de Zé dependia da resposta de dona Branquinha, apelidada por ele assim carinhosamente.

Em 06 de fevereiro de 1986, Zé Maria escreve de São Paulo ao senhor Antônio, quando pede a mão de sua filha, Lucinda, em casamento. No início da década de 1990, Zé Maria retorna para a comunidade do Tomé para casar-se com Branquinha e trabalhar como agricultor na terra de seu pai.

No entanto, nesse período, a instalação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi provocou diversas tensões entre as famílias de camponeses que estavam situados na região da Chapada

do Apodi com empresas nacionais e estrangeiras, sendo elas: Fruta Cor, Bananas do Nordeste S/A (Banesa) e Del Monte Fresh Produce. Conforme os dados emitidos pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), o Agronegócio invadiu mais de 1.800 hectares.

O Projeto Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi atrai a visibilidade do agronegócio para a fronteira agrícola, que é considerada a Chapada do Apodi, e muda radicalmente a paisagem e os modos de viver.

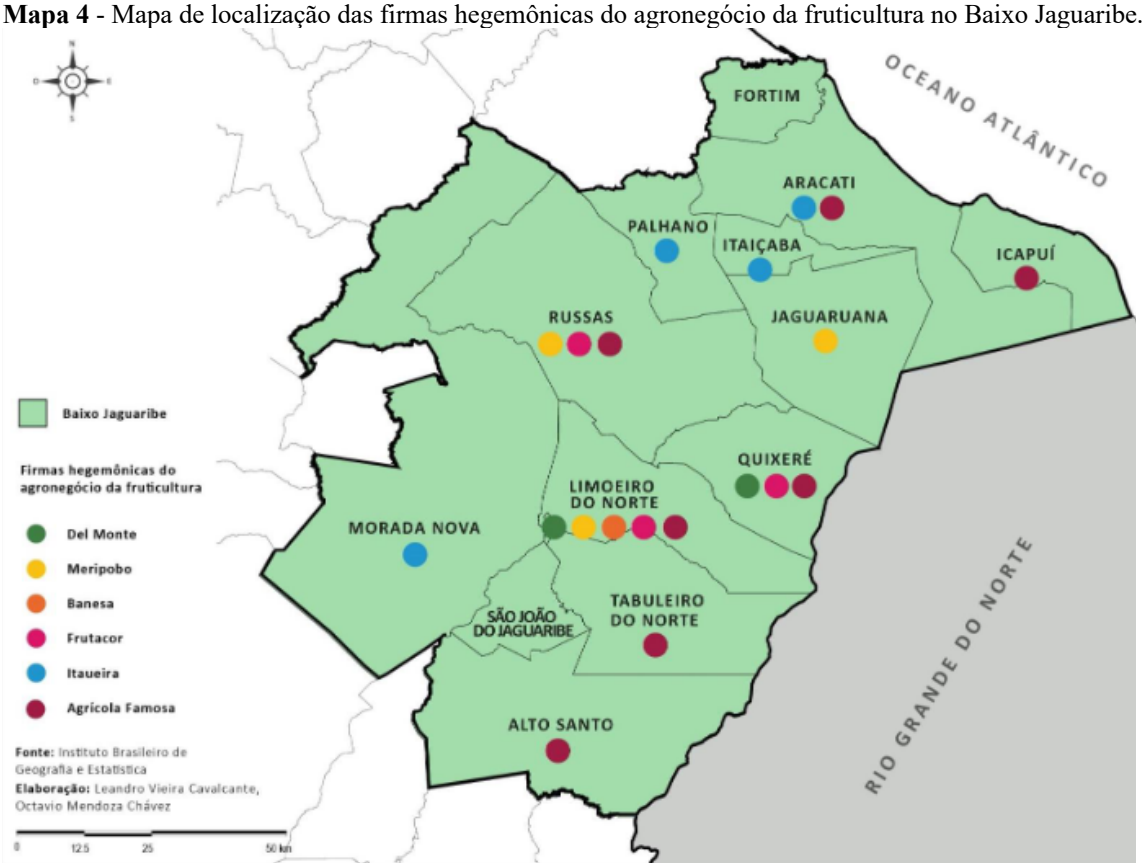
Era fins dos anos de 1980, Zé Maria retornava de São Paulo para casar com Dona Branquinha. A mudança constitui um novo cenário onde Zé Maria não é mais o mesmo, assim como a Chapada do Apodi também não é. Os modos de viver na Chapada passam por transformações drásticas, desde o processo de plantar à vida cotidiana.

Frente a esse cenário, é relevante nesta pesquisa problematizar as experiências vivenciadas por Zé Maria na América Latina. Esta, na década de 1980, vivenciava a efervescência dos movimentos sociais, debatendo e lutando pelo lugar social do negro, da mulher e do camponês. Diante disso, vale questionar: Como essas experiências vivenciadas corroboraram a construção de sua visão de mundo? Quais discursos foram apropriados por Zé Maria? Como essas experiências têm ressonância em sua liderança no movimento camponês-ambientalista no Vale do Jaguaribe?

Sob um prisma teórico, quais ideias estavam em destaque nos seus discursos e atuações sociais e políticas? Em quais correntes de pensamento elas se enquadram? Quais suas inspirações? Quais leituras compunham o universo de Zé Maria do Tomé?

Depois de alguns anos, Zé Maria retorna para a comunidade do Tomé, onde nasceu e viveu até sua ida para São Paulo para casar-se com Dona Branquinha, e se depara com uma outra organização socioespacial da Chapada do Apodi, orientada pela implantação de Perímetros Irrigados na região do Baixo Jaguaribe.

Mapa 4 - Mapa de localização das firmas hegemônicas do agronegócio da fruticultura no Baixo Jaguaribe.



Fonte: (Cavalcante, 2019, p. 180).

Segundo relatos de Dona Branquinha, viúva de Zé Maria, os primeiros embates entre Zé Maria e os agricultores da comunidade do Tomé se deram pelo processo de expropriação das terras do Perímetro Irrigado. Todavia, um acontecimento é marcante no sentido de inserir Zé Maria no embate contra o Agronegócio: o adoecimento de filha primogênita.

> Lembro que, na infância, quando começou a morrer animais domésticos e galinhas. E teve uma epidemia muito grande de alergia nas pessoas. Eu fui afetada e o médico prescrevia medicação e nada. Até que descobriram que um tratado havia deixado cair veneno na água da piscina que abastecia a comunidade (Entrevista com Márcia Xavier, 2020)[60].

Não somente a família, mas toda a comunidade passava a conviver com as agruras da contaminação do agrotóxico na água, na terra, nos alimentos e, mais à frente, no ar. Além disso, os trabalhadores que manipulavam diversos agrotóxicos sem nenhuma instrução e precauções devidas foram acometidos por uma série de patologias. Inicialmente, verificou-se a recorrência de doenças de pele e alergias pelos habitantes do Tomé.

[60] Entrevista com Márcia Xavier (filha de José Maria Filho), 29 anos, realizada em 24 de maio de 2020.

Cabe ressaltar que o processo de modernização do campo e o consumo intensivo de agrotóxicos têm como efeito na saúde dos trabalhadores o aparecimento de doenças crônicas, as quais podem acometer o sistema nervoso, tendo como danos sintomáticos alterações neurocomportamentais, transtornos respiratórios como asmas a fibroses pulmonares, além de hepatopatias tóxicas (Faria; Fassa; Facchini, 2007; Meyer; Sarcinelli; Abreu-Vilaça; Moreira, 2003).

Os camponeses saíram da condição de sujeito a sujeitados pelas teias do Agronegócio que usurpou sua identidade de ligação e pertencimento à terra, lógica de trabalho ligado ao tempo da natureza e às culturas de produção da terra, uma nova experiência com a saúde e as doenças (os modos de acesso à terra e à água, bases do modo de viver e produzir das populações camponesas).

A expansão do Agronegócio e o inconsequente uso de agrotóxicos modificaram a estrutura do cotidiano dos camponeses com o ambiente, a saúde e o trabalho. Assim, o enfrentamento da modernização do campo pelo Capitalismo liderada pela burguesia agrária foi vivenciado a duras perdas pelos camponeses, que sofrem, sangram e morrem.

O Projeto Público de Irrigação Jaguaribe-Apodi que figurava enquanto política pública para subsidiar o camponês em um modelo de agricultura familiar foi devastado com a união entre o Estado do Ceará e o grande empresariado no campo, que impeliram uma nova maneira de ser e de produzir sentido pelo homem do campo.

A Modernidade que adentra o campo faz parte de projeto hegemônico do Capitalismo sob a configuração do neoliberalismo. Nesse ínterim, o filósofo Achille Mbembe é um importante referencial na reflexão sobre o pensamento racial no mundo ocidental e a emergência da modernidade em sua relação intrínseca com o desenvolvimento do Estado Moderno e do capitalismo, sobretudo da chamada acumulação primitiva do capital, que, para o autor, não foi superada e ainda segue o curso (Mbembe, 2018).

Sob tal ótica, Mbembe desenvolve o conceito de necropolítica, analisando como a contemporaneidade configura a vida ao poder da morte. A reflexão de Mbembe tem como ponto de partida os conceitos de biopoder de Michel de Foucalt, bem como estado de exceção e estado de sítio de Giorgio Agamben, que o possibilitam compreender que o direito de matar emerge com a compreensão de que o outro é o inimigo (Mbembe, 2018).

Para Mbembe, ao mesmo tempo em que o Estado moderno surge com e para o mercado global (é a máquina de guerra do Estado moderno que permite a empresa colonial, isto é, a

escravidão em massa, o sistema de plantação e a acumulação primitiva de capital), o liberalismo é a ideologia que justifica esta operação. E, assim, teriam sua continuidade no século XXI o neoliberalismo e os seus processos de globalização.

Os estudos de Mbembe colocam em relevo a divisão que categoriza os sujeitos entre os que *devem viver* e os que *devem morrer*, algo que não acontece de forma arbitrária, mas dentro de uma lógica na qual raça e classe são preponderantes no processo de desumanização dos sujeitos que *devem morrer,* tornando naturais as políticas de morte exercidas pelo ocidente na modernidade sob regime de democracia (Mbembe, 2018).

A necropolítica é sustentada pelas desigualdades geradas pelo sistema capitalista e pelas políticas neoliberais que promovem a diminuição do papel do estado na economia e também patrocinam o deixar morrer de uma parcela da população excluída, ou seja, quem é considerado descartável e quem não. Essas estratégias fortalecem os capitais privados (nacional e internacional).

A professora e pesquisadora, importante parceria nas lutas na Chapada do Apodi, em entrevista cedida para este estudo, Raquel Rigotto, denota que

> (...) teve uma história que Márcia me contou, não sei se ela contou pra você também, da alergia da pele. Ela contou? Eu achei aquilo muito impressionante porque a gente trabalha, por exemplo, com a questão da vigilância em saúde do trabalhador, em saúde ambiental no SUS e é muito difícil fazer com que os profissionais tenham essa, é... agucidade. Sabe ele foi argudo em perceber um quadro clínico da filha dele e de outras crianças também da vizinhança. Levantar a hipótese que poderia ser a água contaminada com agrotóxicos, testar essa hipótese com um banho de água mineral que melhorou realmente o quadro clínico, e, relacionar essa contaminação da água com um acidente de derramamento direto de veneno em uma das piscinas do PIJA que ele tinha presenciado (Entrevista com Raquel Rigotto, 2023).

A pesquisadora Raquel Rigotto coloca em relevo a ação de observação de Zé Maria do Tomé em relação ao adoecimento da filha Márcia,

> Eu achei aquilo muito impressionante porque a gente trabalha, por exemplo, com a questão da vigilância em saúde do trabalhador, em saúde ambiental no SUS e é muito difícil fazer com que os profissionais tenham essa, é... agudicidade. Sabe ele foi arguido em perceber um quadro clínico da filha dele e de outras crianças também da vizinhança. Levantar a hipótese que poderia ser a água contaminada com agrotóxicos, testar essa hipótese com um banho de água mineral que melhorou realmente o quadro clínico, e, relacionar essa contaminação da água com um acidente de derramamento direto de veneno em uma das piscinas do PIJA, que ele tinha presenciado. Que tem aquela foto clássica dele dentro da piscina, né? Então isso é de uma complexidade em termos de conhecimento, né, que me impressiona muito na capacidade dele de identificar um risco, estabelecer correlações entre vários compartimentos ambientais até nas crianças com seus sintomas, elaborar uma hipótese diagnóstica, fazer uma prova terapêutica e chegar a uma confirmação, sabe? (Entrevista com Raquel Rigotto, 2023, p. 3).

A fotografia que a professora Raquel Rigotto relata na entrevista segue abaixo.

Figura 14 - Zé Maria do Tomé na piscina do PIJA (Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi).

Fonte: Disponível em https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/quatro-anos-do-assassinato-de-ze-maria-uma-luta-contra-os-agrotoxicos-e-por-justica/14217. Acesso em 23 de junho de 2023, às 15:01h.

A imagem registra um fato que reiteradamente os entrevistados destacam nas entrevistas, quando Zé Maria do Tomé mergulha da piscina de abastecimento de água da comunidade do Tomé e foi fotografado com uma embalagem plástica de agrotóxicos dentro do equipamento de água do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) de Limoeiro do Norte, que leva água a toda à comunidade.

Não somente a foto de Zé Maria na piscina do PIJA ganha visibilidade, mas as imagens dos peixes mortos passam a circular.

Figura 15 - Mortandade de Peixes no Reservatório do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA).

Fonte: (Rigotto, 2011, p. 531).

Ao circularem, essas imagens ganham grande repercussão e refletem sobre a liderança comunitária de Zé Maria do Tomé, quando ele denunciou a contaminação da piscina-reservatório de abastecimento de água do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. As denúncias verbais não eram suficientes. A imagem de Zé Maria do Tomé elevando a embalagem de defensivo agrícola descartado no reservatório de água da comunidade, em meio à lodo e lixo, coloca em relevo o abandono público.

> "Nós bebe a água do perímetro irrigado, uma água que não foi feita para o consumo humano, ela tem um percurso de 14km de canal de céu aberto, se arrastando de lá pra cá trazendo cachorro morto, veneno que jogam, avião pulverizando caindo veneno dentro, nós 'tamo' bebendo água da última piscina que tudo só vem pra final e a adutora toda de ferro, toda sucateada." (Zé Maria, líder ambientalista em Rigotto, 2011, p. 204).

Em colaboração com o grupo TRAMAS (Faculdade de Medicina da UFC – Universidade Federal do Ceará), foram analisadas 46 amostras da água em diferentes pontos de

distribuição e, em todas as amostragens, foram encontrados resquícios de defensivos agrícolas, o que torna as águas da piscina-reservatório uma ameaça à saúde das pessoas que a utilizam.

Concomitante ao envenenamento da piscina do PIJA, havia outras situações que deflagram o conflito ambiental e a relação com a pulverização aérea.

> Moradores denunciam que as roupas no varal ficavam com forte cheiro de veneno, animais morriam – segundo uma entrevistada, em uma única tarde, oitenta galinhas morreram –, crianças apresentavam sintomas de intoxicação – irritação na pele, dor de cabeça, vômito, etc. (Leão, 2018, p. 76).

Conforme Leão, em seu estudo dissertativo *A relação Universidade e Sociedade em comunidades camponesas com conflitos ambientais: o olhar dos moradores da comunidade do Tomé.*

> Fabiana, moradora, 43 anos, lembra que Zé Maria chegou e "disse que tinham soltado veneno na piscina e tinham morrido muitos peixes, que ninguém usasse a água da caixa, que a gente derramasse a água, que fechasse a torneira pra não subir mais água [pra caixa] e saiu avisando para as pessoas da comunidade" [Grifos do autor] (Leão, 2018, p. 76-77).

Assim como ratifica Leão, esse acontecimento ressignifica a militância e o locus de luta do então presidente da associação dos moradores da comunidade do Tomé, o qual passa atuar com bastante altivez no embate em relação aos problemas ambientais. [61]

De acordo com o professor e militante social João Rameres Regis, na época da entrevista, diretor da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em Limoeiro do Norte – Ce:

> Uma voz solitária em relação a isso, mas ele era muito, muito determinado em relação a mostrar pra sociedade, a provar que havia uma contaminação por conta da atividade econômica. Tanto que fez fotos de peixes dessa piscina que morreram, possivelmente pela congeminação da própria água, ele fazia denúncias nas rádios, na câmara de vereadores, em debates. Teve um episódio que eu acho muito interessante e de uma certa criatividade, uma dessas audiências públicas que alguém disse que essas águas não estavam contaminadas. Ele havia coletado essas águas e tinha um recipiente com essa água e ofereceu a pessoa pra beber. É exatamente, olha se não está contaminada, está aqui a água pra você beber. Então ele era muito determinado (Entrevista João Rameres Régis, 2019).

[61] Um desdobramento das lutas realizadas por Zé Maria do Tomé, significativo para as comunidades da Chapada do Apodi, foi a construção da adutora em 2017, onde o SAAE de Limoeiro do Norte – CE passou a oferecer água tratada e de qualidade aos moradores, que se iniciou pela liberação da água pela comunidade de Santa Fé/Santa Maria, passando pela comunidade de Cabeça Preta, seguindo ao Tomé, a Carbomil, ao Sucupira, ao Km-60 e ao reservatório da FAPIJA, que atende a 2.600 famílias.

Frente a isso, a família de Zé Maria do Tomé temia por sua vida, tendo em vista a cultura da violência e o enfrentamento das lutas que contrariavam o grande empresariado do agronegócio.

No dia 21 de abril de 2010, Zé Maria do Tomé saiu de casa pela manhã e não voltou. Aquele dia torna-se um marco para uma família. Dona Branquinha torna-se a viúva de Zé Maria do Tomé, e os filhos órfãos de pai.

O dia 21 de abril passou a fazer parte da agenda dos movimentos sociais, com a morte do líder comunitário Zé Maria do Tomé. Conforme Dona Branquinha[62], é com o assassinato de Zé que a família toma consciência de notoriedade social e política dele na região do Vale do Jaguaribe.[63]

Na casa de Dona Branquinha parece que o tempo não passou. Na intimidade do seu lar, não há luta, não há protesto, há a foto de Zé, ainda moço na parede. As lembranças que Dona Branquinha e seus filhos querem rememorar antecedem o dia 21 de abril de 2010, pois, para eles, até esse momento, Zé era somente mais um zé.

Contudo, o muro da casa tensiona uma outra realidade. Ali se estabelece uma fronteira com um outro tempo, com o tempo da luta pela justiça daquele que aqui não mais está. O espaço privado da casa é marcado pelo luto, o espaço público é demarcado pela luta.

A morte de Zé Maria do Tomé, enquanto pai e esposo, provoca a perda do indivíduo.

---

[62] Dona Branquinha atende pelo nome de Lucinda Xavier e é comerciante até os dias atuais na região do Tomé-Quixeré, localizada na Chapada do Apodi – Vale do Jaguaribe/CE.

[63] A região do Vale Jaguaribe é uma das regiões de planejamento do estado do Ceará formada por 15 municípios: Jaguaribe, Jaguaribara e Jaguaretama, localizados na microrregião do Médio Jaguaribe; Pereiro, Ererê, Iracema e Potiretama, na microrregião da Serra do Pereiro; e Alto Santo, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Quixeré, Russas e Palhano, localizados no Baixo Jaguaribe. Disponível em < http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2007/territorial/caracterizacao_territorial_red.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018, às 7:35h.

Figura 16 - Lucinda Xavier participa de caminhada pela paz nos dois anos de morte de Zé Maria do Tomé.

Fonte: Melquiades Júnior.

A imagem em tons de cinza, onde Dona Branquinha aparece de costas, é propositiva em suscitar que sua vida é demarcada pela morte de Zé Maria do Tomé, evidenciada pela faixa que segura, ficando para trás o que vivenciou até ali; e o que está à frente é representada por um caminho sem fim, sem certezas de seus caminhos e para onde ele a leva. [64]

O luto da família de Zé Maria do Tomé foi deslocado ao lugar da luta social. A inserção da família na luta é demarcada pela mobilização da imagem da família, com a viúva e os órfãos sem a presença do pai, que foi morto por ser militante de uma causa externa à vivência familiar.

[64] Dessa forma, elementos visuais como cores, composição, expressões faciais e gestos, as imagens podem transmitir sentimentos e despertar respostas emocionais nos espectadores. Elas podem ser poderosas na criação de empatia, identificação e conexão emocional com o assunto retratado. *Como heroínas da tragédia, as viúvas são vítimas dotadas de credibilidade inquestionável, o que torna suas ações na esfera pública politicamente mais eficazes. Nessa perspectiva, a transformação do sentimento de perda em capital simbólico reveste- se de uma condição quase consequente, vista como sendo natural* (BARREIRA, 2001, p. 106).

Figura 17 - O filho mais novo de José Maria Filho, Lucas Gabriel, de 6 anos, plantou uma árvore no local onde o pai foi assassinado

Fonte: Melquiades Júnior.

As imagens acima podem capturar momentos de comoção social, transmitindo emoções e sentimentos que podem ser difíceis de expressar apenas por meio de palavras. No entanto, é importante ter em mente que as imagens também podem ser ambíguas e sujeitas a interpretações diferentes. O contexto histórico, as intenções do autor da imagem e as representações simbólicas podem elaborar e reelaborar a forma e o conteúdo de uma imagem.

Em uma ação simbólica, o filho caçula de Zé Maria do Tomé plantou árvores, três mangueiras no lugar onde o pai foi assassinato no espaço onde está situado o Memorial ou mausoléu do ambientalista. Em uma lógica mística, há o esforço de elaborar outras formas de existência, de ser lembrado, de nascer.

> As lutas pela terra e pela vida "custaram" sofrimento e dor. Em cada morte antecipada e trágica, em cada assassinato, em cada corpo caído no chão sagrado e em cada gota de sangue que encharca a terra, a CPT também morre. Morre para renascer na luta. Por isso, evocar os/as Mártires da Terra traz para nós a força para continuar e seguir lutando pelos que virão. Na nossa linguagem mística, falamos dos/as Mártires como se fossem "sementes" que, plantadas neste chão da Vida, produzem frutos de justiça e motivam o compromisso dos militantes e agentes pastorais. Somos o fruto da semente que os Mártires plantaram. Cada Mártir vive no coração dos/as que lutam por liberdade! (Disponível em: https://www.cptne2.org.br/quem-somos/martires-da-terra. Acesso de 22 de junho de 2022, 12:35h).

Três semanas após o assassinato de Zé Maria da Tomé, plantar árvores é fazer crer na continuidade e na esperança, ao mesmo tempo em que dá conta da imprevisibilidade do nascer-

morrer. A morte é um acontecimento em aberto, campo possível de (re)criação de presente e passado.

Nesse prisma, acessar a família coloca em relevo o não dito, mas o que é representado pela imagem e como elas desempenham um papel significativo na maneira como percebemos e lembramos eventos históricos importantes.[65]

Susan Stong Malgrado (2004) aprofunda a relação entre fotografia e memória e os mecanismos vinculados à memória individual e coletiva. Ela discute como as fotografias podem se tornar uma espécie de substituto da experiência real, capturando momentos que podem ser lembrados e revividos através das imagens. Quanto à objetificação do sujeito fotografado, Sontag questiona o impacto da fotografia na forma como vemos e percebemos as pessoas retratadas. Ela argumenta que a fotografia pode transformar indivíduos em objetos, desumanizando-os e criando uma distância emocional entre o fotógrafo e o sujeito fotografado.

Há a saturação de imagens na sociedade contemporânea, pois vivemos em uma era na qual somos constantemente bombardeados por imagens fotográficas, especialmente devido ao avanço da tecnologia digital e, assim, ocorrem as implicações desse excesso de imagens em nossa percepção e na apreciação da fotografia como forma de arte.

As imagens podem evocar emoções e como a memória coletiva é construída e transmitida através dessas representações visuais. A memória coletiva não é apenas um registro do passado, mas algo que está constantemente sendo moldado e reinterpretado no presente. Ela ganha grande relevo como as representações visuais, elaborando a maneira como entendemos o passado e a forma como nos relacionamos com ele, assim, desempenham a função essencial na invenção e na elaboração de narrativas históricas.[66]

---

[65] Assim, Susan Sontag, a ensaísta e crítica cultural também escreveu extensivamente sobre fotografia e sua relação com a sociedade. Seu livro "Sobre Fotografia" aborda o poder das imagens e como elas moldam nossa percepção do mundo e de eventos comoventes. Em "Sobre Fotografia", Sontag questiona o papel das imagens fotográficas na contemporaneidade. Ela explora como a fotografia afeta nossa experiência da realidade, destacando seu poder de documentar, representar e até mesmo manipular eventos e emoções. Sontag analisa a influência da fotografia na formação da memória coletiva e como ela molda nossa compreensão dos acontecimentos históricos. Além disso, Sontag discute o papel da fotografia na arte e como ela se relaciona com outras formas de expressão visual. Ela examina o conceito de "aura" na fotografia e como a reprodução em massa das imagens pode afetar seu significado e valor. "Sobre Fotografia" é uma obra seminal que desafia as noções convencionais sobre a fotografia e sua influência na sociedade. Os ensaios de Sontag oferecem uma reflexão profunda sobre o poder e a complexidade da imagem fotográfica, levantando questões relevantes que ainda são discutidas e debatidas atualmente (STONG, 2004).

[66] A relação entre fotografia e verdade incide para Sontag, na reflexão sobre o conceito de veracidade e objetividade na fotografia. Ela levanta questões sobre a capacidade da fotografia de capturar a realidade de maneira imparcial e destaca como as escolhas do fotógrafo, como enquadramento e edição, podem influenciar a narrativa e o significado da imagem.

O teórico literário Roland Barthes se interessou pela análise semiótica das imagens. Em seu livro *A Câmara Clara*, Barthes explora a natureza emocional da fotografia e como ela pode evocar sentimento de perda, nostalgia e comoção. Barthes explora a relação íntima entre o espectador, a fotografia e o objeto fotografado. Ele apresenta duas categorias de significado na fotografia: o *studium* e o *punctum*.[67] (Barthes, 1984).

Barthes compreende a fotografia como testemunho e como ela pode servir como uma forma de testemunho do mundo e dos eventos que captura. Ele argumenta que a fotografia tem o poder de documentar a realidade de uma maneira única e, por meio dela, podemos ter acesso a momentos e lugares distantes ou ausentes, à natureza do tempo na fotografia, argumentando que a imagem fotográfica é sempre uma representação do passado, carregada de nostalgia e saudade. Ele explora o poder da fotografia em congelar o tempo e nos fazer confrontar a mortalidade e a transitoriedade da vida.

Barthes reflete sobre como a fotografia está intrinsicamente ligada à mortalidade. Ele argumenta que a fotografia é uma forma de preservar e perpetuar a imagem de algo ou alguém que já não está mais presente e, portanto, está ligada à noção de perda e finitude.

A figura 18, produzida por Melquiades Júnior, comove ao retratar os três filhos órfãos de Zé Maria do Tomé, o qual, mesmo representado na primeira cena, está desfocado. Na mesma foto, podemos perceber diversas como camadas de tempo, passado – presente – futuro, entrelaçam-se na mesma imagem.

[67] O *studium* refere-se à dimensão cultural e histórica da fotografia, representando o interesse geral que compartilhamos por determinadas imagens. Já o *punctum* é um detalhe particular na imagem que nos toca de forma pessoal e nos desperta uma emoção individual.

Figura 18 - Fotografia capa do jornal Diário do Nordeste, de dois anos de morte de Zé Maria do Tomé.

Fonte: Melquiades Júnior.

Por sua vez, François Hartog (2006b) apresenta o conceito de *regimes de historicidade.* Ele compreende como *os diferentes modos de articulação entre as categorias de presente,*

passado e futuro passam a construir uma leitura da história, com base na temporalidade apropriada.

No que se refere à dimensão subjetiva da fotografia, Barthes ressalta que a interpretação da fotografia é altamente subjetiva e pessoal. Ele enfatiza como a reação emocional à fotografia pode variar de pessoa para pessoa, dependendo de suas experiências individuais e da maneira como cada um se relaciona com as imagens.

As imagens funcionam como sistemas de significado e como são influenciadas pelas estruturas de poder e pelos discursos culturais. Mitchell (1994) explora a teoria da imagem e a representação verbal e visual. Ele examina como as imagens são interpretadas e como a linguagem pode descrever e conceitualizar as imagens. Investiga a "agência" das imagens, questionando o que as imagens "desejam" e como elas interagem com os espectadores. Ele discute a relação entre as imagens e o espectador, bem como os significados culturais e afetivos das imagens. Mitchell analisa como as imagens fotográficas e como elas moldam a representação da raça e da justiça social. A relação entre imagem, cultura e história, bem como a teoria da imagem, a representação verbal e visual, e a relação entre imagem e linguagem.

Não obstante, Márcia Xavier passa a denunciar que o pai já havia sido ameaçado. Neste momento, emerge a figura da filha, Márcia Xavier, ainda muito jovem com 20 anos, tornando-se âncora da família nas lutas pela justiça.

> A função das mulheres como mobilizadoras de sentimentos e protagonistas de ressentimentos fundamenta-se no interior de uma percepção valorativa do papel feminino na vida social. Nessa perspectiva, as mulheres são consideradas substância de bens simbólicos familiares ou caudatárias de uma reserva moral civilizadora. Em tais circunstâncias, exemplos como as mulheres da Plaza de Mayo ou avós de netos desaparecidos durante a ditadura compõem o acervo de uma representação das vítimas da violência. Encarnam, assim, as mulheres na condição de defensoras de princípios universais que estão além do campo da honra e do próprio espaço da política, um poder simbólico que permite exprimir múltiplas linguagens relacionadas ao sofrimento, à indignação e demais sentimentos associados aos ciclos fundamentais de vida e morte (Barreira, 2001, p. 106).

Quando a filha assume o lugar político do pai, isso geralmente ocorre quando há uma continuidade da carreira política dentro da família. Essa sucessão pode ocorrer de diferentes maneiras e pode variar de acordo com o sistema político e as circunstâncias específicas envolvidas.

Todavia, no primeiro momento, não foi tranquila a relação entre a família de Zé Maria do Tomé e os movimentos, pois o ambientalista preservava seus familiares das lutas e desavenças que possuía. Dessa forma, após a morte de Zé Maria do Tomé, Márcia Xavier e a

família visualizavam os movimentos como sinônimo às lutas que o pai exercia e teria sido, na leitura da família, a militância social a causa de ter sido assassinado.

Figura 19 - Márcia Xavier em entrevista ao repórter Roberto Cabrini, para o Programa Conexão Repórter do SBT, denominado *O doce veneno dos campos do senhor*. [68]

Conexão Repórter (18/06/14) - O doce veneno nos campos do senhor - Parte 1

Fonte: https://youtu.be/uwGCkmWRXLs

O luto e a revolta de Márcia Xavier sobrepõem-se ao medo à represália que ela ou a família pudesse sofrer, quando numa quarta-feira, no dia 18 de junho de 2014, a primogênita cede uma entrevista ao repórter Roberto Cabrini (SBT – Sistema Brasileiro de Televisão) e demonstra toda a indignação de uma filha que teve seu pai assassinato pelas lutas contra o agronegócio e suas problemáticas.

Conforme o Padre Júnior, em entrevista, a mediação entre os movimentos e a família de Zé Maria do Tomé foi realizada pela professora Jovelina Santos, que em um momento anterior foi coordenadora na mesma instituição escolar em que Márcia Xavier cursava.

[68] *O doce veneno dos campos do senhor* está disponível neste link no You Tube https://youtu.be/uwGCkmWRXLs. Acesso em 14 de maio de 2023, às 12:09h.

É importante destacar que a sucessão política dentro da família pode gerar diferentes opiniões e perspectivas. Algumas pessoas podem apoiar a continuidade, enquanto outras podem questionar a legitimidade ou a necessidade dessa sucessão. Em última análise, a filha deve tomar a decisão com base em suas próprias convicções, motivações e avaliações de sua capacidade de representar efetivamente seu lugar político, bem como auferir a proteção pública por meio da publicização do assassinato de Zé Maria do Tomé e as problemáticas vivenciadas na Chapada do Apodi.

Figura 20 - Deputado Renato Roseno e vereador João Alfredo entregam a Antônia Márcia Xavier, filha do ambientalista José Maria do Tomé, placa alusiva à Semana Mundial do Meio Ambiente.

Fonte: Disponível em https://www.renatoroseno.com.br/noticias/semana-mundial-do-meio-ambiente. Acesso em 23 de junho de 2023, às 18:03h

Na imagem, remonta-se à data de 06 de junho de 2015. Nela, o Deputado Renato Roseno e vereador João Alfredo entregam a Márcia Xavier a placa em alusão à Semana Mundial do Meio Ambiente, quando a memória de seu pai é colocada em relevo, e destaca a filha como autorizada a representar o pai.

No site https://www.renatoroseno.com.br, o Deputado Estadual Renato Rosseno e sua equipe destacam o lugar do ambientalista:

> Zé Maria deveria estar inscrito no livro dos heróis do Brasil, na memória viva daqueles que tombaram pelo poder covarde, este que matou Zé Maria com 21 tiros. (...) O que

> nos alimenta não é a revolta, é o desejo de revolução. Zé Maria fez um ato radical de amor, e isso é revolucionário. Sejamos revolucionários! A revolução hoje será ecológica ou não será. (...) Estamos vivendo uma crise de civilização, um modelo civilizatório que está esgotado. Ou nós mudamos profundamente a sociedade ou sentiremos e padeceremos com os danos das mudanças climáticas, da fome, da ausência de água e de comida e da poluição. Esse modo de produção leva à destruição, à desterritorialização e ao fim das culturas. (...) Todos nós temos que colocar a pauta ambiental no centro das nossas agendas políticas. Não é possível falar de outra economia que não seja pautada na sustentabilidade ambiental. Temos que levar conosco essa compreensão de que nós somos natureza. As relações que devemos ter devem ser de igualdade e justiça. Por isso, é tão forte o conceito de justiça ambiental e racismo ambiental (Fala disponível em https://www.renatoroseno.com.br/noticias/semana-mundial-do-meio-ambiente. Acesso em 08 de julho de 2023, às 10:02h).

Legado político, assentado numa ideia de tradição: A filha pode decidir assumir o lugar político do pai como uma forma de dar continuidade ao trabalho que ele realizou e honrar seu legado. Ela pode compartilhar as mesmas convicções e objetivos políticos, buscando avançar nas mesmas causas que o pai defendeu.

Márcia Xavier, a filha pode ter desenvolvido habilidades e qualificações adequadas para ingressar na política e ocupar o lugar do pai. Isso pode incluir educação, experiência política anterior ou conhecimento sobre as questões e desafios envolvidos na área de atuação.

> (...) eu cresci vendo meu pai nessa luta. Ele sempre dizia: 'É uma briga de cachorro grande com cachorro vira-lata'. Eu sempre tive esse pensamento: não vai dar em nada porque são pessoas grandes que estão por trás [da execução dele]", disse, emocionada. (Entrevista de XAVIER, Márcia. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2019/07/e-briga-de-cachorro-grande-com-vira-lata-diz-filha-de-ambientalista-assassinado-por-lutar-contra-agrotoxicos/. Acesso em 28/07/2020, às 00:10h) (Grifos da matéria).

Quando preocupada com a integridade física de seu pai, Márcia Xavier inqueria Zé Maria do Tomé sobre os embates contra os agropecuaristas, fosse pelas questões das terras ou sobre o uso excessivo de agrotóxicos na Chapada do Apodi. Simbolicamente, o ativista se coloca, metaforicamente, enquanto um cachorro vira-lata, um homem do campo sem posses econômicas ou destaque político, no enfrentamento de poderosos, dos representantes do agronegócio e do grande capital.

Assumir o lugar político do pai pode vir acompanhado de desafios e expectativas adicionais. A filha pode enfrentar escrutínio público mais intenso, comparações com o pai e a necessidade de construir sua própria identidade política. Questão essa que não é exclusiva da experiência de Márcia Xavier, filha de Zé Maria do Tomé.

A exemplo disso, Elenira Mendes, filha do seringueiro e ambientalista Chico Mendes, dois dias antes do assassinato de seu pai, ouvi-o pedir que a garotinha de 4 anos se tornasse advogada para defender as pessoas da floresta, e trinta anos depois atua como advogada em defesa dos povos da floresta.[69]

À vista disso, dar continuidade às lutas dos pais, como Márcia Xavier e Elenira Mendes, é uma forma de ressignificar a permanência, assumir identidade(s) imbuídas de afetos e dores, bem como atualizar as demandas e as narrativas das histórias de vida de Zé Maria do Tomé e Chico Mendes, ainda em voga.

Além de dar continuidade às lutas iniciadas por Zé Maria do Tomé, os agrotóxicos e seus efeitos atravessam a vida de Márcia.

> Hoje, sou vítima três vezes dos agrotóxicos: primeiro, porque quando era criança tive problemas de pele (e foi por isso que seu pai começou a se interessar); segundo, porque meu pai foi morto por combater esses venenos; e terceiro porque minha filha tem puberdade precoce – com 1 ano e 3 meses, ela começou a desenvolver mamas por conta da contaminação de agrotóxicos", relata Márcia. (Disponível em: https://www.greenpeace.org/brasil/blog/previsao-do-tempo-sem-chuva-de-veneno/, Acesso em 23 de junho de 2023, às 17:59h).

Além de ter sofrido com o adoecimento de sua pele e a morte de seu pai, Márcia Xavier sofre pela terceira vez, com o adoecimento da filha, que logo muito pequena passa a sofrer com puberdade precoce. A história se repete? Márcia Xavier também é chamada a luta?

> O desempenho das mulheres no circuito das mobilizações por justiça social repõe, por outro lado, a possível articulação entre sentimentos produzidos no mundo privado e sua possibilidade de tradução em direitos sociais. Tudo se passa como se as mulheres fossem a categoria ideal para tornar possíveis os sentimentos de justiça através de ações cotidianas laboriosas (Barreira, 2001, p. 106).

Márcia Xavier e Zé Maria do Tomé são sujeitos complexos, atravessados por vivências e subjetividades. O adoecimento da filha, assim como seu pai, insere Márcia em outros lócus de denúncias e debates sobre os desdobramentos do uso do agrotóxico, como a puberdade precoce de meninas na Chapada do Apodi.

---

[69]VER;https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjhvKT1w9uBAxVOq5UCHbeiDxAQFnoECBoQAQ&url=https%3A%2F%2Fnoticias.uol.com.br%2Fmeio-ambiente%2Fultimas-noticias%2Fredacao%2F2018%2F12%2F22%2F30-anos-apos-morte-filha-cumpre-desejo-de-chico-mendes-e-termina-direito.htm&usg=AOvVaw1TQ1VxQp2Nm77PN40DxcBh&opi=89978449 . Acesso em 04 de outubro de 2023, às 01h18min.

Figura 21 - Antônia Márcia Xavier na audiência pública em Brasília.

Fonte: Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2019/07/e-briga-de-cachorro-grande-com-vira-lata-diz-filha-de-ambientalista-assassinado-por-lutar-contra-agrotoxicos/ Acesso em 28/07/2020, às 00:10h.

Um episódio de bastante repercussão nas mídias foi a audiência pública que tinha como enunciado a *Puberdade precoce em bebês, causada pela contaminação por agrotóxicos*, concretizada pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara, que contou com a presença da médica Ada Aguiar (professora e pesquisadora da Universidade Federal do Ceará – UFC), a qual, por meio de seus estudos, comprovou a relação direta entre o uso de agrotóxico na região da Chapada do Apodi (CE e RN) e os recorrentes casos de más-formações congênitas e puberdade precoce.

Figura 22 - Marcia Xavier, filha do líder assassinado José Maria do Tomé, acompanha com preocupação os problemas de saúde da filha, em 2018, com 5 anos, Waleska Santiago.

Fonte: Ana Aranha da Repórter Brasil.

A paisagem pouco se modificou desde 2010, quando Zé Maria do Tomé foi morto na mesma comunidade que residia. Contudo, na contradição ao barro vermelho, a filha e a neta do ambientalista vivenciam desdobramentos do uso que os agrotóxicos provocam, como a puberdade precoce das meninas da comunidade.

A filha de Márcia Xavier não era a única. Algumas mães da comunidade do Tomé e no Baixo Jaguaribe começam a perceber que o desenvolvimento de suas filhas não correspondia à idade biológica. Na matéria divulgada pelo site de notícias Uol, publicada em 19 de junho de 2018, com o depoimento da professora Antônia Luci Silva de Oliveira, moradora da comunidade do Tomé (CE), sobre o desenvolvimento atípico de sua filha com 1 e ano e seis meses, quando a mesma desenvolvia mamas já visíveis.

> A professora Antônia Luci Silva Oliveira resistiu em reconhecer que o corpo da filha não estava normal. Aos seis meses de idade, ela começou a notar o crescimento das mamas da menina. Com 1 ano e 6 meses, quando o desenvolvimento era " "avançado e inegável" aos olhos da mãe, um ultrassom diagnosticou telarca prematura, a primeira fase do desenvolvimento das mamas. “Para me acalmar, o médico disse que estava recebendo muitos casos como o dela da nossa região”, lembra Luci. O mesmo diagnóstico foi dado a pelo menos outras duas meninas da mesma comunidade, com cerca de 2.500 habitantes, no interior do Ceará. O povoado fica na Chapada do Apodi, onde aviões e tratores pulverizam agrotóxicos em plantações de banana, melão e outras frutas para exportação. Além das meninas com puberdade precoce, a mesma comunidade teve ainda oito registros de fetos com má-formação congênita, casos que foram relacionados à alta exposição dessas famílias ao agrotóxico (Disponível em: https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/06/19/pesquisa-aponta-que-agrotoxicos-sao-causa-de-puberdade-precoce-em-bebes.htm. Acesso em 23 de junho de 2023, às 17:56h).

Os casos de puberdade precoce não eram isolados, mas fazia parte de má formação que foi diagnosticada pelo grupo de pesquisadores médicos que compunham o TRAMAS, como é o caso da professora Dra. Ada Cristina Pontes Aguiar da Faculdade de Medicina da UFCA (Universidade Federal do Cariri).

Conforme a autora, podemos definir que a Puberdade Precoce se dá quando

> (...) ocorre uma aceleração no desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários, ocasionando um quadro patológico denominado puberdade precoce (PP). A puberdade precoce pode ser classificada, nas meninas, como heterossexual, nos casos em que se observa sinais de virilização, ou *isossexual*, nas situações em que os caracteres sexuais secundários femininos surgem antecipadamente. Alguns sinais são utilizados para observar o desenvolvimento esperado nas crianças ou alterações que sejam sugestivas de PP, entre eles destacam-se a menarca (o primeiro episódio de menstruação), a telarca (o aparecimento do broto mamário) e a pubarca (o surgimento de pelos pubianos) (Aguiar, 2017, p. 90).

Dessa forma, podemos compreender puberdade precoce, em linhas gerais, como a ocorrência de qualquer sinal de maturação sexual em idade cronológica antecipada.

Os estudos promovidos por Aguiar colocaram em relevo os efeitos químicos que os agrotóxicos provocam no organismo e no desenvolvimento físico e psíquico dos indivíduos em contato com as substâncias venenosas.

> **Resultados:** o estudo comprovou que existe uma exposição ambiental intensa das crianças e suas famílias aos agrotóxicos (atual e pregressa). Todos os genitores masculinos das crianças apresentam histórico de exposição ocupacional relevante aos agrotóxicos. As análises de organoclorados mostraram que, das 19 amostras coletadas, em 11 delas foram detectadas concentrações de organoclorados. As análises de metabólitos de piretróides mostraram que, das 17 amostras coletadas, em 7 delas foram detectados metabólitos de piretróides. Dentre os 7 domicílios nos quais foram coletadas amostras de água, em 6 deles detectou-se a presença de pelo menos 1 ingrediente ativo de agrotóxico. Ao realizar um cruzamento entre os ingredientes ativos de agrotóxicos registrados nas diversas etapas do estudo com a revisão de literatura sobre esses compostos, verificou-se que existem evidências científicas que corroboram as associações entre estes ingredientes ativos de agrotóxicos e os agravos investigados. **Considerações finais:** Pode-se afirmar que existem fortes evidências que nos levam a concluir que os casos de más-formações congênitas e puberdade precoce na comunidade de Tomé têm relação com a intensa exposição dessas crianças e suas famílias aos agrotóxicos na região (Aguiar, 2017, p. 7-8).

A comprovação científica dos estudos, como os desenvolvidos por Aguiar (2017) e pelo grupo TRAMAS, corroborou a divulgação social da situação vivenciada pelos moradores da Chapada do Apodi-CE.

A má-formação congênita não incidia apenas em corpos de meninas, ela passa a ser evidenciada em bebês. Como é o caso do filho de Maria, que nasceu sem os membros superiores e inferiores, sendo descoberto somente quando nasceu.

> Era a primeira gestação de Maria, aos 17 anos. Estava casada com seu companheiro há 4 anos, sempre foi saudável e nunca precisou fazer uso de medicamentos. Por escolha própria, não usava nenhum método contraceptivo, porque desejava engravidar. Finalmente, o sonho cultivado há tantos anos se realizou. No começo de 2014, Maria descobriu que estava grávida, mais precisamente com 12 semanas e 5 dias, de acordo com a primeira ultrassonografia realizada. Tamanha era a felicidade que não perdeu tempo, rapidamente procurou o posto de saúde da comunidade do Tomé para iniciar o acompanhamento pré-natal. Compareceu a todas as consultas regularmente, no total foram sete. Realizou todos os exames que os/as profissionais de saúde solicitaram e fez uso das medicações prescritas (sulfato ferroso e ácido fólico). A gestação transcorreu sem intercorrências, não sentia mal-estar ou dores, não teve infecções e todos os exames realizados foram normais, inclusive as três ultrassonografias obstétricas. Com tudo transcorrendo de forma tranquila, Maria passava os dias cuidando dos preparativos para receber o seu primeiro filho, tão desejado que já tinha até nome. As semanas passavam e a vontade de tê-lo em casa aumentava. Inicialmente pretendia que o parto fosse normal, mas o último exame de ultrassonografia mostrou que o rapaz estava em posição pélvica (sentadinho), impossibilitando essa via de parto. A família, ressabiada demais com as dificuldades do sistema público de saúde, fez um esforço para financiar uma cirurgia cesariana, no Hospital São Camilo, no município de Limoeiro do Norte (CE). Tudo pronto então para o nascimento do esperado rebento, no dia 20 de novembro de 2014, com aproximadamente 39 semanas e 5 dias, Maria foi à maternidade com o filho na barriga,

> nutrindo o desejo infinito de retornar ao Tomé com ele nos braços. De repente, o sonho vira pesadelo. Onde está a criança que deveria vir imediatamente aos braços de Maria quando nascesse para receber o calor e o afeto da mãe em sua primeira mamada? Ao contrário, o menino foi arrancado do seu útero para longe do seu aconchego. A criança não estava respirando bem, precisava de oxigênio. E, para espanto de todos/as, ele nasceu sem os antebraços e sem as pernas, com um tipo de má-formação congênita denominada focomelia. Poucas explicações são dadas àquela que durante tantos anos fantasiou esse momento, só conseguiu ver o filho rapidamente e logo lhe informaram que ele precisava ser transferido para um hospital em Fortaleza, o Albert Sabin, especializado em pediatria. Os braços de Maria ficaram vazios com os do filho. Não lhe explicaram nada. Ela ficou sem entender. Do entusiasmo na chegada à maternidade, só lhe restou um aperto no peito que lhe trazia uma vontade imensa de que a vida não fosse daquele jeito (Aguiar, 2017, p. 29-30).

O relato enternecedor do caso de Maria, escrito pela professora Ada Cristina Pontes Aguiar, que preservou a identidade real da mãe e da criança utilizando nomenclaturas fictícias, abre ao debate médico e social o fato de crianças nascerem com má-formação congênita na Chapada do Apodi-CE.

Nessa conjuntura, Márcia Xavier emerge como protagonista e interlocutora nos processos de luta contra os agrotóxicos e sob diversas bandeiras.

> A participação orgânica das mulheres na campanha contra a violência não leva a pensá-las como naturalmente voltadas para realizar disputas em torno dos direitos e denunciar práticas de corrupção. É importante atentar, em primeiro plano, para o modo como os sentimentos são referendados em papéis sociais, dando sentido a uma espécie de lógica capaz de transitar do pessoal ao genérico e universal. Nessa perspectiva, a condição de protagonistas não se separa da construção anterior de uma condição ou *habitus*, no sentido utilizado por Bourdieu, que atribui a determinadas personagens a função por excelência de exercício de rituais específicos. As mulheres, em tais circunstâncias, cumpririam o papel de protagonistas de ressentimentos oriundos de uma "consciência familiar" profundamente atingida (Barreira, 2001, p. 107).

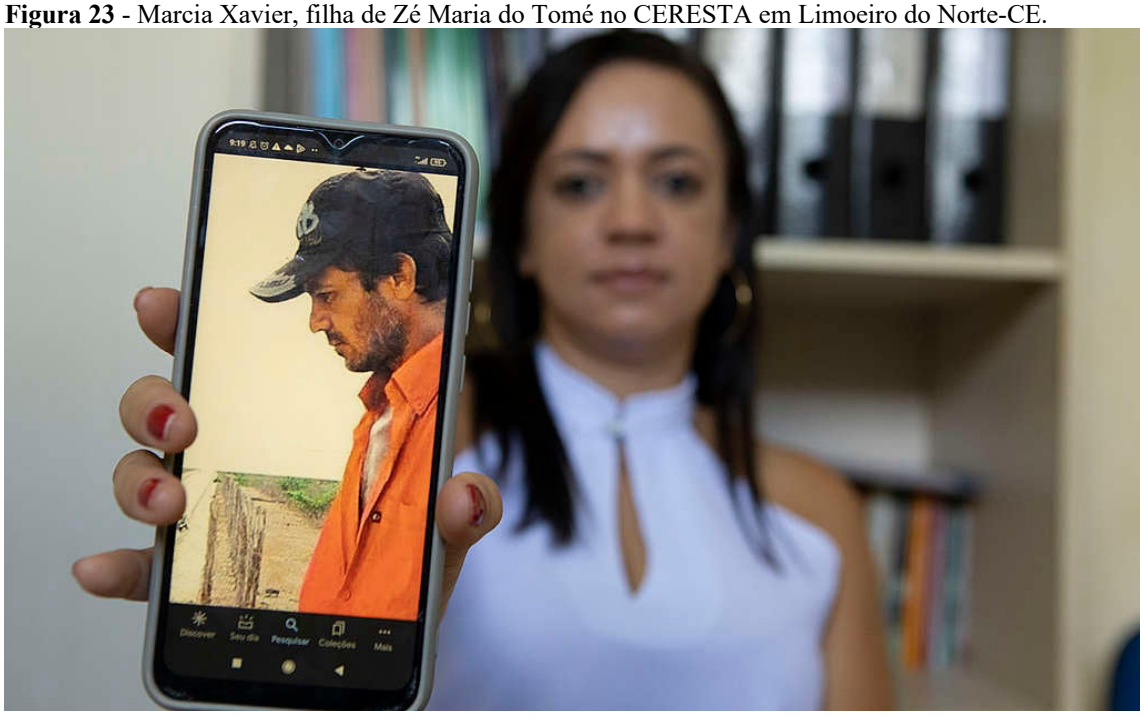
Assim como destaca a socióloga Irlys Alencar Firmo Barreira, a vivência como filha de Zé Maria do Tomé autoriza à Márcia, por meio de uma "consciência familiar", a função de liderança e interlocutora das bandeiras de luta iniciadas por seu pai.

Marcia Xavier atualmente desempenha a função de diretora do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e Ambiente (CERESTA[70]) de Limoeiro do Norte (CE), que consiste em um equipamento de unidade regional, especializado no atendimento à saúde do trabalhador e é ligado à Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST). O centro

[70] *Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – Cerest é um local de atendimento especializado em Saúde do Trabalhador. Além de atender diretamente o trabalhador, serve como uma fonte geradora de conhecimento, ou seja, tem condição de indicar se as doenças ou os sintomas das pessoas atendidas estão relacionados com as atividades que elas exercem, na região onde se encontram. Esses dados podem ser de extrema valia para as negociações feitas pelos sindicatos e também para a formulação de políticas públicas.* Ver em https://bvsms.saude.gov.br/centro-de-referencia-em-saude-do-trabalhador-cerest/.

objetiva promover a proteção e o reestabelecimento da saúde dos trabalhadores e, assim, investigar os dados epidemiológicos em parceria com a Vigilância Sanitária.

Figura 23 - Marcia Xavier, filha de Zé Maria do Tomé no CERESTA em Limoeiro do Norte-CE.



Fonte: Nilma Lage Greenpeace**.**

Na imagem acima, o enfoque na foto de Zé Maria do Tomé no celular segurado por Márcia Xavier, com sua imagem ao fundo desfocada, é simbólica na construção de seu lugar social como liderança e herdeira das lutas sociais.

Entretanto, o lugar de protagonismo nas lutas sociais iniciadas por seu pai não é natural. É uma construção que coloca a condição de filha como inerente a um papel autorizado e inquestionável, bem como na adesão positiva dos movimentos sociais.

> É o porte dessa legitimidade insuspeita que confere à filha um espaço de liderança, tanto alvo de possível revide como álibi protetor de uma atuação mais anônima de outros adeptos da família da vítima. Atribui-se, desse modo, à filha a expressão inquestionável dos sentimentos, sendo sua condição de orfandade a memória frequente do evento. Ela ocupa, nesse sentido, o lugar do grito, da "batalhadora incansável" que tomou para si o empenho fundamental de acionamento da Justiça: "Meu luto é minha luta" (Barreira, 2001, p. 108).

A condição desta declaração de perda advém, assim, da posição da filha como interlocutora legítima com todas as condições para a pronúncia das palavras que profere, dando sentido e efeito simbólico ao mundo das cerimônias.

> Na Chapada do Apodi, onde aviões e tratores pulverizam agrotóxicos em plantações de frutas para exportação. Márcia conta que, na comunidade, é impossível não se ter contato com nenhum tipo de substância tóxica. "Elas estão na água, no ar, no solo, nas frutas. Meu contato é indireto, pois não sou agricultora, sou psicóloga, mas tenho muito cuidado com a alimentação, principalmente por conta da minha filha. Evitamos ao máximo o consumo de frutas e verduras, pois a concentração de agrotóxico nelas é incalculável", alerta. Este ano, o governo do Ceará sancionou a lei Zé Maria do Tomé, que proíbe a pulverização aérea em todo o estado: "Essa lei é um marco histórico. Após a morte do papai, o problema ganhou visibilidade. Depois de falecido, ele ganhou voz. Como legado, ficou a sua coragem, bravura. Para nós, ele é eterno", enaltece a filha. (Disponível em: http://www.seceosc.com.br/includes/conteudoCkeditor.php?pagina=noticia&codigo=171. Acesso em 23 de julho de 2013, às 18:11h).

Márcia e a família de Zé Maria do Tomé reelaboraram os sentidos tensionados aos movimentos sociais após a morte do militante, quando passam a denominar *grande família* ou *família extensa*.[71] Ou seja, além da família, a filha pode encontrar apoio em uma rede de pessoas engajadas na luta social. Isso inclui amigos, colegas de ativismo, mentores ou grupos comunitários que compartilham os mesmos ideais e trabalham em conjunto para alcançar objetivos comuns.

A elaboração de um mártir da luta social é um processo complexo e multifacetado. Embora a família possa desempenhar um papel significativo, existem muitos outros fatores, como experiências pessoais, influências externas e eventos históricos, que também contribuem para a formação de um mártir da luta social.

A filha pode estabelecer conexões com outras organizações, a formação de parcerias estratégicas e o trabalho em rede para promover mudanças sociais. À medida que a Márcia Xavier se envolve na militância social, ela também reelabora seu lugar de interlocução e continuidade da militância de seu pai. É uma forma de não morrer.

3.2 Movimentos Sociais

Nos últimos 13 anos, as ações que permeiam a Semana Zé Maria do Tomé são atravessadas pelo grito "Companheiro Zé Maria, aqui estamos nós. Falando por você, já que calaram sua voz". O "nós" é um coletivo constituído após a morte do ambientalista, que reúne diversas frentes sob a nomenclatura Movimento 21 ou M21, nome alusivo ao dia 21 de abril, data do assassinato.

---

[71] No vídeo *Filha de Zé Maria do Tomé fala da memória do pai*, Márcia Xavier fala em entrevista ao professor João Rameres Régis sobre a memória do seu pai na Romaria Zé Maria do Tomé, no dia 21 de abril de 2022. Disponível em: https://youtu.be/2XQ2pMYAkCk. Acesso em 10 de julho de 2023, às 18:03h.

Ainda no dia de 21 de abril de 2010, os movimentos sociais emitem e assinam uma nota que repudia a ação de violência conferida contra Zé Maria do Tomé.

UM GRITO DE DENÚNCIA, UMA NOTA CONTRA A VIOLÊNCIA: JUSTIÇA AO COMPANHEIRO JOSÉ MARIA FILHO

Um crime provoca indignação e perplexidade: o assassinato de Zé Maria, 44 anos, ocorrido neste dia 21 de abril de 2010. Ele era presidente da Associação Comunitária São João do Tomé, presidente da Associação dos Desapropriados Trabalhadores Rurais Sem Terra – Chapada do Apodi, liderança do movimento social – filho da comunidade do Sítio Tomé - Limoeiro do Norte – CE. As razões do assassinato se encontram no bojo dos conflitos provocados pela presença do agrohidronegócio, instalado em meados da década de 1990 na região jaguaribana. Esses conflitos trouxeram uma realidade de profundas injustiças sociais para a nossa região. A comunidade de Tomé bem como outras que se localizam na Chapada do Apodi sofrem o descaso e o desrespeito dos órgãos públicos e a irresponsabilidade das grandes empresas que se fixaram na Chapada e que atentam contra o meio ambiente e a saúde da coletividade.

Desde o início, Zé Maria se envolveu nas diferentes lutas contra essas injustiças, estando presente no Grito dos Excluídos, no Fórum Regional e seminários contra os Agrotóxicos, discutindo a problemática do uso da água. Sua voz ecoou em todo o Vale do Jaguaribe através das emissoras de rádio denunciando as violações dos direitos humanos que vitimam as comunidades da Chapada do Apodi.

Sua solidariedade inconteste o impulsionava ao debate e a denúncia cotidiana. Assumindo a defesa dos interesses coletivos, o bravo companheiro levou a todos os locais e momentos significativos das lutas os problemas dos trabalhadores rurais sem terra da Chapada do Apodi, as angústias e incertezas de centenas de famílias que recebem água contaminada e os infortúnios de dezenas de famílias que moram em casa de taipa na Comunidade do Tomé.

Este envolvimento o fez vítima. Vítima de quem? De que? Vítima dos conflitos (terra, água, agrotóxico) gerados pelo modelo de desenvolvimento do agrohidronegócio e, também, da inoperância e da negligência dos poderes públicos em solucionar esses conflitos.

Nos capítulos de nossa história muitos foram os/as companheiros/as que tombaram vítimas da expansão do agronegócio, da ganância desenfreada dos senhores do capital e da virulência social dos poderosos. Dentre eles/elas podemos citar o ecossocialista Chico Mendes, Pe. Josimo defensor da reforma agrária, a sindicalista Margarida Alves e a missionária Ir. Dorothy Stang. Seja com o seu exemplo de vida, seja na forma como lhe ceifaram a vida, Zé Maria assemelha-se a todos/as eles/as. E assim como a luta e a memória dos bravos lutadores não foram apagadas com a violência perpetrada por seus assassinos, também não serão esquecidos os teus gritos contra o agrotóxico, a tua defesa pela vida. É na Campanha da Fraternidade deste ano de 2010 que nos inspiramos para continuar a defesa dos direitos humanos, atentando para o ensinamento de Jesus: Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro (Mt. 6, 24).

É com essa determinação que os movimentos e instituições que assinam esta nota vêm a público se solidarizar com a família do companheiro e com toda a Comunidade do Sítio Tomé, repudiar todas as formas de violência, exigir a apuração rigorosa do crime e a punição dos culpados.

Limoeiro do Norte, 21 de abril de 2010.

CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE
NÚCLEO TRAMAS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

> RENAPE – REDE NACIONAL DE ADVOGADO POPULAR
> MAB – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM
> CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – DIOCESE DE L. DO NORTE
> PASTORAIS SOCIAIS – DIOCESE DE LIMOEIRO DO NORTE
> MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA
> FAFIDAM – FACULDADE DE FILOSOFIA DOM AURELIANO MATOS[72]

No mesmo dia do assassinato, os movimentos acima citados se organizaram e iniciaram a luta que já se estende por treze anos, na luta contra a impunidade do assassinato de Zé Maria do Tomé. Sob as bandeiras de lutas elencadas por ele, emerge o M21, Movimento 21 de abril em alusão a sua morte.

O M21 surge no primeiro momento como uma reação ao medo sentido pelos diversos grupos.

> Quando o Zé Maria morre no dia 21 de abril de 2010 com vinte e cinco tiros pelas costas, nós em uma reuniãoaqui na FAFIDAM, aqui numa sala da FAFIDAM a gente ia programar uma reunião para fazer o lançamento do AUMANARC produzido pela doutora Raquel Rigotto, a gente teve um amplo debate dizendo que os vinte e cinco tiros pro Zé Maria tinham endereço, porque você não precisa da vinte e cinco tiros de pistola ponto quarenta numa pessoa, porque só um tiro estraga a pessoa, quando você dá vinte e cinco tiros você percebe que ou vai ser pra vinte e cinco instituições ou pra vinte e cinco pessoas. Na verdade o assassinato do Zé Maria a forma violenta e trágica que foi dada é, foi um aviso pra outras entidades, pra outros movimentos então nós percebemos que estava na hora da gente acabar com a birra com a política do umbigo de cada um fazer sua parte, ou a gente se unificava ou a gente ia ter também o mesmo fim do que foi oZé Maria. O Zé Maria, o fim do Zé Maria tem a ver pela solidão da luta dele. Todo mundo achava bonito, todo mundo achava, mas o Zé Maria ia pra justiça, o Zé Maria ia resolver era uma coisa muito pessoal, então foi uma pessoa muito frágil e muito visível pra se matar e como a elite do agronegócio resolve as coisas na bala mesmo, pra eles era muito fácil, eles achavam que matando Zé Maria matavam toda a luta, todo esse confronto com agronegócio confronto com o veneno né, e nós percebemos isso que se a gente ficasse só a gente ia ter o mesmo fim do ZéMaria. Então foi preciso essa unidade CARITAS, CSP com luta, FAFIDAM, tramas, UFC a gente fezesse movimento 21, a gente sentou, vamos se unificar nós temos divergências? Temos, nós temos pensamentos diferentes? Temos, mas o momento agora é esse, o que que nos unifica? Contra o veneno, contra os agrotóxicos contra essa forma de exploração e escravização das empresas, nós vamos ter que se unir (Entrevista Reginaldo Araújo, 2019).

O medo pairava, por compreender que a violência é uma mediadora das relações do campo brasileiro. Quando perguntada sobre o sentimento dos pesquisadores que estavam na Chapada do Apodi, a professora Raquel Rigotto discorre sobre o medo.

> Sentíamos. Principalmente depois do assassinato dele, a gente sentia sim. No começo nós tivemos uma relação com as empresas que foi até razoável, muita se apresentava como universidade mandava um ofício solicitando uma visita para fins de estudar o processo de trabalho na empresa no ponto de vista da saúde. E nós chegamos a

[72] Disponível em: https://cptnacional.org.br/quem-somos/12-noticias/conflitos/176-um-grito-de-denuncia-uma-nota-contra-a-violencia-justica-ao-companheiro-jose-maria-filho. Acesso em 06 de out de 2021, às 01h12min.

> conseguir realizar as visitas em três empresas e elas tinham sempre uma tese em comum para defender, parece que elas combinaram entre si e diziam para gente assim "vocês vieram bater na porta errada o problema do agrotóxico não é aqui conosco, nós temos os profissionais, nós temos os especialistas, nós seguimos as leis. Está tudo certinho conosco o problema com os venenos é dos pequenos produtores. Eles sempre tinham essa narrativa sempre que a gente chegava, mas logo que a gente fez o primeiro seminário aqui na FAFIDAM apresentando as primeiras questões que a pesquisa estava notando, porque a gente não queria esperar o final, o projeto era um trabalho de quatro anos a gente queria ir partilhando. Nesse momento a gente já tinha resultado de análises da água muito graves, né? Então quando a gente começou a falar em público e as empresas perceberam por onde ia a condução da pesquisa eles nos fecharam as portas e nós não podemos mais entrar. Tinha sempre esse clima e muita gente falava comigo, sabe, "não tem medo de morrer não" que é uma forma de ameaça também (Entrevista Raquel Rigotto, 2023).

A expressão do medo, que tem a exemplaridade do assassinato de Zé Maria do Tomé somada a outras experiências, impregna o imaginário social dos indivíduos que passam a temer uma ameaça real: as mortes no campo no Brasil.

O medo produz o sentimento de alerta e autopreservação. Assim, sob a lógica de sobrevivência, os movimentos e lutas se reúnem sob uma só frente, emerge o Movimento 21 de abril (M21), conforme explica o professor João Rameres Régis.

> Nós que somos de uma tradição, uma tradição fundada numa luta social e que tem em seu interior pastorais da própria igreja católica que se alimenta de uma **memória dos mártires,** aqueles que deram a vida em décadas passadas, na luta pela terra não aqui no Ceará, mas em todo o Brasil. Chico Mendes é um exemplo, irmã Dorothy é outro, padre Josino é outro. Então os mártires eles têm uma função muito importante enquanto memória para o fortalecimento de lutas, políticas e sociais quando se tem a presença de pastorais vinculado à igreja católica e isso é muito forte aqui na nossa região. Nós temos aí a participação da Cáritas Diocesana, da comissão pastoral da terra CPT que também está nesse grupo de lutadores. E aconteceu um fenômeno com a morte de Zé Maria que foi exatamente aquele que ocorre muitas vezes, colocados assim em imagens que são bastante fortes que diz que o sangue dessas pessoas eles alimentam mais ainda a luta. É claro que o assassinato do Zé Maria do Tomé no dia seguinte gerou uma incerteza, um medo que na verdade é possível que essa morte ela tenha ocorrido pra calar os movimentos. No entanto, foi a própria morte do Zé Maria que fortaleceu mais ainda a unidade desses grupos em luta, aqui na região do vale Jaguaribe. Já havia uma aproximação, mas depois da morte do Zé Maria esses movimentos em luta resolveram criar um tipo de movimento de luta que foi o movimento 21. Movimento 21 de abril. E movimento 21 de abril é referência a data de assassinato do Zé Maria. Então aquele medo inicial, ele foi sendo superado com trabalho dos lutadores, é evidente, não é natural, não é por acaso. A partir daí foram feitas muitas oficinas em escolas, encontros com a comunidade, trabalho de base dos grupos envolvidos com o movimento M21 que na minha avaliação tem um desdobramento muito importante que é a ocupação da terceira etapa do projeto irrigado Jaguaribe-Apodi, que resultou no acampamento Zé Maria do Tomé. Então as comunidades ali sobre a chapada do Apodi, ela passou da condição de medo pra condição de uma luta concreta. Então hoje é uma realidade, desde dois mil e quatorze, em cinco de maio de dois mil e quatorze. Então essas pessoas das comunidades da chapada, tanto Tomé quanto as comunidades vizinha, Lagoinha, Maracajá, Ipú e tantas outras comunidades aqui na chapada do Apodi. Então esses agricultores sentiram-se empoderados com esse trabalho ao ponto de fazer essa ocupação em dois mil e quatorze, de uma área que lá inicialmente no projeto já era prevista para os

> pequenos produtores e nunca foi resolvido esse problema. E estamos aí na luta com o acampamento na possibilidade de construir um assentamento irrigado no modelo de transição agroecológica, que seria se afastando da prática dos agrotóxicos e contrapondo-se ao modelo que existe, que é adotado pelas grandes empresas. Então a luta do Zé Maria, a morte dele, eu acho que não é preciso que alguém morra para potencializar uma luta, mas neste caso dá pra perceber uma relação quase direta da potencialidade que foi adquirida pelas comunidades em parceria com os lutadores em torno do nome das causas que o Zé Maria levantava. A partir de dois mil e onze, nós iniciamos, quando eu falo nós, os movimentos sociais e a universidade, pesquisadores das universidades tanto da UFC como aqui da FAFIDAM, parte do IFCE do Rio Grande do Norte, sindicatos rurais aqui do Ceará, mas também do Rio Grande do Norte lá de Apodi principalmente. Então nós a partir de dois mil e onze, nós passamos a realizar anualmente a semana Zé Maria do Tomé que congrega um conjunto de atividades acadêmicas e também políticas. Então são atividades que acontecem na universidade, que agrega os pesquisadores, tanto do TRAMAS, como no daqui, do grupo Na Terra que é um grupo de pesquisadores da UECE que envolve professores de Geografia lá do Itaperi, professores de Geografia aqui da FAFIDAM, História, educação do grupo Na Terra. Do MAIE, do mestrado acadêmico educação e ensino que tem uma linha de pesquisa sobre educação e movimentos sociais, laboratório da edição do campo aqui da FAFIDAM, então são atividades acadêmicas, mas atividades que acontecem também nas comunidades. Então a gente tem atividade de culminância do evento da romaria que é na chapada do Apodi, lá no Tomé, local onde houve o assassinato até o centro do Tomé. Geralmente uma missa, uma celebração, tem muitos padres lá da diocese de Limoeiro do Norte que vem pra essa concelebração. E atividades na Lagoinha, atividades em Tabuleiro, atividades em Iraponga, onde nós desenvolvemos através dessa rede um conjunto de lutas. No ano passado nós fizemos atividades no Iraponga, foi uma atividade vinculado à luta pela água, de acesso à água que eles desenvolveram lá na comunidade. Esse ano a gente vai ter uma atividade na EFA, na escola família agrícola, lá em Tabuleiro do Norte que também é coordenado pelo Thiago Valentim que também é membro da CPT e coordenador da EFA, Escola Família Agrícola um projeto muito interessante que funciona lá em olho d'água dos currais. Então vamos ter um conjunto de atividades não somente na universidade, mas também fora dela, a universidade se encontrando com essas experiências fora da própria universidade, que são também experiências onde nós estamos com nossos grupos de pesquisas de extensão. Mas respondendo assim de forma mais conclusiva a sua pergunta, a morte do Zé Maria do Tomé alimentou muito sonho, muita esperança aqui depois da morte dele. As denúncias continuam e os anúncios também, a gente não faz só denunciar. O acampamento é um exemplo de anúncio, da possibilidade de construir um outro modelo de produção diferente daquele que foi pensado pelo estado para desenvolvimento aqui na região (Entrevista João Rameres Régis, 2019).

A criação do M21 é um rito de passagem, é uma travessia, entre incertezas e crises, no interstício que os sujeitos reelaboram o seu lugar na sociedade (Gennep, 2011). Anterior ao M21, movimentos como: Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Movimento dos Atingidos Por Barragem (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Diocese de Limoeiro do Norte (CPT), Pastorais Sociais, passam a fazer frente ao modelo agro empresarial em tensão aos camponeses moradores da Chapada do Apodi.

Não obstante, a morte de Zé Maria do Tomé configura um axioma no amalgamento dos movimentos sociais, acadêmicos e religiosos. Para o ambientalista e militante Reginaldo Araújo,

> Quando o Zé Maria morre no dia 21 de abril de 2010 com vinte e cinco tiros pelas costas, nós em uma reuniãoaqui na FAFIDAM, aqui numa sala da FAFIDAM a gente ia programar uma reunião para fazer o lançamento do ALMANAQUE produzido pela doutora Raquel Rigotto, a gente teve um **amplo debate dizendo que os vinte e cinco tiros pro Zé Maria tinham endereço, porque você não precisa da vinte e cinco tiros de pistola ponto quarenta numa pessoa, porque só um tiro estraga a pessoa, quando você dá vinte e cinco tiros você percebe que ou vai ser pra vinte e cinco instituições ou pra vinte e cinco pessoas.** Na verdade o assassinato do Zé Maria a forma violentae trágica que foi dada é, foi um aviso pra outras entidades, pra outros movimentos então nós percebemos que estava na hora da gente acabar com a birra com a política do umbigo de cada um fazer sua parte, ou a gente se unificava ou a gente ia ter também o mesmo fim do que foi o Zé Maria. O Zé Maria, o **fim do Zé Maria tem a ver pela solidão da luta dele**. Todo mundo achava bonito, todo mundo achava, mas o Zé Maria ia pra justiça, o Zé Maria ia resolver era uma coisa muito pessoal, então foi uma pessoa muito frágil e muito visível pra se matar e como a elite do agronegócio resolve as coisas na bala mesmo, pra eles era muito fácil, eles achavam que matando Zé Maria matavam toda a luta, todo esse confronto com agronegócio confronto com o veneno né, e **nós percebemos isso que se a gente ficasse só a gente ia ter o mesmo fim do Zé Maria**. Então foi preciso essa unidade CARITAS, CSP com luta, FAFIDAM, tramas, UFC a gente fezesse movimento 21, a gente sentou, vamos se unificar nós temos divergências? Temos, nós temos pensamentos diferentes? Temos, mas o momento agora é esse, o que que nós unifica? Contra o veneno, contra os agrotóxicos contra essa forma de exploração e escravização das empresas, nós vamos ter que se unir (Entrevista com o militante e ambientalista Reginaldo Araújo) [Grifos da autora].

Dessa forma, a união dos movimentos compondo o M21 foi uma forma propiciar segurança aos militantes e trabalhadores agrícolas, numa tentativa de não personificar a luta em um ou mais indivíduos, mas criar a dimensão coletiva da luta.

Contudo, anterior a formação do M21, os movimentos sociais passam a fazer frentes às empresas do agronegócio e a denunciar as problemáticas da Chapada do Apodi. As primeiras denúncias sobre a contaminação por agrotóxicos ganham notoriedade midiática e social, a partir de 2006. Neste período, reportagens noticiaram o cotidiano de uma comunidade invadida pelo pó de enxofre, utilizado no processo de acidificação do solo para o plantio de abacaxi. Não obstante, diversas foram as denúncias sobre a comercialização e a venda irregular de agrotóxicos.

O sofrimento e morte no dia 28 de setembro de 2008 do agricultor José Valderi Rodrigues tomou grande repercussão nas mídias estaduais e locais. O homem que perdeu um a um os dedos do pé esquerdo, em um processo de gangrenamento dos membros, seguido pela amputação da perna e, alguns meses depois, veio a óbito.

O que antecede a morte do agricultor Vanderlei Matos da Silva em muito se assemelha com as histórias que Svetlana Aleksiévitch enuncia em Vozes de Chernobil, quando, após falha humana, ocorre o desastre nuclear de Chernobyl, em 1986. O acidente deixou mortos e um

catastrófico cenário dos efeitos da radiação, com altos índices de câncer, disfunções neuropsicológicas e mutações genéticas.

A história das viúvas inicia por Liudmila Ignátienko, que relata à Aleksiévitch, os últimos dias do seu esposo Vassilí Ignátienko, um dos primeiros bombeiros a chegar ao acidente.

> Fui com ele até o túmulo, embora me recorde não do ataúde, mas de um saco de polietileno. (…) Não calçaram sapatos, pois os pés estavam inchados. Eram bombas em vez de pés. (…) O corpo estava se desfazendo. Todo ele era uma chaga sanguinolenta. (…) No hospital, nos últimos dias, eu levantava a mão dele e os ossos se moviam, dançavam, se separavam da carne. Saíam pela boca pedacinhos do pulmão, do fígado. Ele se asfixiava com as próprias vísceras. Eu envolvia minha mão com gaze e a enfiava na boca dele para retirar tudo aquilo… É impossível contar isso! É impossível escrever sobre isso! E sobreviver… E tudo isso era tão querido… Tão meu*)* (Aleksiévitch, 1997).

Corpos que desmancham, memórias e imagens que ressoam nas histórias das viúvas de Chernobyl e das viúvas do veneno. O quão devastador o efeito dos agrotóxicos no organismo de um homem assemelhar-se-á à experiencia radioativa?

O agricultor Valderi morre sem assistência do Estado, com propensão a ser engolido pelo esquecimento.

> Valderi faleceu sem saber de uma solução judicial para o seu problema trabalhista. Em 2005, com menos de um mês de trabalho em uma fazenda produtora de banana para exportação, o agricultor, vestido de camisa, bermuda e chinelas, trabalhava no setor de aplicação de agrotóxicos. Na terceira semana, um ferimento apareceu no seu pé (Maria da Conceição e José Valderi Rodrigues expõem a doença na matéria Família sofre com contaminação por agrotóxico. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/familia-sofre-com-contaminacao-por-agrotoxico-1.641379. Acesso em 13 de julho de 2022, às 15:22h).

A matéria *Família sofre com contaminação por agrotóxico* foi uma produção de Melquiades Júnior, já apresentado anteriormente. Nela, há uma importante afirmação, *ele falece, mas o símbolo existe.*

> A assessoria jurídica do Movimento dos Sem-Terra (MST) acompanhava de perto o caso do agricultor morto no último fim de semana. "**Ele falece, mas o símbolo existe**. A gente via o sofrimento dele como uma forma de mostrar que a luta de denúncia de tudo o que ocorre com trabalhadores relacionado a agrotóxicos é urgente e necessária", afirmou o advogado Francisco Cláudio (Família sofre com contaminação por agrotóxico. Disponível em https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/familia-sofre-com-contaminacao-por-agrotoxico-1.641379. Acesso em 13 de julho de 2022, às 15:22h. Grifo da autora).

O advogado Francisco Cláudio destaca a morte do agricultor José Valderi Rodrigues como um *símbolo* para a organização da luta na Chapada do Apodi. Contudo, mesmo com a

publicização em torno da morte de JVR, não houve a emergência do agricultor como símbolo da luta contra o uso de agrotóxico.

As denúncias sobre as contaminações de agricultores na Chapada do Apodi ganham relevo na edição especial do Caderno Regional do Diário do Nordeste, publicado no dia 29 de abril de 2008, ao relatar as ocorrências de câncer em Limoeiro do Norte, até o ano anterior (2007), com um média alarmante de um caso de câncer para cada 300 habitantes. Estes dados froam obtidos pelo grupo de pesquisa TRAMAS, liderado pela professora Raquel Rigotto (UFC) com apoio do projeto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, através do lócus da saúde do trabalhador, passa a refletir sobre a realidade de adoecimento da Chapada do Apodi.

Não obstante, em março de 2010, três semanas que antecederam o assassinato de Zé Maria do Tomé, foi instituída um coletivo que objetivava criar uma comissão para debater os conflitos e os problemas relacionados à saúde do trabalhador agrícola, a contaminação do meio ambiente, além da expropriação e da concentração de terras na Chapada do Apodi.

Figura 24 - Reportagem do Diário do Nordeste que retrata a morte do agricultor Vanderlei

Da morte silenciosa aos gritos nas evidências e saudades de Vanderlei

Escrito por **Redação**, 00:30 / 20 de Abril de 2013.

Quando o marido morre, Gerlene precisa esquecer, mas as evidências no corpo não deixam

Limoeiro do Norte. Ressentir a dor talvez seja a comprovação de que ela nunca saiu dali. Como esquecer é ato vão, Gerlene Silva tenta superar a dor da perda de Vanderlei. Ela não acredita em superação, mas na possibilidade de conviver melhor com a dor da separação eterna. E a dor aumenta todas as vezes em que o filho, Davi, pergunta "cadê meu pai?".

Gerlene Silva tornou-se depressiva e evita falar com o filho sobre a morte do pai. Foto: Waleska Santiago

Fonte: Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/da-morte-silenciosa-aos-gritos-nas-evidencias-e-saudades-de-vanderlei-1.273660 . Acesso em 19 de abril de 2021, às 11h13min.

Em 2008, a morte do agricultor Vanderlei Matos da Silva tomou repercussão na mídia local e nacional, que destaca o sofrimento que o levou à óbito em razão de insuficiência renal

aguda, hemorragia digestiva alta e insuficiência hepática aguda. O agricultor trabalhou por três anos na Del Monte Fresch Produce Brasil LTDA, empresa produtora e comercial de frutas, como preparador de soluções para agrotóxicos.

> VMS era um jovem trabalhador agrícola, que, durante os últimos três anos de sua vida, trabalhou na empresa de fruticultura Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda., situada no Baixo Vale do rio Jaguaribe (municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré), no Ceará. Ele desenvolveu uma doença hepática que o levou ao óbito aos 31 anos de idade. O laudo emitido por pesquisadores da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC) apontou a 'hepatopatia grave de provável etiologia induzida por substâncias tóxicas' – agrotóxicos, no caso – como a causa mortis (Rigotto; Aguiar, 2017, p. 93).

A viúva Gerlene Silva narra o repentino adoecimento seguido pela morte de Vanderlei:

> Ele passou por dois hospitais e fazendo os exames os médicos concluíram que tinha sido por causa dos agrotóxicos. (...) Da época que ele descobriu a doença para ele falecer foi em torno de um mês mais ou menos. (...) Ele trazia o abacaxi para casa, mas não queria que a gente comesse porque sabia muito bem o que eles colocavam. (Gerlane Silva em Brasil de Fato. https://www.brasildefato.com.br/2019/08/22/mais-de-70-das-mortes-por-agrotoxicos-ocorrem-nas-regioes-sudeste-e-nordeste. Disponível em 08 de julho de 2023, às 17:55h).

Figura 25 - A viúva Gerlene acompanhada do filho do casal.

Fonte: Disponível em: http://www.tramas.ufc.br/?tag=ze-maria-do-tome.
Acesso em 19 de abril de 2021, às 11h50min.

A morte do agricultor Vanderlei da Silva por agrotóxicos só foi comprovada após a análise de uma junta de médicos e pesquisadores: Maria Terezinha, doutora em Doenças Infecciosas e Parasitárias pela Universidade de São Paulo (USP); Alberto Novaes, mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e José Milton de Castro Lima, Gastro-Hepatologista e doutor em Gastroenterologia pela Escola Paulista de Medicina;

os quais, após analises do quadro clínico de sua morte, diagnosticaram o óbito por hepatopatia grave induzida por substâncias tóxicas.

Conforme a professora e médica Raquel Rigotto,

> O Reginaldo nos falou que ele tinha um vizinho na Cidade Alta que estava com uma hepatite e que ele achava que não era hepatite, que era dos venenos porque ele trabalhava na Belmonte. E aí a gente se dispôs a investigar essa morte. Mas no momento, naquele momento, já tinha acontecido a morte. E aí a gente fez um trabalho de entrevista com um colega de trabalho do Vanderlei que também morava na Cidade Alta, conversando com ele por umas três horas. Porque aí é a parte que a gente chama na investigação de anamnese ocupacional, de caracterizar o trabalho, o que é feito, como é feito, onde é feito, quanto é feito, quais são os riscos, as medidas de proteção, etc. Então nós fizemos toda essa colheita de informações com o colega e depois recuperamos os prontuários dele, especialmente no hospital Walter Cantídio, que foi onde ele veio a óbito, foi a última internação. E aí a gente colheu as informações necessárias para elaborar um relatório do qual participaram um especialista gastroenterologista, especialista em hepatites virais, um profissional de saúde pública, eu como médico do trabalho e um clínico, se não me engano. Está me faltando a memória aqui. Mas acho que são esses os quatro autores. Fizemos um relatório de mais de setenta páginas. E esse relatório foi apresentado pelos movimentos sociais à justiça do trabalho no processo, né? E aí a Justiça do Trabalho julgou e reconheceu o nexo entre a patologia que era a hepatopatia tóxica por agrotóxicos e reconheceu o vínculo disso com o trabalho. O caminho foi um pouco esse, os movimentos tiveram essa sensibilidade de perceber que tinha coisa ali (Entrevista de Raquel Rigotto, 2023).

Diante do arcabouço empírico apresentado pela Universidade e pela perícia do Ministério Público sobre a compreensão da morte ter ocorrido pela exposição ao veneno, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) condenou, em segunda instância, reafirmando o primeiro entendimento, a multinacional Del Monte Fresh Produce[73] pelo óbito do trabalhador agrícola Vanderlei Matos da Silva, morto pela exposição crônica a agrotóxicos na Chapada do Apodi. Dessa forma, a empresa indenizou por danos morais e materiais e verbas trabalhistas a viúva de Vanderlei, Maria Gerlene Silva Matos. [74]

> (...) o óbito de VMS é um evento sentinela que demanda e orienta o desencadeamento de ações preventivas relevantes para um amplo conjunto de pessoas expostas aos agrotóxicos, objetiva-se, neste texto, aprofundar a leitura desse evento, no intuito de alargar a compreensão dos diferentes elementos envolvidos na produção social dessa

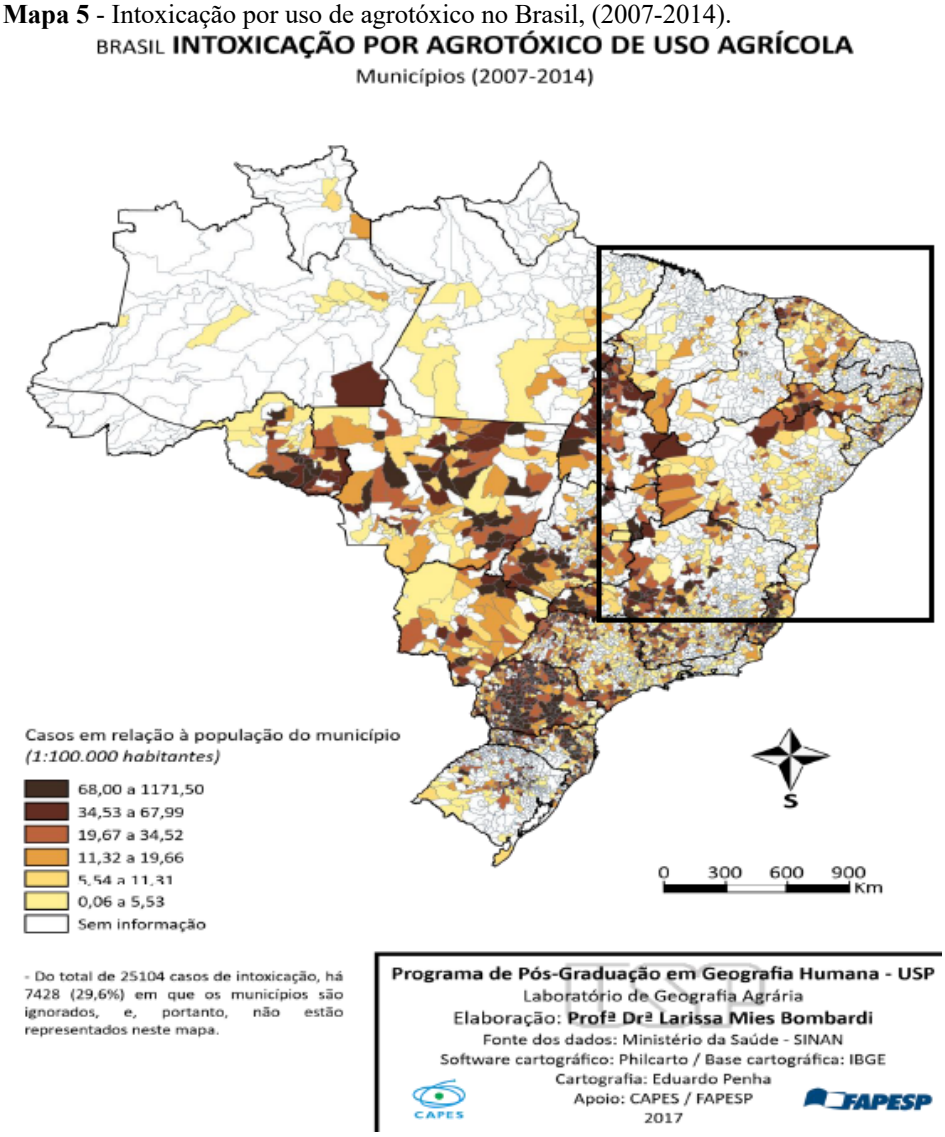
[73] *[...] iniciou sua produção em fins do século XIX na região da Califórnia (EUA). Atualmente, a matriz localiza-se em Miami, sendo um libanês o sócio majoritário. Sua atuação, com produção e sede estratégica, atende todos os continentes, atingindo cerca de 58 países. Iniciou sua produção no Brasil em fins da década de 1980 no Rio Grande do Norte e, em 2000 e 2001, duas áreas no Ceará: em Quixeré (melão) e Limoeiro do Norte (abacaxi). [...] Em fins do ano de 2008, a empresa [...] – considerada a terceira maior multinacional do mundo no ramo de frutas frescas, possuía no Ceará área de 4.860 ha., dos quais 1.620 ha improdutivos e o restante com a produção de abacaxi (1.780 ha.) servida com água do perímetro de irrigação pública e 1.460 ha. para a produção de melão e melancia, alimentados por 44 poços subterrâneos. No Rio Grande do Norte, produzia banana em 900 ha., tendo em torno de 1.100 ha. improdutiva* (FREITAS, 2010, p. 124)

[74] Processo nº AP-0128500-74.2009.5.07.0026, movido pela viúva do trabalhador, com apoio da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP) (Dr. Cláudio da Silva Filho e Dra. Patrícia de Oliveira Gomes)

> (e de outras) morte e de instigar o debate sobre as políticas públicas responsáveis por garantir o papel constitucional do Estado na proteção da saúde (Rigotto; Aguiar, 2017, p. 93).

Nos campos brasileiros, a necropolítica exerce poder nos dispositivos políticos e judiciários, no sentido que agem na flexibilização das leis ambientais, na expropriação das terras de camponeses, na liberação de uso e comercialização de agrotóxicos, na negação de direitos.

Mapa 5 - Intoxicação por uso de agrotóxico no Brasil, (2007-2014).



Fonte: (Bombardi, 2017); (Freitas, 2018, p. 126).

A invisibilidade da morte de agricultores por câncer e os altos índices de intoxicação por agrotóxicos fazem parte de um processo de invisibilização no qual essas vidas estão categorizadas como as que *devem morrer,* os que têm a vida negada ou exposta à morte.

> Dessa forma, 30,7% dos trabalhadores apresentavam quadro de provável intoxicação aguda por agrotóxicos. Para além disso, 23,1% do total de trabalhadores relataram três ou mais sintomas de efeitos agudos em pele e mucosas (provável intoxicação aguda); 5-19% apresentaram alterações hepáticas e 29% apresentaram alterações hematológicas (Maciel; Rigotto; Alves, 2011, p. 391-413).

A necropolítica, ou políticas de morte, também age de forma sutil, silenciosa e velada, impossibilitando a sobrevivência de camponeses, pois, vistos como inimigos, tornam-se alvos do sistema.

Outro episódio que atravessa a relação dos movimentos sociais e os trabalhadores da Chapada do Apodi foi a greve de 2008 contra a empresa Del Monte Fresh Produce, até então, a única greve na região de trabalhadores agrícolas contra empresa do agronegócio.

Figura 26 - Zé Maria do Tomé em entrevista à Flávio Costa, repórter e diretor da TV JAGUAR.

Fonte: Arquivo TV Jaguar (Diretora Rafaela Costa).

A greve antecede os eventos de resistências que ocorreram na região do Baixo Jaguaribe. O movimento paredista é precursor na construção coletiva de enfrentamento e denúncia das contradições do modelo de desenvolvimento neoliberal e agroempresarial em curso na região Jaguaribe-Apodi.

As motivações que levam os trabalhadores no enfrentamento à empresa denotam as condições degradantes de trabalho conferidas aos trabalhadores agrícolas na realização de suas atividades. Conforme apresenta o panfleto distribuído durante a greve:

> EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DENÚNCIAS ACERCA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS CAMPOS DA DEL MONTE NA CHAPADA DO APODI
> Nós trabalhadores da Del Monte relatamos a situação abaixo:
> 1. Os "refeitórios" comportam no máximo 20 pessoas, sendo que alguns não têm bebedouros;
> 2. Há bebedouros sem filtros, com tampa aberta, exposto ao veneno;
> Obs:. Os filtros não são trocados de acordo com as normas.
> 3. Os banheiros não têm higienização: não são lavados, não há água e não há produto de higienização para as mãos; Há registro de vários casos de reutilização de EPI's (Equipamento de Proteção Individual);
> 5. A orientação é que os equipamentos entregues aos trabalhadores (botas, máscaras, luvas, protetor auricular, garrafa etc,) devem durar um ano. No caso do material ficar impossibilitado para uso, o trabalhador é quem paga (desconto em folha);
> 6. A falta de manutenção das máquinas (ausência de lâmpadas) pode resultar em acidente, pondo em risco o trabalhador;
> 7. No caso de falta, o trabalhador é punido severamente: quando chega a 3 faltas recebe uma suspensão e com 3 suspensões o trabalhador é demitido por justa causa.
> Obs:. 1 Às vezes com apenas 1 ou 2 faltas o trabalhador, sem receber qualquer advertência oral ou escrita, é suspenso;
> Obs:. 2 Com a falta se perde a quinzena e desconta várias vezes (na quinzena, nas férias e nas contas);
> 8. Quanto aos atestados: Há um estranho comportamento padrão entre os médicos do serviço público: quando eles averiguam que o paciente é trabalhador da Del Monte não querem emitir atestado;
> 9. O atendimento médico na empresa é deficiente. São apenas 8 fichas e a prioridade é para os demitidos e admitidos. Quando o trabalhador encontra-se doente e não há vaga para atendimento na empresa, ele é mandado embora para procurar outro serviço de saúde. Ocorre que o trabalhador não recebe assistência da empresa para deslocar-se e como é proibido de pegar carona, fica aguardando embaixo das árvores até a hora do ônibus retornar. Grave também é o fato que esse dia o trabalhador já perdeu, pois ao procurar outro serviço médico no dia seguinte, o atestado não é emitido com data retroativa, ficando, portanto, o trabalhador no prejuízo.
> 10. Pulverização: ocorre fora dos padrões e normas técnicas apresentadas pelo fabricante do produto.
> Obs: 1 a aplicação do veneno com o "spray boom" é realizada com a presença de trabalhadores no campo. Há rótulos de veneno que estabelecem um período de até 15 dias de afastamento do local onde foi aplicado.
> Obs: 2 Há um contato direto dos trabalhadores com o veneno (especialmente os trabalhadores da arranca de muda, plantio, chapeamento e outros). Muitas vezes as mudas ainda estão respingando veneno e os trabalhadores têm que realizar a manipulação.
> Obs: 3 Quando ocorre a retirada do veneno das fossas químicas o mesmo é jogado nas ruas da fazenda da Del Monte;
> Obs: 4 Os tratores da aplicação ficam estacionados próximo aos refeitórios;
> Obs: 5 Próximo ao refeitório ficam também sacos de enxofre;
> 11. Alimentação:
> Não há horário para o café da manhã e como os trabalhadores saem de casa nas primeiras horas da madrugada têm que esperar até as 11 horas para realizar a primeira refeição;
> A alimentação é preparada em casa, ainda na noite anterior ou no início da madrugada. Em razão do longo período para o almoço e devido a exposição das marmitas ao sol, muitas vezes a comida estraga e o trabalhador não fica com fome porque os companheiros repartem entre si. (Transcrição de panfleto divulgado pelos trabalhadores em greve, acervo de pesquisa) (Rigotto, 2011, p. 104-105).

Os trabalhadores denunciam pautas que remontam a uma agenda de demandas insalubres do século XIX. Ainda em 2003 era (e continua sendo) necessário reivindicar

refeitório, bebedouro, banheiros, orientações sobre usos dos EPIs (Equipamento de Proteção Individual) da empresa, atendimento médico, entre outras. O panfleto coloca em relevo uma tendência de trabalho no campo com a expansão dos boias-frias na região do Vale do Jaguaribe.

Conforme a geógrafa Bernadete Coelho (2010),

> Em virtude da precarização, após oito anos de funcionamento da empresa no Ceará, em agosto de 2008, os trabalhadores declararam greve, solicitando melhores condições de trabalho. Suas reivindicações se limitaram à seguinte pauta: ampliação dos refeitórios, cesta alimentar e almoço, já que trazem a alimentação de suas residências, típico de boia-fria. A greve é o símbolo do conflito dos trabalhadores com a empresa (Coelho, 2010, p. 127).

Anterior ao movimento grevista, no dia 8 de março de 2007, houve uma ação constituída por mulheres/esposas dos trabalhadores no enfrentamento. Inseridos em uma lógica patriarcal, as empresas agrícolas empregavam uma grande maioria de homens nas atividades do campo, enquanto as mulheres ficavam com as atividades domésticas. Contudo, essas mulheres são encarregadas de cuidarem homens adoecidos pelo uso do agrotóxico e, não somente, recebem alcunha de viúvas do veneno.

> Apesar de se tratar de uma multinacional que se desmembrou e expandiu-se mundialmente, a organização do processo de trabalho e de produção espelha se na concepção taylorista/fordista, permitindo assim o uso de mão de obra barata, mesmo em trabalho complexo. Isso é notório na área de empacotamento; no campo, onde o trabalhador (que é um operário) é supervisionado por um "técnico de segurança" (que na verdade funciona como um "capataz"); e, no setor gerencial da empresa. A forma mecânica e rígida da divisão das tarefas, a presença da esteira no processo produtivo, a hierarquia das funções, as crises e os conflitos que levam à greve dos trabalhadores são exemplos desse modelo.
> A única flexibilidade ocorre em relação àqueles trabalhadores que produzem por "meta" previamente estabelecida, em setor específico. A jornada de trabalho é de oito horas, mas, caso o trabalhador cumpra sua meta diária, poderá ser liberado mais cedo do trabalho. Para isso, um ônibus realiza o translado desses trabalhadores, em horário diferenciado (Coelho, 2010, p. 125).

Figura 27 - Ocupação, pelas Mulheres, da Estrada do Agronegócio, em 8 de março de 2007.

Fonte: (Rigotto, 2010, p. 495).

A greve funciona como estopim de um longo processo de exploração e opressão dos trabalhadores que remonta à implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA).

Figura 28 - Greve na empresa Del Monte (agosto de 2008).

Fonte: (Tobias Schmitt, 2008); (Coelho, 2010).

A greve na Chapada do Apodi durou cerca de dez dias, de maneira estratégica, nos setores da colheita e da empacotadeira, como forma de chamar a atenção da empresa ao movimento, pois esses setores são eixos centrais no funcionamento. O ato grevista movimentou a comunidade e recebeu o apoio da população da Chapada do Apodi e dos movimentos Cáritas

Diocesana, MST, professores e estudantes do Baixo Jaguaribe. Porém, as lideranças políticas locais, o sindicato dos trabalhadores e a polícia militar interferiram na greve dos trabalhadores agrícolas.

A greve foi finalizada com a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), com a exigência do retorno imediato dos trabalhados para suas funções na empresa agrícola.

> O Tribunal Regional do Trabalho apresentou solução para o impasse provocado pela greve de trabalhadores. Após 10 dias de greve e só com decisão judicial, trabalhadores rurais da empresa Del Monte Fresh Produce, multinacional agrícola instalada na Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte, retomaram desde ontem as atividades, conforme exigiu em despacho o desembargador José Antônio Parente da Silva, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. Em contrapartida, o mesmo tribunal exige que a empresa forneça cesta básica aos trabalhadores, a principal reivindicação do movimento grevista. A decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) pela retomada das atividades na Delmonte foi assinada no último dia 12, mas apenas ontem todas as partes envolvidas tomaram nota do documento. O desembargador José Antônio Parente da Silva exigiu que os trabalhadores da Del Monte voltem "imediatamente" aos postos de trabalho, e que a empresa fica "obrigada a fornecer a cesta básica, sem prejuízo da concessão de outros benefícios, sob pena de multa de R$ 500,00, por trabalhador com frequência regular que não receba o benefício". Por outro lado, para que tenham o direito de receber a cesta, os trabalhadores não podem faltar mais que dois dias "sem justificativa" (Disponível em http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=563943. Acesso em 15 setembro de 2021) (Rigotto, 2011, p. 517).

A conclusão da greve emitida pelo TRT teve como ganho das solicitações requeridas pelos trabalhadores a aquisição de uma cesta básica, no valor de R$ 500,00, condicionada a frequência regular do trabalhador na empresa. Todavia, os trabalhadores relatavam a péssima qualidade dos produtos que compunham a cesta, enfatizada como *cachorro apanhava e não comia!*

Para além disso, o processo de modernização do campo e o consumo intensivo de agrotóxicos têm como efeito na saúde dos trabalhadores o aparecimento de doenças crônicas, as quais podem acometer o sistema nervoso, tendo como efeitos sintomáticos alterações neurocomportamentais, asmas a fibroses pulmonares, além de hepatopatias tóxicas (Faria; Fassa; Facchini, 2007; Meyer; Sarcinelli; Abreu-Vilaça; Moreira, 2003).

Os camponeses e camponesas sofreram fortes tensões com o Agronegócio, na usurpação de sua identidade de ligação e pertencimento à terra, na lógica de trabalho ligado ao tempo da natureza e às culturas de produção da terra e com a nova experiência de adoecimento na modificação dos modos de acesso à terra e à água, bases do seu modo de viver e produzir.

A expropriação, o adoecimento, as mudanças do Mundo do Trabalho e no cotidiano provocaram estranhamentos e transformações na elaboração das demandas e lutas. No dia 29

de abril de 2008, há uma edição especial do Caderno Regional do Diário do Nordeste com o título “Agrotóxico é usado de forma indiscriminada no Ceará”.

Figura 29 - Fac-Símile de reportagem exclusiva sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos na Chapada do Apodi. (Diário do Nordeste, Caderno Regional / Publicação: Terça-feira, 29 de abril de 2008).

REGIONAL

Diário do Nordeste

CONTAMINAÇÃO DE ALIMENTOS

Agrotóxico é usado de forma indiscriminada no Ceará

Fonte: Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/agrotoxico-e-usado-de-forma-indiscriminada-no-ceara-1.724692. Acesso em 08 de julho de 2023, às 17:07h.

Esta é uma carta escrita a quatro mãos: Maria Ivaldene Saraiva da Silva, Maria Aparecida de Sousa Correia, Damião de Lima e Maria do Socorro Guimarães de Oliveira. Agricultores que faziam parte da Associação de moradores da Chapada do Apodi da qual Zé Maria do Tomé fazia parte. Na carta, relatam e denunciam a nova realidade.

Carta da Chapada do Apodi/CE

As famílias viviam em suas residências onde também existiam pedaços de terras que eles plantavam milho, feijão, algodão, batata, jerimum e etc durante o inverno, e criavam porcos, galinhas, boi, cabras e etc.
Viviam com mais tranquilidade porque eles moravam em locais com menos casas, menos pessoas e viviam como uma grande família ajudando uns aos outros e tinha menos violência.
Vimos que com os projetos de irrigações trouxe coisas positivas e também negativas. Emprego podemos dizer que é uma coisa positiva na visão dos que são empregados, pois eles se sentem realizados com o salário para manter suas famílias, pois não imaginam o futuro e só no presente. mas o impacto maior refere-se ao meio ambiente pois existem mais poluição por isso nos levam a um futuro incerto, principalmente deixando com problemas na saúde levando o óbito. Outro maior problema é a má distribuição de terras, porque a terra só fica mais para os grandes empresários onde eles ofertam mais empregos sem respeitar o trabalho com equipamento de segurança de trabalho, assim polui mais rapidamente, sem pensar no ser humano, pois eles só pensam em lucros.
As resistências das famílias de nossas comunidades, muitas vezes é pouca de forma tímida, porque muitos são funcionários das empresas e por isso eles sentem um grande temor e não participam com medo de perder o emprego e só existem resistências em alguns trabalhadores, devido os movimentos sociais que acontecem nas comunidades com o apoio de algumas Instituições e associações que existe em quase todas as comunidades.
Existem muitas demandas de políticas públicas. Terra para todos os pequenos produtores para agricultura familiar, ambiente sem aceitar poluição, produtos produzidos de forma orgânica, moradia digna para os seus moradores, saúde, a falta diariamente no posto de saúde da comunidade de carnaúbas com um técnico de enfermagem que antes atuava, a falta de aparelhos que antes existia no posto. Ex. esterilizador, geladeira, termômetro, aparelhos de verificar a pressão arterial e de Aerosol, cama de fazer exame de prevenção e a falta de medicamento nos postos, a demora para fazer exames e é apenas um médico para atender 06 comunidades e dá 01 dia de plantão no Hospital do município de Quixeré, onde a comunidade fica com a necessidade de médico nos postos locais.
A energia em grande parte das casas das comunidades veio através de projetos das associações comunitárias e outros pelos orgãos gonvernamentais e hoje em dia ainda existe a falta de iluminação pública em algumas ruas das comunidades.
A água de nossas comunidades é abastecida pelo SAAE de Limoeiro do Norte. Não é uma água de boa qualidade porque vem a céu aberto, sendo contaminada pelos Agrotóxicos e algumas famílias possui cisternas de placas, que utilizam para cozinhar e beber e outros compram água para beber.
Mais vale ressaltar que estas demandas são colocadas pelas comunidades e movimentos porque os políticos, só pensam em serem eleitos e depois são contra a população.
Atenciosamente,
Comunidades da Chapada do Apodi.

Disponível em: https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/vozes-dos-territorios/carta-da-chapada-do-apodi/.

A expansão do Agronegócio e o inconsequente uso de agrotóxicos modificaram a estrutura do cotidiano dos camponeses com o ambiente, a saúde do corpo e o mundo do trabalho. Assim, o enfrentamento da modernização do campo pelo Capitalismo liderada pela

burguesia agrária foi vivenciado a duras perdas pelos camponeses, que sofrem, sangram e morrem.

A morte de Zé Maria do Tomé em 21 de abril de 2010 fortaleceu e reconfigurou os Movimentos Sociais na forma e na rota. Alguns eventos corroboraram para que os movimentos se reorganizassem em torno da ideia do que Zé Maria do Tomé e sua morte pudessem representar. Entre eles, a revogação da Lei contra a pulverização aérea que aconteceu no município de Limoeiro do Norte, com aproximadamente um mês após a morte do ambientalista, incidiu sobre os movimentos como uma significativa derrota das lutas até ali contra o agronegócio na região do Baixo Jaguaribe.

Contudo, a revogação foi antecedida pela mobilização que se iniciou em frente à Câmara dos vereadores do município de Limoeiro do Norte, com um acampamento seguido por gritos de ordem e justiça, faixas, panfletos. Naquele momento, surge a reinvindicação dos militantes e sociedade para que fosse renomeada a Lei Nº 1478/2009 - a qual proibia a pulverização aérea - como Lei Zé Maria do Tomé, além de agir sobre a tensão entre revogar ou não a lei.

Outro espaço de mobilização foi a Audiência Pública que contava com movimentos sociais, universidades e pesquisadores, políticos, agentes do judiciário, entre outros atores sociais, os quais iniciaram um intenso debate sobre a viabilidade ou não da proibição da pulverização aérea na Chapada do Apodi e, assim, a lesão da produção agrícola e como esses prejuízos insidiariam na empregabilidade das empresas.

Numa coesa mobilização, após a Audiência Pública, foi construído um abaixo assinado que continha 1700 assinaturas coletadas em cinco dias, com forte atuação dos estudantes, validadas com qualquer documento de identificação, objetivando contrariar a revogação da Lei Zé Maria do Tomé.

No entanto, a Câmara de Vereadores de Limoeiro decidiu pela revogação da Lei Nº 1478/2009, em um empate de votos, com quatro votos contra e quatro votos a favor da revogação da Lei, momento em que o presidente da Câmara deu o voto de minerva que levou a revogação da Lei que proibia a pulverização aérea no município de Limoeiro do Norte-CE.

Até aquele momento, havia um acúmulo de experiências, de relações, de debates, de lutas, de estudos e dados sobre os efeitos do uso dos agrotóxicos e da pulverização aérea e, com isso, a mobilização tinha um mote e diversos interlocutores.

No processo de politização e unificação do movimento, emerge o 21 de abril como um elemento simbólico e mobilizador em torno do assassinato de Zé Maria do Tomé, ambientalista e liderança da Chapada do Apodi, que tem sua morte ligada às lutas traçadas em sua trajetória.

O luto da morte de Zé Maria do Tomé e a luta pela resolução do assassinato corrobora a aglutinação das agendas sob a bandeira de Zé Maria do Tomé, signo central do M21.

> O Movimento 21 — dessa forma denominado por conta da data do assassinato de Zé Maria do Tomé, em 21 de abril de 2010 — é a articulação de movimentos sociais, entidades, instituições e pessoas na promoção e defesa dos direitos socioambientais da Chapada do Apodi e do Baixo Jaguaribe. Se bem quisermos, este Movimento não se inicia nesse abril de 2010 nem se conforma a ser tão somente uma lembrança dessa triste data: ele é a confluência de uma longa história de luta, que desde a Guerra dos Bárbaros marca a região e seus vários territórios. Atualmente, o M21 conta com a participação do MST, da Fafidam/UECE, do Núcleo Tramas da UFC, da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Central Sindical CSP - CONLUTAS, Comissão Pastoral da Terra – CPT-CE, e de pessoas que vão se agregando à luta. De um ponto de vista ampliado, esse movimento trava uma luta que vai para além da Chapada e do Baixo Jaguaribe. A resistência que ele expressa traduz a afirmação de que não basta atestar os impactos causados pelo agronegócio na região: é preciso agir! (Almanaque do Baixo Jaguaribe ou tramas para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade. Núcleo Tramas. Fortaleza: 2012, p. 152).

O M21, através do seu referencial de luta, congrega a frente social, educacional e religiosa que confere mais camadas de sentido ao movimento, cuja premissa é o enfrentamento das problemáticas do campo da Chapada do Apodi, que pode ser compreendida como um lócus em escala micro do que é vivenciado nos campos do Brasil, onde, desde a Ditadura Militar, iniciam-se os enfrentamentos da dita modernidade.

> Os movimentos sociais na região do Jaguaribe têm desencadeado diversas ações de enfrentamentos e denúncias sobre o enclave das empresas e as diferentes formas de violência do agronegócio, que tem afetado as famílias e o meio ambiente: da grilagem de terras à imposição de uso de venenos; de expulsão de famílias para cidade ao desaparecimento de comunidades; da utilização de infraestrutura pública para interesses empresariais à total falta de acompanhamento, por parte do Estado, dos riscos desse modelo de desenvolvimento; das incertezas sobre o futuro em relação ao trabalho, à saúde e ao meio ambiente, ao assassinato de trabalhadores. Essas são algumas das grandes motivações dos movimentos sociais para desencadearam lutas de pressão social e de alerta à sociedade dos conflitos impostos pelo agronegócio.”
> (Texto retirado de *Com a palavra, os que lutam*: os movimentos de resistência das comunidades do Baixo Jaguaribe em defesa da terra, do trabalho e de modos de vida, de Lara de Queiroz Viana Braga, Maria de Lourdes Vicente da Silva e Maria da Paz Feitosa. In *Agrotóxicos, trabalho e saúde*: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE, 2011).

Desse modo, podemos perceber que a militância social dos sujeitos que compõem a Universidade (professores, alunos e pesquisadores) e a militância religiosa, por meio Comissão Pastoral da Terra (CPT) vinculada Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), nasceu

na Igreja Católica nos idos de 1975, como forma de garantir, em caráter pastoral, outro modelo de sociedade, que seja sustentável.

Por conseguinte, o M21 não pode ser compreendido como um movimento social em termos clássicos, situado numa conceituação marxista, já que podemos compreendê-lo como um coletivo construído por diversos interlocutores que configuram as lutas da Chapada do Apodi, em um modelo de rede, no qual os sujeitos desempenham funções e trabalhos distintos e coordenados.

Além dos atores sociais citados, junto ao M21, os atores políticos somam às lutas elencadas pelo movimento na Chapada do Apodi. Entre tantos, podemos destacar políticos que, em suas agendas, o direito ambiental é um dos motes da ação política, como João Alfredo (PSOL – CE) e, em especial, Renato Rosseno (PSOL – CE), autor da Lei Estadual nº 16.820, que recebeu o nome de Zé Maria do Tomé.

E, assim, após conversar com a assessoria, no dia 29 de março de 2023, uma quarta feira, próximo ao meio-dia, fui à ALECE (Assembleia Legislativa do Estado do Ceará) conversar com o Deputado Estadual Renato Rosseno, que me recebeu em seu gabinete, em meio a votações que estavam acontecendo na Assembleia.

Em meio aos compromissos e às votações acontecendo, de forma gentil, o Deputado Estadual Renato Rosseno concedeu uma entrevista sobre a elaboração da Estadual nº 16.820, suas nuances e tensões. Durante a conversa, Rosseno destaca o papel essencial do Movimento 21 de Abril, expressando que o M21 *é talvez a síntese desse pensamento crítico no entorno da bandeira de justiça*, pois produziu uma experiência distinta em relação aos Movimentos Sociais, no sentido de que as narrativas passam a ser reelaboradas pelos três locus: o social, o educacional/científico e o religioso/missionário,

> (...) pesquisadores, universidade, com destaque pra FAFIDAM, movimento do campo, movimento da cidade. Ou seja, de fato, o M21 é uma experiencia muito interessante. Porque ele compreende, ele compreende, olha houve aqui um processo de uma ascensão de uma liderança num contexto socioeconômico, essa liderança foi executada nesse contexto socioeconômico e agora você tem, essa, digamos assim, a consequência da luta por justiça (Entrevista com o Deputado Estadual Renato Rosseno, 2023).

Conforme o parlamentar, o novo modelo de movimento do M21 propiciou algo inédito, que foi a aprovação da Lei Estadual nº 16.820, mas conhecida como Lei Zé Maria do Tomé, a qual proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos nas lavouras do estado do Ceará.

> (...) a justiça passa a ser, é que assim no caso do Ceará, diferentemente de Pernambuco, por exemplo, em que a luta da violência no campo ela está muito mais sólida. No Ceará, a morte de um camponês ela dispara também, digamos assim, um conjunto de variáveis. Que elas são variáveis que em outros estados elas já foram muito colocadas. Primeiro como as oligarquias agrarias elas são violentas, ou seja, os proprietários agrários eles podem utilizar de todos os instrumentos institucionais que eles têm, mas mesmo assim eles utilizam da violência. Ou seja, eu tenho um grito que se fala muito da romaria, eu também sou autor da Lei da Romaria que é da que coloca a romaria no calendário oficial, na semana do Zé Maria do Tomé: Zé Maria, aqui estamos nós falando por você, porque quiseram calar sua voz. Eu acho que essa ideia de que a violência cala o outro, ela está atavicamente vinculada a formação da classe proprietária cearense, muito atávico, muito profundo. Acho que o sentimento de busca por justiça, é o sentimento de busca de transformação das relações sociais no campo. Acho que essa é a questão, por isso digo assim. Quando a gente fala pulverização, ela é a expressão de um pacote tecnólogo, que por sua vez é a expressão de um modelo, esse encadeamento mais global, totalizante, é que ele não pode ser perdido. A pulverização, ela é um pacote, o pacote é fruto do modelo, isso pra nós é muito importante ressaltar porque o modelo persiste, o modelo persiste, ele é hidro intensivo ele consome muita água, ele é orientado a exportação para os grandes centros consumidores da Europa Central e da América do Norte, ele é injusto do ponto de vista ambiental, ele é injusto do ponto de vista social e ele é insustentável do porto de vista ecológico. Então assim, acho que o M21, ele é talvez a síntese desse pensamento crítico no entorno da bandeira de justiça. Então assim, claro, é sua única bandeira? Vamos pensar o seguinte se houvesse o júri e os mandantes por ventura, que não foram condenados, o M21 manteria, na minha avaliação, a sua razão de existir. Por quê? porque seria a crítica ao modelo, a esse modelo que traz esse pacote tecnológico (Entrevista com o Deputado Estadual Renato Rosseno, 2023).

A Lei Zé Maria do Tomé (Lei nº 16.820, sancionada em 09 de dezembro de 2019, pelo governador do Ceará, Camilo Santana) regulamenta e proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos nas lavouras do estado do Ceará, nove anos após a Lei contra a pulverização que havia sido formulada em Limoeiro do Norte – CE.

A Lei Zé Maria do Tomé (Lei nº 16.820) está inserida como um novo dispositivo à Lei Estadual nº 12.228, de 9 de dezembro de 1993, que regulamenta o uso, o consumo e o comércio de agrotóxicos no Ceará, como uma forma de assegurar o uso indiscriminado dos venenos no campo.

A Lei nº 16.820 foi aprovada pela Assembleia Legislativa no dia 18 de dezembro, de autoria do deputado estadual Renato Roseno em um processo energético de negociações e cooptação de votos para aprovação. *Quatro anos teve audiência pública, teve muitos pareceres, vai e volta, muita presença de pesquisadores conversando com os deputados. Muita presença de pesquisadores e, em especial, da saúde* (Entrevista com o Deputado Estadual Renato Rosseno, 2023)[75].

[75] A Lei Zé Maria do Tomé (Lei nº 16.820), será analisada no capítulo 4.

Não obstante, a Lei nº 16.820 recebeu o nome de Zé Maria do Tomé como forma de homenagem à memória de José Maria Filho, trabalhador rural, líder comunitário e ambientalista morto em 2010 por sua atuação na Chapada do Apodi.

A história de vida do líder comunitário e ambientalista Zé Maria do Tomé se confunde com a história de vida de camponeses da Chapada do Apodi que tiveram suas terras tomadas, a água contaminada e o acesso a esta negado, seu modo de vida profundamente modificado, abandonados pelo Estado e pelas políticas públicas. Além do ar, que também passou a ter efeito adoecedor com as pulverizações aéreas.

A construção da liderança comunitária de Zé Maria do Tomé ocorre de forma concomitante aos primeiros debates em torno da organização dos movimentos socioambientalistas na região do Vale do Jaguaribe.

3.3 Universidade(s)

Projetos de Pesquisa...
Pesquisa para quem?
Pesquisa para vida.
Pesquisa de quem vem?
Pesquisa de quem fica.
Que vida gera?
Que gera vida?
Que morte era?
Que morte fica?
Mensagem de quem luta...
Que a luta é a mensagem!
Que a dor é a passagem.
Legado
Roubado
Assassinado
Calado
Pesquisado...
...é a cova que te cabe nesse latifúndio envenenado!
...é luta que nos deixa, com seu sangue derramado!
É o "Deus" desenvolvimento...
Universal ?!
Inquestionável ?!
Onipresente ?!
É o Capital
Inabalável
Onisciente
É o Animal
Indisfarçável
Complacente
Projetos têm lado!
Pesquisa tem lado!
Estou do lado do Severino,

Do Zé Maria-Severino
Do Zé-Severino
Dos Zés: somos todos Zés!!
Presente, Presente, Presente!!!

Vicente Almeida (Zé)[76]

Com efeito, é possível interpelar sobre quais foram os mecanismos, as estratégias e os espaços de atuação política de Zé Maria, bem como os atores sociais envolvidos nos processos de luta do movimento socioambientalista nas últimas três décadas? Em que momento há a adesão do movimento camponês ao da Universidade e da Igreja Católica (Cáritas Diocesana e a Pastoral)?

A relação entre Universidade e Movimentos Sociais remonta a 1950 e 1960, com a crise de legitimidade e institucionalidade da Universidade que era tensionada pelos Movimentos Sociais a reelaborar um modelo pautado na democratização e no acesso de filhos de trabalhadores e trabalhadoras. Atravessada pelo forte embate institucional na Ditadura Militar, a Universidade redireciona seu lócus à classe, ao mundo do trabalho, aos trabalhadores, às desigualdades socioeconomicas, ratificada por representantes como: Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Josué de Castro, entre outros.

A partir de 2006, chega à professora e médica Raquel Rigotto (UFC) juntamente ao grupo TRAMAS (Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para Sustentabilidade – UFC) - que coordenava estudos e análises sobre as causas de mortes no campo, em especial o alto número de pessoas com câncer - uma demanda sobre o envenenamento e a morte de agricultores na região da Chapada do Apodi pelo uso de agrotóxicos.

O grupo TRAMAS, denominado por Núcleo de Trabalho, Ambiente e Saúde, é coletivo acadêmico interdisciplinar, associado à Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, quando mediante o Edital MCT/CNPq/MS-SCTIE-DECIT 24/2006 - Estudos em Populações Expostas à Contaminação Ambiental, Processo nº 409845/2006-0, financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), lança olhar para as demandas que chegavam sobre a região do Baixo Jaguaribe através dos movimentos sociais e lideranças comunitárias atuantes na região.

> Inicia em 2006. É isso coincidiu com o edital de uma pesquisa de apoio a essa questão de agrotóxicos, a gente aplicou um projeto ao edital e conseguimos um financiamento.

[76] Poema publicado em: RIGOTTO, Raquel (org). **Agrotóxicos, trabalho e saúde:** vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE. Co-edição com a Expressão Popular – Fortaleza: Edições UFC, 2011, p. 76.

> E começamos aqui uma pesquisa que foi muito interdisciplinar, envolvia professores da UFC da Geografia, professores da FAFIDAM da História, o Hidelbrando o Rameres, todo mundo participava e contribuía para pesquisa. E aí a gente começou a fazer um desenho metodológico da pesquisa, e com muita dificuldade porque estava reconhecendo a complexidade do problema, não era só saber se tinha gente intoxicada ou não com agrotóxicos. Era compreender toda a transformação territorial que estava em curso com a chegada das empresas do agronegócio ou desde a instalação do perímetro irrigado em Jaguaribe, Apodi. Todas essas transformações estavam acontecendo e a gente queria então desenhar uma metodologia onde coubesse tudo isso, e foi um processo construído pouco a pouco em campo. Assim a gente fez um primeiro esboço, mas a gente ia meio que tentando ver como é que isso dialogava como o real e foi aí que o Zé Maria teve um papel muito importante, foi quando eu conheci, mediado pela Cáritas, que na época era pastora Almeida que era colaborada da Cáritas e nos fez essas pontes. A gente sabia que o precisava analisar uma amostra, amostra da pesquisa que foi de 545 sujeitos, ela era estratificada por segmentos, então tinha os empregados do agronegócio diretamente, um outro segmento que eram aqueles que trabalhavam, pequenos produtores, mas que vendiam paras grandes empresas comercializarem. E a gente percebeu que havia um cenário de exposição aos agrotóxicos distinto nesses dois grupos e um terceiro grupo, que era de um assentamento de reforma agrária e da comunidade de Lagoa dos Cavalos que essa proposta de agroecologia. Aí a gente estava tentando reunir por segmentos para conseguir ter, compor essa amostra do estudo, então para os empregados do agronegócio a gente dialogou com o sindicato dos trabalhadores rurais, aqui. E para esse segmento dos pequenos produtores, a gente foi dialogar com o Zé Maria, que era presidente da associação, lá, na chapada, e foi impressionante. Era um domingo de manhã, tinha 72 pessoas na reunião, sabe? A gente explica o que ia fazer, ver se eles aceitavam e tal, né? E aí já deu pra sentir assim a força da liderança de Zé Maria, a capacidade dele de mobilização das pessoas, para em um domingo de manhã reunir na associação essa ruma de gente, como se diz aqui no Ceará, né? (Entrevista com Raquel Rigotto, 2023).

Os pesquisadores do grupo TRAMAS iniciaram o estudo interdisciplinar denominado *Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos*, elaborado com diversas frentes e perspectivas metodológicas, objetivando problematizar e publicitar os problemas relacionados aos adoecimentos recorrentes.

Conforme a professora e médica Raquel Rigoto, a vinda do grupo TRAMAS, além do edital, é uma demanda da sociedade, nas representações do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e CPT (Comissão da Pastoral da Terra).

> (...) o MST e a CPT procuraram o núcleo TRAMAS, que é nosso núcleo de pesquisas na UFC, que significa: Trabalho, Meio, Ambiente e Saúde. Eles procuram o grupo dizendo que estava tendo muito problema de veneno aqui na chapada, que eles já tinham tentado fazer denúncias sobre isso, pessoas estavam se intoxicando, mas as autoridades não ouviam, não levavam a sério, não investigavam. Eles queriam então que a universidade fizesse uma pesquisa aqui para mostrar o que estava acontecendo, e foi uma decisão difícil para nós porque a gente não tinha nenhuma experiência com o meio rural, nossa experiência era toda urbana e industrial. Mas a gente resolveu acolher essa demanda (Entrevista com Raquel Rigotto, 2023).

A problemática da intoxicação e da exposição aos agrotóxicos, de forma direta (trabalhadores) e indireta (moradores do Baixo Jaguaribe e consumidores dos produtos cultivados na Chapada do Apodi), elaborada por meio dos estudos do grupo TRAMAS, passou a estabelecer relação com a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Pastorais Sociais de Limoeiro do Norte - CPT (Comissão Pastoral da Terra), MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), Sindical e Popular CSP - CONLUTAS, Fafidam/UECE (Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/ Universidade Estadual do Ceará), e articulações como o Fórum Cearense Pela Vida no Semiárido e a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, entre outros.

Figura 30 - Zé Maria do Tomé no auditório do NIT (Núcleo de Inovação Tecnológica) em Limoeiro do Norte-CE, em 2008.

Fonte: Acervo da TV Jaguar (Diretora Rafaela Costa).

A fala de Zé Maria do Tomé nas reuniões e em audiências era a fala de um agricultor para outros agricultores. A interlocução e a liderança colocavam Zé Maria do Tomé, cada vez mais, em maior destaque, pois é notável o esforço que fazia de ser ouvido, de denunciar a realidade de contaminação que era vivenciada cotidianamente na Chapada do Apodi.

De fato, os trabalhadores e as trabalhadoras agrícolas da Chapada do Apodi se faziam presentes nas reuniões e em audiência sobre os efeitos da pulverização aérea, em grande medida, motivados pela liderança comunitária de Zé Maria do Tomé.

As pesquisas realizadas entre 2007 e 2010, que tinham como mote a relação Trabalho-Ambiente-Saúde, foram substanciadas na publicação de *Almanaque do Baixo Jaguaribe ou*

TRAMAS para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade, um esforço sistemático e integrativo com o intuito de difundir a reflexão e a ação sobre o tripé.

Figura 31 - Capa do Almanaque do Baixo Jaguaribe (2012).

Fonte: Almanaque do Baixo Jaguaribe ou TRAMAS para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade. Núcleo Tramas. Fortaleza: 2012. 160p.: il.

O almanaque é definido como *um instrumento. Um instrumento de informação e de formação; de sistematização e de difusão; de reflexão e de ação. O que ele contém é fruto de um processo desencadeado a partir de uma pesquisa realizada no período de 2007 a 2010* (Rigotto, 2012, p. 5).

O Almanaque é uma produção de 160 laudas e uma linguagem fluída e interativa de modo que comunica dados científicos, numa preocupação que haja circulação social para além

da academia. Dessa forma, é uma produção acadêmica com objetivo de difusão social sobre a situação de exposição à contaminação toda a população do Baixo Jaguaribe-CE.

Figura 32 - Mandala do "Diagnóstico Socioeconômico das Comunidades do Entorno das Empresas de Agronegócio no Perímetro-Irrigado Jaguaribe-Apodi".

Fonte: (Almanaque do Baixo Jaguaribe ou tramas para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade. Núcleo Tramas. Fortaleza: 2012, p. 38).

A mandala é um sistema circular que possui um centro em comum, constituído pelo trabalho coletivo de diversos atores sociais e acadêmicos. A mandala além um modelo metafórico em relação à organização do mundo, sem hierarquias e arestas, imprime no *Almanaque do Baixo Jaguaribe (...)* um modelo epistemológico integrativo e holístico, no sentido de romper com hierarquias cientificas, colocando os saberes mais plurais em um prisma de cooperação mútua, numa relação natureza-sociedade.

A adoção do modelo de circular da mandala está inserido numa proposta de reconfiguração do modelo de desenvolvimento e organização social, pautada em coletividade, igualdade e solidariedade.

A pedagogia que atravessa os trabalhos do Grupo TRAMAS, em especial, o *Almanaque do Baixo Jaguaribe,* dialoga de forma direta com as pesquisas e perspectivas elaboradas por Paulo Freire, importante intelectual brasileiro que aproximou a universidade e os movimentos sociais, no sentido de perceber a educação como uma ação emancipatória do indivíduo que é realizada na práxis, já que *educar não é o ato de consumir ideias, mas de criá-las e recriá-las* (Freire, 2016b, p. 14).

O *Almanaque do Baixo Jaguaribe* lança um esforço teórico metodológico fazendo uso de diversas linguagens elaborado sob a proposta de derrubar mitos que o agronegócio havia desenvolvido, sendo eles (Ver Quadro 2):

Mito 1 – Não existia vida na Chapada do Apodi;

Mito 2 – O agronegócio é moderno;

Mito 3 – É possível usar veneno com toda segurança;

Mito 4 – O agronegócio se preocupa com o meio ambiente;

Mito 5 – O agronegócio promove o "desenvolvimento" local;

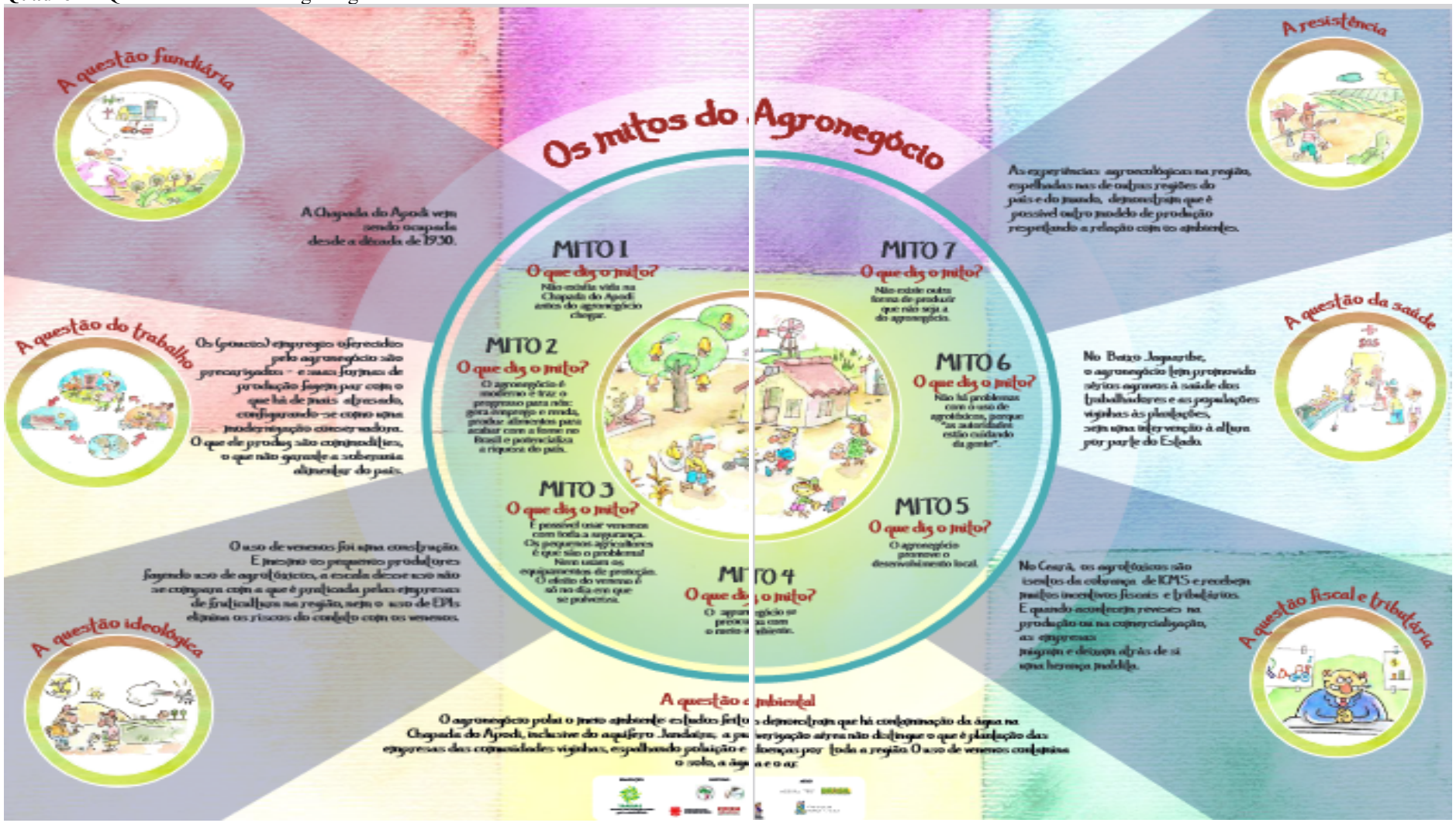
Mito 6 – "As autoridades estão cuidando da gente";

Mito 7 – Não existe outra forma de produzir que não seja a do agronegócio.

A construção imagética do *Almanaque do Baixo Jaguaribe* demonstra uma preocupação de ser inteligível para diversos públicos, desde infantis - com a proposta lúdica e colorida, com caça palavras, palavras cruzadas - a sujeitos pouco ou não alfabetizados.

O *Almanaque do Baixo Jaguaribe* é uma produção onde o grupo TRAMAS e os sujeitos interlocutores que fizeram parte propõem-se a derrubar os mitos que o agronegócio criou no processo de instalação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA). Dessa forma, além dos esforços do grupo TRAMAS, professores e estudantes da Fafidam/UECE (Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, campus da Universidade Estadual do Ceará, em Limoeiro do Norte-CE) condensam os olhares científicos para a Chapada do Apodi e os trabalhadores agrícolas.

Quadro 2 - Quadro dos Mitos do Agronegócio.



Fonte: Almanaque do Baixo Jaguaribe ou tramas para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade. Núcleo Tramas. Fortaleza: 2012, p. 46 e 47.

Outra importante produção é o *Dossiê Perímetros Irrigados* organizado de forma coletiva pelo M21 (Movimento 21) e por meio da articulação dos trabalhadores e moradores da Chapada do Apodi, os movimentos sociais do campo, a Cáritas Diocesana e as pastorais sociais e os pesquisadores (docentes e discentes) das Universidades, Estadual (UECE) e Federal (UFC) do Ceará.

O grupo de pesquisadores denominado por GP-M21(Grupo de Pesquisa M21), que desenvolveu o *Dossiê Perímetros Irrigados*, tem cadastro no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e possui o título *Ecologia de saberes para promoção da equidade ambiental e em saúde no trabalho no contexto da expansão do agrohidronegócio nos territórios do Vale do Jaguaribe*.

Sobre o dossiê, o Grupo TRAMAS afirma que:

> O compromisso ético de retorno à sociedade do conhecimento produzido, pensa a destinação social do conhecimento que produz através de diferentes formas, desde os livros e revistas científicas – para além das pressões do produtivismo acadêmico, até a produção de materiais em formato e linguagem adequadas à sua apropriação pela sociedade (especialmente os grupos sociais estudados e movimentos sociais), como documentários, almanaque, cordel, participação em cursos e seminários etc. (Disponível em: http://www.tramas.ufc.br/?page_id=30).

O *Dossiê Perímetros Irrigados* aborda em suas pesquisas as problemáticas relacionadas ao acesso à terra e à água na Chapada do Apodi, bem como propõe a elaboração de pesquisas que denunciam quatro décadas de tensões entre os camponeses e as empresas agrícolas, não somente no recorte do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, mas também nas regiões próximas que vivenciam conflitos parecidos, entre eles, Tabuleiro de Russas (CE), Baixo Acaraú (CE), Santa Cruz do Apodi (RN) e Baixo Assú (RN).

O grupo M21 coloca em relevo, no *Dossiê Perímetros Irrigados*, as violações dos direitos socioambientais (terra, água, ambiente) aos trabalhadores que ocorrem nas comunidades afetadas pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio, bem como os processos de resistências que os camponeses elaboram cotidianamente.

O *Dossiê Perímetros Irrigados* elaborado coletivamente pelo grupo M21 tem como título *Perímetro Irrigados: quatro décadas de violação de direitos no semiárido* e está disponível no site https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/ para consulta.

Frente a tal contexto, qual a relação entre a universidade e as lutas sociais? É importante colocar em relevo que a transformação social é desígnio do compromisso que a instituição tem

com a sociedade, em especial, na produção do conhecimento científico e crítico e em proporcionar um ambiente de debate e problematização da realidade.

Em entrevista cedida pelo professor João Rameres Regis em 2019, ele situa a relação entre a universidade e os trabalhadores agrícolas e, em especial, a liderança ambiental Zé Maria do Tomé.

> O Zé Maria é uma voz, não é assim dissonante. Porque aqui mesmo na FAFIDAM, antes mesmo de se conhecer o Zé Maria, alguns professores já haviam levantado informações e estudado sobre essa dinâmica fundiária lá na chapada do Apodi. Ainda não era o agrotóxico em si, mas estudos como o professor Hidelbrando, a professora Bernadete, Professor Francisco Antônio, é do nosso curso de História. Se direcionava para essa dinâmica produtiva na chapada do Apodi, então já havia outros estudos também coletivos do curso de Geografia na UECE. Trabalho produzido por outros professores, estão já havia essa preocupação. A luta do Zé Maria, a luta dele, que a gente diz a luta dele mas não é só dele, essa luta do Zé Maria encontrou eco, uma base aqui na universidade. E foi muito importante esse conhecimento, essa relação com o Zé maria para potencializar, inclusive, novos estudos. Então hoje nós temos um conjunto de trabalhos de pesquisas, de extensão direcionados para essa área aí. Então muito importante pra nós aqui da FAFIDAM. É também a oportunidade, no meu entendimento, tudo isso após dois mil e oito dois mil e dez, colocou uma faculdade como a nossa de formação de professores que é cinquentenária, fez cinquenta anos em dois mil e dezoito. Mas colocou ela na rota de pensar os problemas do entorno, além da grande contribuição do ponto de vista educacional essa grande contribuição da pesquisa social nessas áreas de conflito que hoje não está restrita à chapada do Apodi, mas nós temos o acompanhamento dessas lutas no vale do Jaguaribe como um todo, principalmente com esse eixo mobilizador que é a água (Entrevista João Rameres Régis, 2019).

A partir de 2008, a Fafidam/UECE passa a dialogar e a ceder espaço para atuação de Zé Maria do Tomé e para a presença dos trabalhadores agrícolas no auditório da universidade a fim de refletir e problematizar as contradições do modelo econômico no qual são subservientes. Contudo, não há registro que deem conta de quantos e em quais eventos Zé Maria do Tomé esteve presente.

A relação entre Trabalhadores Agrícolas – Universidade – Movimentos Sociais que ocorreu mediante os problemas ocasionados pelas agroempresas e a contaminação do solo, da água e do ar pelo agrotóxico resultou em diversos artigos, dissertações e teses que se propuseram a debater as problemáticas do agronegócio.

No quadro 03, foram elencadas as pesquisas orientadas pela professora Raquel Rigotto que tem como mote a saúde dos trabalhadores no recorte da Chapada do Apodi.

Quadro 3 - Pesquisas orientadas pela Profa. Dra. Raquel Rigotto sobre as questões da Chapada do Apodi/CE.

Nº	AUTORES	TÍTULOS	TIPO DE TRABALHO	ANO
1	Francisca Neuma Almeida Nogueira	O processo de trabalho da carcinicultura e a saúde-doença dos trabalhadores do município de Aracati-CE	DISSERTAÇÃO	2006
2	Severino Pereira Alexandre	Exposição a agrotóxicos e fertilizantes: agravos à saúde dos trabalhadores no agronegócio do abacaxi em Limoeiro do Norte-CE	DISSERTAÇÃO	2009
3	Vanira Matos Pessoa	Abordagem do território na construção da integralidade em saúde ambiental e do trabalhador na atenção primária à saúde em Quixeré	DISSERTAÇÃO	2010
4	Lara de Queiroz Viana Braga	Agronegócio cercando agroecologia: modo de vida e conflito socioambiental em comunidades agrícolas de Tabuleiro de Russas, Ceará	DISSERTAÇÃO	2010
5	Fabíola Silva de Castro	O progresso a 'preço de banana': análise das inter-relações saúde, trabalho e ambiente no contexto do agronegócio na Chapada do Apodi/CE	DISSERTAÇÃO	2011
6	Marcelo José Monteiro Ferreira	Contribuições epistemológicas/metodológicas para o fortalecimento de uma (cons)ciência emancipatória	DISSERTAÇÃO	2012
7	Andrezza Grazielle Veríssimo Pontes	Incorporando as inter-relações Produção-Trabalho-Ambiente-Saúde na academia, no SUS e nos movimentos sociais a partir de territórios em expansão do agronegócio	DISSERTAÇÃO	2012
8	Mayara Melo Rocha	Das águas que calam às águas que falam: opressões e resistências no curso das representações da água na Chapada do Apodi	DISSERTAÇÃO	2013
9	Maria de Lourdes Vicente da Silva	Gritos, silêncios e sementes: as repercussões do processo de des-territorialização empreendido pela modernidade agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE	DISSERTAÇÃO	2014
10	Isadora Marques Barbosa	Câncer infantojuvenil: relações com os polos de irrigação no estado do Ceará	DISSERTAÇÃO	2016
11	Ada Cristina Pontes Aguiar	Más-Formações congênitas, puberdade precoce e agrotóxicos: uma herança maldita do agronegócio para a chapada do Apodi (CE).	DISSERTAÇÃO	2017
12	Saulo da Silva Diógenes	Desinvisibilização das causas de câncer: uma série histórica a partir da Seguridade Social no Ceará, com caracterização dos contextos de	DISSERTAÇÃO	

		exposição aos agrotóxicos no Baixo Jaguaribe/CE		
13	Amanda Gonçalves Moreira	Caracterização da injustiça hídrica na Chapada do Apodi/CE	DISSERTAÇÃO	2018
14	Camila Aguiar de Oliveira Lopes	Agroecologia e comunicação	DISSERTAÇÃO	2019

Fonte: (Cavalcante, 2017); Atualizado pela autora.

Na Fafidam/UECE, podemos destacar o projeto de pesquisa *As redes políticas territoriais de resistência ao agronegócio no Baixo Jaguaribe/CE: Agentes e Ações*, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico (FUNCAP), através de bolsas de iniciação científica. Ademais, o Laboratório de Estudos da Natureza, Terra e Território – LECANTE, que faz parte do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território – NATERRA, ambos da Universidade Estadual do Ceará.

Um significativo momento na Universidade é a realização da Semana Zé Maria do Tomé, evento que acontece desde 2011, com exceção do ano de 2020, por decorrência da pandemia do COVID19 e o isolamento social, quando não foi realizado. Dessa forma, são doze edições do evento acadêmico, que transcende as paredes da Universidade, ou seja, da Fafidam/UECE, ocorrendo nas escolas, nas ruas e na Chapada do Apodi.

A(s) Semana(s) Zé Maria do Tomé, assim como o próprio M21 (Movimento 21), que se constitui numa elaboração em rede, são uma construção coletiva de diversas representatividades das esferas acadêmicas, sociais, ambientais, religiosos e políticas, que compartilham das diversas formas as experiências de luta aglutinadas na história de vida e militância socioambiental de Zé Maria do Tomé.

O evento socio-acadêmico-ambiental compreende um diálogo ainda incomum, quando no mesmo espaço reúnem-se trabalhadores/agricultores, professores, estudantes, pesquisadores, lideranças políticas, ao quais, em lugares sociais distintos, debatem, com base em seu lócus, temáticas em uma construção coletiva.

Figura 33 - Programação da X Semana Zé Maria do Tomé (Fafidam/UECE).

Fonte: Arquivo da autora.

Seguem os enunciados que compõem as edições do evento:

I Semana Zé Maria do Tomé (2011) – NÃO FOI ENCONTRADO;

II Semana Zé Maria do Tomé (2012) – NÃO FOI ENCONTRADO;

III Semana Zé Maria do Tomé (2013) – NÃO FOI ENCONTRADO;

IV Semana Zé Maria do Tomé (2014) – NÃO FOI ENCONTRADO;

V Semana Zé Maria do Tomé (2015) – NÃO FOI ENCONTRADO;

VI Semana Zé Maria do Tomé (2016) – NÃO FOI ENCONTRADO;

VII Semana Zé Maria do Tomé (2017) – NÃO FOI ENCONTRADO[77];

VIII Semana Zé Maria do Tomé (2018) – *Em defesa da vida, da terra, da água e da democracia, cobrando justiça pelo assassinato de Zé Maria do Tomé;*

IX Semana Zé Maria do Tomé (2019) – NÃO FOI ENCONTRADO;

X Semana Zé Maria do Tomé (2021) – *Zé Maria Vive! A luta continua e a r-existência se faz vida!*

XI Semana Zé Maria do Tomé (2022) – *A luta é todo dia. A resistência ativa em defesa do Vale do Jaguaribe;*

XII Semana Zé Maria do Tomé (2023) – *Terras, águas e povos do Vale: por vida digna!*

Conforme os enunciados destacados acima, a(s) Semana(s) Zé Maria do Tomé expressam outros modelos de resistência e luta coletiva, que foram construídos após o assassinato de Zé Maria do Tomé, em 2010, e contaram com o esforço de diferentes frentes de atuação dos movimentos sociais da região do Vale do Jaguaribe.

A partir de 2019, o deputado estadual Renato Roseno (PSOL) criou e articulou o projeto, juntamente com os movimentos sociais que se mobilizam na organização do evento, em diálogo com instituições e sociedade civil, do que virou a Lei 17.122, institucionalizante da(s) Semana(s) Zé Maria do Tomé no calendário oficial do Estado do Ceará.

Nessa perspectiva, por meio da Lei 17.122, o Estado do Ceará tem o dever de criar espaços e condições que, articulados aos poderes municipais e estaduais, promovem debates e reflexões sobre a justiça socioambiental, direitos humanos, mundo do trabalho, entre outros motes.

A Semana Zé Maria do Tomé é constituída de uma pluralidade de sujeitos e de possibilidades como palestras/conferências, mesas-redondas, apresentações de pesquisas e resultados, rodas de conversas, oficinas pedagógicas e didáticas, apresentações de documentários e produções audiovisuais, apresentações artísticas, audiências públicas, entre outras, que versam sobre o debate da problemática da terra, da água e dos agrotóxicos.

[77] Conforme Padre Aquino Júnior, a Semana Zé Maria do Tomé surge com a demanda de tensionar o caso que estava paralisado. *E com um ano do assassinato do Zé Maria a gente resolveu fazer um movimento na Chapada, não havia programado que ia ter romaria, que ia ter Semana do Zé Maria. Não. A gente fez um conjunto de atividade para dar visibilidade ao problema, pra existir aplicação e um ato mais significativo, partido do lugar do assassinato, passando pela comunidade até a celebração. E assim foi se dando nos anos seguintes e acabou virando uma certa tradição com o conjunto de atividades* (Entrevista Padre Aquino Júnior, 2023). Dessa forma, talvez o caráter furtivo do evento e das plataformas digitais tenham contribuído para descobrir alguns enunciados da Semana.

Após 2011, as Semanas Zé Maria do Tomé tornaram-se um evento anual, no qual a data transita nos dias próximos a data em que o ambientalista foi assassinato, dia 21 de abril. Para além das atividades acadêmicas, realizadas na Universidade e nas escolas da região, o evento tem como culminância a Romaria dos Mártires (ou Romaria da Chapada), que se tornou um grande encontro de troca, afeto e reafirmação do compromisso com a luta socioambiental.

3.4 Igreja Católica

Nada há nada de mais subversivo que o cadáver de um mártir.

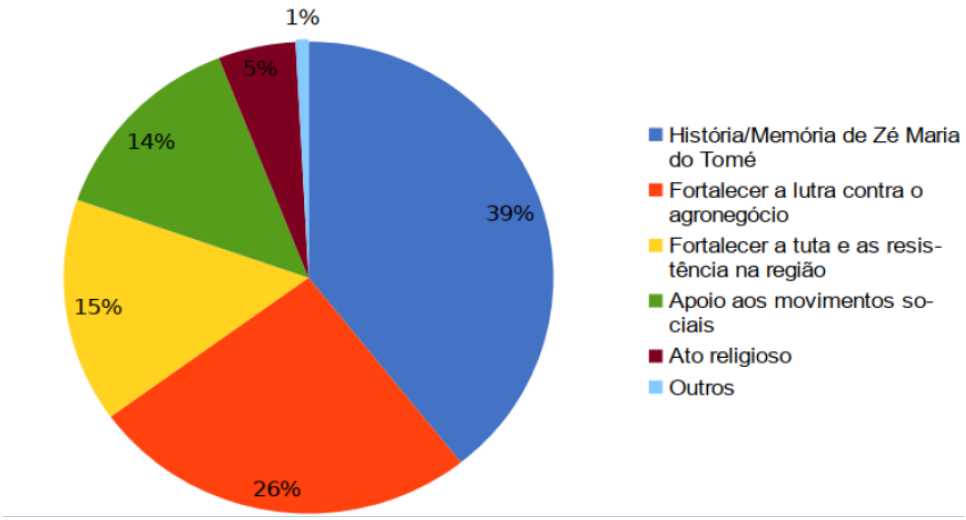
Pedro Casaldáliga

No ano seguinte ao assassinato de Zé Maria do Tomé, no dia 21 de abril de 2011, foi realizada uma caminhada que saía do local onde o ambientalista foi morto até a capela na comunidade do Tomé, local onde ele foi velado. A partir daquela data, surgiu o que viria a ser denominado como a Romaria da Chapada do Apodi.

> Em 2011 surgiu a Romaria da Chapada do Apodi, idealizada pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Movimento 21 (M21) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), possuindo um caráter religioso, dadas as correntes da teologia da libertação, mas também com um cunho fortemente político de insurgência dos(as)camponeses(as)e dos movimentos e organizações sociais do campo, não só da Chapada do Apodi, assim como de todo o Baixo Jaguaribe, se estendendo para as demais regiões dentro e fora do Ceará. A Romaria representa a materialização concreta da resistência na região e, além disso, evidencia o grito de justiça diante do assassinato de Zé Maria e da luta por direitos ceifados pelo agronegócio –direito à terra, à água, à alimentação sem veneno e à vida digna no campo (Nascimento et al., 2020, p. 113).

A Romaria da Chapada do Apodi é a culminância e o encerramento da Semana Zé Maria do Tomé, evento que ocorre na Fafidam/UECE e no IFCE (Instituto Federal do Ceará) em Limoeiro do Norte, onde a sabedoria popular e a experiência dialogam com o conhecimento acadêmico.

Gráfico 1 - Pesquisa de campo sobre a importância da Romaria Zé Maria do Tomé.



Fonte: **(**Nascimento et al., 2020, p. 124).

Nascimento et al. (2020), ao analisarem as motivações dos participantes da Romaria da Chapada do Apodi, destacaram que grande medida dos presentes eram encorajados pela História/Memória de Zé Maria do Tomé (39%), seguida pela principal bandeira de luta do ambientalista, o fortalecimento da luta contra o agronegócio e, em terceiro, o fortalecimento das lutas e das resistências na região. Apenas 5% dos participantes destacaram uma motivação de caráter religioso.[78]

A Romaria da Chapada constitui um outro modelo de romaria que difere da Romaria do Padre Cícero, por exemplo, que acontece em Juazeiro. A Romaria da Chapada insere-se em uma categoria denominada por Romarias da Terra e da Água, que tem como aspecto central *celebração messiânica camponesa que busca rememorar territórios perdidos à medida que aponta para novos lugares e um tempo de redenção dos pobres e oprimidos* (Vanderlinde, 2008, p. 100).

Os participantes ou romeiros da Romaria do Padre Cícero podem buscar experiências de comunhão mais profunda com uma divindade, santo ou ser divino. A peregrinação é muitas

[78] A palavra Romaria refere-se a peregrinações religiosas, geralmente a locais sagrados e santuários, feitas por crentes que desejam vivenciar sua fé de forma mais profunda e intensa. Peregrinações são comuns em várias tradições religiosas ao redor do mundo. As peregrinações podem ter diversos significados e finalidades para os participantes. Uma peregrinação é uma expressão da devoção e da fé de seus participantes. É uma oportunidade de se aproximar do que lhes é sagrado e vivenciar momentos de oração, contemplação e conexão com sua espiritualidade.

vezes vista como um momento de renovação espiritual. Os peregrinos esperam ser purificados de suas preocupações e pecados e retornar às suas vidas diárias com uma nova perspectiva. Alguns vão em peregrinação para cumprir promessas feitas em tempos difíceis, ou para buscar bênçãos específicas. Eles acreditam que, ao fazer uma peregrinação, estão cumprindo seu dever e expressando sua gratidão pelas bênçãos recebidas.

Na Romaria da Terra e da Água, a compreensão é outra, no sentido de que as ideias que *valorizam o religioso, e não falham na sua contribuição profética. Nelas se busca mais que confortar o coração, se busca a transformação da sociedade, a construção do Reino de Deus* (https://www.cptnacional.org.br/romarias). Ou seja, esses modelos de Romaria que surgem no campo, durante a Ditadura Militar (1964-1988), inauguram uma postura social que é partilhada por parte da Igreja Católica.

> A Romaria da Terra nasceu nos anos de ditadura militar brasileira na região Sul do Brasil e vincula-se à teologia da libertação, com sua atenção voltada para a injustiça social no campo. Desde o início, essa prática litúrgica sofreu um amálgama de elementos das romarias tradicionais, passeatas de protesto e novas formas de espiritualidade em torno das comunidades de base, todas marcadas, mais ou menos, pela união de dois pólos: a fé e a política. Considerando-se os elementos místico-religiosos presentes nas culturas camponesas, mais a presença das Comissões Pastorais da Terra – CPTs num relacionamento ecumênico, as Romarias da Terra se espalharam por todo o país (Vanderlinde, 2008, p. 93).

Assim, a Teologia da Libertação é um modo de evangelização que orienta as pastorais sociais.[79] O principal objetivo de atuação da Comissão Pastoral da Terra é a questão fundiária, ao monitorar as disputas e os conflitos pela terra e buscar promover a reelaboração do modelo de desenvolvimento pautado na agroindústria, inserindo o debate da reforma agrária, da normatização da questão fundiária, bem como realizar frente junto aos trabalhadores agrícolas na luta por seus direitos. [80]

---

[79] A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma entidade vinculada à Igreja Católica que tem por finalidade orientar e auxiliar as comunidades rurais, especialmente aquelas que enfrentam problemas relativos à terra e ao trabalho no campo. Foi fundada no Brasil em 1975 em resposta aos desafios enfrentados por agricultores e trabalhadores agrícolas durante a ditadura militar. A Comissão Pastoral da Terra busca promover a justiça social, a proteção dos direitos humanos e a dignidade de quem vive e trabalha no meio rural. As atividades multifacetadas incluem assessoria jurídica, treinamento, educação geral, organização comunitária e expressão política.

[80] A CPT objetiva promover a proteção do meio ambiente e o uso consciente e sustentável da terra e dos recursos naturais sob o prisma da Ecologia, pautada numa gestão ambiental e agrícola justas e seguras para o meio ambiente. A Comissão Pastoral da Terra é, portanto, parte integrante da Igreja Católica e opera segundo os princípios da educação social da Igreja, que enfatizam a justiça, a solidariedade e a preocupação com os mais vulneráveis. Seu trabalho desempenha um papel importante na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e na promoção de uma sociedade mais justa no campo.

A CPT não só atua nos âmbitos jurídico e político, mas também presta apoio pastoral às comunidades rurais. Isso inclui celebrações religiosas, educação espiritual e a presença de pastores que ajudam as pessoas a fortalecer sua fé e a superar os desafios que enfrentam.

A Comissão Pastoral da Terra desempenha um papel importante na identificação e na mobilização das comunidades rurais. Seu objetivo é unir diferentes grupos e movimentos sociais do campo e promover a solidariedade, a troca de experiências e a atuação conjunta em defesa de direitos e justiça social. O trabalho da Comissão Pastoral da Terra inclui, muitas vezes, o tratamento de disputas de terras agrícolas e situações de violência nas áreas rurais. O grupo acompanha e condena casos de violação de direitos humanos, disputas de terras, criminalização de lideranças e outras formas de opressão enfrentadas por comunidades rurais.

A atuação da CPT caracteriza-se pelo monitoramento de conflitos fundiários agrícolas, denúncia de violações de direitos humanos no meio rural e promoção da formação de instituições sociais e políticas equitativas no meio rural. No que diz respeito à teologia da libertação, tanto a Pastoral da Terra quanto a Comissão Pastoral da Terra têm suas raízes nesse movimento teológico e social. Eles compartilham princípios e valores básicos como favorecimento dos pobres, justiça social, defesa dos direitos humanos e luta pela mudança social.

> A teologia da libertação, na ação mediadora da CPT, reatualizou os valores de uso da terra e, através da interpretação bíblica, deu legitimidade moral à mobilização dos trabalhadores sem terra ou com pouca terra que, fortalecidos pela ideia, passaram a realizar acampamentos e ocupações. Na visão de Schreiner, o acampamento é compreendido como um espaço e tempo de reencantamento, num processo de reconstrução que se faz a partir de valores ameaçados pela crise, mas que pode ultrapassar este sentido. Neste caso, o reencantamento na luta dá-se pela materialização de valores referidos à modernidade. Em seu estudo, o autor revela que a CPT teve papel hegemônico na elaboração deste amálgama, substrato para coesão interna necessária à ação coletiva direta dos agricultores (Vanderlinde, 2008, p. 86).

A Teologia da Libertação fornece a fundamentação teórica e a inspiração para o trabalho da Pastoral da Terra e da Comissão Pastoral da Terra. Ambos os grupos esperam trazer uma visão crítica para o campo que defenda a mudança social, levando em consideração a realidade concreta dos trabalhadores rurais e sua luta por uma sociedade mais justa.

> Dessa maneira, podemos perceber que a Igreja vai assumindo cada vez mais participação nas ações coletivas no campo. Os problemas da terra passam a orientar o trabalho de homens e mulheres. Lado a lado, convivem velhos e novos saberes, como os saques e a criação de instituições, para dar respaldo à luta campesina. As ações não se eliminam, mas se complementam, na união desses grupos que tinham o mesmo objetivo: o fim das desigualdades. Nesse contexto, padres e leigos vão assumir a missão de criar uma nova Igreja no Nordeste, de unir todas as experiências dos agricultores em busca de seus direitos (Silva, 2017, p. 68-69).

No período dos anos de 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina, no interior da Igreja Católica, passam a se formar as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) que, em articulação com as bases teológicas da Teologia da Libertação, passam a realizar trabalhos de articulação entre os mais pobres e a Igreja, realizando um significativo trabalho na reelaboração da atuação social da instituição católica.

> Essas romarias representam não só um grande compromisso da Igreja do Ceará com a questão da terra, como também um corte privilegiado para se entender a relação entre a fé e a política, entre o profano e o sagrado na luta pela terra. Forma de expressão dos camponeses na conquista da terra e indicativo do tipo de inserção da Igreja do Ceará nas questões políticas dos trabalhadores rurais do Estado, a Romaria da Terra é reveladora de uma conjuntura. De luta pela terra e de engajamento da Igreja na luta camponesa (Barreira, 1992, p. 97).

Nesse sentido, podemos eleger a Romaria da Chapada como celebração de grande visibilidade nas Semanas Zé Maria do Tomé, e seu modelo subscreve-se ao das Romarias da Terra, que ressignificam e positivam a vida que foi sacrificada em prol de uma luta maior, que, aos olhos da Igreja Católica, é uma causa santa, pois *o católico se posiciona a favor do pobre, nunca esquecendo seus princípios cristãos, ou melhor, ele ajuda o pobre justamente porque não deve esquecer o que lhe move, sua fé* (Silva, 2017, p. 79).

> As Romarias da Terra aconteceram na esteira do Concílio Vaticano II, que acabou com a ruptura entre povo, palavra e altar. As Romarias tradicionais essencialmente buscam o altar e o Santo, as Romarias da Terra introduziram a "Palavra", a reflexão. As Romarias da Terra têm um caráter ecumênico e ainda mais macro-ecumênico, incorporando ritos e símbolos de outros religiões ao universo católico. As Romarias da Terra valorizam o religioso, e não falham na sua contribuição profética. Nelas se busca mais que confortar o coração, se busca a transformação da sociedade, a construção do Reino de Deus (Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/romarias).

A Igreja Católica ou Igreja dos Pobres, termo disseminado pela Teologia da Libertação, exerce participação na organização e nas compreensões sobre a Romaria, possibilitando a captação de um público que, em guardadas proporções, difere do público dos Movimentos Sociais.

> Nas romarias, eram realizadas dramatizações, lidos depoimentos e denúncias que faziam parte da luta dos trabalhadores rurais. Neste ponto, ela se encontra muito próxima da estrutura da Caminhada da Seca, quando são lidos os depoimentos dos mortos na seca de 1932. O momento também é de oração e reflexão sobre as misérias do povo. Homens e mulheres percorrem longas distâncias até os locais de realização das celebrações. Aqueles que morreram em sua luta também são lembrados na Romaria da Terra. A Liturgia é totalmente voltada para o momento que se vivencia

> ali. Desde cânticos e orações até o ritual da missa, se busca dar ênfase aos camponeses (Silva, 2017, p. 68) [81].

Assim, a Romaria da Chapada é constituída por uma dimensão mística que provoca os romeiros e participantes durante a caminhada a somarem às lutas dos trabalhadores da Chapada. Conforme Vanderlinde (2009, p. 125), *a mística é capaz de criar um encantamento na luta do agricultor e um pesquisador atento poderá identificá-la em muitos momentos e movimentos relacionados à história dos camponeses*.

Figura 34 - VIII Romaria 21 de abril (2018).

Fonte: TV J1. Disponível em: http://tvj1.com.br/regional/noticias/ato-politico-em-defesa-do-acampamento-ze-maria-do-tome-vai-acontecer-nesta-quarta-21.html. Acesso em 07 nov. 2019, às 13:32h.

> A romaria se insere dentro desse imaginário religioso de uma peregrinação. Como quem diz, a nossa vida é uma peregrinação para a casa do pai. E nesse caminho, a gente é chamado para fazer a vontade de Deus. Então a lembrança de alguém, no contexto de uma romaria, de uma vida ceifada do contexto de uma romaria, ela tem uma importância grande no imaginário pra dizer: isso pelo qual ele foi assassinado, pelo qual perdeu a vida, seja terra repartida, saúde pra população, proteção do meio ambiente, isso é vontade de Deus. É uma causa evangélica. Isso é pra nós uma referência. Então a romaria, ela é lida como imaginário e é importante perceber uma coisa que as vezes, isso tudo no meio intelectual tem dificuldade de compreender. O imaginário popular não é o imaginário científico acadêmico, onde você descreve processos, você analisa processos, como fazem as ciências. O imaginário popular é o

[81] Karoline Queiroz da Silva (2017) analisa em sua dissertação a experiencia da construção da Caminhada da Seca em Senador Pompeu (CE) e os sentidos atribuídos à romaria criada pelo padre italiano Albino Donatti em 1982.

> imaginário religioso que lida com significado, que lida com sentido, que lida com valor, que lida com referencial de vida, do que vale do que não vale, do que é certo do que é errado, do que é bom do que é mau (Entrevista com o Padre Aquino Júnior, 2023).

A peregrinação também oferece uma oportunidade para os crentes se reunirem como uma comunidade de fé para compartilhar experiências, rezar juntos e fortalecer laços de solidariedade entre os participantes. As peregrinações estão, muitas vezes, enraizadas em tradições religiosas e culturais específicas. Ao participar das peregrinações, os crentes se conectam com a história, a cultura e a espiritualidade de sua religião, honram suas raízes e as transmitem às gerações futuras.

É importante sublinhar que o significado da peregrinação pode variar segundo as crenças, as práticas religiosas e os contextos culturais particulares. Cada peregrinação pode ter seu próprio caráter e significado pessoal para seus participantes.

> Um ato político é muito discursivo, é aquela ladainha, aquela fila de discurso, mesmo dizendo a mesma coisa, mas cada movimento, cada pastoral quer fazer a sua. Na romaria não tem discursos, porque a lógica, a linguagem da romaria é linguagem religiosa, que é a linguagem do rito, que é a linguagem do canto, a linguagem do gesto. A linguagem da romaria é o próprio caminhar, é o próprio peregrinar. A linguagem da romaria é o gesto da gente se reunir em torno do lugar onde Zé Maria foi assassinado, é o gesto da gente levantar as mãos, da gente cantar um Pai Nosso, da gente levantar o estandarte dos mártires, da gente gritar "Zé Maria, presente, presente", da gente cantar. Se você pegar o cancioneiro da romaria, os hinos que se cantam na romaria, você vai ver como é que nos cantos, nas palavras de ordem, você tem toda uma leitura do que acontece e todo um programa de vida e de ação. Mas de cânticos, de rezas, de gritos, de gestos e tudo termina na grande celebração eucarística, que congrega todos em torno da palavra, do evangelho de Jesus Cristo, que nos compromete e nos responsabiliza com a mesma causa (Entrevista com o Padre Aquino Júnior, 2023).

A Romaria da Chapada percorre o caminho que o corpo morto de Zé Maria do Tomé fez, do local do assassinato, onde foi construído um mausoléu, à capela, no sentido de consagrar e honrar a sua vida, que teve fim pela sua atuação e militância na Chapada do Apodi.

Mapa 6 - Percurso realizado pela Romaria da Chapada.

Fonte: (Nascimento et al., 2020, p. 119).

A caminhada da Romaria da Chapada é marcada por gritos de ordem e músicas que denunciam o assassinato de Zé Maria do Tomé, a espera por justiça, as experiências de exploração, o adoecimento e a morte vivenciados por trabalhadores agrícolas, tendo seus direitos violados pelo modelo de expansão do capital agroindustrial.

> O lugar para onde se caminha numa Romaria geralmente é marcado por lutas em defesa da terra, da Água, do Pão, da Justiça e Dignidade. As Romarias da terra possuem uma dimensão celebrativa, festiva. É a face mais visível e repercussiva de um trabalho miúdo, contínuo, incansável e silencioso feito com as comunidades camponesas. São as Romarias que identificam melhor a dimensão cultural e a religiosidade popular presentes na atuação da Comissão Pastoral da Terra. As Romarias são uma originalidade do trabalho da CPT e se apresentam como um modo de ampliar o seu raio de ação entre os camponeses e as camponesas em suas comunidades e entre a sociedade em geral. Além de celebrativas, as Romarias têm um cunho pedagógico, reforçando a mística da terra, da luta pela terra e na terra. Significam a afirmação da identidade e da condição dos camponeses e das camponesas enquanto membros de uma família maior, de uma grande "Liga Camponesa" (Disponível em: https://www.cptne2.org.br/quem-somos/martires-da-terra. Acesso em 22 de junho de 2022, às 22:38h).

Para além da Romaria da Chapada, ou inserir e comparar a existência de Zé Maria do Tomé aos de grandes lideranças que foram assassinados por conta de sua militância social (Chico Mendes, Pe. Josimo, Margarida Alves e Ir. Dorothy Stang, entre outros), é preciso elaborar e produzir sentidos amplos, diversos e coesos, que construam e positivem a memória do mártir Zé Maria do Tomé.

Figura 35 - Romaria da Chapada do Apodi – estandartes das lutas e dos mártires.

Fonte: Foto Galba Nogueira.

Nesse contexto, rememorar outras lideranças na Romaria da Chapada é uma forma de reafirmar a importância de Zé Maria do Tomé e das lutas que a sua memória evoca, bem como inseri-lo em uma lógica maior, nacional, com objetivo de transcender os mecanismos de resistência.

> Uma miríade de construtores e construtoras de um Mundo Novo que fazem parte do patrimônio espiritual da CPT. Margaridas, Dorothys, Josimos, Pedros, Josés, Raimundos, Severinas. Gente do povo. Mártires que em sua simplicidade doaram o que tinham: suas próprias vidas (Disponível em: https://www.cptne2.org.br/quem-somos/martires-da-terra. Acesso em 22 de junho de 2022, às 22:38h).

Dessa forma, a rememoração dos mártires da terra é uma forma tanto de reforçar sua existência no campo da memória, quanto de atribuir visibilidade à luta de camponeses e lideranças, que tiveram suas vidas encerradas por contrariar e buscar construir novas formas de viver, assim como Zé Maria do Tomé.

Figura 36 - A mística na Romaria da Chapada do Apodi.

Fonte: Foto Galba Nogueira.

> A mística da mobilização, que o ato-memória/romaria ressalta, é comunicada, apreendida, e experimentada por meio das emoções. Isso significa que os valores, a motivação ética do agir militante, que ela veicula, são conhecidos e transmitidos, para a comunidade que se forma em torno da 'mobilização social', através dos afetos e emoções (Rolemberg, 2021, p. 4).

A circularidade dos atos na Romaria coloca em evidência uma nova forma de organização do mundo, estruturada historicamente em uma ordem vertical hierárquica. Assim, o ato de reverência e respeito à memória dos mártires antecede a caminhada que por 12 anos é feita por atores dos movimentos e sociedade civil, completando o percurso que Zé Maria do Tomé não concluiu.

> Então a romaria termina sendo um espaço de denúncia, de anúncio, de congregação, de festa. E isso é muito importante na luta, porque a luta não se faz sem indignação, mas a luta também não se faz sem festa. Ou seja, uma festa sem luta é alienante, é ilusória, é pão e circo. Mas uma luta sem festa é muito amarga, não sustenta ninguém. Então a romaria tem também esse aspecto e se tornou, digamos, uma ocasião importante aqui na região do Vale do Jaguaribe, de reunir lideranças, de igrejas, sociais, estudantis, onde pessoas de mundos diferentes, com linguagens diferentes se congregam, se encontram. É claro que tem, por exemplo, se você começar um discurso político clássico, você tem muita gente de comunidade que não sabe, que não sintoniza, que dispersa. Você começa a celebração da missa, você tem algumas pessoas de movimento que também não sintoniza, que dispersa. Então você tem, evidentemente, dessas coisas. Mas no conjunto, tem sido uma ocasião privilegiada de encontro, de celebração, de denúncia, de resistência na chapada (Entrevista com Padre Aquino Júnior, 2023).

A Romaria da Chapada funciona como um dispositivo de memória e denúncia, o *fazer lembrar*. A mística da romaria evoca mobilização, ação, engajamento, legitimação e positivação da memória dos mártires da luta por terra, água e justiça.

Nesse ínterim, anterior ao ano da morte de Zé Maria do Tomé e à construção da Romaria da Chapada, há um episódio importante: o Grito dos Excluídos, ocorrido em 2009, no dia 7 de setembro, no qual foram reunidas mais de duas mil pessoas na Chapada do Apodi, já com o slogan *Grito dos Excluídos Contra os Agrotóxicos – a vida em primeiro lugar*, coordenado pela CPT.

Figura 37 - Grito dos Excluídos na Chapada do Apodi, 2009.

Fonte: (Rigotto, 2011, p. 533).

Dessa forma, no ano anterior à morte de Zé Maria do Tomé, há um expressivo movimento formado por agricultores e trabalhadores agrícolas, moradores da Chapada, Movimentos Sociais, professores e estudantes e Cárita Diocesana, constituindo o Grito dos Excluídos, cuja temática era a denúncia sobre os efeitos nefastos dos agrotóxicos, da pulverização aérea e da contaminação das águas que estavam ocorrendo no Baixo Jaguaribe.

O grande uso dos agrotóxicos estava alinhado à alta produtividade das empresas na busca de lucros imediatos, ou seja, outros modelos de desenvolvimento sustentável não eram possibilidades para as empresas.

Diante dos adoecimentos e mortes de trabalhadores agrícolas, iniciaram-se lutas e resistências com a participação dos movimentos sociais, como o MST, a CPT, a universidade, entre outros, com objetivo somar forças às famílias que estavam sendo atingidas cotidianamente pelo veneno nos campos das Chapada.

Figura 38 - Zé Maria do Tomé (de camisa amarela, segurando um avião) durante protesto em 2008, em Limoeiro do Norte (CE), contra pulverização aérea de agrotóxicos. Ao lado, Padre Júnior Aquino com camisa verde.

Fonte: Arquivo/Deputado Renato Roseno.

Figura 39 - Zé Maria do Tomé no Grito dos Excluídos na Chapada do Apodi, 2009.

Fonte: (Tobias Schmitt, 2009); (Coelho, 2010).

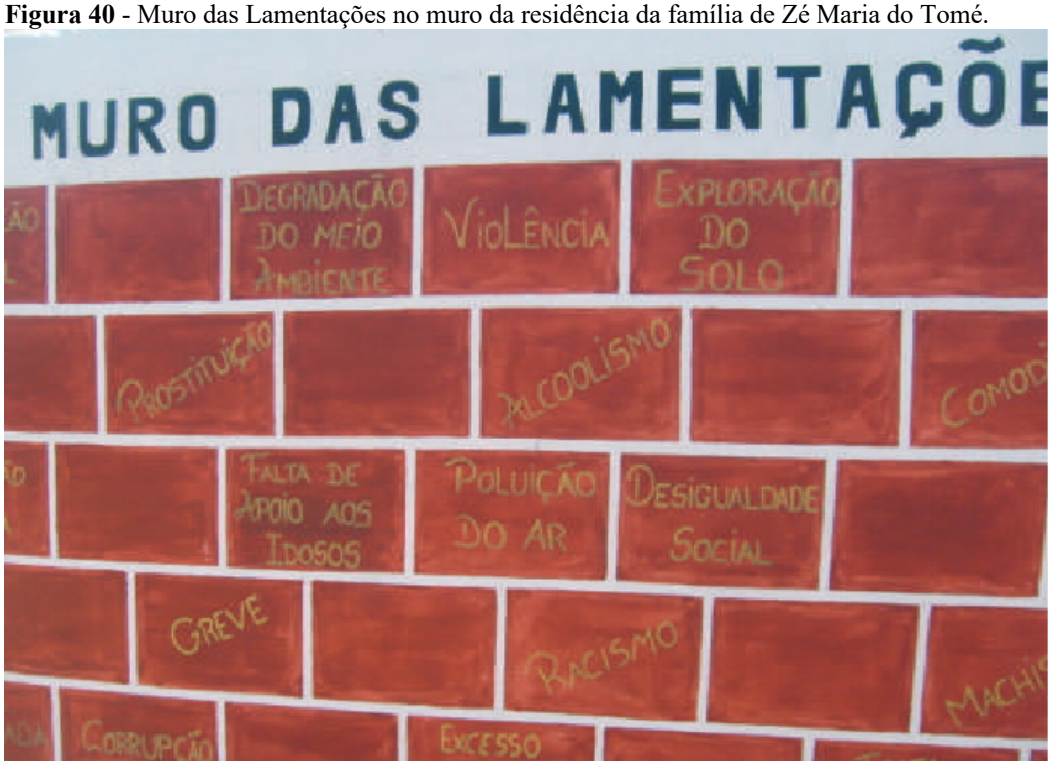
Zé Maria do Tomé, que aproveitava todas as oportunidades para denunciar e dar destaques às lutas contra o agronegócio, não faz diferente no Grito dos Excluídos de 2009, quando ele realiza sua fala com um avião de brinquedo nas mãos, fazendo referência à pulverização aérea que acontecia na Chapada do Apodi.

O avião apontado para o alto por Zé Maria do Tomé é um símbolo que denota as tensões vivenciadas entre os camponeses *versus* o agronegócio, marcadas pela pulverização aérea, pelo adoecimento e pela morte de pessoas e animais.

O avião é símbolo de morte para os camponeses e camponesas, mas, para o agronegócio, representa progresso e tecnologia, que adentra os campos sob o signo de *O Agro é Pop, o Agro é Tech, o Agro é tudo,* slogan da campanha publicitária que circula desde 2016, difundida pela Rede Globo, propaganda que dissemina o Agronegócio no Brasil e defende os interesses de um setor político-econômico brasileiro.

Frente a essa conjuntura, os camponeses resistem construindo formas plurais de denúncias e mobilização social. Para ilustrar, anterior ao dia 7 de setembro de 2009, o dia do Grito dos Excluídos, diversas atividades foram realizadas com a comunidade na produção de uma compreensão maior da realidade sobre a Chapada. Entre as metodologias de trabalho, podemos destacar duas: O Muro das Lamentações e a Árvore dos Sonhos.

Figura 40 - Muro das Lamentações no muro da residência da família de Zé Maria do Tomé.



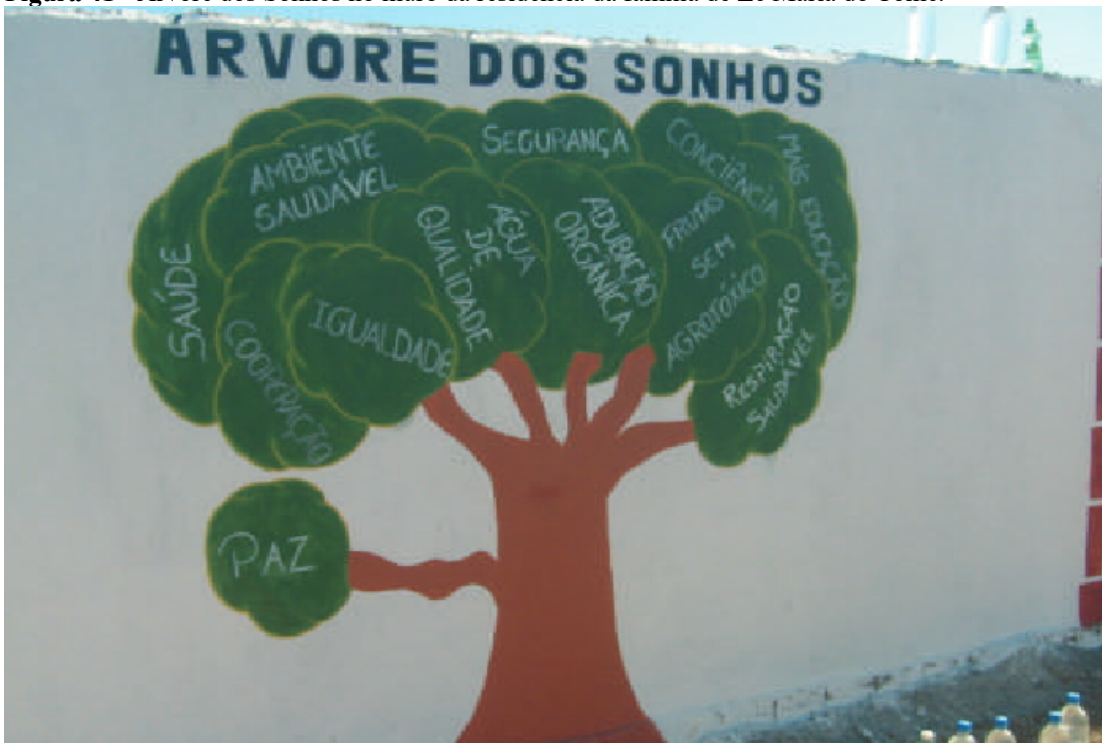
Fonte: (Rigotto, 2011, p. 553).

O Muro das Lamentações, localizado na área ocidental de Jerusalém, é um local sagrado para o judaísmo, que o usa como ponte para falar com Deus. Após O Grito dos Excluídos de 2009, os participantes produziram o Muro das Lamentações da Chapada do Apodi, e nele foram colocadas preocupações como: DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, VIOLÊNCIA, EXPLORAÇÃO DO SOLO, PROSTITUIÇÃO, ALCOOLISMO, FALTA DE APOIO AOS IDOSOS, POLUIÇÃO DO AR, DESIGUALDADE SOCIAL, GREVE, RACISMO, MACHISMO, CORRUPÇÃO, entre outros problemas.

A elaboração do muro é uma forma lúdica de a população da Chapada do Apodi colocar em relevo as tensões sociais e ambientais que foram aprofundadas com as instalações das empresas, modificando o cotidiano e, em grande medida, a relação do homem com o espaço. Assim, cada tijolo é um elemento simbólico relacionado ao sofrimento e à esperança vivenciados pelos trabalhadores sob o signo do agronegócio e os desdobramentos na região da Chapada do Apodi.

Mesmo não constituindo uma prática no cristianismo, o Muro das Lamentações da Chapada do Apodi - produzido pelos Movimentos Sociais, a Pastoral da Terra, os agricultores e a população da Chapada - é uma denúncia social às autoridades e ao Estado, e uma denúncia divina.

Figura 41 - Árvore dos Sonhos no muro da residência da família de Zé Maria do Tomé.



Fonte: (Rigotto, 2011, p. 553).

No mesmo dia da construção do Muro das Lamentações da Chapada do Apodi, foi construída uma Árvore dos Sonhos, que representa a elaboração simbólica de expectativas e desafios, onde a copa representa os sonhos, construídos em processo pelo percurso do tronco, e tem nas raízes à base de sustentação, que possibilita os sonhos acontecerem.

A Árvore dos Sonhos coloca em expressão um mundo ideal com SAÚDE, IGUALDADE, COOPERAÇÃO, AMBIENTE SAUDÁVEL, SEGURANÇA, ÁGUA DE QUALIDADE, ADUBAÇÃO ORGÂNICA, CONSCIÊNCIA, MAIS EDUCAÇÃO, FRUTAS SEM AGROTÓXICOS, RESPIRAÇÃO SAUDÁVEL e, em um galho lateral mais abaixo, vem em destaque a PAZ, como algo a ser acessado de forma primeira. A Árvore remonta há um modelo de sociedade e desenvolvimento vivenciado até a implantação do PIJA (Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi).

O Muro das Lamentações e a Árvore dos Sonhos atuam no campo simbólico e possuem um significado mais amplo que sua própria evidência concreta, isto é, os símbolos possuem significados.

Figura 42 - Muro da residência de Zé Maria do Tomé, na comunidade do Tomé-Limoeiro do Norte/Ce.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A continuação do muro, localizado na lateral da entrada do pequeno comércio que fica na frente da casa da família de Zé Maria do Tomé, denuncia, em letras maiúsculas, escritas pelo luto do preto, o que Zé Maria, enunciado em vermelho, fazendo-nos lembrar de seu sangue

derramado nos solos, dizia sempre: *Se me matarem vocês continuarem a minha luta, morro feliz.*

O muro com a frase proferida por Zé Maria do Tomé em vida é uma forma de luto, no sentido de seu desejo ser continuado pela família e pelos movimentos sociais-acadêmicos-religiosos que o acompanhavam, visto que, acima de sua vida, estavam as causas pelas quais lutava.

Entre tantos sentidos, ele produz efeito de resistência, de mobilização social e afetiva, de memória(s). A prática do muralismo opera por meio de elementos simbólicos e culturais, no sentido em que transforma um montante de tijolos e alvenaria em prática política cotidiana.

Dessa forma, compreendemos que as metodologias utilizadas pelos Movimentos Sociais-Cáritas-Pastorais-Universidade possibilitavam a construção de uma consciência social e histórica nos moradores e trabalhadores sujeitados ao modelo econômico em disputa.

Figura 43 - Grito dos Excluídos na Chapada do Apodi, 2009.

Fonte: Acervo de Tobias Schmitt (Rigotto, 2011, p. 162).

Figura 44 - Grito dos Excluídos na Chapada do Apodi, 2009 (Topo da Chapada do Apodi).

Fonte: Acervo de Tobias Schmitt (Rigotto, 2011, p. 163).

O progresso do modelo modernizador do desenvolvimento agroindustrial foi colocado em xeque pelos gritos de ordem que a marcha proferia enquanto percorriam a chamada "estrada do melão", de Limoeiro do Norte a Quixeré, empreendimento construído pelo Estado a fim de atender a demanda das empresas agrícolas.

A esperança é um sentimento que provoca a sensação de que mudanças irão ocorrer, e para melhor. Levados pela crença em elaborar e criar um mundo melhor, os trabalhadores, ao chegarem na comunidade do Tomé, produziram o Muro das Lamentações e a Árvore dos Sonhos como forma de materializar um outro mundo, que, por enquanto, é uma ideia.

Assim, há a construção de Zé Maria do Tomé como um mártir da luta social, expressado por narrativas sobre sua história de vida, o sacrifício em relação à sua missão e a coragem de enfrentar seu destino, a morte. Ademais, observa-se o deslocamento entre o Zé Maria do Tomé em vida e morte, o que problematiza os elementos simbólicos que reafirmam sua presença.

Figura 45 - Romaria da Chapada do Apodi, 21 de abril de 2022.

Fonte: Melquíades Júnior.

O Padre Aquino Júnior define Zé Maria do Tomé enquanto um mártir da luta social:

> Mártir não é somente aquele que é assassinado porque diz que é cristão, mas mártir é aquele que é assassinado por causa do evangelho, que é o evangelho da vida. Então quem é assassinado na luta pela terra, na luta pela água, na luta pelos direitos humanos, na luta pela democracia, que são valores evangélicos, pois aqui tem toda uma imagem alargada de martírio. É nesse sentido que se falou sempre de Dom Oscar Romero como mártir, é nesse sentido que sempre se falou do padre Josimo, padre Ezequiel, de Margarida Alves, de Santo Dias da Silva, da irmã Dorothy, do Chico Mendes. Não é que se inventou uma ideia de mártir, se tem uma tradição eclesial alargada assumida por vários movimentos populares. E de reconhecer e tratar como mártir aquele que morre na luta, que tomba na luta, dizer que essa morte não foi em vão, que morreu por uma causa justa e a gente precisa segurar e sustentar essa causa. Então um pouco isso que tá no imaginário do martírio, essa morte não foi em vão. Essa causa é uma causa justa, é uma causa evangélica, que nós temos a obrigação de guardar, de cultivar e de levar adiante essa causa. Por isso a memória do martírio não olha simplesmente pra trás, não é simplesmente a celebração de um cadáver, não é simplesmente a exaltação de uma pessoa que parecia valente, corajosa, que não tinha papa na língua, como de fato era Zé Maria. Mais do que olhar pra trás, mais do que celebrar um cadáver, o contexto do martírio é a afirmação da causa pela qual morreu, essa causa é nossa. Quando em uma romaria a gente grita “Zé Maria, presente, presente, presente. Até quando? Sempre, sempre, sempre.” No fundo, o que nós estamos dizendo é: essa causa é nossa, essa causa não morreu, mataram o Zé Maria, mas a luta continua. E isso permite transformar o luto em luta (Entrevista com o Padre Aquino Júnior, 2023).

A elaboração do mártir Zé Maria do Tomé figura simbolicamente numa construção que articula elementos do imaginário cristão, da mística dos movimentos sociais e da urgência de modificação social pela universidade.

A família de Zé Maria do Tomé, Movimentos Sociais, Universidade(s), Igreja Católica e o grupo M21 (Movimento 21 de abril) é uma rede de sujeitos articuladores e interlocutores, ou seja, a construção de um coletivo que positiva suas ações e agendas em torno dos elementos simbólicos que figuram sob a produção de sentidos e modelo hagiográfico de Zé Maria do Tomé enquanto um mártir da luta social. Assim, analisam-se os processos de construção de narrativas e produções de memórias e pós memórias em torno da história de vida e morte do líder comunitário.

CAPÍTULO 4: O QUE OS VIVOS FAZEM DOS MORTOS: ZÉ MARIA, PRESENTE! UM AGORA PERMANENTE

Os que num momento dado dominam
são os herdeiros de todos os que venceram antes.
A empatia com o vencedor beneficia sempre,
portanto, esses dominadores.

Walter Benjamin, Sobre o Conceito de História

Após o dia 12 de abril de 2010, diferentes interlocutores passaram a elaborar narrativas de vida de Zé Maria do Tomé inseridos em um modelo que atravessa o imaginário religioso do catolicismo, o mártir.

Nesse viés, a memória só existe em sua vivacidade, ao mesmo tempo em que é política e simbólica, constituída em meio ao movimento sinuoso da lembrança, um componente colaborador no processo de reelaborar as ausências em outras formas de presenças, ressignificando o esquecimento na produção de narrativas que tenham vividez.

O mártir é uma construção de imagens, discursos e linguagens que funcionam como articuladores entre as memórias sociais e memórias coletivas, coordenados aqui nas construções das narrativas do mártir Zé Maria do Tomé, bem como na atribuição de significado.

A(s) memória(s) e a construção do mártir Zé Maria do Tomé são construtos que possibilitam a(s) resistência(s), bem como a monumentalização do ambientalista e as estratégias de elaboração de sentidos na efetivação do "não-esquecimento" através da Lei Zé Maria do Tomé (Lei 16.820/19), a elaboração de outros corpos e a transformação da ausência em presença com uso dos dispositivos mnemônicos, da arte e da narrativa.

4.1 Lei Zé Maria do Tomé (Lei 16.820/19)

A Lei 16.820/19 que proibia a pulverização aérea no Estado do Ceará foi nomeada de Lei Zé Maria do Tomé, haja vista a trajetória do camponês e ambientalista que denunciou e lutou contra violências e tensões, entre elas, a expropriação da terra, a contaminação das águas, a pulverização aérea, a morte de animais e plantas, assim como o adoecimento dos trabalhadores e dos moradores das comunidades, realizados pelo agronegócio na região da Chapada.

A trajetória de Zé maria do Tomé foi encerrada no dia 12 de abril de 2010. Fora assassinado com vinte e cinco tiros em virtude das lutas desenvolvidas na região da Chapada do Apodi, entre elas, articulada à luta popular, a promulgação da Lei Municipal 1.278/2009,

que, numa medida inédita no Ceará e no Brasil, proibia a pulverização aérea em Limoeiro do Norte, porém revogada um mês após a morte do ambientalista.

No ano de 2015, iniciou-se um trabalho de convencimento e articulação para a aprovação de uma legislação que proibisse a pulverização aérea no Estado do Ceará. Em 2019, foi aprovada e sancionada pelo governador Camilo Santana do Partido dos Trabalhadores (PT) a Lei 16.820/19, que tem o Deputado Estadual Renato Rosseno como autor, após dez anos da lei promulgada em Limoeiro do Norte, mas ainda adjetivada pelo caráter inédito da Lei estadual no âmbito nacional.

O ano de aprovação da Lei Zé Maria do Tomé foi 2019. Ano profundamente marcado pelo autoritarismo e pelo retrocesso, que tinha como liderança nacional o presidente Jair Bolsonaro (2018-2022). Contudo, foi neste período que se aprovou uma Lei que desafia diretamente os interesses do agronegócio, por um parlamentar de um partido de esquerda, Deputado Estadual Renato Rosseno do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), fruto das lutas populares na Chapada do Apodi.

Não obstante, em entrevista cedida para este estudo, inquerimos o parlamentar Renato Rosseno sobre o processo de aprovação da Lei 16.820/19.

> Foi o seguinte, foram quatro anos. Foi o meu primeiro projeto. Eu entrei aqui no dia dois de fevereiro de dois mil e quinze e no dia dezoito de fevereiro de dois mil e quinze a gente tinha entrado com a lei. Passou quinze, dezesseis, dezessete, dezoito, no dia dezoito de dezembro de dois mil e dezoito, na última sessão a gente consegue. Porque nesses quatro anos teve audiência pública, teve muitos pareceres, vai e volta, muita presença de pesquisadores conversando com os deputados. Muita presença de pesquisadores e, em especial, da saúde. Agora que tinha muito médico, era muito interessante os médicos falando para médicos, oncologistas (Entrevista com o Deputado Estadual Renato Rosseno, 2023).

Para que ocorresse a aprovação da Lei Zé Maria do Tomé, foram realizadas audiências públicas, constituídas por pesquisas acadêmicas sobre a problemática dos impactos sanitários e socioambientais pelo uso dos agrotóxicos, colocadas em relevo pelo Grupo de Estudo TRAMAS e por médicos especialistas e renomados do Instituto Nacional do Câncer (Inca), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e intensos debates na Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE), com participação e mobilização dos movimentos sociais, em especial, o M21.

Sob tal conjuntura, o Estado do Ceará sanciona a aprovação de uma Lei inédita, e única até então, para a proibição da pulverização aérea, devido à intensa contaminação do solo e do ar na região da Chapada do Apodi, bem como a contaminação de animais, peixes, pássaros, lençóis freáticos e solos, o que colocava em situação de vulnerabilidade a vida dos habitantes

da Chapada do Apodi de forma direta e, de forma indireta, os consumidores de frutas produzidas com a manipulação de agrotóxicos.

Outrossim, a Lei Zé Maria do Tomé (Lei 16.820/19), além de proibir a pulverização aérea de agrotóxicos, conjuntamente, penalizava os infratores com o pagamento de multa, numa tentativa de efetivar seu objetivo nodal.

A Lei 16.820/19 foi alvo de diversas tensões e enfrentamentos quando, em 2021, foi pedida a inconstitucionalidade da Lei. A Suprema Corte julgava a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6137/2019, impetrada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), conhecidos como a *bancada ruralista* que mobiliza grupos ligados ao agronegócio, e lançava questionamentos e descréditos sobre a Lei Zé Maria do Tomé.

Um documento importante no enfrentamento à problemática do uso de agrotóxicos na pulverização aérea foi a Nota Técnica produzida pelo Grupo de Pesquisa Territórios do Semiárido, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 2022, na liderança do professor Dr. Leandro Cavalcante que, por meio de suas pesquisas, afirmava que, mesmo com a proibição da pulverização aérea nos últimos três anos, houve aumento da quantidade produzida e da produtividade mesmo com a promulgação da Lei Zé Maria do Tomé, ruindo o argumento central da *banca ruralista* que afirmava que o uso do agrotóxico impactava de forma negativa a produtividade nos campos.

Em 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a constitucionalidade da Lei Zé Maria do Tomé, tendo a ministra Carmem Lúcia como relatora, sendo seguida pelos votos dos ministros Edson Fachin, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Roberto Barroso e André Mendonça. Todos os votos foram favoráveis para a manutenção da Lei, ou seja, favoráveis à proibição da pulverização aérea em todo o Estado do Ceará. Assim, o julgamento ganha repercussão nacional e abre precedente para os outros estados promoverem leis que proíbam a pulverização aérea.

Mapa 7 - Mapeamento dos estados que estão em processo de leis que proíbem a pulverização aérea.

Fonte: Assembleias Legislativas Estaduais (crédito Rafael Mantarro).

Conforme os dados obtidos pelas Assembleias Legislativas Estaduais, os estados do Pará, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná estão em processo de tramitação de leis que proíbam a pulverização aérea com base na Lei Zé Maria do Tomé (Lei 16.820/19).

A manutenção da Lei 16.820/19 foi marcada pela atuação desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), bem como por outras organizações, entre elas, Terra de Direitos, Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP), Associação Brasileira de Juristas Pela Democracia – Ceará, Articulação Nacional de Agroecologia, FIAN Brasil, Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, Movimento vinte e um de Abril (M21), Conselho Nacional de Ouvidorias Públicas de Defensorias Públicas, Tramas – Trabalho, Ambiente e Saúde, Verde

Luz, Greenpeace, Comissão Pastoral da Terra, Greenpeace, Associação de Professores de Direito Ambiental do Brasil e Juízes pela Democracia, que assinaram e atribuíram visibilidade à campanha *Chuva de veneno, nunca mais!* que intuía mobilizar e assegurar a manutenção da Lei Zé Maria do Tomé no Estado do Ceará.

Figura 46 - Wagner Moura em defesa da Lei Zé Maria do Tomé.

Fonte: YouTube (https://youtu.be/R0y6gbKzj-U).

A campanha *Chuva de veneno, nunca mais!* mobilizou artistas e personalidades com visibilidade nacional, como o ator e diretor Wagner Moura, que participa do movimento, somando a este sua imagem e credibilidade.

A manutenção da Lei 16.820/19 é uma importante vitória aos movimentos que se articulam em redes de apoio no enfrentamento do agronegócio e sua estrutura, na luta e na defesa pela segurança e pela vida dos trabalhadores e moradores da Chapada do Apodi.

A Lei Zé Maria do Tomé constituía um modelo para os movimentos sociais e populares positivarem as lutas sociais e constituírem ações na promoção de subverter a lógica colonial e capitalista do modelo de produção.

Outrossim, a Lei Zé Maria do Tomé é a construção de um horizonte em que há a possibilidade de construir outros modelos de desenvolvimento e produção que rompam com o

grande capital, como a agricultura familiar, a qual, de forma coletiva, produz e compartilha com a comunidade.

4.2 Corporização dos espaços, a produção da presença

> *O que sabemos dos lugares é coincidirmos com eles durante um certo tempo no espaço que eles são. O lugar estava ali, a pessoa apareceu, depois a pessoa partiu, o lugar continuou. O lugar tinha feito a pessoa e ela havia transformado o lugar.*
>
> José Saramago

Os vinte e cinco tiros em Zé Maria do Tomé tinham como intuito sua morte e, com sua ausência, a produção do silenciamento, seguida pelo esquecimento da liderança com o passar dos anos. Entretanto, com o fim da existência física do ambientalista, o M21 em rede produziu diversas linguagens e a construção da corporificação de Zé Maria do Tomé.

> A morte de Zé Maria terminou se tornando, tragicamente, um fator de congregação, de mobilização, de animação, de resistência. E aos poucos também a própria imagem de Zé Maria foi muito mais integrada no imaginário social em um contexto de disputa, porque a disputa que se dá do território ela se reflete no imaginário, porque o imaginário não é uma coisa independente do território. O imaginário é a forma mais profunda de entender e de legitimar e uma forma de organizar e viver, habitar o território (Entrevista com o Padre Aquino Júnior, 2023).

Conforme Gumbrecht (2010), a existência não é unicamente física, a experiência estética movimenta-se entre os *efeitos de presença* e os *efeitos de sentido.* O exercício de fazer-lembrar elabora nos lugares uma consciência que acessa a história e as problemáticas relacionadas a ela.

Zé Maria do Tomé, quando construído como mártir da luta social, passou a ser compreendido como uma forma de existência, de ser e se fazer lembrado, comemorado, evocado enquanto memória e narrativa por diversos dispositivos de memória.

Mártires é um termo que geralmente se refere a pessoas que sofrem ou morrem em defesa de uma causa, crença ou ideologia. Embora o conceito de martírio possa ser influenciado por fatores culturais e sociais, é importante observar que nem todas as interpretações de martírio são necessariamente construções sociais. Algumas pessoas podem se sacrificar voluntariamente por suas convicções, independentemente de influências externas.

> (...) os mártires eram vistos pela Igreja primitiva como pessoas que alcançaram a perfeição da virtude pela entrega da sua vida, como Jesus, no perfeito amor ao Pai. O martírio, em outras palavras, pressupõe a perfeição da fé e da esperança, bem como a caridade. Em não-mártires, porém, o perfeito amor a Deus não era assim tão obvio. Seus títulos à santidade não derivavam de maneira como morriam, mas da maneira

> como tinham vivido. Para ser considerado santo, o fiel tinha de desenvolver, no curso de uma vida inteira, perfeição de caráter ou virtude. Assim, as histórias e lendas de não-mártires – sobretudo ascetas – eram histórias de virtude histórica (Woodward, 1992, p. 380).

No entanto, é verdade que a percepção de mártires e a valorização do martírio podem ser moldadas pela sociedade. A construção social em torno do conceito de martírio pode variar amplamente em diferentes culturas, religiões e sistemas de crenças. Os mártires são frequentemente reverenciados e considerados heróis ou exemplos de dedicação e coragem.

É importante lembrar que a interpretação e a visão sobre o martírio podem ser subjetivas e variar de pessoa para pessoa. Além disso, o contexto histórico e cultural desempenha um papel significativo na forma como o martírio é compreendido e valorizado em diferentes sociedades.

> (...) é um crime político que não teve solução. Isso por si já é uma coisa antidemocrática. Ou seja, um país democrático uma pessoa não pode ser assassinada por causa do seu movimento e isso ficar impune, isso veja, isso é antidemocracia não pode ficar desse jeito. As coisas não podem ser, independentemente de qualquer coisa, veja independentemente de qualquer coisa nenhum crime poderia ficar impune, sobretudo um crime contra a vida. Em segundo lugar há o fato de ser um crime político. Em terceiro demonstra que os motivos do modelo que levaram a morte de Zé Maria mantêm-se vivos, o modelo não mudou. O modelo não mudou. Ele morreu e o modelo não mudou. A única alteração substantiva foi a lei Zé Maria do Tomé, a lei que leva seu nome. O modelo agroexportador, hidrointesivo, grande consumidor de fertilizantes químicos e grande consumidor de agrotóxicos, o modelo não mudou. Não mudou. Então acho que assim, respondendo mais diretamente sua pergunta, a memória dele é a memória da necessidade de lutar contra esse modelo. Poderia ser diferente, sabe? A gente poderia estar produzindo uma outra cesta de produtos pra população interna, por exemplo (Entrevista com o Deputado Estadual Renato Rosseno, 2023).

No processo de fazer lembrar, a composição material reforça e naturaliza as narrativas da memória. Os lugares físicos compõem o patrimônio histórico[82] e, assim, constituem monumentos[83] como lugares simbólicos para a memória, coordenados por dimensões social,

---

[82] *Patrimônio histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas0artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos. Na nossa sociedade errante, sempre em transformação devido ao movimento e ubiquidade do seu presente, o patrimônio histórico, tornou-se numa das palavras-chaves da tribo mediática: ela remete para uma instituição e para uma mentalidade.* In. CHOAY, F. **Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2010, p.11.

[83] Conforme Jacques Le Goff, *desde a Antiguidade romana o monumentum tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos*. In. LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996, p. 536).

política, cultural e estética.[84] Os lugares de memória possuem uma diversidade de significados que sofrem processos de ressignificação.

Figura 47 - Memorial Zé Maria do Tomé no lugar em que foi assassinado.

Fonte: Sara Maia/O POVO.

O Memorial Zé Maria do Tomé é mausoléu que demarca o lugar onde Zé foi assassinato em 21 de abril de 2010. De 2011 para cá, é o lugar que demarca o encontro dos participantes e a saída da Romaria Zé Maria do Tomé em direção à comunidade do Tomé.

Não obstante, o Memorial Zé Maria do Tomé é um patrimônio constituído como consagrado pela rede de interlocutores que compõem o M21, como um vulto marcador da causa e da memória do ambientalista que teve sua vida "encerrada" e o início da vida do mártir Zé Maria do Tomé.

O mausoléu ou o Memorial Zé Maria do Tomé é um lugar de memória, de luta e vida nova, de um marcador que alguém morreu naquele espaço, ou seja, constitui um dispositivo de

[84] Roland Barthes, quando analisa *Retórica*, obra de Aristóteles que define os topoi como sendo lugares mnemônicos constituídos de diversas camadas de significado, ou seja, lugares que eram comuns e utilizados como espaço onde iniciava-se o debate. Conforme Paul Ricouer, as metáforas que orientam e elaboram significados é um exemplo de topoi, pois, como um dispositivo mnemônico, existe em movimento, uma forma de memória em ação. Assim, os lugares são construtos de significados que elaboram a memória coletiva (BARTHES, 2001; RICOUER, 2000).

memória, essencialmente católico, que demarca aquele espaço como o de últimos instantes de vida daquele indivíduo.

Nesse sentido, os lugares de memória configuram processos, no caso do Memorial Zé Maria do Tomé, como espaços de luta e morte, reconfigurada pela Romaria da Chapada como um ponto de partida e encontro na caminhada; mas não só isso, a caminhada configura caminho em relação a um horizonte de possibilidades e de desenvolvimento.

O nome de Zé Maria do Tomé passa a designar lugares que passam a ser adjetivados e relacionados às suas lutas e denúncias na Chapada do Apodi. Entre eles, o CERESTA RURAL Zé Maria do Tomé (Centro de Referência à Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental), que fica localizado no centro da Cidade de Limoeiro do Norte – CE (R. Cel. José Nunes, 776-876 – Bairro João XXIII).

Figura 48 - CERESTA Zé Maria do Tomé.

Fonte: Arquivo da autora.

O CERESTA RURAL Zé Maria do Tomé foi inaugurado em Limoeiro do Norte em 2014. É um equipamento que executa serviços de saúde do trabalhador e compõe uma das nove unidades no Ceará. Além disso, tem a função de efetivar as notificações do adoecimento dos trabalhadores do campo relacionados ao uso de agrotóxico.

A partir de 2020, o CERESTA RURAL Zé Maria do Tomé passa a ser gerido por Antônia Márcia Xavier, filha de Zé Maria do Tomé, psicóloga. Após a morte de seu pai, Márcia Xavier passou a integrar a luta contra a pulverização aérea, constituindo-se como a interlocutora da família.

Ademais, outro espaço significativo, também adjetivado pelo nome do ambientalista, é a Escola Familiar Agrícola (EFA) Jaguaribana Zé Maria do Tomé, conduzida pela Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana (AEFAJA), situada no Sítio Currais de Cima, na Zona Rural de Tabuleiro do Norte – CE. É constituída pelo tripé: Educação do Campo, Agroecologia e Convivência com o Semiárido.

Figura 49 - Logomarca da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.

Fonte: Site https://www.efajaguaribana.org.br/sobre-nss

Conforme é apresentado no site da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé,

> A logomarca foi criada pelo artista Ivo Sousa e tem um significado muito importante na representação da Associação. A cabaça, símbolo da nossa cultura camponesa, carrega o nosso líquido precioso e irriga nossas vontades de liberdade. A carnaúba é flora da nossa Caatinga e um dos elementos dominantes da vegetação da Região Jaguaribana. O pássaro faz parte de nossa fauna e representa o ato de voar, o desejo.

> As mãos representam a presença humana, homem e mulher na construção do sonho. (Disponível em: https://www.efajaguaribana.org.br/sobre-nss. Acesso em 12 de agosto de 2023, às 20:40h).

Elementos como a cabaça e a carnaúba são significativos na paisagem do semiárido, flora perseverante à seca. O pássaro é simbólico na ideia de liberdade e na possibilidade de acessar outros horizontes. E as mãos, força motriz nas realizações e ações para mudança do mundo.

A EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé constitui-se do tripé: Educação do Campo, Agroecologia e Convivência com o Semiárido, que tem a Educação do Campo alinhavada pela metodologia Pedagogia da Alternância, da qual Paulo Freire é o grande expoente.

O Projeto Político-Pedagógico da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé, fundamentado na metodologia da Pedagogia da Alternância de Freire, é constituído pelo ensino técnico curricular comum à proposta educacional e evidencia as relações com a família e a comunidade, bem como as experiências e vivências dos discentes, sendo estes, em sua maioria, filhos de agricultores, além de construir conhecimento em diálogo com os princípios da Agroecologia, realizando a Convivência com o Semiárido, a Educação Popular e a Economia Solidária.

Thiago Valetim, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e presidente da AEFAJA, compreende o diferencial da escola:

> São vários. O primeiro é que é uma escola fundamentada na Agroecologia e na **Convivência com o Semiárido**, uma outra forma de viver no campo, de produzir, respeitando a natureza e suas leis, buscando conviver com o clima, com o **bioma Caatinga** e encontrando a possibilidade de viver com dignidade no campo. O segundo diferencial é que é uma escola integrada às **lutas por terra, por território, por água, pelos direitos dos povos do campo na região do Vale do Jaguaribe**. Então, todo o conjunto da EFA, desde coordenadores e coordenadoras, educandos, educadores e outros colaboradores são motivados, convidados, sensibilizados a se inserirem nas lutas pelos direitos dos povos do campo aqui na região (Disponível em: https://www.efajaguaribana.org.br/sobre-nss. Acesso em 12 de agosto de 2023, às 20:40h).

A EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé elabora um projeto educacional-curricular da Educação para o Bem Viver realizado numa concepção holística e integrativa de maneira saudável entre etnias, crenças, gênero, entre outras, que objetiva promover a permanência dos jovens no campo, no modelo da agroecologia.

A EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé tem seu embrião ainda em 2016, quando o projeto da escola foi apresentado à CPT (Comissão Pastoral da Terra), bem como a lideranças comunitárias que atuam na região do Vale do Jaguaribe. Por meio de reuniões e diálogos, o

projeto toma forma, passa a ser gerido pela AEFAJA, que articula diversos movimentos sociais, já que a escola não recebe recursos do Estado ou da iniciativa privada. Sua manutenção vem por meio de editais, doações, campanhas e voluntariado.

Os discentes da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé têm entre 16 e 32 anos, não pagam mensalidades, em grande maioria, naturais dos municípios de Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Quixeré, Morada Nova, Potirema e Iracema, componentes do Baixo Jaguaribe. Os professores atuam de forma voluntária. Existem duas turmas de Ensino Médio e o Técnico em Agropecuária.

Paralelamente, o Acampamento Zé Maria do Tomé constitui um importante lócus de resistência e possui em si bandeiras de luta elencadas pelo ambientalista em vida, como a denúncia da grilagem das terras e da ausência e contaminação das águas na Chapada do Apodi.

O Acampamento Zé Maria do Tomé passa a ganhar forma em maio de 2014 quando um grupo de trabalhadores sem-terra ocuparam cerca de um mil hectares de terras dentro de um quadrante de mil e setecentos hectares, reivindicado para a reforma agrária pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A ocupação é uma resposta ao longo tempo de espera quando, ainda nos idos de 1980, muitos agricultores tiveram suas terras desapropriadas para a criação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA), no projeto elaborado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), o qual, entre 1980-1990, inicia as instalações do capital privado e, com isso, as primeiras empresas da fruticultura, sob o modelo da agroexportação, seguido pelo processo de grilagem de terras, ou seja, a tomada de terras, sejam elas públicas ou de terceiros.

Na tese do geógrafo de Leandro Cavalcante, *As firmas tomaram conta de tudo: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe – CE*, o autor coloca em pauta os dados produzidos pelo DNOCS: dos 9.605,71 hectares totais do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, 3.817,66 hectares estavam em situação irregular, ou seja, 40% de toda a área; e as firmas Frutacor, Del Monte, Banesa, WG Fruticultura e Betânia eram as beneficiadas com a grilagem de terras dentro da infraestrutura pública.

Nesse sentido, a morosidade da justiça na emissão de uma decisão em retirar as empresas das terras invadidas no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA) provoca uma mobilização dos camponeses para que novas extensões de terra sofressem grilagem. Não obstante, reivindicavam terras para que fossem distribuídas com os pequenos produtores que foram expropriados.

Um processo iniciado pelas denúncias de Zé Maria do Tomé apresentadas ao Ministério Público, que acatou as acusações e passou a tarefa de fiscalização ao DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). Em entrevista à revista Carta Capital, o procurador do Ministério Público Federal de Limoeiro do Norte, em 2010, afirma a existência da grilagem de terras na região do PIJA.

> O Dnocs parece ter perdido inteiramente o controle dos lotes, sendo certo que grandes empresas e grandes agricultores ocupam inúmeros lotes destinados a pequenos assentados. A Del Monte, por exemplo, estava a cercar terras pertencentes ao Dnocs (ou seja, à União), conforme fotos que acompanham a representação. É relevante frisar que boa parte da área recebeu maciços investimentos federais, contando com ampla infraestrutura que se acha a serviço de empresas privadas (Trecho de entrevista com o procurador do Ministério Público Federal de Limoeiro do Norte em 2010, reproduzida na revista Carta Capital - grifo nosso).

Com o assassinato de Zé Maria do Tomé em 2010 e a morosidade da justiça na regulamentação fundiária das terras do PIJA, os movimentos sociais e as organizações, em articulação com os trabalhadores da Chapada do Apodi, passam a reivindicar pelo direito às terras e a expulsão das empresas. Todavia, a mobilização resultou, em 2014, na ocupação de parte de terras no Perímetro Irrigado e, assim, na formação do Acampamento Zé Maria do Tomé, qualificando a experiência de luta pelo direito à terra e à água na região da Chapada do Apodi, fortemente denunciada na fala de Zé Maria do Tomé.

O Acampamento Zé Maria do Tomé surgiu como uma resposta aos conflitos de desapropriação e grilagem de terras na Chapada do Apodi (CE), que correm desde os anos de 1990. Em 2014, com o advento do TAC (Termo de Ajuste de Conduta), elaborado com base no documento formulado pelo DNOCS, que comprovava a grilagem de terras realizada pelas grandes empresas, reafirma-se que 1.000 hectares deveriam ser destinados aos pequenos agricultores.

Figura 50 - Faixa sobre a ocupação do Acampamento Zé Maria do Tomé.

Fonte: Bernadete Freitas, 2014.

O modelo de produção realizado no Acampamento Zé Maria do Tomé é, em diálogo com a agroecologia, uma nova reação para com o Meio Ambiente, rompendo com o modelo de desenvolvimento capitalista, na relação entre produção e vivência de 1.070 famílias, pertencentes a 31 comunidades rurais circunvizinhas do Perímetro Irrigado.

Figura 51 - O Acampamento Zé Maria do Tomé é fruto de uma grande ocupação realizada em maio de 2014, onde resistem mais de 100 famílias.

Fonte: Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.

A ocupação ocorreu em maio de 2014. Camponeses de diversas comunidades se organizaram e construíram o acampamento. Contudo, foram surpreendidos com a decisão da Justiça de Limoeiro do Norte, que determinava que a ocupação fosse desfeita e as famílias saíssem da área ocupada. Esta determinação vem sendo rebatida pelo DPU (Defensoria Pública da União), bem como por outras instituições que estabelecem apoio ao acampamento e sua legalidade.

O Acampamento ser adjetivado com o nome de Zé Maria do Tomé remonta aos elementos significantes que demarcam as lutas sociais elencadas pelo ambientalista na Chapada do Apodi, o que positiva a própria existência do acampamento.

Outrossim, o Acampamento Zé Maria do Tomé coloca em ênfase palavras de ordem, que se tornam além sob o signo de OCUPAR – RESISTIR – PRODUZIR, ou seja, versam sobre as ações propostas pelo acampamento, enquanto coletivo, no sentido de denunciar, criar mecanismos para resistir e construir formas de sobrevivência, assim como uma produção que rompa com o modelo agroexportador, configurando-se enquanto agricultura familiar.

Em 2021, durante a Pandemia do COVID 19, o Acampamento Zé Maria do Tomé fez uma ação de doação de mais de 5 toneladas de alimentos como: banana, mamão, batata, limão, cheiro verde, pimentão, jerimum, acerola, coco, entre outros, em parceria com a Pastoral da Criança do município de Limoeiro do Norte, produzidos no acampamento de forma agroecológica.

Figura 52 - Acampamento Zé Maria do Tomé realiza ação de solidariedade em Limoeiro do Norte/CE (30 de setembro de 2021).

Fonte: Rafael Telles / Acervo do MST no Ceará.

A ação foi realizada no dia 30 de setembro de 2021, em frente à Câmara Municipal de Limoeiro do Norte. Um ato social e político que, por meio das doações das famílias do Acampamento Zé Maria do Tomé, além de colaborar com a solidariedade de famílias com insegurança alimentar, buscava legitimar e positivar o olhar que é lançado sob os trabalhadores e trabalhadoras do acampamento de forma a criminalizar o movimento.

O acampamento, porém, mantém-se no terreno apenas pela resolução do STF, que impede despejos durante a pandemia, já que perdeu ações contra a reintegração de posse em todas as instâncias.

Os desdobramentos e resistências sobre Zé Maria do Tomé são múltiplos e plurais, como a homenagem que, no ano de 2019, a Quadrilha Junina Festeja Siara dedica ao Acampamento Zé Maria do Tomé. No meio da apresentação, prestam homenagem a Zé Maria do Tomé, assassinado pelas lutas que realizava na região da Chapada do Apodi. [85]

Figura 53 - Quadrilha Junina Festeja Siara homenageia o Acampamento Zé Maria do Tomé.

Fonte: https://instagram.com/festejasiara?igshid=MzRlODBiNWFlZA==

[85] A Quadrilha Festeja Siara apresenta a Histórico do Acampamento Zé Maria do Tomé na Chapada do Apodi no último dia do Quixeré Junino (Festividade no município de Quixeré, no circuito de São João no Ceará) 29/06/19, reportagem para a TV da GENTE – Quixeré. Disponível em: https://youtu.be/BDJMiaE5LHU. Acesso em 22 de junho de 2023, às 23:45h.

Desse modo, a Quadrilha Junina Festeja Siara ressignifica a bandeira do Movimento dos Sem Terra (MST), simbólica nas lutas em combate à concentração agrária no Brasil, em contrapartida, marginalizada, em grande medida, pelos grupos vinculados ao agronegócio. Na performance, a bandeira do MST é um estandarte que fica no centro da apresentação.

A presença de Zé Maria do Tomé ao longo dos treze anos é reelaborada por diferentes linguagens, entre eles a arte, como uma linguagem de denúncia e como espaço de debate político. Conforme Deleuze, *a arte é o que resiste: ela resiste à morte, à servidão, à infâmia e à vergonha* (1992, p. 215).

A arte sob o signo da resistência e da memória é constituída de processos de invenções e de significação, como realização da luta e das denúncias enunciadas. A arte segue seu papel, a contra pelo, atribuindo visibilidade ao que foi esquecido, ou ao que não deva ser esquecido. Consoante Gagnebin, a arte pode ter como significado um dispositivo político que designa *presença de uma ausência e ausência de uma presença* (2012, p. 13).

Na encenação da morte de Zé Maria do Tomé realizada no final da apresentação junina, havia como fundo musical a canção *Sono de Iracema,* do grupo teatral Barba dos Corações Perdidos, composta por Chico César, Bráulio Tavares e Leandro Gomes de Barros.

> Quando eu conversar com Deus/Vou querer lhe perguntar/Se deixou que esse mundo/Virasse um triste lugar/E a vida fosse somente/Essa dívida que a gente
> Tem que morrer pra pagar
>
> Vou dizer que a injustiça/Começa no nascimento/Uns tem berço e colchão fino
> Outros num chão de cimento/Uns tem amor e carinho/E outros crescem num ninho/De medo e de sofrimento
>
> Toda noite o mundo escuta/O choro dos ofendidos/Das esposas que costuram
> Mortalhas para os maridos/Notícias que não vieram/Para as mães que ainda esperam/Filhos desaparecidos
>
> Retirantes maltrapilhos/Em frente ao portão dourado/Batendo com toda a força/Ninguém ouve o seu chamado/Chamam a mais de cem anos/De fome, de desenganos/Mas Deus é muito ocupado

Figura 54 - Quadrilha Junina Festeja Siara homenageia o Acampamento Zé Maria do Tomé.

Fonte: https://instagram.com/festejasiara?igshid=MzRlODBiNWFlZA==

A arte ressignifica os processos de dores e silenciamentos, dá visibilidade ao esquecido e inteligibilidade ao não compreendido. A Quadrilha Junina Festeja Siara, na performance de dança e música, evoca sentimentos e conexões com as lutas da Chapada do Apodi, com vida de Zé Maria do Tomé, que se refere ao devir.

Outra importante visibilidade forma as reportagens elaboradas pelo jornalista Melquiades Júnior, as quais compõem um conjunto de entrevistas denominadas por *Viúvas do Veneno*. A obra ganhou importante notoriedade e premiações, como Prêmio MPT (Ministério Público do Trabalho) de Jornalismo, na categoria jornal impresso pela série de reportagens publicada Diário do Nordeste (CE)[86]; o Grande Prêmio Jornalistas&Cia/HSBC (Banco Hong Kong and Shanghai Banking Corporation) de Imprensa e Sustentabilidade [87] e o Prêmio ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) de Direitos Humanos[88].

[86] Disponível em: https://www.prt5.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-ba/254-mpt-divulga-os-vencedores-do-premio-de-jornalismo. Acesso em 12 de junho de 2022, às 15:00h.
[87] Disponível em: https://www.portaldosjornalistas.com.br/diario-nordeste-vence-em-grande-premio-j-cia-hsbc-em/. Acesso em 12 de junho de 2022, às 18:00h.
[88] Disponível em: https://www.anamatra.org.br/imprensa/anamatra-na-midia/23989-serie-vence-mais-um-premio-nacional. Acesso em 12 de junho de 2022, às 19:00h.

Além disso, a série de reportagens *Viúvas do Veneno* tiveram desdobramentos como a peça de teatro [89] performada pelo Grupo Oficarte e Teatro e Cia e o documentário *Sweet Poison* (*Doce Veneno*).

O documentário, que teve *Sweet Poison* como título internacional e *Doce Veneno* como título original e nacional, foi uma produção que tem o conjunto de reportagens *Viúvas do Veneno* de Melquiades Júnior como ponto de partida na elaboração de uma linguagem audiovisual, composta pelo roteiro e direção de Waleska Santiago[90].

Doce Veneno foi oficialmente lançado no dia 7 de março de 2020, no *Through Women's Eyes International Film Festival*, organizado pelas Nações Unidas, em Sarasota, na Flórida (EUA). E no Brasil, foi lançado durante a XX Semana Zé Maria do Tomé, na Fafidam/UECE.

O documentário *Doce Veneno* coloca em relevo o uso dos agrotóxicos na Chapada do Apodi, uma fronteira agrícola entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, e enfoca a situação vivenciada na cidade de Limoeiro do Norte (CE), que enfrenta problemas de saúde, intoxicação, adoecimento e morte, tendo em vista a contaminação das águas e do solo, fato que impacta diretamente na vida dos habitantes da região.

A produção audiovisual *Doce Veneno* destaca que a atuação socioambiental, a morte de Zé Maria do Tomé e a luta contra a pulverização aérea é igualmente uma morte provocada pelo agronegócio.

---

[89] É possível conferir parte do espetáculo pelo vídeo disposto no Youtube https://youtu.be/axlFjkltbsA?si=MD0rhf-jBFx-LcGC , apresentada na Apresentação na VII Semana Zé Maria do Tomé em 2017. Acesso em 28 de maio de 2022, às 13:00h.

[90] **Waleska Santiago** é cearense, jornalista, documentarista, atualmente residente em Los Angeles (EUA). Ela tem bacharelado em jornalismo pela **Universidade de Fortaleza (Unifor)** e mestrado em Mídia para Justiça Social pela **Woodbury University** (Los Angeles). Seu trabalho fotográfico ganhou prêmios e reconhecimento global. Morando em Los Angeles, aprofundou seu interesse por documentários. Seus últimos trabalhos são: "Do No Harm: The Opioid Epidemic" (2017), "Backfired: When VW Lied to America" (2018), "Our Kids: Narrowing The Opportunity Gap" (2019) e "Ave's America" (2020). Disponível em: https://agenciaeconordeste.com.br/doce-veneno-elucida-a-verdade-por-tras-dos-riscos-do-uso-de-agrotoxicos/ . Acesso em 12 de maio de 2023, às 16:33h.

Figura 55 - Cartaz do documentário Doce Veneno ou Sweet Poisin.

Fonte: https://festivaldemuriae.com.br/doce-veneno/#

O documentário *Doce Veneno* evidencia a luta vivenciada na Chapada do Apodi contra a chuvas de veneno que eram promovidas pela pulverização aérea de agrotóxicos realizada nas plantações, levados pelo vento aos telhados das casas, embranquecendo as cobertas com veneno.

Waleska Santiago e Melquiades Júnior foram idealizadores e realizadores do documentário *Doce Veneno*, que propõe um outro modelo de denúncia, agora o audiovisual, e gera um alcance internacional à problemática da Chapada do Apodi e da luta de Zé Maria do Tomé contra a pulverização aérea e a estrutura do agronegócio.

Figura 56 - Melquíades Júnior e Waleska Santiago durante a captação de imagens de Sweet Poison.

Fonte: https://agenciaeconordeste.com.br/doce-veneno-elucida-a-verdade-por-tras-dos-riscos-do-uso-de-agrotoxicos/

Na imagem acima, observa-se Waleska Santiago e Melquiades Júnior nos bastidores da produção do documentário *Doce Veneno,* uma produção independente, sem patrocínios financeiros, o que coloca em relevo as dificuldades que a produção teve, bem como a invisibilidade e o desinteresse da Indústria Cultura em relação às temáticas e denúncias socioambientais.

As resistências e suportes da memória são diversos. Além de equipamento de saúde, escola, acampamento, outro lugar de memória adjetivado pelo nome do ambientalista é o Centro

Acadêmico (CA) de História Zé Maria do Tomé, do Curso de História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (Fafidam/UECE).

Figura 57 - Print da página inicial do Facebook do Centro Acadêmico (CA) de História Zé Maria do Tomé.

Fonte: https://www.facebook.com/cazemariadotome?mibextid=LQQJ4d

O Centro Acadêmico (CA) é uma entidade que que representa os interesses e os direitos dos discentes nas universidades. A atribuição do nome do ambientalista Zé Maria do Tomé ao CA do Curso de História da Fafidam/UECE elucida a dimensão da ação de nomear como um exercício de poder, no sentido que adjetiva algo ou alguém como significados inerentes ao que foi elaborado pelos dispositivos de memória.

A linguagem tem seu tempo próprio quando presentifica o passado e quando elabora lugares de memória à presença material do passado, ou seja, com a continuidade do problema, o lugar de futuro a ser resolvido está inserido no presente. Dessa forma, a tensão entre o fazer-lembrar e fazer-esquecer promove um exercício dialético atravessado por resistências e embates. A presença *versus* a ausência passa a exercer forças na elaboração de memórias.

As linguagens visuais e as artes exerceram uma significativa função no processo de evocação e elaboração da memória. Logo, a relação entre arte e linguagem constitui significação simbólica na construção de uma presença por meio da memória.

MUITO A REFLETIR, POUCO A CONCLUIR

> Liguei-me a grupos de trabalhadores e intelectuais revolucionários, e pela primeira vez entrei na vida intelectual. Aí descobri mentes aguçadas e cabeças brilhantes. Encontrei cérebros fortes e atentos, além de trabalhadores calejados; pregadores de mente muito aberta em seu cristianismo para pertencer a qualquer congregação de adoradores do dinheiro; professores torturados na roda da subserviência universitária à classe dominante e dispensados porque eram ágeis com o conhecimento que se esforçavam por aplicar às questões maiores da Humanidade. Descobri, também, uma fé calorosa no ser humano, um idealismo apaixonante, a suavidade do despojamento, renúncia e martírio- todas as esplêndidas e comoventes qualidades do espírito. Naquele meio, a vida era honesta, nobre e intensa. Naquele meio, a vida se reabilitava, tornava-se maravilhosa. E eu estava alegre por estar vivo. Mantinha contato com grandes almas que punham o corpo e o espírito acima de dólares e centavos, e para quem o gemido fraco de crianças famintas das favelas vale mais do que toda a pompa e circunstância da expansão do comércio e do império mundial. Tudo à minha volta era nobreza de propósitos e heroísmo; meus dias e noites eram de sol e de estrelas brilhantes; tudo calor e frescor, como o Santo (London, 2009, p. 22).

Chegar até aqui não foi fácil! Não falo da solidão da escrita e do que exige o processo de produção, entre leituras e fontes. Minha maior dificuldade foi lidar com muitas mortes, ora pelo veneno, ora pela bala.

No ano de 2023, completam treze anos do crime que ceifou a vida do pai de Márcia, Juliana e Gabriel, do marido de Dona Branquinha, do amigo, do irmão, do agricultor, do líder comunitário e ambientalista Zé Maria do Tomé.

A morte de Zé Maria do Tomé, até o momento dessa defesa e em um horizonte próximo, ainda não denota possibilidades de justiça. O historiador não é juiz de seu tempo, mas a História está aqui para lembrar de dois réus desse crime, o agronegócio e o Estado brasileiro. O agronegócio que, quando não mata pela falta de condições dignas de sobrevivência, com salário e condições de trabalho, envenena o ar, a água e o solo, e, mesmo assim, ousa gritar por socorro, mata-se na bala. O Estado legitima e positiva tais práticas, e financia todo o processo.

Na construção deste estudo, não consegui olhar para Zé Maria do Tomé e para os interlocutores como um objeto, ou como uma fonte. Anterior a qualquer processo teórico metodológico, conheci pessoas que tiveram suas vidas atravessadas pelo dia 21 de abril de 2010.

E neste percurso, conheci muitos intelectuais, militantes, religiosos e trabalhadores, que de forma acolhedora me receberam dispostos a ajudar e sempre me prevenir sobre os cuidados que uma pesquisadora assume ao escolher e/ou ser escolhida por um objeto, sendo moradora da região.

Confesso que o medo existiu, mas foi ressignificado por acompanhar esses sujeitos:

> Por que a reflexão sobre a memória utiliza tão frequentemente a imagem – o conceito – de rastro? Porque a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença

> do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente. Riqueza da memória, certamente, mas também fragilidade da memória e do rastro. Podemos também observar que o conceito de rastro rege igualmente todo o campo metafórico e semântico da escrita, de Platão a Derrida. Se as "palavras" só remetem às "coisas" na medida em que assinalam igualmente sua ausência, tanto mais os signos escritos, essas cópias de cópias como diz Platão, são, poderíamos dizer deste modo, o rastro de uma ausência dupla: da palavra pronunciada (do fonema) e da presença do "objeto real" que ele significa (Gagnebin, 2006, p. 44).

Zé Maria do Tomé tornou-se símbolo da luta contra o agrotóxico, nos recortes nacionais e internacionais, dada a luta que desempenhava na Chapada do Apodi contra o Agronegócio? Poderia ser, mas não é esse o caso.

O que torna Zé Maria do Tomé um estandarte da luta socioambiental é o reconhecido M21 (Movimento 21 de Abril) que, por meio de diversas frentes, transformaram o ambientalista morto em uma ideia. E as ideias não são atingidas por balas, pessoas sim.

A partir de 2010, após o crime, há um alinhamento de propostas e demandas de lutas em torno dos agenciamentos e disputas das memórias sobre Zé Maria do Tomé.

O padre Pedro Casaldáliga, em uma oportuna reflexão, proferiu que *nada há de mais subversivo que o cadáver de um mártir.* E esse foi o mote do M21 para elaborar sentidos na construção de Zé Maria do Tomé como uma ideia, um mártir da luta.

Zé Maria do Tomé teve seu corpo atravessado por 25 disparos, um corpo violentado, publicitado com rigor de exemplaridade a aqueles que contrariassem a estrutura do Agronegócio. A morte de Zé Maria do Tomé gera um outro corpo, marcado pelo sangue, pela violência, pela potência de suas lutas. A morte não é o fim. Zé Maria ganha outro tipo de corpo. Torna-se uma ideia, um mártir da/pela luta social. A morte de José Maria Filho fez nascer Zé Maria do Tomé.

A história de vida de Zé Maria do Tomé não está fora ou isolada. O ambientalista está inserido em um todo, uma rede de relações e tensões, que mobilizam e corroboram lutas por visibilidade das problemáticas da Chapada do Apodi.

O M21 burla o sentido mais clássico da ideia de Movimento Social quando é composto por diversos interlocutores: os movimentos como MST (Movimentos do Sem Terra), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), Cáritas Diocesana e a CPT (Comissão da Pastoral pela Terra – Igreja Católica), docentes e discentes ligados à UECE (Universidade Estadual do Ceará) e à UFC (Universidade Federal do Ceará), coletivos da sociedade civil, entre outros, os quais reuniram-se e criaram um coletivo denominado como M21 (Movimento 21 de Abril), grupo polifônico de atuações políticas plurais.

Zé Maria, presente! Além de ser proferido em reuniões, eventos ou manifestações, precisa ser construído à medida que justifique sua função enquanto um elemento simbólico significativo que se afirma na criação de uma agenda de debates, na Semana Zé Maria do Tomé (10 edições), na Romaria, na Lei 16.820 (de autoria do Deputado Estadual Renato Rosseno, que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará), espaços e repartições públicas que receberam seus nomes.

Zé Maria do Tomé virou uma ideia inserida no modelo de hagiografia do mártir, elaborado pela Teologia da Libertação. Um mártir da causa social marcado pela significativa produção de sentidos e linguagens que positivam sua existência em nome de algo maior: a justiça socioambiental e a garantia dos direitos à terra, à água, à vida.

O mártir Zé Maria do Tomé é uma linguagem da existência e da continuidade do indivíduo enquanto ideia e escrituração. Por sua vez, estabelece relações de intriga e reciprocidade em relação aos usos sociais da memória.

O M21 e seus interlocutores inserem Zé Maria do Tomé nos mesmos lugares ocupados pelo *panteão da luta social,* como o ecossocialista Chico Mendes (Pará), o defensor da Reforma Agrário, o Pe. Josimo (Maranhão/Tocantins), a militante sindicalista Margarida Alves (Paraíba) e a missionária Ir. Dorothy Stang (Pará), como mecanismo legitimador, no sentido de aproximar as representações que possuem memórias e lugares sociais há mais tempo alicerçados.

FONTES DE PESQUISA

Documentos Oficiais

- Discurso proferido por Zé Maria do Tomé na Câmara de Limoeiro do Norte, no dia 20 de novembro de 2009, onde foi promulgada a Lei Nº 1.278, que proibia a pulverização aérea de agrotóxicos.
- O processo sobre o assassinato de José Maria de Tomé pode ser consultado no site do TJCE. O número é: 7659-18.2010.8.06.0115 (RES nº 0001895-32.2015.8.06.0000 – 2ª Câmara Criminal – Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Fontes Orais

- Entrevistas com a Família de Zé Maria do Tomé.
- Entrevistas com o Padre Júnior (Militante da Caritas Diocesana).
- Entrevistas com o Professor Dr. João Rameres Regis (Diretor da Fafidam/UECE e militante das causas sociais no Vale do Jaguaribe).
- Entrevistas com os representantes do Acampamento Zé Maria do Tomé.
- Entrevistas com os representantes do Grupo de Pesquisa Movimento $_{21}$ (GPM_{21}).
- Entrevistas com os representantes da Caritas Diocesana de Limoeiro do Norte-CE.
- Entrevistas com os representantes do LECAMPO – Fafidam/Uece (Prof. Dr. Ernandi Mendes e Dra. Sandra Gadelha).

Produções Intelectuais dos Movimentos

Registros Familiares

- Álbum de Fotografias.
- Cartas.

Produções Acadêmicas (Grupos de Estudo e Pesquisa)

- Geografia Agrária (Profa. Dra. Lucenir – Fafidam/UECE).
- Projeto: POR UMA HISTÓRIA AGRÁRIA NO CEARÁ: Memórias e conflitos rurais em torno das políticas e projetos de irrigação e açudagem entre fins do século XX e início do XXI – Coordenado pelo Prof. Dr. Mário Martins Viana Jr. – Departamento de História da UFC.
- TRAMAS/UFC – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde /Universidade Federal do Ceará- Raquel Rigotto - O Dossiê Perímetros Irrigados: Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido, organizado pelas professoras Raquel Rigotto e Bernadete Maria C. Freitas, trata dessa questão de forma ampla e profunda. O dossiê está disponível no site https://dossieperimetrosirrigados.net/.
- **Almanaque do Baixo Jaguaribe ou tramas para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade**. Núcleo Tramas. Fortaleza: 2012. 160p. : il.
- CÁRITAS DIOCESANA. **A viagem pela Chapada do Apodi**. Limoeiro do Norte: Empório da Imagem, 2015, ISBN 978-85-67117-10-2 (CARTILHA)

Dissertações, Teses, Artigos

AGUIAR, Ada Cristina Pontes. **Más-Formações congênitas, puberdade precoce e agrotóxicos:** uma herança maldita do agronegócio para a chapada do Apodi (CE). Dissertação apresentada ao Mestrado em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará –UFC, 2017. Orientação: Prof.ª Dr.ª Raquel Maria Rigotto. Coorientação: Profa. Dr.ª Aline do Monte Gurgel.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **Levantamentos de teses e dissertações sobre o Baixo Jaguaribe/CE**. PROPGEO/UECE: Fortaleza, 2017.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **Entre fazendas e firmas:** agronegócio da fruticultura e concentração fundiária no Baixo Jaguaribe/CE. Campo-Território: revista de Geografia Agrária,Uberlândia-MG,v. 18, n. 49, p.216-240,abr.2023.

DIÓGENES, Saulo da Silva. **(In)visibilização das causas de câncer na zona rural do município de Limoeiro do Norte-CE**: a vulnerabilização das comunidades rurais e os riscos dos usos dos agrotóxicos. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Fortaleza, 2017.

FARIA, N. M. X.; FASSA, A. G.; FACCHINI, L. A. Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para a realização de estudos epidemiológicos. **Cienc Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, p. 25-38, 2007.

FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**. 2018. 325f. Tese – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

LEÃO, Fernando Antonio Fontenele. **A relação Universidade e Sociedade em comunidades camponesas com conflitos ambientais:** o olhar dos moradores da comunidade do Tomé. Dissertação do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades, UNILAB, 2018.

MACIEL, R. H. M.; RIGOTTO, R. M.; ALVES, P. A.; Como está a saúde destes trabalhadores? *In*: RIGOTTO, Raquel Maria (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde** – vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola do Baixo Jaguaribe, Ceará. 1ª Ed. Fortaleza: Editora UFC; São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. 391-413.

NASCIMENTO, Letícia Gabrielle Batalha do; LEITÃO, Liana Sandra Maia Chaves; CAVALCANTE, Leandro Vieira; SANTOS, Camila Dutra dos. ROMARIA DA CHAPADA DO APODI/CE: LUTA POR JUSTIÇA E DIREITOS NA RESISTÊNCIA AO AGRONEGÓCIO. **Revista Mutirõ** (Folhetim de Geografias Agrárias do Sul), v. 1, n. 2, 2020.

RIGOTTO, Raquel Maria (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde** – vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: UFC, 2011.

RIGOTTO, Raquel Maria *et al.* **Estudo epidemiológico da população da região do baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos** – Documento síntese dos resultados parciais da pesquisa. Fortaleza, agosto de 2010.

RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina P. Invisibilidade ou invisibilização dos efeitos crônicos dos agrotóxicos à saúde? Desafios à ciência e às políticas públicas. *In*: **Observatório Internacional de Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas**: estudos e análises. Brasília: UnB/ObservaRH/Nesp, Fiocruz/Nethis; 2015.

RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina P. Por que morreu VMS? Sentinelas do desenvolvimento sob o enfoque socioambiental crítico da determinação social da saúde**. Saúde Debate**, Rio De Janeiro, v. 41, n. 112, p. 92-109, jan-mar 2017.

SILVA, Cícero Nilton Moreira da. **Religiosidade e Política**: a construção da espacialidade das Romarias da Terra no Estado do Ceará. 2003. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003

SILVA, Francisco Antonio da. **Um vale do estado**: a despossessão de comunidades rurais por projetos públicos de irrigação e infraestrutura hídrica no Ceará. Projeto de Pesquisa submetido ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza, 2016.

Eventos

- Semana Zé Maria do Tomé na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (Fafidam/UECE) – evento acadêmico;
- Romaria da Chapada do Apodi (ou Romaria de Zé Maria do Tomé).

Periódicos

- Diário Do Nordeste
- Jornal O Povo
- Carta Capital

Banco de imagens e vídeos da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte -CE

Lugares de Memória

- CERES
- Memorial de Zé Maria do Tomé na comunidade do Tomé – Quixeré
- Mausoléu

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral: a ação da memória. *In*: **Ouvir Contar**: Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **AEDOS,** Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS, v. 3, n. 8, jan-jun 2011. ISSN 1984- 5634. Disponível em: http://www.seer.ufrgs/aedos.

ANDRADE, Solange Ramos de. O Culto Aos Santos: A Religiosidade Católica e Seu Hibridismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, ano III, n. 7, mai. 2010. p. 131-145. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/gtreligiao. Acesso em: 12 de junho de 2023, às 13:00h.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. *In*: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

ARRUDA, José Maria; PARENTE, Josênio (org.). **A era Jereissati.** Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de. **Carlota Joaquina na corte do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BAUDRILLARD, Jean. **A troca simbólica e a morte**. Lisboa: Edições 70, 1997.
BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. *In*: Leach. Edmund et Alii. **Anthropos-Homem.** Lisboa. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARREIRA, César. *In*: Pistolagem Política: a morte por encomenda, **Revista Reforma Agrária,** Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), n. 1, v. 23, Campinas, São Paulo, janeiro/abril de 1993.

BARREIRA, César. Questão de Política, Questões de Polícia: a segurança pública no Ceará, **Revista O Público e o Privado**, n. 4, Editora da Universidade Estadual do Ceará, julho/dezembro de 2004.

BARREIRA, Irlys Alencar Firmo. Política, Memória e Espaço Público: a via dos sentimentos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 46, Junho/2001.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAUMAN, Richard. Fundamentos da performance. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 3, p. 727-46, 2014.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*: **Obras Escolhidas***,* Vol. 1, 3ª ed.: São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 222-232.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004. 377 p.

BROWN, Peter. **The cult of the saints**: its rise and function in Latin Christianity. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

CAVALCANTE, Peregrina Fátima Capelo. Matadores de gente: trajetória da pistolagem. **Revista de Ciências Sociais,** Fortaleza, v. 33, n. 2, p. 84-89, 2002.

CARBULLANCA NÚÑEZ, César. Los mártires olvidados: un estudio de los imaginários del martirio en la fuente de los dichos. **VERITAS**, n. 31, p. 135-160, 2014, Porto Alegre: PUCRS.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet:** reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. 243 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: do conhecimento à política. *In*: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (org.). A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Ação Política. 2005. p. 17-30. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede__do_conhecimento_a_acao_politica.pdf. Acesso em 13 abril de 2023, às 12:12h.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 77 p.

CERTEAU, Michel D'. **A Fábula Mística.** Séculos XVI e XVII. Volume I. São Paulo: Gen/Forense Universitária, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 13. ed. - Petrópolis: Vozes, 2007.

CHAUI, M. S. **Merleau-Ponty**: Introdução e notas. *In*: Merleau-Ponty. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Col. Os Pensadores).

CHOAY, F. **Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2010.

CROSSAN, Dominic. **O nascimento do Cristianismo**. São Paulo: Paulinas, 2004.

CYMBALISTA, R. (2010). Os mártires e a cristianização do território na América portuguesa, séculos XVI e XVII. **Anais do Museu Paulista:** História E Cultura Material, v. 18, n. 1, p. 43-82. https://doi.org/10.1590/S0101-47142010000100003

DAVIS, N.Z. **O retorno de Martin Guerre.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 188 p.

DELGADO, Guilherme Costa. **A questão agrária no Brasil**, 1950-2003. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, p. 51-90, 2005.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 215.

DOSSE, François. **A história**. Bauru - SP: Edusc, 2003, p. 284.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Revista Tempo e Argumento** – UESC, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-23, jan-jun, 2012.

ELIAS, Denise. (org.). **O Novo espaço da Agricultura globalizada:** O Baixo Jaguaribe – CE. Fortaleza: Funece, 2002.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Reestruturação econômica e nova economia política da urbanização no Ceará. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 95-112, 2013.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. *In*: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley. (org.). **Ceará**: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 429-461, 2005.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FAGGION, Carmen Maria; MISTURINI, Bruno; DAL PIZZOL, Elis Viviana. **Ideologias no ato de nomear:** a toponímia revelando mudanças nas relações de poder de uma comunidade. ENTRELETRAS, Araguaína/TO, v. 4, n. 2, p. 10-30, ago./dez. 2013.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

FERRAROTI. F. Sobre a autonomia do método biográfico. *In*: NÓVOA, António; FINGER, M. (org.). **O método (auto) biográfico e a formação.** Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (org.) Apresentação. *In*: **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro*:* ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? *In*: **Ditos e Escritos**: estética-literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

FORNAZIER, A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Heterogeneidade estrutural na produção agropecuária: uma comparação da produtividade total dos fatores no Brasil e nos Estados Unidos**. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1819).
FREIRE, Paulo. **Conscientização.** Tradução de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Cortez, 2016b.

GADAMER, Hans-Georg. La mort comme question. *In*: Madison, Gary Brent (dir.). **Sens et existence: en hommage a Paul Ricoeur**. Paris: Seuil, 1975, p. 21.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Apagar os rastros, recolher os restos**. *In*: SEDLMAYER, Sabrina e GINZBURG, Jaime (org.). Walter Benjamin: rastro, aura e história. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 13.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 44.

GASQUES, J. G. et al. Total factor productivity in Brazilian agriculture. *In*: FUGLIE, K. O.; WANG, S. L.; BALL, V. E. (Ed.). **Productivity growth in agriculture:** an international perspective. Oxfordshire: CAB International, 2012, p. 145-162.

GRENDI, Edoardo. Paradoxos da história contemporânea. *In*: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de (org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 45.

GENNEP, A. V. **Os ritos de passagem**. 2. ed., Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*:_____. **Mitos, Emblemas e Sinais.** Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1889. p.143-180.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

GONDIM, Linda M. P. **Os governos das mudanças no Ceará:** um populismo weberiano? Caxamba, XIX Encontro da ANPOCS, 1995.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença:** o que o sentido não consegue transmitir. Trad. Ana Abel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2010.

HAN, Byung Chul. A Violência Neuronal. *In*: **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Giachini. 2º Edição Ampliada. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung Chul. **Psicopolítica**: neoliberalismo e novas técnicas de poder. Barcelona: Herder, 2014.

HARTOG, F. Tempos do mundo, história, escrita da história. *In*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006b.

HARTOG, F. Tempo e patrimônio. **Varia HISTÓRIA**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf. Acesso em 19 de fevereiro de 2021, às 16:22h.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Rebelde primitivos:** estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HUGHES – HALLETT, Lucy. **Heróis**: salvadores, traidores e super-homens. Rio de Janeiro: Record, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rev. da trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC- Rio, 2006, pág. 308.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Fotografia e interdito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** v. 19, n. 54, fev. 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100008 .
LACAN, Jacques. **O simbólico, o imaginário e o real.** *In*: Nomes-do-pai. rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 36.

LE GOFF, Jacques. ***São Luís.*** Rio de Janeiro: Record, 1999.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Prefácio. *In*: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de (org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 13-14.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008. p. 176.

LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. *In*: **Para navegar no século XXI:** tecnologias do imaginário e cibercultura. MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 1999-a.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999-b.

LONDON, Jack. **Contos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x:** da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 211 a 214.

LÖWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In*: I. Jinkins, D. K, & M. Cletto, **Por que gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil (pp. 63-70). São Paulo: Boitempo, 2016.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.

LUCCHESI, Anita. **Digital history e Storiografia digitale**: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011). 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Rio de Janeiro, 2014.

LUCCHESI, Anita. Histórias no ciberespaço: viagens sem mapas, sem referências e sem paradeiros no território incógnito da Web. **Cadernos do Tempo Presente**, v. 6, p. 2, 2012.

LUCCHESI, Anita. **Historiografia em rede**: história, internet e novas mídias. Preocupações e questionamentos para os historiadores do século XXI. *In*: MARTINS, Estevão C. de Rezendes; MOLLO, Helena. (org.). Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia: 2012. Mariana: Editora SBTHH, 2015.

MARKUS, Robert. **The end of ancient christianity**. Cambridge: University Press, 1990.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 10, n. 19, p. 31-47, 1980.

MARTINS, Técio. Os fins, os meios e a sugestão de um novo início. Uma abordagem fenomenológica na historiografia da Habitação de Interesse Social no Brasil. ISSN: 1984-

8781 - **Anais XVIII ENANPUR 2019**. Código verificador: U6XYfemISn7P verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo, SP, 2018.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MENDES, Alberto Rafael Ribeiro. LEMBRAR OS MORTOS EM COMBATE PELA TERRA: o MST reivindica a memória das vítimas da ditadura. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica** (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, v. 38, Jan-Jun, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2020.38.1.19.

MENDES, Alberto Rafael Ribeiro. **O ROSÁRIO MACABRO DOS TRABALHADORES RURAIS: VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA NO GOVERNO SARNEY** – A REPÚBLICA ENVELHECIDA (1985 – 1989). Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2023. Orientação: Prof. Dr. Kênia Sousa Rios – 2023. 327 f.

MEYER, A.; SARCINELLI, P. N.; ABREU-VILAÇA, Y.; MOREIRA, J. C. Os agrotóxicos e sua ação como desreguladores endócrinos. *In*: PERES, F.; MOREIRA, J. C. **É veneno ou é remédio:** agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: Fiocruz, p.101-20, 2003.

MIGNOLO, Walter D. **História locais / Projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizontes: Ed. da UFMG, 2003.

MORALES, Luciana Pinho; AQUINO, Jânia Perla Diógenes de. Mídia, estética e violência: o caso do Programa Barra Pesada. *In*: SAMPAIO, Airton; CARDOSO, Ilza (org.). ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ-ALAS BRASIL, 15., 4-7 set. 2012, Teresina (PI). **Anais**... Teresina: UFPI, 2012.

MONTE, Francisca Silvania. Os paradigmas da modernização do Estado do Ceará. **Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 87-104, 2008.

MORIN, Edgar. **O homem e a morte.** Lisboa: Europa-América, 1976.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História:** A problemática dos Lugares. *In*: Projeto História, n° 10, São Paulo, dezembro de 1993, p. 17.

NUNES, Jefferson Aldemir. DO MARTÍRIO DE RELIGIOSOS NA IDADE MODERNA: ESTUDO DA HISTORIOGRAFIA RECENTE SOBRE A TEMÁTICA. **Anais** [recurso eletrônico]: 16º Encontro Estadual de História da ANPUH- RS: História agora: ensinar, pesquisar, protagonizar, 02 a 29 de julho de 2022. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2022. Modo de acesso: https://www.eeh2022.anpuh-rs.org.br ISSN 2179-6475

OCTAVIANO, C. **Muito além da tecnologia**: os impactos da revolução verde. Com ciência no 120 Campinas, 2010.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

PATLAGEAN, Evelyne. A História do Imaginário. *In*: LE GOFF, Jaques. **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1990.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3 – 15, 1989, p. 9.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

REVEL, Jaques. Microanálise e Construção do Social. *In*: REVEL, Jaques (org.) **Jogos de Escala:** a experiências da microanálise. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. Tradução Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2000.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

ROLEMBERG, Igor. Ritual, emoções e engajamento militante: a produção em ato da mística na romaria dos mártires da floresta em Nova Ipixuna/PA. **Rev. antropol.** (São Paulo, Online), v. 64, n. 2: e186656, USP, 2021.

SÁ, A. F. A. Admirável campo novo: o profissional de história e a Internet. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE PROFESSORES DE HISTÓRIA, 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju: Faculdade São Luís de França, 2008. (Sem página).

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAMPAIO, José Levi Furtado. **A fome e as duas faces do Estado no Ceará**. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 1999.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Corpo, Ética e Cultura. In. BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. (org.). **O corpo e o lúdico:** ciclo de debates lazer e motricidade. Campinas: Autores Associados, Comissão de pós-graduação da Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2000. p. 89-102. (Coleção Educação Física e Esportes).

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo Presente:** Notas sobre a mudança de uma cultura. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2005.

SCANTIMBURGO, André. O avanço do agronegócio e o aumento dos conflitos pelo uso da água. **Leituras de Economia Política**, Campinas, (24), p. 27-54, jan./dez. 2016.

SCHMIDT, Benito Bisso. **O patriarca e o tribuno:** caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas - Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961). 2002. 625p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Biografia e regimes de historicidade.** Métis (UCS), Caxias do Sul, v. 2, n.3, p. 57-72, 2003.

SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 8, n.10, p. 131-142, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Karoline Queiroz e. **Viva as almas da barragem!** A construção da Caminhada da Seca, Senador Pompeu-CE. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2017.

SOBRINO, Jon. De una Teología sólo de la liberación a una teología del martirio. *In*: **Revista Latinoamericana de Teología**, v. 10, n. 28. San Salvador: UCA, 1993, p. 27-48.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA SANTOS, B. O Estado e o direito na transição pós-moderna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 30, p. 13-43, 1990.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG, 2010.ISBN 8570418167.

TOMASI, Julia Massucheti. **"Eternamente off-line":** as práticas de luto na rede social do Orkut no Brasil (2004-22011). 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

TOMASI, Julia Massucheti. O presentismo e a revolução documental: as páginas da internet como documentos de pesquisa para a História – Da volatilidade à instantaneidade. **Cadernos do Tempo Presente**, n.12, s/p., jun. 2013.

URBAIN, Jean-Didier. **L'Archipel des Morts**: Le sentiment de la mort et les dérives de la mémoire dans les cimitières d'Occident. Paris: PLON, 1989.
VANDERLINDE, Tarcísio. A peregrinação por um novo território. **GEOgraphia** (UFF), v. 10, p. 84-102, 2008.

URBAIN, Jean-Didier. A peregrinação na busca por um novo território: messianismo na Romaria da Terra. **Revista Varia Scientia**, Cascavel, v. 8, n. 14, p. 123-141, 2009.
VENÂNCIO, Giselle Martins. **Na trama do arquivo:** análise da trajetória de Oliveira Vianna. (1883-1951), RJ: UFRJ, 2003.

VENÂNCIO, Giselle Martins. **Presentes de papel:** cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. Estudos históricos. Rio de Janeiro, n. 28, 2001.

VERNANT, Jean-Pierre. la belle mort et le cadavre outragé. *In*: **L'individu, la mort,** l'amour. Paris: gallimard, 1989.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G.; SOUSA, A. G. de. **Can Brazil feed the world? Not yet, but it has the potential!** Rome: GFAR, July 2012. (The Futures of Agriculture, Brief n. 33).

XAVIER, R. C. L. **Biografia e História**: o que Mestre Tito pode nos ensinar sobre o passado? História Social (UNICAMP), v. 24, p. 75-98-98, 2013.

XAVIER, Regina Célia Lima. O desafio do trabalho biográfico. *In*: GUAZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima. **Questões de Teoria e Metodologia da História.** Porto Alegre: Editora UFRS, 2000, p. 172.

XAVIER, R. C. L. **Religiosidade e Escravidão**, século XIX: mestre Tito. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 382p.

APÊNDICE A – ENTREVISTAS REALIZADAS

PRESENCIAIS

Entrevista com Francisco de Aquino Paulino, Padre Júnior (pesquisador, professor de teologia na UNICAP).

Entrevista com João Rameres Regis (pesquisador, professor, ex-diretor da Fafidam/UECE).

Entrevista com Márcia Xavier (psicóloga e filha de Zé Maria do Tomé).

Entrevista com Maria Lucenir Jerônimo (pesquisadora, professora, diretora da Fafidam/UECE).

Entrevista com Raquel Rigotto (médica, pesquisadora, professora da UFC).

Entrevista com Reginaldo Ferreira de Araújo (professor e militante do M21).

Entrevista com Renato Rosseno (Deputado Estadual do Ceará).

REMOTAS (VIA GOOGLE MEET)

Entrevista com Francisco Cláudio Oliveira Silva Filho (advogado RENAP - Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares).

Entrevista com Melquiades Júnior (jornalista).

ANEXO A – BIOGRAFIA DE ZÉ MARIA DO TOMÉ APRESENTADA POR MÁRCIA XAVIER

No dia 19 de abril de 2021, de forma remota, tendo em vista a Pandemia COVID 19, aconteceu a X Semana Zé Maria do Tomé. Na abertura do evento, sua filha, Márcia Xavier, apresenta sua biografia, que segue abaixo sua transcrição.[91]

Papai nasceu no dia 04 de outubro de 1966, na cidade de Tabuleiro Alto, no município de Quixeré. Ali começava uma linda história, de uma família pois ele era o primogênito. Ele foi batizado com o nome de José Maria Filho na própria igreja aqui do Tomé. Ele nasceu em Tabuleiro mas foi criado, realmente, aqui na Chapada. Desde pequeno ele recebeu esse apelido, Zé Maria. Teve quatro irmãos. A vida era difícil e as dificuldades eram tantas que Zé Maria teve que muito cedo desistir da escola e trabalhar na roça para ajudar seus pais. Porém, quis o destino testar a força dele. E quando ele tinha apenas quinze anos, recebeu a noticia do falecimento da sua mãe. Agora ele teria que se dedicar cada vez mais para ajudar seus quatro irmãos. Zé Maria resolveu viajar para Fortaleza, deixando sua namorada Branquinha à esperar. Em Fortaleza ficou na casa do seu tio Antoninho, passou um bom tempo lá. E resolveu ir mais longe, dessa vez, para São Paulo. Sempre tinha contato com a sua família e a sua namorada, nessa época por carta. Namoraram sete anos e sempre que Zé Maria podia vinha ao Ceará para reencontrar seus amores que havia deixado em busca de melhorias de vida. Durante esses sete anos de namoro, noivaram duas vezes e terminaram, pois Zé Maria ainda não se sentia pronto pra casar e construir a sua família. Com o passar dos dias e sentimento de saudade, resolveu noivar novamente. E em 17 de dezembro de 89, ele e mamãe se casaram. Por trabalhar fora, resolveu levar a sua esposa junto. Foram para São Paulo, no dia 20 de dezembro de 89. O desejo de ambos era construir uma família, após dois meses de casado, Zé Maria recebia a noticia que pela primeira vez iria ser pai. Ficou tão emocionado esperar o nascimento da sua primeira filha. Primeira que nascera em 18 de novembro de 1990. Quem escolheu o nome foi ele. Escolheu o nome Márcia, agora a felicidade era bem maior. Não era só Branquinha que o amava já existia um fruto gerado pelo amor dos dois. Em 94, Zé Maria leva sua esposa e sua família para fazerem um longo passeio no sul, Rio de Janeiro, São Paulo, e ao voltarem a noticia que Zé Maria seria pai novamente. A expectativa era um menino e formar um casal. Deus envia outra menina, no dia 27 de julho de 95 e ela recebeu o nome de

[91] Transcrição da fala de Márcia Xavier na mesa de abertura, na X Semana Zé Maria do Tomé. Disponível: https://youtu.be/2wehrT8lxRE, em 00:21:00 ás 00:30:30, em 13 de maio de 2021, às 15:50h

Juliane. Agora com tanta alegria, Zé Maria se sentia completo. Resolveu parar de viajar e ficar perto da sua família, para acompanhar o desenvolvimento de suas filhas. A sua dedicação como pai e marido era de impressionar. Se dedicava por inteiro a família. Mas desejava ser pai de um menino, e em 2005, Branquinha descobre que estava grávida. A felicidade de Zé Maria era imensa e a vontade de ser um menino era exposto no seu rosto. Mas o destino quis brincar um pouco com ele, não podia ver o sexo da criança. E em 9 de maio de 2006, nasce um lindo menino de cor clara, olhos e cabelos escuros, ele recebeu o nome de Lucas Gabriel. No qual veio para completar a felicidade da família. Agora com uma esposa que sempre estava disposta a ajudar e enfrentar os problemas que existirem, e três filhos que tanto o amaram, o que lhe restava era dedicação total. Apesar de tudo isso, Zé Maria sempre se demonstrava preocupado com o outro, principalmente com os menos favorecidos. Sempre devoto de Nossa Senhora de Fátima, acreditava ser uma tarefa enviada por Deus para ele cumprir. Lutava para combater o uso indiscriminado do agrotóxico, a invasão de terras por grandes empresários e a poluição das águas que abastecem as comunidades da Chapada do Apodi. Não visava fins lucrativos. O seu objetivo era dar melhores condições de vida aos que poucas oportunidades tinham. Dedicou-se de corpo e alma, muitas vezes, abrindo mão de sua família para lutar por questões sociais. Juntou-se com a Caritas Diocesana, ao qual, encontrou apoio que tanto necessitava. Zé maria sempre teve desejo de ajudar ao próximo e para nós filho ele tinha a braveza de um leão e a titularidade de um herói. Um homem de fé com força, guarra e determinação, que não se importava com sua vida, mas sim com os benefícios que poderia trazer para a comunidade. Hoje percebemos sem pai, e a Branquinha sem esposo, uma dor sem explicação, mas buscamos conforto no que ele sempre acreditava que sua lição de vida vai servir e ser passada por gerações. Acreditamos que não perdemos um pai, nem um esposo, mas sim que o dividimos com o nosso superior na esperança de recompensar seus esforços e descansar de uma vida cheia de conflitos e fadiga, onde o que prevalece é o interesse. E quem sempre se beneficia é que tem grande poder. Hoje com exatamente onze anos de sua ausência, ainda é, e sempre vai existir em mim, meus irmãos e minha mãe, a lembrança e uma história marcada. A marca do seu rosto, ainda sentimos seu cheiro solto pela casa. Às vezes, imaginamos seus passos pela escada, sua voz de manhã nos acordando. E é por tudo isso, e muito mais, que sempre vou lembrar de tudo que vivemos juntos, não esqueço como pai [92].

[92] Transcrição da fala de Márcia Xavier na mesa de abertura, na X Semana Zé Maria do Tomé. Disponível: https://youtu.be/2wehrT8lxRE, em 00:21:00 ás 00:30:30, em 13 de maio de 2021, às 15:50h.

ANEXO B – LEGISLAÇÕES QUE REGULAMENTAM USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL

Quadro 1: Alguns dispositivos legais vigentes aplicáveis à proteção da saúde e do ambiente em relação aos agrotóxicos.

Documento legal	Dispõe sobre
Lei 8.080/1990	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes
Lei 7.802/1989 e Decreto Federal nº 4.074/2002	Dispõem sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins
Decreto nº 7.794/2012	Fomento à produção de alimentos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde
Lei 11.346/2006 e Decreto 7272/2010	Criam o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e instituem a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)
Portaria nº 01/1986	Avaliação dos impactos à saúde e ao ambiente no licenciamento ambiental dos empreendimentos
Portaria nº 2.866/2011	Institui a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta
Portaria nº 254/2002	Institui a Política Nacional de Atenção à Saúde da População Indígena (PNASPI)
Portaria nº 2.446/2014	Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde
Portaria nº 1.823/2012	Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
Portaria nº 2914/2011	Estabelece os procedimentos e as responsabilidades relativas ao controle e à vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade
Portaria nº 2.728/2009	Institui a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast)
Portaria nº 2.978/2011	Amplia a Renast com a criação de dez Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), voltados prioritariamente para a população rural
Portaria nº 1.378/2013	Define as ações de Vigilância em Saúde
Portaria nº 2.938/2012	Define o financiamento para a implementação da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos
Portaria n.º 86/2005	Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura – NR-31

Fonte: (Rigotto; Aguiar, 2015, p. 76).

ANEXO C – EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO EM TORNO DOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO BAIXO JAGUARIBE/CE

Quadro 2: Empresas do agronegócio localizadas em áreas internas e circunvizinhas aos Perímetros Irrigados do Baixo Jaguaribe (2010-2016)

Empresa	Cultura	Mercado	Tamanho da Propriedade (ha)		Média da Produtividade (Ton/ha)	Empregos (regular e sazonal)	Localização
			Total	Produtiva			
Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda. (multinacional)	Melão, abacaxi, banana, melancia	Interno (São Paulo) Externo (58 países dos cinco continentes)	5.960,00	2.720,00	30 (abacaxi); 26 (melão) e 45 (banana)	5.300	Rio Grande do Norte; Ceará (Limoeiro do Norte, Quixeré)
Banesa (FIFFES) (multinacional)	Banana	Externo	300,00	180,00	-	300	Ceará (Limoeiro do Norte)
Fruta Cor	Banana, mamão	Interno (Recife, Natal, Mossoró, João Pessoa, Maranhão, Belém) Externo (através da empresa Agronol)	1.000,00	930,00	25	700	Ceará (Limoeiro do Norte, Quixeré).
Agrícola Famosa Ltda	Melão e melancia e Banana e mamão	Interno (São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Belo Horizonte); Externo (Holanda, Inglaterra, Espanha e Portugal)	25.000	18.000	25	8 mil na safra e 4 mil na entressafra	Rio Grande do Norte (Baraúna); Ceará (Icapuí, Russas, Quixeré, Limoeiro do Norte)
J. Sallouti Tropical Comercio Frutas Ltda.	Melão, manga, carambola , mamão, pitaya	Interno (Fortaleza) e Externo (Holanda)	534,00	324,00	25	430	Ceará (Quixeré)

Fonte: (Freitas, 2018, p. 95).

ANEXO D - SÍNTESE DA IRRIGAÇÃO DO BAIXO JAGUARIBE VINCULADO À QUESTÃO AGRÁRIA (SÉCULO XIX-XX)

Quadro 3: Síntese da irrigação do Baixo Jaguaribe vinculado à questão agrária (século XIX-XX).

Fases da irrigação e os sujeitos sociais da estrutura agrária	Fatos superpostos e ações dos sujeitos sociais e do Estado	Período (predominante)
I - A *irrigação embrionária* **Camponeses** (de origem indígenas – os "pobres livres", moradores, meieiros etc.) versus **Latifundiários** (de origem vinculada aos dominadores e colonizadores).	O Estado (imperial) realizou estudos para efetivar a irrigação capitalista no Ceará, detalhado no relatório de 18 de março de 1894, com base nos estudos de O'Meara. Esse estudo, alicerçado pelo discurso das secas, contribuiu para objetivar a implantação de obras de engenharia ligadas aos recursos hídricos. A conformação espacial e territorial resulta do massacre contra as populações originárias.	A irrigação foi pensada no final do século XIX, sob ordenação do Imperador D. Pedro II, em 1881.
II - A *irrigação artesanal* **Camponeses** (posseiros, meeiros, moradores etc) versus **Latifundiários** (senhores dos carnaubais, proprietários de terras, fazendeiros, políticos)	A irrigação via catavento de carnaubeira. A experiência ocorreu, com destaque, no município de Limoeiro do Norte. Trata-se do uso de irrigação artesanal para consumo doméstico e irrigação das frutas, legumes e hortaliças produzidas em pequenos sítios de camponeses. Atividade ainda praticada nos dias atuais, embora em grau bastante inferior a outrora. A atividade era desenvolvida principalmente por camponeses. Os latifundiários investiam na cera da carnaúba, pois tinha alto valor agregado à época.	Principalmente, no final do século XIX e na primeira metade do século XX
III- A *irrigação moderna camponesa* **Camponeses** (posseiros, proprietários, moradores etc) versus **Latifundiários** (fazendeiros, proprietários de terras, industriais, grileiros, políticos)	Com a crise da carnaúba os latifundiários cobraram do Estado saídas. Foram efetivas políticas e programas privados e públicos. Foi implantação da Política Nacional de Irrigação por meio da instalação dos Perímetros Públicos Irrigados. Esse processo ocorreu como acompanhamento das mudanças direcionadas a alguns espaços nordestinos, alternativa criada pela SUDENE em fins da década de 1950 objetivando a expansão do capitalismo no campo e controlar os movimentos sociais. No Baixo Jaguaribe a política dos perímetros se efetivou apenas após a década de 1970 (Perímetro de Morada Nova e Jaguaruana), com relações assistencialistas e a inserção de parte significativa dos camponeses nas áreas desapropriadas, porém, significou um formato impositivo de produção e gerou expropriação. Embora camponeses tenham resistido, não houve organização das lutas camponesas. Os agrotóxicos passaram a ser usados no Baixo Jaguaribe.	A partir da década de 1960
IV - A *irrigação moderna camponesa e do agronegócio* **Camponeses modernos** (posseiros, "parceiros", proprietários, meieiros etc) versos **Latifundiários/ Agronegócio** (proprietários, industriais, grileiros, políticos).	A partir do redirecionamento político-econômico no âmbito nacional, reflexo das mudanças no contexto mundial, o Estado redirecionou a lógica da Política Nacional de Irrigação, atendendo, prioritariamente, aos interesses do agronegócio e gerando expropriação dos camponeses dos projetos de irrigação, processo que, contraditoriamente, revelou a resistência camponesa nas áreas internas e circunvizinhas aos perímetros do Baixo Jaguaribe (Jaguaribe-Apodi e Tabuleiros de Russas), com a criação de assentamentos e acampamento organizados pelo MST. O uso de agrotóxicos cresceu consideravelmente após esse período, gerando impactos sociais, ambientais e ampliando a sujeição da renda da terra camponesa.	Após as décadas de 1990 e 2000

Fonte: (Freitas, 2018, p. 97).

ANEXO E – PEDIDO DE SUSPENSÃO DA ORDEM DE DESPEJO DE AGRICULTORES FAMILIARES (2018)

Estado do Ceará
Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
Legislando em beneficio do povo
Presidente – Geneziano de Sousa Martins

REQUERIMENTO N.º 245 /2018 – Vereador Washington de Moura Lopes

Limoeiro do Norte, 20 de Novembro de 2018

O vereador signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental em vigor, vem respeitosamente requerer a V. Sa. que seja solicitado, em caráter de urgência, ao Sr. José Maria de Oliveira Lucena, DD. Prefeito Municipal de Limoeiro do Norte; ao sr. Camilo Sobreira de Santana, DD. Governador do Estado do Ceará; ao Sr. Ângelo José de Negreiros Guerra, Diretor Geral do DNOCS no Ceará, ao Sr. Raimundo César dos Santos, presidente da Fapija – Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi e aos atuais senadores da República pelo Estado do Ceará, os Srs. José Barroso Pimentel, Tasso Ribeiro Jereissati e Eunício Oliveira, o empenho de todos os seus esforços na suspensão imediata da ordem de despejo, prevista para esta semana, das dezenas de agricultores familiares, que há vários anos estão instaladas no acampamento Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi – onde moram, trabalham, cultivam e produzem naquelas terras.

Solicitamos também a imediata efetivação positiva de uma mesa de negociação entre as partes envolvidas (MST – Acampamento Zé Maria do Tomé, DNOCS, Governo do Estado do Ceará, Fapija), para se chegar a uma solução justa daquele grave e preocupante impasse, que poderá empurrar para as margens das estradas, nesses tempos de crise, centenas de pessoas vulneráveis e a caminho da miséria.

No aguardo do atendimento desta solicitação, apresentamos a V. Exa. os protestos de estima e elevado apreço.

Seguem em anexo a lista de vereadores de Limoeiro do Norte que subscrevem este requerimento e uma Nota emitida pelo MST ao não despejo das famílias do Acampamento Zé Maria do Tomé.

Atenciosamente.

APRESENTADO EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA AOS 22 NOV. 2018 CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE

PROTOCOLO Câmara Mun. Limoeiro do Norte PROTOCOLO Nº 8491 20 NOV. 2018 Horário: 11:00 Responsável

Washington de Moura Lopes
Vereador

Ao Exmo. Sr. **Geneziano de Sousa Martins**
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
Limoeiro do Norte – CE

Estado do Ceará

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

Legislando em beneficio do povo

Presidente – Geneziano de Sousa Martins

Atenciosamente,

Darlyson de Lima Mendes (**PAXÁ**)
Vereador

GENEZIANO de Sousa Martins
Presidente

FLAUBER de Lima Honorato
Vereador

José **VALDIR** da Silva
1º Vice Presidente

Francisco Diógenes Peixoto (**MIXICO**)
Vereador

Carlos Marcos de Sousa Nunes (**BARÃO**)
2º Vice Presidente

José **ARIMATÉIA** de Brito
Vereador

HERALDO de Holanda Guimarães
1º Secretário

JOÃO Torres de Moura **FILHO**
Vereador

WASHINGTON de Moura Lopes
1º Secretário

José **GLADIS** de Lima Bandeira
Vereador

Ângela Maria Pereira da Silva (**ANGINHA**)
Vereadora

José Lins Guerra (**ELIÉZER**)
Vereador

Francisco (**CHICO**) Jussier **BALTAZAR** Costa
Vereador

LÍVIA Meneses Maia
Vereadora

Rua Cel. Malveira 2266 – Centro - PABX (88) 3423-4140/ FAX (88) 3423-4140/ GAB (88) 3423-4078
CNPJ 01.836.913/0001-05 -CEP: 62930-000
E-MAIL: CAMARALN@BRISANET.COM.BR

NÃO AO DESPEJO DAS FAMÍLIAS DO ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ!
NÃO ACEITAMOS OUTRO ELDORADO DOS CARAJÁS NO BRASIL
ASSENTAMENTO IMEDIATO DAS FAMÍLIAS JÁ!

Com o avanço do golpe parlamentar, jurídico e midiático de 2016 que retirou a presidenta Dilma Rousseff e com eleição do neofascista Jair Bolsonaro as forças reacionárias do judiciário, do agronegócio e do capital se voltam contra os trabalhadores/as com a retirada de direitos. E nos últimos meses realizam uma ofensiva de despejos das famílias acampadas inclusive em áreas já negociada com o Governo do Estado e Governo Federal, dentre eles, Acampamento 17 de Abril/Canafistula no Município de Santana do Acaraú, Acampamento Zé Wilson no Município de Lavras da Mangabeira, Acampamento Vida Nova no Município de Mauriti e Zé Maria do Tomé/Chapada do Apodi no Município de Limoeiro do Norte.

Exigimos uma solução imediata do governo estadual e federal para resolução dos despejos e desapropriação de áreas para as famílias acampadas no Ceará.

HISTÓRIA DO ACAMPAMENTO ZE MARIA DO TOMÉ: QUATRO ANOS DE LUTAS, RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS.

Na madrugada do dia 05 de maio de 2014, centenas de famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, de todo Estado do Ceará, e das famílias sem terra de 36 comunidades de Limoeiro do Norte, Quixeré e Tabuleiro do Norte, ocuparam a II etapa do perímetro irrigado Jaguaribe Apodi, reivindicando que a área fosse destinada para as famílias de agricultores sem terra e não para as empresas do agronegócio que envenenam, exploram e destroem a natureza na chapada Apodi.

Esta ação de enfrentamento na Chapada do Apodi contra este modelo do agronegócio vem sendo organizado por agricultores, entidades e movimentos sociais e outras formas de resistência, como foi o caso das lutas pela terra dos pequenos agricultores e contra os agrotóxicos, realizadas por Zé Maria do Tomé (através de Associações). Zé Maria foi brutalmente assassinado dia 21 de abril de 2010 a mando do agronegócio por defender terra, água e alimentos livres de venenos. Ele lutava pela proibição da pulverização aérea e por terra para quem nela trabalha. Para homenagear este companheiro que teve sua voz calada, as comunidades batizaram a ocupação com o nome de Zé Maria do Tomé.

Por isso, nós, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e comunidades da Chapada, com o apoio do Movimento 21 (Conlutas, FAFIDAM/UECE, UFC/TRAMAS, CPT Ceará, Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, STTR do Apodi), ocupamos o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi para exigir do Governo Federal e Estadual, o atendimento imediato de nossas reivindicações.

O Perímetro Jaguaribe Apodi foi implantado no final da década de 1980, quando ocorreu a expropriação, expulsão e desmantelamento da produção de cerca de 6 mil famílias da região, que antes produziam alimentos e mantinham relações de identidade com o território. Apenas 316 agricultores conseguiram entrar na I etapa do projeto irrigado, destes, 255 foram expulsos, ou seja, o equivalente a 81% de expropriação, segundo estudo realizado pela Universidade Estadual do Ceará/FAFIDAM. Esse processo levou a luta desses agricultores pelo retorno à terra, através da Associação dos Ex-irrigantes Expropriados do Perímetro Jaguaribe-Apodi (AIJA), que foi presidida por Zé Maria do Tomé.

Após a denúncia ao Ministério Público realizado pela AIJA, o DNOCS realizou no ano de 2009, a mando da Justiça, um estudo sobre a estrutura fundiária do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. O resultado identificou que, dos 10 mil hectares do projeto, 4 mil estão invadidos e grilados, principalmente, por empresas nacionais e transnacionais, que concentram 50% desse total (invadidas e griladas), somente em áreas acima de 100 hectares, são elas: Del Monte (1.223,27); Banesa (356,74); Fruta Cor (284,29) e WG Prod. e Distrib. De Frutas Ltda. (174,46). O Governo Federal e o DNOCS vêm prolongando há mais de 08 anos a solução desse problema, que para nós significa retornar estas áreas de terras e entregar para as famílias, já que a implantação do referido Perímetro ocorreu dentro de um processo de expulsão de agricultores familiares e camponeses da Chapada.

O mais grave é que além dessas empresas dominarem as terras públicas, o que gera a expulsão de agricultores trouxe para a Chapada um modelo de agricultura que só funciona com muito veneno. Esse modelo denominado de agronegócio se caracteriza pela monocultura e destruição da biodiversidade ambiental, leva ao uso intensivo de agrotóxicos e exploração da mão-de-obra com empregos precários. Esse problema também tem se tornado uma preocupação dos camponeses e da população do Vale do Jaguaribe, em função do alto índice de casos de câncer em municípios dessa região, que é 38% a mais que em outros municípios que não incorporam o modelo de agronegócio, segundo pesquisa realizada entre 2013-2014 pela Universidade Federal- UFC.

O acampamento Zé Maria do Tomé, conta com a participação e apoio de organizações e entidades da classe trabalhadora que vem fortalecendo as lutas e negociações com o DNOCS, Ministério da Integração Nacional, INCRA, Presidência da República, Ministério Público Federal e Governo do Estado.

PRINCIPAIS CONQUISTAS:

– 1.700 hectares para o assentamento das famílias acampadas;
– Criação de uma Portaria Interministerial M.I./MDA Nº 02 de 24 de março de 2015, que institui grupo de trabalho Interministerial para elaborar e acompanhar a implantação de proposta que defina os critérios de acesso, o modelo de gestão para ocupação, regularização fundiária e apoio a desenvolvimento da produção de agricultores familiares no perímetro irrigado Jaguaribe Apodi no Estado do Ceará, na área de 1.700 hectares destinada ao cumprimento e atualização do Termo de Ajuste de Conduta – TAC;
–Medição das 1.700 hectares pelo DNOCS e INCRA;
– Resistencia das famílias acampadas;
– Apoio Nacional e Internacional de organizações e movimentos sociais ao Acampamento Zé Maria do Tomé- MST.

DENUNCIAMOS:

– A perseguição que a Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi – FAPIJA tem feito contra as famílias do Acampamento Zé Maria do Tomé como, por exemplo, encaminhamento de pedido de reintegração de posse, sendo que a FAPIJA não é dona da área e não tem legitimidade para isso;
– Ressaltamos que o DNOCS deve respeitar as conquistas, cumprir acordos realizados, repassar a área para o Estado para que esse crie o assentamento estadual irrigado.

REIVINDICAMOS

_ A imediata suspensão das reintegrações de posse contra todas as famílias acampadas;
– Assentamento Irrigado das famílias do Acampamento Zé Maria do Tomé;
– Pagamento das 306 hectares que faltam dentro das 1700 há;
_Solução do acesso a água e energia.

Seguiremos em luta, em defesa da terra, da vida e pela construção da Reforma Agrária Popular!
Convocamos toda a sociedade para apoiar a luta dos (as) trabalhadores (as) e camponeses (as) na defesa de suas terras e territórios.
A chapada é nossa!
A chapada e do povo!

"TIREM SUAS MÃOS, A CHAPADA É NOSSO CHÃO".

Fortaleza, 16 de novembro de 2018.
Direção Estadual do MST Ceará.

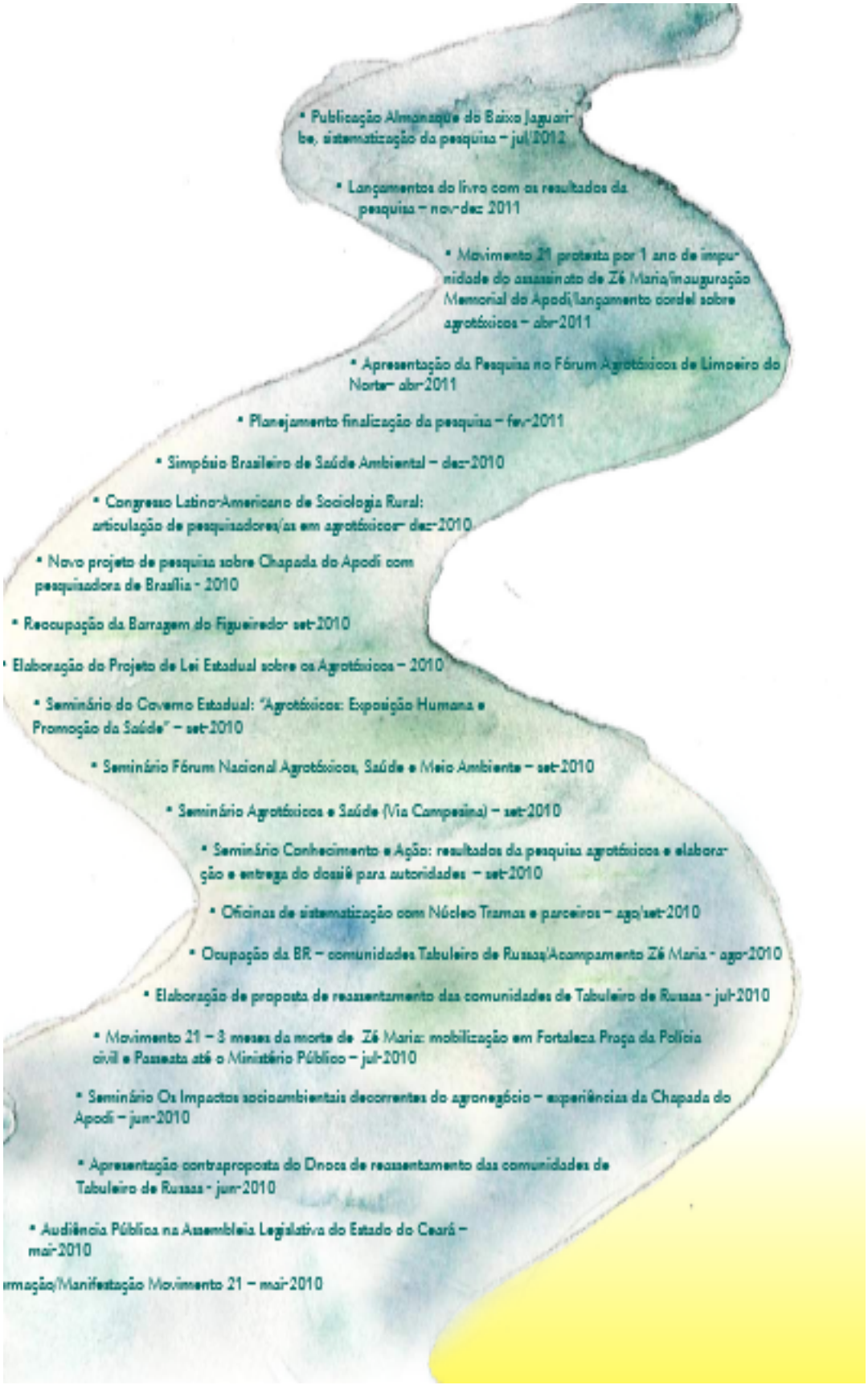
ANEXO F - INDICAÇÃO DAS OBRAS E AÇÕES EXECUTADAS PELO ESTADO QUE ATENDERAM DIRETAMENTE AS NECESSIDADES DO AGRONEGÓCIO DA FRUTICULTURA NO BAIXO JAGUARIBE

Tabela 1: Indicação das obras e ações executadas pelo Estado que atenderam diretamente as necessidades do agronegócio da fruticultura no Baixo Jaguaribe

Ano	Obras e ações	Governo
1987	Criação da Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	Estadual – Tasso Jereissati
1989	Inauguração do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi	Federal – José Sarney
1993	Criação da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos - Cogerh	Estadual – Ciro Gomes
1993	Construção do Canal do Trabalhador	
1993	Fundação da Embrapa Agroindústria Tropical	Federal – Itamar Franco
1997	Execução do Programa de Apoio de Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada no Nordeste	Federal – Fernando Henrique
1999	Criação da Secretaria de Agricultura Irrigada - Seagri	Estadual – Tasso Jereissati
1999	Execução do Programa Cearense de Agricultura Irrigada - Proceagri	
1999	Criação do Instituto Centro de Ensino Tecnológico - Centec	
2002	Inauguração do Açude Castanhão	
2002	Inauguração do Porto do Pecém	
2002	Construção da Estrada do Melão	
2004	Inauguração da primeira etapa do perímetro irrigado Tabuleiro de Russas	Federal – Lula da Silva
2004	Construção do primeiro trecho do Canal da Integração	Estadual – Lúcio Alcântara
2004	Criação da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará - Adagri	
2006	Construção da Estrada da Fruta	
2007	Criação da Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará - Adece	Estadual – Cid Gomes
2008	Reforma e ampliação do Porto do Pecém	
2014	Construção do último trecho do Canal da Integração	
2016	Finalização das obras da segunda etapa do perímetro irrigado Tabuleiro de Russas	Federal – Dilma Rousseff
2016	Construção da Estrada da Produção	Estadual – Camilo Santana

Fonte: (Cavalcante, 2019, p. 112).

ANEXO G - TRAJETÓRIA DO NÚCLEO TRAMAS NA FORMA DO CURSO DO RIO



Fonte: Almanaque do Baixo Jaguaribe ou tramas para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade. Núcleo Tramas. Fortaleza: 2012, p. 30 e 31.